

STÉLLA CAROLINA CARVALHO FRANCO

**JOSÉ BARBOSA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA E DA IDENTIDADE SUL-MATO-GROSSENSE**

DOURADOS – 2022

STÉLLA CAROLINA CARVALHO FRANCO

**JOSÉ BARBOSA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA E DA IDENTIDADE SUL-MATO-GROSSENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Jérri Roberto Marin**.

DOURADOS – 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F825j Franco, Stélla Carolina Carvalho
JOSÉ BARBOSA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE
SUL-MATO-GROSSENSE [recurso eletrônico] / Stélla Carolina Carvalho Franco. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Jérri Roberto Marin.
Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. José Barbosa Rodrigues. 2. Mato Grosso do Sul. 3. Regionalismo. 4. Identidade. I. Marin,
Jérri Roberto. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

STÉLLA CAROLINA CARVALHO FRANCO

**JOSÉ BARBOSA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA E DA IDENTIDADE SUL-MATO-GROSSENSE**

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Jérri Roberto Marin (Dr., UFMS) _____

2º Examinador:

Ana Paula Squinelo (Dra., UFMS) _____

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

Á minha família e a todos os meus professores
e professoras.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação em período pandêmico foi extremamente difícil, foram muitos momentos sombrios e de incertezas. No entanto, contei com o apoio e o carinho de muitas pessoas que me incentivaram e, de alguma forma, contribuíram para realização da pesquisa.

Agradeço à minha família. À minha mãe, Cleide, e ao meu pai, João Batista, pelo apoio e amor incondicional, pelos ensinamentos, por tolerar todas as minhas ausências e os meus erros, por se preocuparem com a minha formação escolar e pelos incentivos que recebi desde que entrei na graduação até a finalização do mestrado. Obrigado por tudo, amo vocês!

Agradeço ao meu orientador, Jérri Roberto Marin, pelos quase cinco anos de orientação desde a iniciação científica e no trabalho de conclusão do curso e, agora, na pós-graduação. Muito obrigado pela cumplicidade, pelas rigorosas cobranças que me fizeram crescer academicamente, por toda paciência e cuidado dedicados ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Agradeço aos professores Paulo Roberto Cimó Queiroz e Ana Paula Squinelo pela disponibilidade e ensinamentos, pelas contribuições feitas no exame de Qualificação e pela presença na banca de defesa.

Meus agradecimentos ao professor Eudes Fernando Leite que, generosamente, me auxiliou durante o Estágio Docente, pelas sugestões de leituras, e a todos do quadro docente do PPGH/UFGD pela receptividade.

Aos amigos, não citarei nomes para não correr o risco de cair no esquecimento, meus agradecimentos pelo companheirismo e carinho e por compreenderem as minhas ausências e o afastamento temporário.

Meus agradecimentos aos professores e professoras da Escola Estadual Dolor Ferreira de Andrade, do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do curso de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, por me proporcionar uma educação pública de qualidade.

Agradeço, por fim, a CAPES pelo apoio financeiro, que foi fundamental para o desenvolvimento da dissertação, sinto-me honrada por ter sido bolsista. Espero – e luto – pela manutenção desse recurso, para que mais pesquisadores tenham a mesma oportunidade, pois a educação e a ciência resistirão a toda e qualquer tentativa de desmantelamento, assim como de negacionismo.

“O historiador da região é aquele que investe em seu desmonte, em seu desmantelamento pedra a pedra. É aquele que, a marteladas, a retorna à dispersão de ações e de falas, de acontecimentos que foi lhe dando forma e realidade. É aquele que se nega a fazer de sua escritura mais um texto a veicular, a reproduzir, a traduzir, a simular o rosto da região”

(Durval Muniz de Albuquerque Júnior)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a produção cultural de José Barbosa Rodrigues sobre a história de Mato Grosso do Sul. Para isso, foram selecionadas, pela relevância, as obras *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* (1978); o livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* (1978); *Histórias da Terra Mato Grossense* (1983); e *História de Mato Grosso do Sul* (1984). A proposta é analisar os conteúdos das obras, suas perspectivas interpretativas, seus recortes regionais, além de observar como Rodrigues alicerçou a identidade local. Entre as preocupações está a exigência de situá-lo à época das escrituras das obras, bem como os problemas, as questões, os anseios, os olhares sobre o passado, projetos para o futuro e o contexto social, político e econômico em que escreveu os títulos. Deste modo, pretende-se questionar a construção do regional, suas identidades, verdades e essências. Mato Grosso do Sul foi criado por meio da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro, de 1977, e seu território foi desmembrado do estado Mato Grosso. Com o novo estado surgiu também a necessidade de criar o regionalismo sul-mato-grossense, isto é, símbolos culturais e cívicos, assim como a literatura, a história e a memória local. Diante desta emergência, além do governo estadual, diversas instituições e intelectuais mobilizaram-se a fim de construir a memória e a identidade coletiva de MS, entre eles José Barbosa Rodrigues, proprietário do jornal *Correio do Estado*. Rodrigues foi um intelectual criador e mediador que atuou nas esferas políticas, sociais e culturais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em sua trajetória, publicou dez obras e preocupou-se em divulgá-las a fim de atingir diferentes públicos, inclusive os estudantes. Criar uma história oficial, distinta daquela de Mato Grosso, era importante para instituir a nova região e para disseminar na sociedade os sentimentos de subjetividade e de pertencimento à comunidade sul-mato-grossense. Além disso, contribuiu para a fundação e a consolidação da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Assim, foi o responsável por fazer a primeira grande sistematização da história de MS e, como fundador de instituições, instituiu matrizes historiográficas que foram adotadas por outros memorialistas. Ao longo da sua vida também construiu redes de sociabilidades que envolveram o *Correio do Estado*, as instituições culturais, os políticos e o governo estadual, que, por extensão, o consolidaram como uma referência obrigatória no campo da história e das esferas cultural e política. Por isso, sempre foi homenageado e, após o seu falecimento, rememorado como uma das principais celebridades de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: José Barbosa Rodrigues. Mato Grosso do Sul. Regionalismo. Identidade.

ABSTRACT

The research aims to analyze the cultural production of José Barbosa Rodrigues about the history of Mato Grosso do Sul. For this, the following works were selected, due to their relevance: *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* (1978); the textbook *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* (1978); *Histórias da Terra Mato Grossense* (1983); and *História de Mato Grosso do Sul* (1984). The proposal is to analyze the contents of the works, their interpretative perspectives, their regional clippings, as well as to observe how Rodrigues grounded the local identity. Among the concerns is the need to situate the author at the time the works were written, as well as the problems, questions, longings, looks to the past, projects for the future, and the social, political, and economic context in which he wrote the titles. In this way, the intention is to question the construction of the regional, its identities, truths and essences. Mato Grosso do Sul was created through Complementary Law n. 31, of October 11, 1977, and its territory was separated from the state of Mato Grosso. With the new state also came the need to create the South Mato Grosso regionalism, that is, cultural and civic symbols, as well as literature, history and local memory. In face of this emergency, besides the state government, several institutions and intellectuals mobilized themselves in order to build the memory and the collective identity of MS, among them José Barbosa Rodrigues, owner of the newspaper *Correio do Estado*. Rodrigues was an intellectual creator and mediator who acted in the political, social and cultural spheres of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul. In his trajectory, he published ten works and was concerned in divulging them in order to reach different audiences, including students. Creating an official history, distinct from that of Mato Grosso, was important to establish the new region and to disseminate in society the feelings of subjectivity and belonging to the South Mato Grosso community. Besides this, he contributed to the foundation and consolidation of the Academia Sul-Mato-Grossense de Letras and the Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Thus, he was responsible for making the first great systematization of the history of MS and, as the founder of institutions, he instituted historiographic matrixes that were adopted by other memorialists. Throughout his life, he also built social networks that involved the *Correio do Estado*, cultural institutions, politicians and the state government, which, by extension, consolidated him as an obligatory reference in the field of history and in the cultural and political spheres. For this reason, he was always honored and, after his death, remembered as one of the main celebrities of Mato Grosso do Sul.

Keywords: José Barbosa Rodrigues. Mato Grosso do Sul. Regionalism. Identity

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do livro <i>Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado</i>	47
Figura 2 - Capa do livro <i>Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau</i>	49
Figura 3 - Imagens do livro didático <i>Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau</i> : cerimônia de assinatura da Lei Complementar n. 31 de outubro de 1977 e o mapa político de MS	49
Figura 4 - Imagens do livro didático <i>Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau</i> : Rio Paraná, Rio Paraguai, cidade de Campo Grande e o Pantanal	50
Figura 5 - Propaganda do livro didático <i>Mato Grosso do Sul: Para a 3ª série do 1º Grau</i> no jornal <i>Correio do Estado</i>	52
Figura 6 - Propaganda <i>Isto é Mato Grosso do Sul - o primeiro e mais completo trabalho sobre o estado de Mato Grosso do Sul: de Pedro Aleixo (1524) a Harry Amorim Costa (1978)</i> no jornal <i>Correio do Estado</i>	55
Figura 7 - Propaganda <i>Veja se o seu nome já entrou na história do Mato Grosso Do Sul</i> no jornal <i>Correio do Estado</i>	56
Figura 8 - Propaganda <i>O melhor presente</i> e as reportagens <i>Matogrossense do Sul, um nome e um símbolo divisionista</i> e <i>Mato Grosso do Sul: antes, um viveiro de índios</i> no jornal <i>Correio Estado</i> , 30 de dezembro de 1978.....	57
Figura 9 - Capa do livro <i>Histórias da Terra Mato Grossense</i>	60
Figura 10 – Propagandas <i>Histórias da Terra Mato Grossense: lances de heroísmo no sertão</i> e <i>Você não pode deixar de ler este livro!</i> no jornal <i>Correio do Estado</i>	64
Figura 11 - Capa da obra <i>História de Mato Grosso do Sul</i> e contracapa autografada por José Barbosa Rodrigues.....	66
Figura 12 - Propaganda <i>O livro que faltava</i> no jornal <i>Correio do Estado</i>	68
Figura 13 - <i>Suplemento Literário</i> : publicação das primeiras cadeiras e membros da ALH-CG em 1972.	143
Figura 14 - <i>Suplemento Literário</i> : publicação das cadeiras e membros da Academia Sul-Matogrossense de Letras em 1978.....	145
Figura 15 - Cartaz de divulgação da <i>2ª Roda Acadêmica</i> da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras: <i>Leituras & conversas sobre Prof. J. Barbosa Rodrigues, escritor e fundador do Grupo Correio do Estado</i>	161

Figura 16 - Recorte da capa do jornal <i>Correio do Estado</i> , 30 de junho de 2016: manchete do Correio B - <i>José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo</i>	164
Figura 17 - Centenário de José Barbosa Rodrigues.....	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALH-CG – Academia de Letras e História de Campo Grande

ASL – Academia Sul-Mato-Grossense de Letras

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

UDN – União Democrática Nacional

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

IHGMS – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

SMT – Sul do antigo Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. O ENGAJAMENTO DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE REGIONAL	25
1.1 José Barbosa Rodrigues e a construção da história de Mato Grosso do Sul	28
1.2 As produções historiográficas de José Barbosa Rodrigues: entre publicações e as estratégias de divulgação no jornal <i>Correio do Estado</i>	41
1.3 José Barbosa Rodrigues: sócio de instituições culturais e o papel de intelectual mediador	71
II. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MATO GROSSO DO SUL NO OLHAR DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES (1524-1870)	80
2.1 A presença espanhola na história de Mato Grosso do Sul.....	82
2.2 A estigmatização dos povos indígenas e o enaltecimento da colonização portuguesa	87
2.3 O povoamento do sertão (sul) mato-grossense: a imagem do pioneiro civilizador e o silenciamento da escravidão negra	97
2.4 A Guerra do Paraguai: heróis e episódios memoráveis.....	102
III. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS E A CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL NO OLHAR DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES (1870-1982)	111
3.1 A Companhia Mate Laranjeira e a Ferrovia Noroeste do Brasil: símbolos da pujança econômica e da modernidade regional	113
3.2 A mistificação do divisionismo: uma luta secular?	118
3.3 A instalação de Mato Grosso do Sul e as expectativas em torno do Estado-Modelo.....	127
3.4 O ufanismo de Rodrigues: Mato Grosso do Sul como celeiros de farturas.....	133
IV. JOSÉ BARBOSA RODRIGUES E A INTELLECTUALIDADE SUL-MATO-GROSSENSE: REDES DE SOCIABILIDADES E PRÁTICAS DE CELEBRAÇÕES E AUTOCULTUAÇÕES	140
4.1 O meio intelectual em torno da ASL	141
4.2 A prática de autocultuação em torno de José Barbosa Rodrigues	146
4.3 As homenagens a José Barbosa Rodrigues de políticos, dos militares e do governo estadual	154

4.4 As homenagens póstumas a José Barbosa Rodrigues	157
4.4 O centenário de nascimento de José Barbosa Rodrigues	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS E FONTES	174
5.1. Referências Bibliográficas.....	174
5.2 Fontes	179
5.2.1 Jornais.....	181
5.2.2 Fontes eletrônicas e <i>sites</i>	185
5.3 Documentos	186

INTRODUÇÃO

A criação do estado de Mato Grosso do Sul (MS), em 1977, trouxe desafios ao governo estadual, às elites regionais e aos diferentes grupos sociais e indivíduos engajados na construção do regionalismo: era necessário criar uma nova região, com recortes geográficos, políticos e culturais. Para tal, o governo mobilizou instituições, grupos e intelectuais a fim de conceber a memória e a identidade regional. Segundo Queiroz (2007, p. 158-159), foi um contexto singular de “construção, às pressas, de um discurso ‘histórico’” a partir do qual “[se formaliza] um discurso identitário flagrantemente mais simplificador e grosseiro” com aspectos retóricos e autocelebrativos.

O jornalista e memorialista¹ José Barbosa Rodrigues engajou-se neste trabalho, forjando a região, o regionalismo, a memória e a identidade de MS. Desta forma, suas produções culturais dirigiram-se para a construção de subjetividades e aspectos comuns à coletividade, como tradições, história, geografia e heróis. Diante da emergência de escrever a história de MS e de criar vínculos identitários, Rodrigues publicou vários livros, responsabilizando-se pela difusão de sua própria produção cultural, sendo favorecido por ser proprietário do jornal *Correio do Estado*, fundado em 1954, e pelos vínculos que mantinha com políticos, empresários, profissionais liberais e com o governo estadual. Ao longo de sua vida escreveu dez obras², a maioria sobre a história de MS e sobre a cidade de Campo Grande, além de

¹ Para Mendes (2007, p. 37-38), “o memorialista não é um historiador, nem um cronista apenas, trata-se, na verdade, de uma testemunha da História”, sendo sua escrita e narrativa organizada de acordo com a sua perspectiva pessoal. Domingues (2011, p. 2, grifos meus) apontou que a principal diferença entre o trabalho historiográfico e o memorialístico são as regras teórico-metodológicas, condições básicas para as produções acadêmicas que muitas vezes são ignorados pelos memorialistas. Neste sentido, ele frisa que os memorialistas “utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos [...] o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica –, sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas [...] Muitas vezes esses escritores realizam e realizaram pesquisas de fôlego, debruçando-se durante anos sobre arquivos apesar de *quase sempre não divulgarem quais foram os arquivos pesquisados, não utilizarem referências, e, às vezes, na escrita, misturarem o que é de sua autoria com citações de documentos consultados ou de autores lidos*” (DOMINGUES, 2011, p. 2, grifos meus). Considerando tais critérios, Rodrigues pode ser definido como memorialista, pois suas obras, além da carência de recursos teóricos e metodológicos, raramente apresenta as fontes e referências consultadas. Em entrevista para Maria da Glória Sá Rosa (1999 p. 105), ele afirmou que “começou as pesquisas, selecionando todos os artigos que encontrava a respeito do município [Campo Grande] e, mais tarde, conversando com pessoas ligadas à história da cidade, como Arlindo de Andrade Gomes e Demóstenes Martins”. Assim, de acordo com Sá Rosa (1999 p. 105, grifos meus), durante “mais de 20 anos”, Rodrigues teria ficado “até duas, três horas da manhã, transformando os casos ouvidos em texto, que depois reuniu e publicou em livros”.

² As obras publicadas por Rodrigues são: *Palavras de um Professor* (1949), *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* (1978), *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* (1978), *Campo Grande, meu amor* (1978), *História de Campo Grande* (1980), *História da Terra Mato Grossense* (1983), *História de Mato Grosso do Sul* (1984), *Glossário Mato Grossense* (1987), *Primeiro jornal de Campo Grande* (1989), *Pedras Lascadas* (1998).

produções poéticas. Além disso, ele integrou o grupo de intelectuais, denominados por Amarilha (2006) como “*homens de letras de MS*”³, isto é, homens que atuavam no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) e na Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL). Em março de 2003 faleceu, aos 86 anos.

Logo após a criação de MS, Rodrigues dedicou-se à construção do regionalismo – definido aqui como um “conjunto de prática discursiva e não discursiva que funda uma região”. Desta forma, fabricou a região e produziu suas especificidades, trazendo-a à existência como uma região conhecida e reconhecida (ALBUQUERQUE, 2008, p. 66). Ao fazer emergir a região, criava subjetividades ao estabelecer o companheirismo entre seus moradores, ou seja, sentimentos de pertencimento ao novo estado, onde todos deveriam se reconhecer e se referenciar. Nos termos de Benedict Anderson (2008), ele procurou construir uma pequena *comunidade imaginada*⁴ e uma “profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34). Segundo Bourdieu (1989, p. 116), o discurso regionalista, como o de Rodrigues, é um discurso performativo “que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada”. A eficácia desse discurso é, portanto, proporcional à autoridade que o anuncia – “o acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida”.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a produção cultural de José Barbosa Rodrigues sobre a história de MS. Para isso, foram selecionadas, pela relevância, as obras *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* (1978); o livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* (1978); *Histórias da Terra Mato Grossense* (1983); e *História de Mato Grosso do Sul* (1984).

A proposta é analisar os conteúdos das obras, suas perspectivas interpretativas, seus recortes regionais, além de observar como Rodrigues alicerçou a identidade regional coletiva.

³ Em sua dissertação *Os Intelectuais e o Poder: História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso do Sul* (2006), Amarilha (2006, p. 176, 180, grifos meus) define os homens de letras de MS como intelectuais ligados às instituições IHGMS e ASL e estiveram engajados na construção da identidade sul-mato-grossense: “A construção identitária sul-mato-grossense por parte dos *homens de letras de MS* tem um destaque especial para a história, especialmente para criar e estabelecer os heróis, o hino, o epônimo, o gentílico entre outros símbolos culturais para o estado de Mato Grosso do Sul. Evidentemente, instituído de concordância com a elite dominante no estado” [...] “os homens de letras do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL) tentam reforçar a difusão da história regional, uma vez que há um empenho, por parte dos sócios dessas entidades, em construir símbolos que representassem [...] uma tradição em amor às terras sul-mato-grossenses”.

⁴ Segundo Benedict Anderson (2008, p. 32-34), a nação é uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. As comunidades supostamente imaginam-se como iguais, mas não o são, pois a coesão nacional é, na realidade, artificial. No entanto, as definições apresentadas para nação trazem uma reflexão sobre a face do nacionalismo e do espírito comunitário que envolve a todos de uma nação.

Entre as preocupações estará a de situá-lo à época das escrituras das obras, com seus problemas, questões, anseios, olhares sobre o passado e projetos para o futuro. Ao salientar esses aspectos pretendo situá-lo em seu meio e no contexto social, político e econômico em que escreveu os títulos. Segundo Fernand Braudel, trata-se de contextualizar os indivíduos, para, assim, torná-los “inteligíveis ao preço de revelar sua fundamental desimportância” (BRAUDEL *apud* BURKE, 1997, p. 47). Lê-lo, portanto, é ouvir o pensamento brasileiro, mato-grossense e sul-mato-grossense das décadas de 1970 a 1980. Acredito que o referido autor não está superado, desde que seja lido em sua época e com as suas problemáticas. Ou seja, ele é fruto de um tempo e, sendo assim, não é possível negar o contexto em que esteve inserido, assim como o impacto de sua produção cultural naquele momento.

Os alicerces construídos por Rodrigues, naturalmente, são incorporados ao longo da narrativa em forma de eventos e de personagens heroicos, mitos de fundação, datas, cerimônias e na superestimação de aspectos geográficos, humanos e físicos. Vale ressaltar que essa categorização resulta de uma organização mental e que, no decorrer da pesquisa, passou por mudanças e reorganizações. Considerando que a leitura de uma obra nunca é esgotada, não busco estabelecer uma análise definitiva ou explorar todos os aspectos e possibilidades, mas contribuir com as pesquisas sobre a memória e a identidade regional e para a desmitificação da história de MS.

Deste modo, os enfoques propostos pressupõem a postura metodológica de *historiador do regional*⁵, como foi descrita por Albuquerque Júnior (2008, p. 64), ou seja, “aquele que [põe] em questão as versões, as identidades, as verdades, as essências atribuídas às regiões” e “se voltaria contra qualquer cristalização do regional”. O historiador do regional “é aquele que trata do que lhe é mais próximo, do que lhe é mais caro, do que lhe é mais visto e sentido como sendo seu, para deles se afastar, conseguindo estranhá-los, torná-los estrangeiro, tratá-los como algo estranho, nunca visto, nunca conhecido”.

A análise das obras de Rodrigues seguirá duas grandes dimensões. A primeira está relacionada ao contexto de produção das obras, incluindo a rede de sociabilidade intelectual e política em que autor estava inserido. A segunda é a análise de conteúdo da produção

⁵ Albuquerque Júnior (2008, p. 59-60, 63-64, grifo meu) estabelece uma diferenciação entre o historiador regional e o historiador do regional. O primeiro dedica-se à construção de um saber “a *serviço das forças, dos interesses e projetos políticos* que deram forma ou que sustentam um dado espaço dito e visto como regional”, visto que “não é muito incomum que os ditos historiadores regionais embarquem no discurso do resgate, da busca das raízes regionais, da preservação das tradições, dos costumes ou do patrimônio regional”. E o segundo, o historiador do regional, é aquele que procura questionar esse dado recorte, “não é afirmar a região, é *colocá-la em questão*, é suspeitar de sua existência naturalizada”.

historiográfica selecionada, com a finalidade de averiguar como sua narrativa estava carregada de *violência simbólica*, considerados, conforme Bourdieu (1989, p. 11), “instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação”. Seu conteúdo será examinado por eixos temáticos, divididos nos recortes temporais de 1524 a 1870 (da colonização europeia até o desfecho da Guerra do Paraguai); e de 1870 a 1983 (da delimitação de fronteira após a Guerra do Paraguai até a posse de Wilson Barbosa Martins como governador de MS). Essa divisão leva em consideração o plano de exposição, a periodização dada pelo autor e o perfil de seu enredo com características factuais, anacrônicas e presentistas.

O *Suplemento Literário/Cultural*⁶ é uma peça primordial para estudar o engajamento dos intelectuais regionais na esfera cultural, isto é, uma fonte imprescindível para analisar as redes de sociabilidades entre os intelectuais sul-mato-grossense. Publicado desde 1972, aos sábados, no jornal *Correio do Estado*, é uma rica fonte da atuação e vinculação de Rodrigues no meio intelectual sul-mato-grossense, principalmente campo-grandense, uma vez que nas inúmeras edições desse suplemento foram publicadas notícias, artigos, notas de divulgação de obras e eventos sobre a vida literária e cultural de MS. É por meio do *Suplemento Literário/Cultural* e da *Revista da Academia de Letras Sul-Mato-Grossense*⁷ que será, por exemplo, investigada a conexão de Rodrigues com as instituições culturais, a ALH-CG/ASL e o IHGMS. Neste sentido, vale destacar que no IHGMS há um número inferior de notícias, posto que as publicações são administradas pela academia de letras. O jornal *Correio do Estado*, ao contrário, por ser o principal meio de divulgação das obras de Rodrigues, tornou-se um espaço para revelar seus interesses e seus desejos, como ele queria ser visto e suas obras lembradas.

⁶ O *Suplemento Literário* foi criado em 1972 pelos intelectuais Otávio Gonçalves Gomes e José Couto Vieira Pontes com o objetivo de divulgar as produções e atividades culturais locais. Desde a sua formação, contou com o auxílio de José Barbosa Rodrigues, que cedeu um espaço do seu jornal para a coluna ser publicada. Publicada aos sábados no jornal *Correio do Estado*, sob a responsabilidade da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, em 1983, passou a denominar-se *Suplemento Cultural*. Para realização desta pesquisa foram consultadas edições, desde sua criação, em 1972, até a atualidade, com o objetivo de investigar a participação de Rodrigues no meio intelectual e cultural sul-mato-grossense, bem como a circulação de seus artigos publicados e as homenagens recebidas. No total foram pesquisadas 2.220 edições do *Suplemento Literário/Cultural*, mas o foco foram as edições que tivesse vestígios sobre a articulação dos intelectuais na no campo cultural do novo estado, as suas redes de sociabilidade ou quando o nome de Rodrigues estava em evidência.

⁷ A ASL criou sua revista em setembro de 2003, quando Francisco Leal Queiroz estava na presidência da instituição, com o objetivo de ser uma continuidade do *Suplemento Cultural*, ampliar a divulgação das produções de seus membros e realizar homenagens. A *Revista da Academia de Letras Sul-Mato-Grossense* contém vinte e seis edições, publicadas em períodos irregulares: setembro e dezembro de 2003; março, junho, setembro de 2004; março, junho, setembro de 2005; agosto de 2006; outubro de 2007; agosto, outubro e dezembro de 2008; dezembro de 2009; janeiro, setembro e dezembro de 2010; setembro, dezembro de 2011; junho e novembro de 2012; julho e novembro de 2013; julho e novembro de 2014.

Investigar um intelectual não consiste em realizar sua biografia, tributo ou crítica. Sua trajetória de vida, ideias e produção cultural são vestígios de uma época e de uma sociedade, isto é, um produto histórico multifacetário e que está posto aos estudiosos. Sirinelli (2003, p. 232), neste sentido, afirmou que estudar a história dos intelectuais é estar diante de um campo histórico autônomo e aberto, que se entrecruza com outras histórias - política, social e cultural. De acordo com Sirinelli (2003, p. 242-243), o conceito de intelectual é problemático por ser polimorfo e polifônico, ou seja, sofreu constantes mutações sociológicas que tornam imprecisa a sua definição. Em função disso, “seria ilógico propor uma definição demasiado rígida” ao mesmo tempo em que, “sem um mínimo de harmonia quanto à definição, o estudo dos intelectuais fica reduzido à ineficácia”. Já para Bobbio (1997, p. 109), os intelectuais são um “conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de ideias” que têm a “tarefa específica” de elaborar o “sistema de ideia de uma determinada sociedade”.

Seguindo a perspectiva de Gomes e Hansen, considera-se Rodrigues um *intelectual mediador* ou *mediador cultural*⁸, por produzir, divulgar ou, em outros termos, por “se [dedicar] à comunicação com públicos externos às comunidades de experts” e que “se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens”. O intelectual é “um profissional especializado em atingir um público não especializado”, mas não se restringe apenas à tarefa de divulgar e mediar, pois o mesmo indivíduo pode acumular diferentes funções ao mesmo tempo ou ao longo de sua vida. O termo não é empregado no sentido de hierarquização ou rótulo, mas de forma analítica para investigar a complexidade de sua atividade intelectual e de produção de seus bens simbólicos (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18-22).

Estudar um mediador cultural é também entender algumas implicações: ele pode acumular funções, ter diferentes posições em sua vida profissional; pode ser só mediador ou ser ao mesmo tempo criador, atuar em vários tipos de mediação cultural, além das implicações teóricas. Desta forma, “a figura do mediador cultural é, assim, desafiadora, não só por questões teóricas constitutivas de sua atividade intelectual, como igualmente pelas numerosas

⁸“Estes sujeitos serão aqui nomeados como intelectuais mediadores ou, simplesmente, mediadores culturais, sendo seus diversos tipos de ação, [...] designados como atividades ou práticas de mediação cultural. Opção, portanto, associada ao recorte teórico-metodológico do livro, que se concentra em estudos de caso de práticas de mediação cultural desenvolvidas por intelectuais. Essa afirmação, aparentemente simples, exige, ao menos, dois esclarecimentos complexos. O primeiro deles é o de que reconhecemos que as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores [...]. O segundo esclarecimento, por conseguinte, remete à questão de se procurar delinear o conceito de intelectual com o qual operamos e, mais especificamente, ainda que de forma ensaística, o que poderia ser chamado de um intelectual mediador” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9-10).

possibilidades de funções que pode exercer ao mesmo tempo e através do tempo” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 22).

De acordo com Gomes e Hansen (2016, p. 22-27), estipular quem é um intelectual mediador é uma tarefa custosa, pois não há uma ordem de caracteres fixos ou rígidos, assim como não há atividade profissional e intelectual imutáveis. É somente por meio da pesquisa, do levantamento e do cruzamento de características de um indivíduo – variáveis culturais e econômico-sociais, produções desenvolvidas, perfil ou a função profissional e comunicativa, ligação com algum projeto - que se faz possível responder se ele atuou como um mediador. Com isso, para definir Rodrigues como um intelectual mediador, foram adotados alguns critérios: a linguagem e o público destinatário de seus livros, o seu potencial comunicativo como jornalista, escritor, poeta e proprietário do jornal *Correio do Estado*, a sua atuação em instituições culturais, o seu *status* e influência na sociedade campo-grandense.

Bungart Neto (2008, p. 78) observou que as produções culturais dos memorialistas regionais são praticamente desconhecidas dos leitores e dos pesquisadores, sendo necessário preencher “esta lamentável lacuna”. As obras memorialistas sul-mato-grossenses, enquanto tema de pesquisa no campo historiográfico, têm proporcionado uma série de trabalhos ilustrativos do interesse que o tema desperta no campo acadêmico⁹. Porém, ainda há muito o que ser estudado, uma vez que existe uma diversidade de autores e de produções, em diferentes contextos, a serem analisadas.

No caso de Rodrigues, as dissertações *Os Intelectuais e o Poder: História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso do Sul* (2006), de Carlos Magno Mieres Amarilha, e *Mato Grosso do Sul: Labirintos da memória* (2006), de Ricardo Souza da Silva, são pesquisas que abordaram tangencialmente as produções do autor. Assim, torna-se relevante um estudo que aprofunde a análise sobre suas obras e estude as suas produções culturais; com isso, procuro contribuir com os debates e estudos sobre o regionalismo, a memória e a identidade sul-mato-grossense.

Bungart Neto (2008, p. 78) ressaltou a importância de estudar as obras dos memorialistas, assim como as crônicas e a poesia regional, pois elas são partes essenciais de

⁹ Para citar alguns exemplos de dissertações que versam sobre o tema, em específico do Repositório de Pesquisa do Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), destacam-se: *Pantanal da Nhecolândia: História, Memória e a construção da Identidade* (2005), de Gilson Lima Domingos; *Mato Grosso do Sul: labirintos da memória* (2006), de Ricardo Souza da Silva, e *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul* (2006), de Carlos Magno Meires Amarilha; *A construção da identidade douradense (1920 a 1990)* (2009), de Mercolis Alexandre Ernandes; *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso* (2010), de Camila Cremonese-Adamo; *As contradições da modernidade na obra “Livro sobre nada” (1996) de Manoel de Barros* (2012), de Fernanda Martins Da Silva; *“Um povo sem identidade cultural definida”: José Octávio Guizzo e a construção da identidade sulmato-grossense (1967-1989)*, de João Pedro Ribeiro Pereira (2017).

um processo histórico, cultural e político. Esse tipo de produção, principalmente nos anos de 1970 e 1980, “mesmo narrando fatos passados há várias décadas, foram produzidos durante ou a partir dos anos 70, participando, assim, da fixação de um momento de transição histórica para a região, com o desmembramento do estado de Mato Grosso”. Sendo assim, as obras memorialistas sul-mato-grossenses são fontes substanciais sobre a formação cultural do estado, cabendo aos pesquisadores examinar a sua historicidade:

Cabe a nós, pesquisadores do Mato Grosso do Sul, descobrirmos e valorizarmos estas obras que são, no mínimo, registros essenciais da história, da cultura e dos costumes locais, sensíveis relatos e lembranças pessoais que, em contexto mais amplo, participam da memória coletiva do estado, encravado no limiar entre a tradição histórica e a novidade de sua breve existência política (BUNGART NETO, 2008, p. 90).

Em relação à figura de Rodrigues, há uma vasta produção celebrativa e elogiosa de intelectuais preocupados em preservar sua memória. Entre eles destacam-se: *História da Literatura Sul-Mato-Grossense* (1981), de José Couto Viera Pontes; *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história* (1999), de Maria da Glória Sá Rosa; *Grandezas da literatura sul-mato-grossense* (2011) de Guimarães Rocha, além de edições do *Suplemento Cultural* do jornal *Correio do Estado*, com várias reportagens publicadas na imprensa local, e os artigos da *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, como *O homem lenda* (2010), de Heliophar de Almeida Serra, e de outros membros, tais como Reginaldo Alves Araújo, Geraldo Ramon Pereira e Enilda Mongenot Pires.

Para desenvolver a pesquisa serão utilizados como referenciais teóricos os conceitos de região, memória, identidade e representação. De acordo com Albuquerque Júnior (2008, p. 62), a região é um produto de elaborações e investimento nas esferas do econômico, do social, do político, do religioso, do artístico e do moral. Ela resulta das invenções humanas que “nascem das práticas de significação e de ordenamento do mundo feito pelos homens”, contudo, traz consigo “estratégias de poder, de domínio, de controle, de separação, de inclusão e exclusão”. É construída por discursos, ações, além de práticas não-discursivas que criam essas noções espaciais e são bases para projetos políticos, administrativos, culturais e estéticos que, por sua vez, definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, regiões e nações.

A memória coletiva é compreendida como uma sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país ou de uma região e é construída e reconstruída discursivamente e também por meio de rituais, emblemas, monumentos, mitos, entre outros. O passado coletivo pode ser recordado quanto reinventado a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem, tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos. Enfim, a memória de um indivíduo ou de

um país/região está na base da formulação das identidades e das subjetividades ((HALBWACHS, 2004, p. 57-59).

Para Pollak (1989, p. 9), a memória é construída por meio de uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado” que tem o objetivo de definir a coletividade e de “reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais”. E a construção da identidade “é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros” (POLLAK, 1992, p. 204). Para legitimar uma identidade busca-se, como referência, um passado glorioso, que é embasado nos acontecimentos históricos (WOODWARD, 2009, p. 28).

As representações, por sua vez, são classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Chartier (2009, p. 51-52) afirmou que as representações não são meras imagens das realidades, elas têm uma “energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é”. Essas são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais que aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses de quem as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes, pois as lutas de representações são lutas de imposição de determinada concepção de mundo social a outro ou ao mesmo grupo.

Para examinar as fontes de estudo sigo as contribuições de Bardin (2011, p. 15-48), para quem a *análise de conteúdo*¹⁰ é um conjunto de instrumentos metodológicos que pode ser aplicada em conteúdos e continentes diversificados, baseada na inferência. Para realizar essa abordagem é preciso considerar a “origem das mensagens”, isto é, o emissor, o seu contexto ou os efeitos de suas mensagens. O analista, por sua vez, deve criar todo um “jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver”.

Desta forma, a análise de conteúdo será aqui utilizada na proporção da dimensão da pesquisa, sendo adaptada e recriada diante dos diálogos e questionamentos feitos às fontes. É uma tarefa de “desocultação”, de “desvendar crítico”, em que a sua inferência não consiste em meras descrições, mas em crítica desenvolvida de maneira inteligível e coerente (BARDIN, 2011, 15, 20). Prost (2008, p. 57, 64) defende a utilização do método crítico para analisar os

¹⁰ Conforme Bardin (2011, p. 35-38), “a análise de conteúdo de mensagens deve ser aplicável - com maior ou menor facilidade, é certo - a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte [...]. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento [...]. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações [...]. Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo”.

conteúdos, pois há necessidade do confronto, da análise, em determinado sentido “a crítica é a própria história” como também “[a única apropriada] à história”.

Os resultados da pesquisa serão organizados em quatro capítulos. No primeiro apresento um panorama geral do engajamento dos intelectuais regionais na construção da memória e da identidade para MS, após 1977, realçando o desempenho de José Barbosa Rodrigues e as instituições em que ele esteve inserido. Também examino os aspectos gerais de suas obras - elementos textuais, paratextuais e catalográficos - a seleção e a organização dos conteúdos, assim como as carências, mudanças e o amadurecimento de sua narrativa, e a ausência de um rigor científico. Também destaco como o jornal *Correio do Estado* exerceu a função de propagandear essas obras para alavancar as vendas e, por fim, situo José Barbosa Rodrigues como um intelectual mediador.

No segundo analiso o conjunto de dados que serviu de alicerce para a história de MS construída por Rodrigues, bem como os recortes temporais, os eventos históricos, os personagens e as datas que foram selecionados a fim de criar o regionalismo sul-matogrossense. O primeiro recorte temporal corresponde ao período entre 1524 a 1870, destacando a expedição do aventureiro europeu Aleixo Garcia, os povos indígenas, as colonizações espanhola e portuguesa, a presença dos bandeirantes e monçoeiros, o processo de povoamento branco e a escravidão dos afrodescendentes, os heróis e principais eventos da Guerra do Paraguai.

Dou continuidade à análise desse alicerce no capítulo três, agora abrangendo o período de 1870 a 1983. Assim, abordo as transformações econômicas e sociais após o conflito bélico no sul de Mato Grosso, tais como a delimitação das fronteiras, o desenvolvimento da economia ervateira, a construção da estrada de ferro, os fluxos imigratórios. Destaco também a narrativa em torno do movimento divisionista, a criação de MS e a sua instalação, dados geográficos e a infraestrutura regional da década de 1970, e o panorama político até a posse de Wilson Barbosa Martins para governador, em 1983.

No quarto e último capítulo enfoco a prática de autocelebração entre os intelectuais regionais e as redes de sociabilidade nas quais José Barbosa Rodrigues esteve inserido e onde foi cultuado por diferentes escritores, políticos, instituições, imprensa e pelo governo estadual, seja em homenagens que recebeu em vida e póstumas, seja em obras memorialistas, no jornal *Correio do Estado*, no *Suplemento Cultural*, na *Revista da Academia de Letras Sul-Matogrossense*, em premiações e eventos.

A pesquisa da dissertação derivou de estudos anteriores, quando, em agosto de 2018, durante a graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, e do trabalho de conclusão de curso, apresentado em novembro de 2019, ambos orientados pelo professor Jérri Roberto Marin. Agora, no mestrado, tive a oportunidade de aperfeiçoar e ampliar a pesquisa.

No entanto, nos dois últimos anos, não foi fácil prosseguir estudando. Foram momentos assustadores vividos devido à pandemia do vírus SARS-CoV-2, a COVID-19, em que o mundo teve que reaprender a viver. Com o isolamento social a educação, da básica à superior, teve que se adaptar às novas circunstâncias. No meu caso em específico, tanto as disciplinas a serem cursadas quanto a pesquisa foram afetadas pela não realização das aulas presenciais, pelo ensino à distância, pela impossibilidade de coletar as fontes, além da ansiedade e da melancolia que se fizeram sentir de forma tão intensa. Dificuldades, naturalmente, não comparáveis às vidas perdidas no Brasil, sobretudo pela negligência governamental e seus posicionamentos negacionistas. Não foi apenas uma gripezinha, mas uma pandemia com consequências desastrosas e que deixarão marcas imensuráveis.

I. O ENGAJAMENTO DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE REGIONAL

José Barbosa Rodrigues, filho de Gabriel Barbosa Martins e Júlia Barbosa Rodrigues, nasceu em 30 de junho de 1916, em Poços de Caldas, Minas Gerais. Ao terminar o ginásio estudou filosofia e depois trabalhou com seu pai na empresa funerária da família. Em 1943, aos 27 anos, mudou-se para Mato Grosso (MT), juntamente com sua esposa, a professora Henedina Hugo Rodrigues, e seu filho primogênito José Maria Hugo Rodrigues. Eles pretendiam fixar-se em Ponta Porã, porém, ao chegarem a Campo Grande, mudaram os planos diante da possibilidade de encontrar emprego.

Silva (2006, p. 59-60), ao pesquisar sobre a transferência da família de Minas Gerais para o sul de Mato Grosso, levantou duas hipóteses: a primeira é que eles teriam sido atraídos pelas repercussões positivas da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com a expectativa de adquirir terras a um preço baixo e usufruir do crescimento econômico da região; a segunda considera que o destino final era Ponta Porã. Rodrigues tinha, inclusive, uma carta destinada ao governador do Território Federal de Ponta Porã, evidenciando que tinha ligações com políticos e com os interventores do governo de Getúlio Vargas e que sua mudança tinha um viés político-partidário (SÁ ROSA, 1999).

Em Campo Grande, Henedina conseguiu trabalho na Escola Boa Vista, na região mantida por imigrantes japoneses, conhecida como Mata do Ceroula, e no ano seguinte, em 1944, Rodrigues começou a lecionar na mesma instituição, onde permaneceu até o ano de 1946. Posteriormente, atuou como inspetor da escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora. Em 1949, foi convidado a lecionar a disciplina de Metodologia e Didática na Escola Normal Joaquim Murtinho¹¹.

Rodrigues, no entanto, não atuou apenas como professor. Para complementar a renda familiar procurou outros trabalhos. Em entrevista com Sá Rosa (1999) afirmou: “não fiquei muito tempo no ensino, o salário era pequeno e precisava desdobrar-me para sustentar a família, [então] fui trabalhar na Imprensa” (RODRIGUES *apud* SÁ ROSA, 1999, p. 100). Ele começou

¹¹ Em comemoração ao centenário de Campo Grande, Sá Rosa (1999) reuniu 20 personalidades, todas elas representantes da história e da cultura da cidade, para serem entrevistadas. Em 1999, publicou a obra *Deus quer, a homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história*, na qual Rodrigues, um dos entrevistados, fala sobre a sua trajetória de vida, desde a infância em Minas Gerais até a sua gestão à frente do grupo *Correio do Estado*. Contudo, há algumas lacunas de informações quanto à sua formação acadêmica, quando menciona ter estudado filosofia, enquanto atuava como professor, e até mesmo quando começou a escrever artigos para jornal. Neste sentido, foram descritos apenas os cargos e os empregos que Rodrigues ocupou durante a vida.

pelo cargo de faxineiro no *Jornal do Comércio* e, posteriormente, passou a publicar alguns artigos, os quais renderam o convite para trabalhar na redação.

Em 1954, o jornal *Correio do Estado* foi criado por membros regionais da União Democrática Nacional (UDN), liderados por Fernando Correa da Costa, com o propósito de ser um veículo de propaganda partidária¹². Como afirmou um dos seus fundadores, Wilson Barbosa Martins, “naquela época nossos companheiros de política enfrentavam dificuldades com matérias veiculadas no jornal *O Matogrossense*, que não nos dava espaço [...] então que decidimos criar um diário próprio, que desse voz às nossas causas” (MARTINS, 2012, p. 227). Sobre o contexto de fundação e as mudanças no gerenciamento do jornal, Furlanetto (2018, p. 23-24) afirmou:

O *Correio do Estado*, por sua vez, foi criado em Campo Grande no dia 7 de fevereiro de 1954, por um grupo de políticos da região sul de Mato Grosso ligado à UDN - União Democrática Nacional. Concebeu, portanto, uma grande força política ao partido que tinha muitos partidários em Campo Grande. Por essas razões, apresentava abertamente suas finalidades políticas [...] Três anos após a fundação do *Correio do Estado* algumas mudanças ocorrem na chefia do jornal. José Barbosa Rodrigues, que começou como zelador no *Jornal do Comércio* e tempos depois passou a ser redator, assumiu a editoria-chefe do jornal antes comandado por um grupo. Ao ganhar maior importância nas decisões da direção e capital financeiro, Rodrigues comprou a parte de Costa Moraes e se tornou dono do *Correio do Estado* (FURLANETTO, 2018, p. 23-24).

Rodrigues foi convidado a integrar a equipe de redatores do *Correio do Estado*. Porém, após a vitória eleitoral de Correa da Costa, em 1960, os políticos perderam o interesse em mantê-lo funcionando. Na época, Rodrigues, que atuava como gerente da empresa, decidiu comprar as ações de antigos sócios e, pouco tempo depois, tornou-se o único proprietário. Com isso, sua família começou a administrar o jornal e seus filhos passaram a trabalhar em vários setores¹³.

¹² Entre os sócios da UDN de MT “estavam o governador Fernando Correa da Costa, o deputado estadual José Fragelli (que ocupou o cargo de diretor-presidente do jornal) e José Inácio da Costa Moraes (financiador do projeto). Também foram mentores do *Correio do Estado* o senador e ex-prefeito de Campo Grande Vespasiano Martins, Wilson Barbosa Martins e Laucídio Coelho, todos eles referência nos setores político, jurídico ou econômico da região sul de Mato Grosso” (FURLANETTO, 2018, p. 23).

¹³ Ao idealizar Rodrigues, Sá Rosa (1999, p. 102) destacou seu empreendedorismo, primeiro para manter o jornal em circulação e, depois, ao se tornar o principal acionista da empresa: “Com todas aquelas velhas máquinas, e ainda sem dispor de uma infra-estrutura econômica, José Barbosa Rodrigues, na época gerente decidiu lutar, para pôr o Jornal na rua, estimulado por José Moraes, que nele havia colocado todas as economias. A sede era na Rua 14 de Julho, ao lado da Livraria Trouy. Dispensou os funcionários antigos, protegidos de deputados e contratou elementos novos, dispostos a dar novo alento ao Jornal. Mais tarde, quando José Moraes (José da Primorosa) desistiu do Jornal, José Barbosa Rodrigues sentiu que era sua hora de progredir e então adquiriu a parte do acionista de Cuiabá e a de José Moraes”. O jornalista Thiago Andrade, numa reportagem sobre o centenário de José Barbosa Rodrigues, publicada no *Correio do Estado*, reafirmou a narrativa de Sá e também o enalteceu devido sua dedicação na manutenção do jornal, contando com auxílio da família: “Dois anos depois da criação, alguns

Ao longo de sua vida, Rodrigues manteve vínculos políticos com a UDN e, após o golpe civil-militar de 1964, com a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Posteriormente, com o fim do bipartidarismo, extinto pela lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, apoiou o PDS (Partido Democrático Social), fundado em 31 de janeiro de 1980. Já no contexto da divisão de MT, apoiou Pedro Pedrossian, membro da ala independente da ARENA¹⁴.

De acordo com Furlanetto (2018, p. 35-36), os proprietários dos jornais locais, a exemplo do *Correio do Estado* e *O Progresso*, tinham uma relação de interesses mútuos com alguns políticos regionais, pois estavam interessados em adquirir recursos financeiros, uma vez que “havia grande concentração e distribuição de dinheiro por parte do poder público para os jornais que faziam às vezes de imprensas públicas inexistentes naquele período”. Por outro lado, os políticos “necessitavam da imprensa para imprimirem suas falas e as tornarem legítimas”, e em âmbito nacional, os jornais usualmente alinhavam-se aos regimes vigentes.

Segundo Correa (2018, p. 295), a memória construída do *Correio do Estado* nega a existência de vínculos políticos e partidários, porém em sua trajetória esteve “ligado ao poder político local e estadual e defensor de bandeiras partidárias”. Da primeira edição até mais atual, reproduz o mesmo lema, exaltando sua independência, imparcialidade, compromisso com a verdade, a defesa da liberdade de imprensa e o combate ao comunismo. Ou seja, “o *Correio do Estado*, assim como todos os outros jornais e conglomerados de comunicação, embora inserido

políticos do grupo que fundou o jornal não demonstravam tanto interesse em continuar com suas atividades. Nisso, José Barbosa percebeu uma oportunidade para comprá-lo e, em pouco tempo, se tornou o único dono da empresa. A família ajudou a administrar a empresa e os filhos trabalhavam em todos os setores” (ANDRADE, 2016, p. 13).

¹⁴ Furlanetto (2018, p. 33-35), ao analisar as ligações partidárias dos jornais *O Progresso* (Dourados) e *Correio do Estado* (Campo Grande), de 1950 e 1960, afirmou que o primeiro se articulava com o PSD (Partido Social Democrata) e o segundo com a UDN. No entanto, devido ao golpe de 1964 e a promulgação do ato institucional n. 2, que instaurou o bipartidarismo, ARENA e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), os jornais se posicionaram favoráveis ao regime autoritário e empenharam-se em manter uma boa relação com os militares. A falsa sensação de coesão do bipartidarismo, porém, veio à tona com as divergências interpartidárias, que foram, inclusive, reveladas pelos próprios jornais: o *Correio do Estado* expôs a cisão da Arena em duas alas – “Nas eleições para prefeitos e vereadores, no final do ano de 1976 em Mato Grosso, houve uma cisão dentro da própria Arena, falava-se em *Ala independente* e *Ala Autêntica*”. Na matéria do dia 8 de fevereiro de 1977, o *Correio do Estado*, por sua vez, abordou a questão da subdivisão e os conflitos gerados em razão de novos acordos entre alguns membros, incompatíveis com a proposta inicial do partido. Neste caso, a notícia versou sobre os seis vereadores eleitos em Dourados, pertencentes a *Ala Autêntica*, que se uniram a emedebistas. Os deputados da *Ala Independente* de Campo Grande criticaram os parlamentares douradenses, classificaram-nos como oportunistas e interessados em prejudicar a administração do prefeito eleito, José Elias Moreira (Independente)”. As reportagens do *Correio do Estado* analisadas inclinavam-se em defesa à ala independente e tinha uma aproximação com um de seus membros, Pedro Pedrossian. Segundo Furlanetto, “existia um grupo ligado aos interesses de Pedro Pedrossian e Levy Dias, os *independentes* e outros entendidos como não confiáveis e adversos aos primeiros, os *autênticos*. Neste contexto, começou-se a evidenciar uma parceria entre o *Correio do Estado* e Pedrossian, que será percebida mais nitidamente quando a divisão ocorrer de fato, notou-se também o quanto a Arena estava enfraquecida em consequência de disputas internas” (FURLANETTO, 2018, p. 35).

na lógica do mercado, não deixa de ser, ou tentar ser, instrumento de doutrinação e proselitismo político” (CORREA, 2018, p. 295).

Ao longo da sua trajetória profissional, Rodrigues dedicou-se ainda à literatura e à história. Escreveu obras sobre a história de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Campo Grande, além de poesias, influenciado pela sua esposa. Seus textos eram escritos à mão, depois datilografados pelos seus funcionários ou pelos filhos e, após, eram publicados. Com o agravamento do mal de *Parkinson*, contudo, parou de escrever¹⁵.

Rodrigues foi membro da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG), da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL) e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), sendo considerado sócio fundador de ambas. Também foi vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura de MS. Em 1982, criou sua própria instituição cultural, a *Fundação Barbosa Rodrigues*, objetivando desenvolver atividades no ramo da preservação da memória local. Enquanto empresário, expandiu o grupo *Correio do Estado* ao adquirir emissoras de rádio e TV¹⁶.

Pai de quatro filhos, José Maria, Paulo, Marcos Fernando e Antônio João, Rodrigues perdeu o primogênito, morto em 1984, e mais tarde sua esposa, em 2002. Em 19 de março de 2003, faleceu aos 86 anos. O grupo empresarial foi herdado por seus filhos, sendo administrado por Antônio João Hugo Rodrigues, o caçula.

1.1 José Barbosa Rodrigues e a construção da história de Mato Grosso do Sul

No interstício dos anos de 1977 e 1979, em plena ditadura civil-militar, o estado de Mato Grosso foi desmembrado por meio da Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel, e oficializado o estado de Mato Grosso do Sul.

¹⁵ Antônio João Hugo Rodrigues, filho caçula de Rodrigues, em entrevista ao jornalista Thiago Andrade, relembrou os bastidores da vida profissional e das produções culturais de seu pai: “Segundo [Antônio João], J. Barbosa tinha dois desejos: aprender inglês e datilografia. [...] Para datilografar, adquiriu uma máquina de escrever Olivetti. ‘Foram as poucas coisas que não consegui. Quando meu pai faleceu, estava organizando suas coisas e encontrei a Olivetti na caixa, nunca foi usada’ [...] Todos os textos que escreveu – inclusive os volumosos livros – foram manuscritos e, posteriormente, datilografados pelos filhos ou funcionários. [...] Escreveu – sempre à mão – até não poder mais. Só parou em função do agravamento do mal de Parkinson.” (ANDRADE, 2016, p. 13).

¹⁶ “O jornal *Correio do Estado* é integrante do grupo de comunicação de mesmo nome, que controla boa parte da informação veiculada em Campo Grande. O grupo é proprietário da Rádio Cultura AM e da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão: Rádio Canarinho FM e TV Campo Grande (repetidora do SBT), além de uma produtora de vídeo e uma fundação denominada Barbosa Rodrigues. Além desses veículos, já foram de sua propriedade a TV Guanandi (filiada à Rede Bandeirantes, vendida no final de 2000), a TV Dourados (repetidora do SBT, no município de Dourados, vendida no final de 2000), e o jornal *Diário da Serra*, extinto no segundo semestre de 1998”. (SCWHENGBER, 2008, p. 1).

Juntamente com a montagem dos novos aparatos políticos e administrativos surgiu a necessidade de construir a região, a fim de criar “almas”¹⁷ e corações sul-mato-grossenses, de atingir as aspirações, as esperanças e os medos da população, de criar uma nova sociedade e um novo homem. Neste sentido, segundo Carvalho, os discursos regionalistas, ao definirem o que somos e o que não somos, quem está incluído e quem está excluído, determinaram “suas identidades e objetivos, [definiram] seus inimigos, [organizaram] seu passado, presente e futuro” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Assim, a criação de MS, como afirma Queiroz (2007, p. 158), gerou a retomada da discussão da identidade, agora sul-mato-grossense. Foi um contexto em que determinados grupos sociais tiveram que construir, às pressas, um discurso histórico que pudesse dar conta de toda a situação, uma vez que a divisão territorial de MT se deu de forma arbitrária, nos gabinetes do regime militar, quando setores regionais estavam desmobilizados diante da questão do divisionismo:

[...] tendo a divisão ocorrido “de cima para baixo”, e num momento em que a parte realmente significativa das elites sulistas (em outras palavras: aqueles que efetivamente *mandavam*) não mais estava mobilizada em torno dessa ideia, abriu-se um espaço para a construção, às pressas, de um discurso “histórico” simplesmente capaz de dar conta do *fato*, já consumado, da criação do novo estado. De certa forma, pode-se dizer que tendem a surgir, na imprensa e nos meios políticos e culturais, *neodivisionistas*, colocados perante o “desafio” de construir uma História “de trás para a frente”, isto é, do presente para o passado – o que facilmente conduz à ideia da divisão como algo historicamente “inevitável”, “fadado a acontecer mais cedo ou mais tarde” (QUEIROZ, 2007, p. 158, grifos do autor).

De acordo com Queiroz (2007, p. 158-159), a partir de 1977 formalizou-se “um discurso identitário flagrantemente mais simplificado e grosseiro”, muito diferente daquele empregado pelos divisionistas da década de 1930, pois foram utilizados argumentos essencialmente retóricos e voltados a “adornar vazios discursos de autocelebração das elites locais, velhas e novas”.

Com a divisão, MS nasceu órfão de história, sendo necessário e urgente escrevê-la. Para tanto, as escolas deveriam se adequar ao novo contexto histórico, pois passariam a ensinar a

¹⁷ Segundo Carvalho (1990), formar almas é um processo que está ligado à elaboração do imaginário social, um dos responsáveis pela transformação de mentalidade de um povo. Para tanto, são utilizados diversos mecanismos, ideológicos e simbólicos, empregados para atender determinados interesses. Ressalta-se ainda que a manipulação do imaginário aflora-se, principalmente, em momentos de redirecionamento de identidades e de transformações políticas e sociais: “O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvidas, mas também - e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos” que podem ser utilizados como “elementos poderosos de projeção de interesses [...] podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas”, ponderando que “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momento de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 1990, p. 10-11).

história de MS (SQUINELO, 2002a, p. 42). Foram também criadas duas instituições culturais, a ASL e o IHGMS, e surgiram esforços de diversos escritores e intelectuais para escrever tanto a história quanto a literatura regional, cujas versões deveriam estar a serviço das elites dirigentes:

[...] Mato Grosso do Sul, que nascia no contexto militar, ficava “órfão” de história, tendo em vista que toda a documentação foi transferida para a capital de Mato Grosso, Cuiabá. Nesse sentido, tornava-se eminente a construção de uma história do jovem estado, sobretudo uma história que estivesse de acordo com os desígnios de uma elite dominante que despontava no cenário regional e estadual (SQUINELO, 2002, p. 43).

Além disso, o novo estado necessitava de símbolos culturais e cívicos que expressassem a essência do povo de MS. Era imprescindível criar uma bandeira, um brasão, um hino, além da construção de sua literatura, história e artes plásticas, músicas, danças, culinária, isto é, de tradições comuns aos sul-mato-grossenses. Diversos intelectuais, principalmente os sócios do IHGMS e ASL, publicaram obras com a preocupação de escrever uma história e uma literatura sul-mato-grossense dotada de singularidades, de episódios memoráveis e a partir dos quais seria possível não apenas vangloriar o estado, mas também criar um sentimento coletivo de pertencimento entre a população.

Os membros do IHGMS foram influenciados na forma, no estilo e na concepção pela produção cultural do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT):

[...] no seio do IHGMT que se consolidaram as bases da historiografia memorialística mato-grossense. Esta, por sua vez, influenciou a elaboração de parte dos pilares da historiografia sul-mato-grossense que emergiu a partir da criação do estado, no que diz respeito à forma, estilo e concepção [...] receberam novas roupagens e significados, [...] onde a montagem de um discurso histórico que, entre outros elementos, pudesse justificar a criação do novo Estado, legitimando o poder de sua elite dirigente, foi elaborada por intelectuais sul-mato-grossenses vinculados ao [IHGMS] [e a ASL] (SILVA, 2006, p. 56).

Muitos foram os intelectuais que se engajaram na tarefa de construir a memória e a identidade regional: jornalistas, advogados, professores, médicos, músicos, engenheiros, pecuaristas, escritores, políticos, cineastas, artistas plásticos, entre outros, que pertenciam à classe média urbana e à elite local. Entre os memorialistas, destacaram-se José Barbosa Rodrigues, Acyr Vaz Guimarães, Demosthenes Martins, Otávio Gonçalves Gomes, Renato Báez, Oswaldo Marques, Paulo Coelho Machado, Elpídio Reis, José Couto Vieira Pontes, Hildebrando Campestrini, José Octávio Guizzo, Wilson Barbosa Martins, Paulo Renato Coelho Netto, Abílio Leite de Barros, Maria da Glória Sá Rosa, Idara Duncan, Augusto César de Proença, entres outros.

Neste sentido, o que aqui se delimita como história memorialista sul-mato-grossense é, na realidade, o resultado dos esforços de intelectuais regionais, majoritariamente memorialistas e ligados à ASL e ao IHGMS, para criar o regionalismo sul-mato-grossense. Os anseios e as apreensões foram discutidos nos meios intelectual e políticos, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, e levadas à sociedade por meio de publicações em jornais. Paulo Coelho Machado, por exemplo, em um artigo publicado, em 1978, no *Suplemento Literário do Correio do Estado*, manifestava preocupação com relação à construção da cultura, da história e da literatura sul-mato-grossense, e indicava quais seriam os indivíduos ou instituições que deveriam assumir essa responsabilidade: “A Academia [Sul-Mato-Grossense de Letras] deve dar-se a missão de dirigir tal setor de atividade [culturais e literário] do novo Estado (MACHADO, 1978, p. 6).

No dia 15 de setembro de 1978, foi organizada na sede da ASL uma reunião cultural, onde o acadêmico Paulo Coelho Machado palestrou (REUNIÃO DA ACADEMIA, 1978, p. 6). Oito dias depois, em 23 de setembro, ele publicou no *Suplemento Literário* um artigo, intitulado *Erudição: o homem no contexto histórico*, elencando as principais pautas e temas apresentados na palestra, sobretudo a importância de se construir uma cultura sul-mato-grossense. Ele defendeu que a ASL e o IHGMS, ainda que em fase de criação, e os seus respectivos membros, deveriam assumir a responsabilidade de criar e definir os parâmetros da literatura, da história, da geografia, da cultura regional, contando, para isso, com o auxílio de universidades e escolas. E ainda frisou que somente por meio da história poderia educar e modelar o homem, o sul-mato-grossense:

O fato revelou-me a necessidade de a Academia interessar-se mais pelo problema da cultura do nosso povo. Já que pretendemos ser um Estado Modelo, que já aceitamos semelhante desafio, após a Divisão do Estado, temos de cuidar também de tão importante assunto. [...]

Educar é modelar de acordo com a cultura objetiva, é modelar pela história. O objetivo dessa modelagem é criar um certo tipo de homem. [...]

Eis a tarefa magna da nossa academia, como do nosso futuro Instituto Histórico e Geográfico, assim como de nossas Universidades e Escolas: formar uma autêntica cultura sul-matogrossense, com entusiasmo e muita imaginação (MACHADO, 1978, p. 6, grifos meus).

A projeção de MS como um Estado-Modelo embasava as principais motivações para discutir e cuidar da área cultural: “Não conceberíamos um Estado-Modelo que negligenciasse a sua cultura” (MACHADO, 1978, p. 6). Era também um fator que engrandecia a responsabilidade e o engajamento dos membros que compunham essas instituições. Para Machado (1978, p. 6), a ASL e o IHGMS seriam os principais agentes da construção do regionalismo.

Neste contexto, além de estipular quais instituições estariam aptas para trabalhar nessa construção, Machado (1978, p. 6) definiu o perfil dos indivíduos competentes para a tarefa: a elite cultural de MS, principalmente de Campo Grande, ou seja, um grupo distinto da sociedade local. A criação do estado atrairia migrantes dotados, naturalmente, de identidades regionais e hábitos culturais distintos e, por isso, era necessário integrá-los por meio de políticas públicas que divulgassem o regionalismo sul-mato-grossense:

A divisão do Estado de Mato Grosso com a criação de Mato Grosso do Sul é um fato histórico que muito vai influir na vida desta região. Gente nova que chega, trabalho diferente, hábitos que se modificarão, necessidade de adaptação que surgem, *tudo a merecer a atenção da elite cultural do novo Estado, sobretudo de sua Capital.*

O grande desafio é que saibamos resolver os nossos problemas com soluções nossas, autênticas, para isso temos também que construir a nossa própria cultura (MACHADO, 1978, p. 6, grifos meus).

A preocupação de Machado (1978, p. 6) estava assentada em dois aspectos: primeiro, construir uma memória e uma identidade que unisse os sul-mato-grossenses e integrasse também os migrantes e imigrantes. Para isso, era necessário a união dos naturais da terra, forjando discursos assentados na família sul-mato-grossense, na terra de todos os povos, isto é, em discursos que dissimulassem as mazelas sociais. O segundo aspecto era a necessidade de garantir a primazia de mando das elites locais.

Zorzato (2000, p. 420-421), ao analisar o processo de construção da identidade mato-grossense, na primeira metade do século XX, observou que a elite cuiabana estava preocupada em assimilar os migrantes e imigrantes à dinâmica local e não o contrário, uma vez que “somente a união dos naturais da terra poderia garantir-lhe a primazia do mando”. Neste sentido, a manipulação do sentimento de pertencimento faz-se útil para defender os interesses de determinadas classes sociais, ou seja, “usar desta identidade como escudo para manter praticas que lhes garantiam privilégios”. A elite sul-mato-grossense, logo após a criação do estado, adotou uma postura similar, isto é, investir na construção da identidade e da memória regional para legitimarem o seu poder de mando.

Ao designar que a elite campo-grandense deveria assumir tal responsabilidade se observa, por extensão, que tal função ficaria a cargo de um grupo seletivo, responsável por imprimir na identidade e na memória a ser construída suas ideologias e seus interesses políticos e econômicos. Segundo Bourdieu (1989, p. 124-125), o regionalismo “é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas [...] é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses”. Ou seja, a região é um espaço tanto para a luta da autoridade científica,

tanto para as imposições de visões de mundo, em que o discurso regionalista assume o seu caráter performativo para “dar a conhecer e fazer reconhecer a região”, e sua eficácia está vinculada à autoridade daquele que anuncia (BOURDIEU, 1989, p. 116-117; 124-125).

O governo estadual, apesar de apresentar, em seus primeiros anos, instabilidades políticas, sobretudo devido à rotatividade de governadores, investiu em políticas públicas na área cultural e criou instituições estatais, como a Fundação de Cultura de MS. A primeira edição do *Diário Oficial de Mato Grosso do Sul*, em 1 de janeiro de 1979, teve como objetivo estabelecer a estruturação básica do Estado: as atribuições dos poderes legislativo, executivo e judiciário, orçamentos e organização financeira, definições das comarcas dos municípios, nomeações, entre outros procedimentos.

O Decreto-Lei n. 8, por sua vez, delimitou as delegações de competências e a organização da administração pública, criou órgãos, entidades, secretarias e fundações, entre elas a Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, que tinha, como órgão colegiado, o Conselho Estadual de Cultura e, como entidade supervisionada, a Fundação de Cultura de MS. Na área cultural, a Secretaria e a Fundação tinham a tarefa de promover captações culturais para a população sul-mato-grossense, além de desenvolver atividades para preservar e construir a memória regional:

O Sistema Executivo para o Desenvolvimento de Recursos Humanos tem por *objetivo contribuir para a promoção de melhores níveis sanitários, educacionais, culturais, de aptidão física e desportiva, de aprimoramento profissional e de bem-estar da população do Estado, de acordo com as diretrizes e a política de ação do Governo. [...] Fica autorizada a criação das Fundações que trata o art. 29, inciso III, deste Decreto-Lei dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sede e foro na Capital do Estado, supervisionadas pela Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos: [...] a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, tendo por finalidade planejar, promover e executar atividades voltadas para a preservação da memória e o desenvolvimento cultural do Estado* (MATO GROSSO DO SUL, 1979, p. 18-19, grifos meus).

Em 1980, o governador Pedro Pedrossian nomeou José Octávio Guizzo, músico e produtor de cinema, para assessor jurídico da Secretaria de Estado e Desenvolvimento de Recursos Humanos. De acordo com Pereira (2017, p. 40), Guizzo participou do Conselho Estadual de Cultura, e juntamente com Thie Higuchi Santos, Paulo Eduardo Cabral e Silvio Torrecilha Sobrinho, elaborou as políticas culturais que resultaram na divulgação do *Documento Preliminar – Política Estadual de Cultura*¹⁸. Deste modo, foram definidas as

¹⁸ Segundo Pereira (2017), uns dos principais aspectos da fomentação cultural no início da década de 1980 foi a elaboração do *Documento Preliminar – Política Estadual de Cultura*, ressaltando a atuação do músico, produtor

diretrizes para a esfera cultural, as quais visavam construir a identidade, preservar o patrimônio cultural, promover e democratizar as ações culturais para fomentar a coesão social, valorizar as manifestações regionais e possibilitar a produção cultural. Essas foram organizadas em quatro frentes de ação:

1. Criar e desenvolver mecanismos que possibilitem à comunidade sua auto-identificação: com o objetivo de detectar a identidade cultural de Mato Grosso do Sul;
2. Preservar a identidade cultural de Mato Grosso do Sul: com o objetivo de garantir coesão social, através da defesa de valores representativos que assegurassem a unidade nacional, respeitada a diversidade regional;
3. Descentralizar e deselitizar as ações culturais: com o objetivo de interiorizar as ações governamentais no setor cultural, valorizar e prestigiar as manifestações locais e espontâneas;
4. Democratizar o acesso a bens e serviços culturais: com o objetivo de maximizar a produtividade do setor cultural, implementando a produção, distribuição e consumo desses bens e, concomitantemente, atuando na defesa daquela identidade (MATO GROSSO DO SUL, 1981, p. 11).

De acordo com Pereira (2017, p. 41-44), Guizzo foi o principal idealizador do documento e tinha o projeto cultural de valorizar elementos tipicamente sul-mato-grossenses. Ao instituir as diretrizes para a construção da história de MS, determinou a exclusão das contribuições dos imigrantes estrangeiros na formação histórica, assim como as influências culturais de São Paulo e do Rio de Janeiro, por “descaracterizarem” as manifestações tipicamente locais. Guizzo, com isso, objetivava “estabelecer tradições puras” e “características artísticas e musicais que pudessem ser considerados como legítimos e típicos da região”, como as atividades rurais, a vida no campo, o cerrado, o sertão e o pantanal.

Para fomentar as produções artísticas e criar políticas culturais foi recriada, em 1984, a Fundação de Cultura, pelo governador Wilson Barbosa Martins¹⁹. No mesmo ano, em 11 de

de cinema e pesquisador José Octávio Guizzo em instituições que investiram esforços para o desenvolvimento de atividades artísticas. Destacou também os objetivos e as medidas executadas por órgãos culturais: “A indicação [de Guizzo] para essa função [de assessor jurídico da Secretaria de Estado e Desenvolvimento] possibilitou-lhe integrar o *Conselho Estadual de Cultura*, um órgão que tinha o objetivo de pesquisar, discutir e fomentar atividades artísticas no estado. [...] Como resultado, elaboraram o *Documento Preliminar – Política Estadual de Cultura*, publicado em 1981, e que teve como fonte referencial o professor sociólogo João Vieira e o então presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, o médico Paulo Coelho Machado” (PEREIRA, 2017, p. 40).

¹⁹ A *Fundação de Cultura* foi criada pelo Decreto-Lei nº 1, de janeiro de 1979, que estabeleceu a organização básica do Estado de MS. O governador Harry Amorim Costa criou a *Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos*, órgão regulador central responsável pela promoção e o desenvolvimento cultural, e instituiu o *Conselho Estadual de Cultura* como o órgão colegiado incumbido de supervisionar as atividades da *Fundação de Cultura*. Em 30 de julho de 1979, o governador Marcelo Miranda, que sucedeu a Harry Amorim Costa, extinguiu a Secretaria para Desenvolvimento de Recursos Humanos, juntamente a *Fundação da Cultura*, mas manteve o *Conselho Estadual de Cultura*, supervisionado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, quando foi elaborado o *Documento Preliminar – Política Estadual de Cultura*. Em 1983, após -as sucessivas mudanças de governo, o governador Wilson Barbosa Martins recriou a *Fundação de Cultura*. José Octávio Guizzo, como primeiro presidente, passou a pesquisar aspectos culturais que envolviam a música, a identidade, o modo de vida, o teatro,

outubro de 1984, surgiu a TV Educativa de MS, na data em que o estado celebrava sete anos de sua criação. A sua programação foi planejada para enaltecer a cultura e as tradições regionais, tais como o Pantanal, as músicas locais, os povos indígenas, as cidades de Dourados e Campo Grande, o teatro, a dança, o folclore, a Guerra do Paraguai e o divisionismo. Rodrigues foi convidado para ser um dos consultores da programação da emissora na área de História:

No dia 11 [de outubro de 1984], dia da criação do nosso Estado, foi inaugurada pelo Governador Wilson Barbosa Martins a TV Educativa Canal 4. Inicialmente haverá retransmissão de outros Estados até que *possamos mostrar lá fora, programas especiais que falem 'do nosso jeito de ser nossas tradições, nossa cultura e aspirações'*. A nossa TV Educativa promete programas nossos sobre o Pantanal de Corumbá. A música da fronteira: 'Ponta Porã - Polca Churrasco e Chimarrão'. Sobre Dourados sua fertilidade, a produtividade de trigo da região, sobre os usos e costumes dos índios e a história e luta dos Guaicurus — Os Índios Cavaleiros, os primeiros criados de Vacaria, a lutas dos índios Terenos e Caduveos pela manutenção de suas terras. Programações sobre a nossa trepidante Capital- A Cidade Morena. A música local, a 'nossa prata da casa', com Almir Sater, Tetê Espíndola, Paulo Simões e o próprio Ney Mato Grosso que é natural de Bela Vista. *Temos que produzir programas históricos* sobre a Guerra da Tríplice Aliança e a luta secular pela Divisão do Estado. Há que se aproveitar os amadores do Teatro. *Nesse setor histórico aí estão os historiadores Demóstenes Martins, Barbosa Rodrigues*, e os regionalistas Otávio G. Gomes, Hélio Serejo e Elpídio Reis e a Professora Maria de Glória Sá Rosa com vivência no setor de teatro. As Escolas de Dança tais como a Academia Ballet Arte com algumas experiências sobre o Folclore Sul-Mato-Grossense, bem como as outras Isadora Duncan, Saint Soussi e a Academia Dance Center Versatile. Cada uma com a sua capacidade. Esperamos que os programas da TV Educativa sejam bastante abrangentes para atingir todos os setores culturais da nossa cultura nativa e popular inclusive o folclórico (INAUGURADA TV..., 1984, p. 8).

Assim, os conteúdos da programação da TV Educativa buscavam institucionalizar e difundir as *tradições inventadas*²⁰, eleger temas para fomentar e divulgar o regionalismo sul-

as artes plásticas, o cinema, o artesanato e a literatura que passaram a ser reivindicados como constitutivos da cultura de MS, sendo divulgados e fomentados pelo governo estadual, ou seja, tiveram reconhecimento oficial (PEREIRA, 2017).

²⁰ Hobsbawm (2017, p. 11) explica que a expressão *tradição inventada* foi colocada em um sentido amplo, incluindo tanto as tradições propriamente inventadas e institucionalizadas, ou aquelas que surgem repentinamente e da mesma forma se estabelecem, levando em conta que é *“essencialmente um processo de formalização e ritualização*. Esse conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica teriam por objetivo incorporar determinados valores e comportamentos definidos por meio da repetição em um processo de continuidade com o passado, via de regra, um passado histórico apropriado: “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWN, 2017, p. 9). Neste sentido, a nação/região, não é um dado a priori, ela é construída dentro desse processo de formalização e ritualização das tradições inventadas. Para criá-las foram utilizados instrumentos e investimentos que incentivam um sentimento de nação/região e nacionalismo/regionalismo. Além de símbolos cívicos como hino, bandeira, brasão, a História e o uso do passado tornam-se um instrumento manipulado para que essas novas nações/regiões ganhem um *status* de antiguidade e tenham algum suposto respaldo histórico.

mato-grossense, tornando-o conhecido e reconhecido dentro do próprio estado e em nível nacional. Para isso, contou-se com a colaboração de vários profissionais, músicos, historiadores, dançarinos, escritores especializados em teatro e folclore. Como afirmou Albuquerque Júnior (2008, p. 62-63), as regiões são “produtos das elaborações poéticas, literárias, pictóricas, teatrais, cinematográficas, midiáticas, escultóricas, icônicas fotográficas, realizadas por aqueles que a tomaram como objeto e o objetivo de suas práticas”.

Outras instituições apoiaram o processo de construção da história memorialista, da literatura, da cultura, da identidade e da memória: a ASL, como passou a se denominar a Academia de Letras e História de Campo Grande, fundada desde 1972. Em 1979, a Universidade Estadual de Mato Grosso (EUMT) foi federalizada transformando-se na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O ex-presidente da ASL, José Couto Vieira Pontes, na obra *História da Literatura Sul-Mato-Grossense* (1981), destacou a importância da instituição no cenário cultural e sua atuação para consolidar o novo estado:

Hoje, transformada em Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, orgulha-se nossa entidade literária máxima de ter sido precursora da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, no sentido de que colaborou para a geração de condições culturais, valorizando a contribuição intelectual como esteio da implantação de um novo Estado. A instalação da Academia favoreceu, ainda, o interesse pelas artes de um modo geral, nascendo de seu exemplo novas entidades artísticas e culturais (VIEIRA PONTES, 1981, p. 39).

Parar Vieira Pontes (1981), a ASL era, inclusive, a entidade literária máxima de MS, configurando-se de grande valor para a cultura local, para a produção e divulgação da literatura e da cultura sul-mato-grossense.

A partir de 1978 outra instituição passou a colaborar na esfera cultural: o IHGMS. Otávio Gonçalves Gomes publicou, no *Suplemento Literário*, um artigo intitulado *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*, e nele enfatizou as articulações dos intelectuais para criar a instituição, cujo objetivo primeiro era consagrar os estudos históricos e geográficos sobre a região:

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul e a transformação da Academia de Letras e História de Campo Grande em Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, tornou-se um imperativo adaptar-se à praxe, a uniformizar o nome do sodalício literário, de acordo com as suas congêneres do País. [...]

Os acadêmicos dedicados à História passaram a pensar na fundação de um órgão que congregasse os estudos históricos concomitantemente situando-os no local onde se deram os fatos (GOMES, 1978, p. 6).

Gomes (1978) ressaltou, no referido artigo, a importância de criar o IHGMS, e o fato de ter se articulado com Demóstenes Martins e José Barbosa Rodrigues, sendo esse último o principal entusiasta da proposta:

Estávamos pensando nisso, quando um dia o historiador J. Barbosa Rodrigues – que tem três livros inéditos sobre a história de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul – disse-nos: - precisamos fundar o nosso Instituto Histórico e Geográfico. Você e o Demóstenes que já têm livros publicados precisam pensar nisso. Vamos estudar o assunto e marcar uma reunião para esquematizarmos o problema. Por enquanto vamos aglutinar pessoas e ideais (GOMES, 1978, p. 6).

A ata de fundação, datada de 03 de março de 1978, elenca as personalidades da elite cultural que estavam presentes. Muitos eram membros da ASL e foram convidados para integrar o quadro de sócios do IHGMS:

[...] os advogados - Demóstenes Martins; Paulo Coelho Machado; o jornalista, José Barbosa Rodrigues; o engenheiro-agrônomo, Otávio Gonçalves Gomes; o economista e advogado José Couto Vieira, e o também economista, Antônio Lopes Lins; todos membros da Academia Sul-mato-grossense de Letras e a partir desta data integrantes do Instituto. Conforme lavrado em Ata nº 1 (ATA DE FUNDAÇÃO, 1978, p. 1).

Conforme segue na Ata, José Barbosa Rodrigues sugeriu que os presidentes de honra fossem os governadores de MS. O objetivo era não somente criar vínculos políticos entre o IHGMS e o governo estadual, mas também estreitar os laços entre eles. Na fase inicial, a instituição contaria com um número menor de sócios, mas após a sua consolidação o quadro de pessoal seria ampliado (ATA DE FUNDAÇÃO, 1978, p. 1). Rodrigues ocupou a cadeira de número 5, tendo como patrono Emílio Schnoor, um dos engenheiros responsáveis pela ferrovia Noroeste do Brasil. Atualmente, José Barbosa Rodrigues é o patrono da cadeira de número 18.

O IHGMS foi criado em Campo Grande²¹. O jornal *Correio do Estado*, em uma reportagem de comemoração aos 30 anos de instituição, rememorou a sua criação, que ocorreu na residência de Eduardo Olimpio, onde se reuniam inúmeros intelectuais. De acordo com a jornalista Michelle Rossi (2008, p. 1), o Instituto foi: “fundado em 3 de março de 1978, na casa de Eduardo Olimpio Machado, pelos senhores jornalista e professor José Barbosa Rodrigues [...] [e] passou a funcionar posteriormente numa sala do prédio onde funciona o jornal Correio

²¹ “Art. 1º. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL (IHG-MS), fundado em 3 de março de 1978 (registrado e protocolado no 4º Serviço Notarial e Registral de Títulos e Documentos sob o nº 249.444, do livro A-10 e registrado sob o nº 28.323, no livro nº A-50), nesta cidade de Campo Grande (MS), entidade civil e cultural sem fins lucrativos, de duração ilimitada, legalmente constituída como pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.120.031/0001-35, sob a forma de associação, com sede e foro na cidade de Campo Grande, com área de atuação em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, é regido por este Estatuto, registrado no Cartório de Registro Notarial de Títulos e Documentos” (IHGMS, 2015).

do Estado”. Além de ser uns dos fundadores, Rodrigues disponibilizou um espaço físico no prédio do seu jornal *Correio do Estado* para o funcionamento do IHGMS, assim como havia feito com a ASL.

O *Suplemento Literário/Cultural* publicava algumas notícias sobre o IHGMS, destacando o papel de Rodrigues como seu idealizador e fundador e o período em que ele assumiu a presidência da instituição, entre 11 de outubro de 1989 e 11 de outubro de 1991. Entre as poucas notícias sobre o contexto encontra-se o edital que convocava as eleições para uma nova diretoria, durante o período de 1989 a 1991. O *Suplemento Cultural* divulgou o edital, assinado pelo historiador Hildebrando Campestrini, que ocupava o cargo secretário-geral (CAMPESTRINI, 1989a, p. 10).

A eleição foi realizada com chapa única, sendo eleito para presidente Rodrigues e para vice Otávio Gonçalves Gomes, ambos ex-presidentes da ASL. O edital de convocação para eleição e os integrantes da chapa foram divulgados na edição de 23 de setembro de 1989:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul convocados para assembleia geral a realizar-se no dia 05 de outubro de 1989, às 16h30m em primeira convocação e às 17h em segunda convocação, com o fim específico de eleger a nova diretoria do Instituto.

Inscreveu-se, para concorrer, uma só chapa, assim composta: Presidente José Barbosa Rodrigues; Vice-Presidente – Otávio Gonçalves Gomes; Secretário-Geral – Hildebrando Campestrini; Secretária – Yara Brum Penteado; Gerente de Recursos – Acyr Vaz Guimarães (CAMPESTRINI, 1989b, p. 10).

Durante a sua gestão, Rodrigues publicou a obra *Primeiro jornal de Campo Grande* (1989) e passou a divulgá-la no jornal, assim como o *Glossário Mato Grossense* (1987)²². O *Suplemento Cultural*, entretanto, pouco publicou sobre a sua gestão. Otávio Gonçalves Gomes, em uma nota intitulada *Panorama Cultural – Literatura, Notícias e Comentários*, relatou a realização de reuniões culturais, em março de 1991, onde participaram intelectuais sul-mato-grossense, entre eles Rodrigues, referido como presidente do IHGMS. As reuniões tinham “caráter cultural”, sendo o mais assíduo dos frequentadores o “Presidente do Instituto Histórico M.S – J. Barbosa Rodrigues” (GOMES, 1991, p. 5).

²² Em 22 de junho de 1989, o *Suplemento Cultural* publicou o artigo de Hildebrando Campestrini, tecendo elogios à obra *O primeiro Jornal de Campo Grande*, de Rodrigues, por ter realizado a pesquisa de um tema considerado “difícil” e que exigiu “empenho beneditino” (CAMPESTRINI, 1989c, p. 5). Em 3 de fevereiro de 1990 e 22 de dezembro, na mesma coluna, *Suplemento Cultural*, observa-se a divulgação das obras de Rodrigues, *O primeiro jornal de Campo Grande*, *Glossário Mato Grossense*, além da menção, na última data, da obra *Meus Haicais* (LIVROS MATOGROSSENSES, 1990a, p. 10; LIVROS MATOGROSSENSES, 1990b, p. 5).

Os intelectuais, políticos e o governo estadual também promoveram debates, palestras e publicações em jornais, e neles debatiam a importância de construir a história e a identidade de MS e de criar políticas culturais que fossem disseminadas na sociedade. Os membros da ASL e do IHGMS procuraram, com isso, assegurar um lugar privilegiado na construção e na preservação da memória, assim como garantir o amparo financeiro do governo estadual.

A produção cultural de Rodrigues insere-se na preocupação de criar a história e, por meio dela, a identidade, isto é, criar a região MS. Para isso, foi necessário investir na publicação de livros e divulgá-los, como estratégia para constituir a nova coletividade e subjetividades. Foi igualmente importante firmar a essência do sul-mato-grossense, como se definiam e gostariam de ser vistos, além de estabelecer qual a contribuição de MS para o Brasil. A história, a literatura, as artes plásticas, a música e a geografia tinham, portanto, um papel importante na construção dessa identidade coletiva. A produção cultural de Rodrigues, neste sentido, evidencia seu engajamento na preservação das memórias, das tradições, dos patrimônios e dos fatos históricos.

Campestrini (1991c), ao comentar o panorama historiográfico regional até o início da década de 1990, indicou que a escrita da história de MS estava sendo realizada dentro das possibilidades e por um seleto grupo de interessados, entre eles Rodrigues, cujas pesquisas e registros resultaram na publicação de diversos títulos:

Mato Grosso do Sul está de parabéns. Sua história e suas histórias estão sendo pesquisadas, registradas e, sempre que possível, publicadas por um reduzido — e excelente — grupo de interessados em preservar a memória deste Estado. Neste grupo está J. Barbosa Rodrigues, que já publicou: *Mato Grosso do Sul* (1978), *Campo Grande. Meu Amor* (1978), *Isto é Mato Grosso do Sul* (1978), *História de Campo Grande* (1980), *Histórias da Terra Mato Grossense* (1983), *Glossário Mato Grossense* (1987) e *O Primeiro jornal de Campo Grande* (198[9]) (CAMPESTRINI, 1989c, p. 5).

Rodrigues, ao longo de sua carreira, escreveu dez obras, e a primeira delas, *Palavras de um Professor*, data de 1949. Após vinte e nove anos, em 1978, quando era proprietário do jornal *Correio do Estado*, voltou a publicar e lançou três títulos: *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, os livros didáticos *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* e *Campo Grande, meu amor*. Posteriormente, lançou *História de Campo Grande* (1980), e no ano seguinte republicou *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* e *Campo Grande, meu amor*. Em 1983, publicou *História da Terra Mato Grossense*. E em 1984, *História de Mato Grosso do Sul*, com sua segunda edição em 1993. *Glossário Mato Grossense*, em 1987, e *Primeiro jornal de Campo Grande*, em 1989. Além dos títulos historiográficos, constam ainda as produções poéticas: *Meus Haicais*, de 1987, *Pedras Lascadas*, de 1998.

A partir de 1978, ano de publicação de *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado e Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*, MS vivenciou “um verdadeiro ‘surto’ memorialístico”, evidenciado pela publicação de inúmeras obras que, apesar de serem produzidas de maneiras dispersas, foram incorporadas como fonte de estudos por diversos setores da sociedade, e constam como bibliografia de referência na elaboração de livros didáticos e nos concursos públicos (SILVA, 2006, p. 11). A perspectiva de Rodrigues fez escola, pois constituiu um “roteiro que se tornou muito comum nas obras de natureza memorialística produzidas por autores sul-mato-grossenses” (SILVA, 2006, p. 68). As principais ideias acerca da história foram apontadas por Squinelo (2000, p. 79):

[...] a apresentação de uma fauna e flora exuberantes; a ideia de que o povo sul-mato-grossense descende dos “intrépidos e destemidos” bandeirantes paulistas; o enfoque do solo mato-grossense como palco de disputa entre bandeirantes, espanhóis e jesuítas. Abordam, ainda, a presença da Empresa Matte Larangeira na região; enfatizam a luta pela divisão e, finalmente, elencam como elemento fundamental de nosso passado histórico o episódio da Guerra do Paraguai, ocorrida entre os anos de 1864 a 1870.

Rodrigues empenhou todo esforço para ser o primeiro a escrever a primeira síntese da história de MS, a fim de que o passado fosse conhecido pelos sul-mato-grossenses e pelos brasileiros. As suas produções de 1978, *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado e Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*, eram, inicialmente, sobre MT, mas com a criação de MS o autor reorganizou suas pesquisas e textos e os publicou às pressas (GOMES, 1978, p. 6). O objetivo de escrever e publicar o livro didático era “colaborar com o ensino de 1.º Grau em nossas escolas” e relatar “feitos heroicos” na “esperança que [fossem] úteis às novas gerações” (RODRIGUES, 1978b, p. 3, 1983, p. 7-9). Havia também a urgência de escrever e de divulgar essa produção para que “fosse imediatamente [divulgada] na imprensa, mostrando o que era Mato Grosso do Sul” e, posteriormente, “fazer um apanhado geral do muito que foi escrito por centenas de historiadores” (RODRIGUES, 1978a, p. 15; 1984, orelha do livro).

Como as publicações foram escritas às pressas, Rodrigues prometeu que iria aperfeiçoá-las no futuro: “se me for possível, voltarei ao assunto” (RODRIGUES, 1978a, p. 14). Em entrevista à Sá Rosa (1999), explicou que suas obras, principalmente *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, tinham sido lançadas para que a população sul-mato-grossense conhecesse a sua própria história, além de servir como fonte de pesquisa e consulta:

Quando houve a Divisão do Estado, muitos estudantes começaram a procurar na redação do Correio do Estado dados sobre Mato Grosso do Sul, o que o estimulou a aprofundar-se no assunto para poder escrever o livro *Isto é Mato Grosso do Sul*, muito procurado por pesquisadores, fonte imprescindível para quem quer informar-se sobre nossa história. [...] Daí foi ficando fascinado pelo

assunto, a ponto de não poder abandoná-lo mais. Disse para si mesmo: ‘*aí tem coisa [...] Hoje suas obras sobre Mato Grosso do Sul estão esgotadas, e exigem urgente republicação*’ (SÁ ROSA, 1999, p. 106, grifos da autora).

Rodrigues, para promover a sua produção cultural e para alavancar as vendas das obras de sua autoria, investiu em propagandas no jornal *Correio do Estado*. Em 1982, juntamente com a sua esposa Henedina Hugo Rodrigues, criou uma entidade que levava o seu sobrenome, a *Fundação Barbosa Rodrigues*, para preservar a memória regional. As ações patrocinadas pela instituição envolviam “as escolas” e tinham o objetivo de investir “na formação de hábitos” e na “valorização de nossos símbolos” (SÁ ROSA, 1999, p. 294-295, 299). A instituição funcionava nas dependências do jornal *Correio do Estado*, no mesmo espaço físico da ASL.

Em 1984, a instituição foi responsável pelo financiamento da primeira gravação do hino de MS. O registro fonográfico foi realizado com coro e orquestra, sob o comando do maestro Victor Marques Diniz. Duas mil cópias de discos de vinil foram entregues à Assembleia Legislativa, para que o hino fosse divulgado em todo o MS. Posteriormente, foram gravadas mais cópias, então distribuídas nas escolas (FUNDAÇÃO ENTREGA..., 1984, p. 4).

Como observou Bungart Neto (2008, p. 77-78), o “memorialismo sul-mato-grossense tornou-se testemunho da formação e do desenvolvimento do estado”. O objetivo dessa produção cultural era construir a “nova identidade a partir de referenciais culturais distintos daqueles existentes na porção norte do estado”, os quais, por sua vez, serviram como “importante testemunho do período de formação e consolidação deste recente estado brasileiro”.

O engajamento de Rodrigues atesta sua preocupação em criar a memória e a identidade regional. Sua produção cultural ilustra os vestígios gerados a partir da divisão de MT e da criação de MS, e as articulações dos intelectuais locais, principalmente dos campo-grandenses.

1.2 As produções historiográficas de José Barbosa Rodrigues: entre publicações e as estratégias de divulgação no jornal *Correio do Estado*

As obras *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*, *Histórias da Terra Mato Grossense* e *História de Mato Grosso do Sul* evidenciam como Rodrigues projetou a história regional e aperfeiçoou seu repertório ao longo dos anos. A forma como escreveu, organizou, selecionou os eventos são vestígios de seus pensamentos, das suas ideias e das ideologias que desejava disseminar na sociedade. As produções de Rodrigues, em vários momentos, se aproximam daquilo que Braudel (1992, p. 334) denominou de história “ucrônica”, em que o escritor “[brinca] de refazer a história, suputar

o que teria sido preciso mudar ou desordenar em seus encadeamentos para que ela tivesse seguido outro caminho”.

Diante da pressa em escrever os textos e de seu despreparo teórico e metodológico, as obras carecem de informações básicas, como referências bibliográficas, sumário e introdução. As primeiras obras foram escritas sem planejamento prévio e são carentes de pesquisas mais aprofundadas, resultando em uma exposição de dados geográficos, estatísticos e históricos. *História do Mato Grosso do Sul* (1984) é a única obra que apresenta a lista das fontes consultadas e as pesquisas realizadas pelo autor, porém não contém prefácio e introdução.

Neste sentido, a produção de Rodrigues é um exemplo de como as práticas e os discursos regionalistas cristalizam o regional, uma vez que, como esclarece Albuquerque Júnior (2008, p. 58-59), “um dado recorte espacial é sustentado, explicado, justificado, legitimado por dadas formas de saber, que se materializam em ações e discursos [...] fruto dos saberes, dos discursos que a constituíram e que a sustentam”. Logo, as obras de Rodrigues funcionam como um laboratório, onde o *historiador do regional* dedica seus esforços para investigar e desmitificar as práticas que instituíram a região; logo, “o historiador do regional seria aquele que se voltaria contra qualquer cristalização do regional”. Albuquerque Júnior (2008, p. 59-60) também adverte para as armadilhas de se defender a região, pois o historiador acabaria por “defender a dominação que a institui”.²³

Assim, a história de MS construída por Rodrigues pretende consolidar o poder de mando das elites locais e, para tanto, impõe uma visão de mundo que a institui enquanto grupo social e a mobiliza, favorecendo sua dominação e seu controle social, isto é, procurando assegurar e perpetuar a *violência simbólica* desse grupo na sociedade:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) [...] para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O jogo de dominação e de imposição apesar de parecer, muitas vezes, sutil é, na realidade, violento e arbitrário, e é imposto com o auxílio daqueles que sofrem a dominação. Entre os recursos, nessa luta direta e aberta, estão a história e a literatura, que cumprem um importante papel, pois a *violência simbólica* é ardilosa e atua como um lobo na pele de cordeiro.

²³ O historiador *do regional* deve estar atento para desconstruir e pôr em questão um dado recorte regional, a definição de suas fronteiras, suas identidades, a invenção de suas paisagens e do seu habitante, das escolhas que instituíram o que seriam suas manifestações culturais tradicionais, seus costumes e hábitos, vistos como “autênticos” e singulares.

As produções culturais de Rodrigues veiculam ideologias e, portanto, são instrumentos de dominação, de inclusão e exclusão, de silenciamento, de naturalização das desigualdades sociais e étnicas, de imposição do domínio das elites e de setores econômicos e políticos.

A análise da produção historiográfica, segundo Malerba (2006, p. 15), deve ser realizada “simplesmente por sua historicidade”, ou seja, é preciso situá-la à época das escrituras, com seus problemas, olhares sobre o passado e projetos para o futuro, como fruto do contexto histórico e social vivenciado pelo autor. A criação de MS foi um momento crucial para as futuras publicações de Rodrigues, uma vez que estava planejando e escrevendo sobre o antigo MT e a cidade de Campo Grande, porém, com os acontecimentos de 11 de outubro de 1977, foi obrigado a reformular suas pesquisas. Segundo Otávio Gonçalves Gomes (1978, p. 6), esse contexto provocou mudanças nos projetos do empresário, que precisou rever seus planos:

Chegou à beira da “Divisão” com os livros históricos praticamente prontos. Quantos livros tinha em elaboração não sabíamos, mas supúnhamos uns três. [...]

O processo de desmembramento do Estado desorganizou os seus planos. Parou para reformular tudo. Agora aparece registrando no seu livro suas obras publicadas: *Palavras de Um Professor* (discurso) 1.978 – Mato Grosso do Sul (didático) 1.978 – *Isto é Mato Grosso do Sul – história e estudos* 1.978 (GOMES, 1978, p. 6).

As obras *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* e o livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* foram publicados na efervescência dos acontecimentos da criação do novo estado. Houve também rapidez na propagação dos títulos, pois, em meados de 1978, no mês de julho, já circulava a notícia no *Correio do Estado* dos recentes trabalhos de Rodrigues. Em menos de um ano, após a Lei Complementar nº 31, de 1977, foi publicada a primeira síntese da história sul-mato-grossense, a obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*. Segundo Gomes (1978, p. 6), “o livro foi preparado em aproximadamente quatro meses, prazo extremamente exíguo para se organizar e redigir um livro histórico”. A obra reuniu pesquisas e anotações realizadas anteriormente, e foi publicada rapidamente com o objetivo de despertar sentimentos de pertença à região e o patriotismo:

Iniciado o trabalho a que me propusera, lançando mão de anotações sobre a região, que coligira durante anos, eis que o trabalho idealizado foi sendo alongado e não fora a decisão destes últimos dias de não estendê-lo mais, ainda estaria sendo redigido. [...]

O leitor perdoará as deficiências que encontrar, sabendo que em e sobre Mato Grosso do Sul tudo está por ser feito, e nós, que o estamos fazendo, temos muito correr, cada qual no seu setor.

Este trabalho é, pois, modesta contribuição de quem orgulha-se de ter visto nascer o Estado em que vive (RODRIGUES, 1978a, p. 14).

Rodrigues sempre demonstrou orgulho de pertencer a MS e, em várias ocasiões, buscou estimular seus leitores a sentir o mesmo. No título *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* salientou que a construção do novo estado era tarefa que demandava patriotismo, senso de dever e de responsabilidade com a coletividade, e com a qual todos deveriam contribuir ou com trabalho ou até mesmo com a própria vida. E que, como jornalista, professor e escritor, estava dando a sua contribuição, pois a criação de MS era recente e havia muito a ser feito. Por fim, pedia desculpa pelas falhas que a obra apresentava.

Neste sentido, Rodrigues procurava despertar no leitor o amor e o orgulho de pertencer a MS, a compreensão do passado histórico e das heranças culturais, que deveriam ser honradas, defendidas e valorizadas. Seu principal objetivo era formar a identidade regional coletiva, garantir a coesão social, disseminar o princípio de lealdade e, para isso, desejava mobilizar toda a sociedade. Ao despertar laços de pertencimentos, portanto, procurava mobilizar os indivíduos e a sociedade para que servissem ao novo estado do MS com dedicação, honra, afeto e contribuíssem com o seu progresso.

O livro *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* é formada por dezessete capítulos, além da introdução e de quatro apêndices. Nas 139 páginas o autor selecionou dados históricos, geográficos e estatísticos regionais que julgou mais pertinentes para o conhecimento da população. Os capítulos foram organizados sem seguir uma ordem temática. Assim, os quatro primeiros capítulos reuniam informações históricas e os sete seguintes uma mescla de dados geográficos e estatísticos. Em seguida, mais informações históricas foram distribuídas em cinco capítulos. Por fim, no último e o mais extenso capítulo, Rodrigues apresentou dados geográficos, estatísticos e históricos dos 55 municípios sul-mato-grossenses existentes na época.

O autor explicou que o conteúdo era mesmo uma “colcha de retalhos”, costurados sem planejamento e aprofundamentos em pesquisas. A estratégia discursiva de desculpar-se o eximia das críticas pelas lacunas e, ao mesmo tempo, valorizava seus esforços para redigir a primeira síntese da história de MS:

[...] sabendo que [o livro] seria uma “colcha de retalhos”, onde dados históricos, geográficos e estatísticos se misturam, o que não aconteceria com um trabalho planejado, com pesquisa mais aprofundada, digno de nosso mais novo Estado.

Futuramente, se me for possível, voltarei ao assunto com mais vagar, se tanto me permitir a luta diária de um eterno aprendiz de jornalista provinciano. (RODRIGUES, 1978a, p. 14).

Na introdução, por exemplo, Rodrigues reconheceu a falta de organização e fez a promessa de que voltaria, mais tarde, a escrever com mais profundidade sobre os temas, e três anos após o lançamento da obra, em 1981, uma nova edição foi, de fato, publicada. Também explicou que o seu objetivo era “escrever um pequeno trabalho sobre o novo Estado, que fosse imediatamente divulgado na imprensa”, a fim de trazer à *existência a região*²⁴, isto é, “[mostrar] o que era Mato Grosso do Sul, que acabava de nascer” (RODRIGUES, 1978a, p. 14). Como observou Bourdieu (1989, p. 116-117), o ato performático do discurso regionalista traz à existência a região ao torná-la conhecida e reconhecida; falar e escrever tem o efeito de “objetivação” e de “oficialização” à vista de todos.

A obra inicia-se com a explanação sobre a criação de MS e, em seguida, apresenta brevemente alguns povos indígenas, o bandeirantismo paulista, as monções, os capitães gerais da capitania de MT, o processo de povoamento pastoril e as frentes pioneiras e migratórias. Na sequência, enfoca a Guerra do Paraguai, as demarcações de fronteiras realizadas após 1870 e o desenvolvimento da economia agropecuária. Na mescla de informações geográficas e estatísticas destaca diversos elementos: a extensão e os limites territoriais, o incremento demográfico, os aspectos étnicos e raciais da população. Posteriormente, fala de aspectos físicos e geográficos, tais como a formação geofísica, o relevo, a hidrografia, a qualidade e a fertilidade do solo, a vegetação, os biomas e informações sobre o clima. Nesse tópico, menciona o progresso e o desenvolvimento relacionados às atividades econômicas, a criação de instituições estatais e sobre a área territorial de MS e de seus municípios.

Os eventos históricos mais importantes citados no livro são a Revolução Constitucionalista; o governo de 1932, chefiado por Vespasiano Martins; a criação do Território Federal de Ponta Porã; as normas para instalação de uma nova unidade federativa e a afirmação de Campo Grande como a capital do estado; a nomeação do primeiro governador de MS e os heróis regionais que participaram da Segunda Guerra Mundial. Entre as suas preocupações estavam a necessidade de justificar o porquê do desmembramento de MT e informar a população sobre os procedimentos para a organização e a implementação do novo estado, além de exibir a infraestrutura e as potencialidades existentes, e relembrar os momentos do passado importantes para construção da memória local.

²⁴ Segundo Bourdieu (1989, p. 14-15; 116-117), o discurso regionalista cria a região e a sua eficácia está ligada às falas que a anunciam, isto é, “acto da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social”.

O apêndice é formado pela transcrição de quatro documentos relacionados à solenidade da criação de MS, e segundo Rodrigues (1978a, p 19), são “documentos de grande valor histórico”. São eles: a Ata n. 9, da *Liga Sul Matogrossense*, escrita por Elizabete Gomes Lorentz de Figueiredo, que destacou a presença dos divisionistas na cerimônia de assinatura da lei e a realização do chamado “voo da divisão”; os discursos do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, e do Presidente da República, Ernesto Geisel; e, por fim, a Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977.

O livro foi dedicado ao presidente Ernesto Geisel e ao ministro Maurício Rangel Reis, “aos quais Mato Grosso do Sul deve sua criação” e a todos que apoiaram o divisionismo, “aqueles que batalharam, durante quase um século, para que o sonho de todos nós se tornasse realidade” (RODRIGUES, 1978a, p. 5). As epígrafes presentes no texto são, inclusive, frases dos referidos presidente e ministro. As homenagens a Geisel revelam questões presentes na narrativa de Rodrigues, o saudosismo a determinados grupos políticos e o apoio à ditadura civil-militar, instaurada em 1964.

O título e a capa da obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* trazem também elementos emblemáticos. O uso do pronome demonstrativo na primeira pessoa, *isto*, e o verbo *ser* no presente do indicativo, somado à ilustração, evocam o sentido de existência e de legitimação do novo estado. Além disso, responde à famigerada pergunta, após 11 de outubro de 1977, o que é MS? A qual o autor responde já no título – *Isto é Mato Grosso do Sul*. A expressão “*Isto é*” reforça a ideia de plenitude e de uma interpretação completa e definitiva da realidade. Rodrigues posiciona-se como aquele que determina e define a verdade, as regras, sua história, a essência e os elementos fundadores e expressando de forma objetiva e clara o que foi, era e seria no futuro. Dessa forma, ele sintetizou a originalidade do Estado, seu papel e suas contribuições.

A imagem que ilustra a capa é uma reprodução parcial do artista plástico catarinense Juarez Machado, a quem Rodrigues (1978a, p. 8) teceu inúmeros elogios: “essa sugestiva manifestação artística é da lavra de Juarez Machado que foi muito feliz na interpretação do evento histórico de grande significação para os mato-grossenses (RODRIGUES, 1978a, p. 8).

O desenho da capa é simbólico: um chão de paralelepípedos sendo rompido por um pedestal, na forma do mapa de MS, com a frase ‘nasce um estado’. A imagem remete à emergência de um novo estado, destinado a ser uma potência econômica, um 'Estado-Modelo' que nascia pujante, encorpado e sólido. Na primeira página da obra observa-se um mapa com a divisão política, os 55 municípios do estado e uma lista elencando os seus nomes.

Figura 1 - Capa do livro *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*



FONTE: RODRIGUES, 1978a.

Ainda em 1978, Rodrigues publicou o livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*. Trata-se de uma obra compacta de 42 páginas, 17 capítulos, com textos e conteúdos sintéticos e sucintos, para melhor memorização dos alunos, além de um conjunto de questões ao final de cada capítulo. A estrutura dos conteúdos tem o propósito de enaltecer as potencialidades naturais e econômicas da região, visando despertar entre os estudantes o ufanismo, o civismo e o orgulho de pertencer a MS.

De acordo com Choppin (2004, p. 549-560), os livros didáticos foram inseridos em ambientes pedagógicos específicos e em contextos reguladores, representando “poderosos instrumentos de unificação, até mesmo de uniformização nacional, linguística, cultural, ideológica”. Segundo Bittencourt (2004, p. 61), os livros didáticos de História, em específico, no decorrer dos séculos XIX e XX, eram produzidos para que os alunos “fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria”, uma vez que o ensino de história “[se] voltava para uma formação moral e cívica”, especialmente no contexto da ditadura civil-militar brasileira.

Com tais objetivos, Rodrigues elaborou um livro didático para que servisse de suporte aos professores e alunos e veiculasse conteúdos sobre a história e a geografia regional. Seu

objetivo era “oferecer subsídios à cadeira de Estudos Sociais” porque ainda não havia nenhuma publicação de “forma didática, para a 3ª Série do 1º Grau, sobre Mato Grosso do Sul”. Diante disso, afirmou que desejava colaborar com a educação das escolas sul-mato-grossenses a fim de facilitar “o conhecimento da região em que vivemos” (RODRIGUES, 1978b, p. 03). Na introdução destacou que:

Seria incompreensível que os alunos dessa série continuassem estudando o que há sobre o antigo Mato Grosso, deixando de conhecer o novo Estado que tem existência legal desde 11 de Outubro de 1977, quando o Presidente Ernesto Geisel sancionou a Lei que o criou.

Foi desejando colaborar com o ensino de 1.º Grau em nossas escolas que alinharei os dados que ora são publicados, facilitando, assim, o conhecimento da região em que vivemos (RODRIGUES, 1978b, p. 03)

Para Rodrigues (1978b), estudar a história e a geografia de MT e, sobretudo, de MS era um dever cívico de toda a população, pois era uma obrigação conhecer a região em que se vivia. Ao expressar a sua preocupação com a educação e com a formação da futura geração sul-mato-grossense, desde as séries iniciais, demonstrava a importância de criar sentimentos de pertencimento à coletividade sul-mato-grossense.

Os livros didáticos, neste sentido, assumem múltiplas funções, conjuntamente ou não, tendo uma variação considerável dependendo do contexto sociocultural, histórico, disciplina ou forma de utilização. De acordo com Choppin (2004, p. 553), há quatro funções essenciais do livro didático: referencial, documental, instrumental e ideológica. As duas últimas são de suma importância para compreender as propriedades da obra de Rodrigues: a instrumental propõe a prática de exercícios ou atividades com o objetivo da memorização dos conteúdos, e a ideológica atua como vetor cultural, como instrumento de construção de identidade regional coletiva e, por isso, assume um papel político.

Os conteúdos são similares aos apresentados na obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, ou seja, mesclam aspectos históricos, estatísticos, econômicos e fornecem dados geográficos. As informações contidas são abordadas a partir de linguagens ufanistas, com a supervalorização de aspectos positivos, principalmente dos recursos naturais e econômicos, a extensão territorial, as suas potencialidades e as bases materiais de MS, aspectos, enfim, que garantiam o progresso e o desenvolvimento do estado. Os assuntos priorizavam informações sobre a região e a criação de MS, tais como: localização, demografia, clima, relevo, hidrografia, riquezas naturais, vegetação, pecuária, agricultura, indústria, usinas hidrelétricas, meios de comunicação e transporte e turismo. Apresentava-se também a divisão territorial e um panorama das principais cidades.

Para criar sentimento de orgulho e de pertencimento, Rodrigues enfatizou que as cidades apresentavam “grande progresso”, os recursos naturais eram as “fontes de riqueza da região”, a pecuária era “base econômica” estadual, assim como a agricultura e a indústria, por terem grandes potencialidades e por estarem “em grande expansão” e “incremento”, e que os meios de comunicação contavam “com os mais modernos” equipamentos (RODRIGUES, 1978b, 21,23, 27, 29, 32, 33, 35).

Figura 2 - Capa do livro *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*



FONTE: RODRIGUES, 1978a.

A capa é simples e traz a imagem de uma teia de aranha em um fundo verde claro e, ao centro, o nome da obra. A teia refere-se à estrutura, tecido, construção ou criação, isto é, ao trabalho de arquitetar uma região, ao regionalismo e às subjetividades sul-mato-grossenses, pois para obter a adesão do povo, mobilizar jovens e adultos, era necessário investir em projetos culturais e identitários.

Na obra foram incluídas seis imagens, as duas primeiras, respectivamente nos capítulos intitulados *Mato Grosso do Sul* e *Localização*, sendo uma sobre a cerimônia de criação do estado, em que o presidente Geisel assinou a Lei Complementar n. 31 de outubro de 1977, e a outra o mapa de MS, com a divisão política e administrativa dos seus 55 municípios.

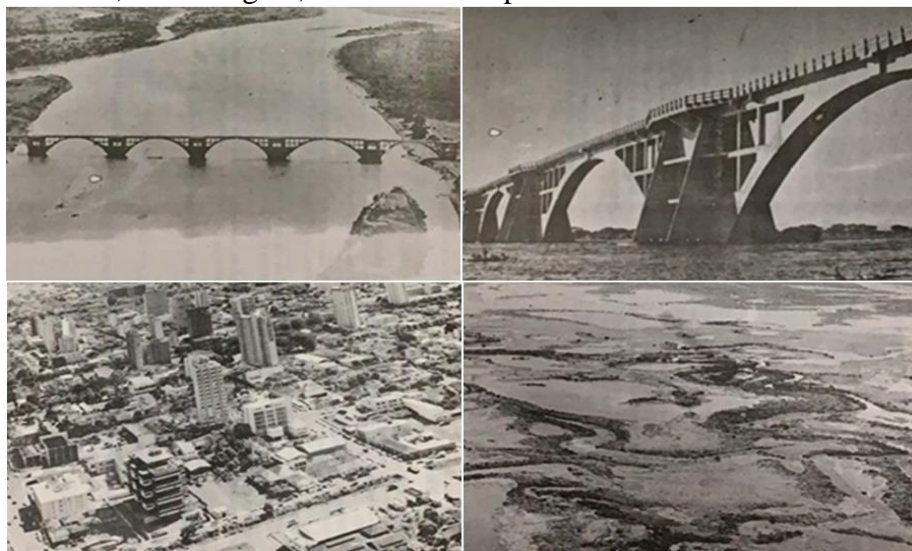
Figura 3 - Imagens do livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*: cerimônia de assinatura da Lei Complementar n. 31 de outubro de 1977 e o mapa político de MS



FONTE: RODRIGUES, 1978b, p. 7, 10.

As demais imagens estão relacionadas às belezas naturais e urbanas e às potencialidades econômicas do estado, à grandiosidade territorial, aos recursos naturais, ao desenvolvimento econômico, à infraestrutura moderna, tais como: o Rio Paraná, o Rio Paraguai, a vista aérea da cidade de Campo Grande e do Pantanal, a ponte sobre o rio Paraguai. Desta forma, buscava despertar o ufanismo da população, e essas características foram vistas como a “riqueza de Mato Grosso do Sul” e “uma benção de Deus” (RODRIGUES, 1978b, p. 18, 23, 31).

Figura 4 - Imagens do livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*: Rio Paraná, Rio Paraguai, cidade de Campo Grande e o Pantanal



FONTE: RODRIGUES, 1978b, p. 15, 18, 23, 31.

No final de cada capítulo verifica-se um conjunto de perguntas voltadas à memorização dos conteúdos, que, por sua vez, deveriam ser cobrados nos exames escolares. Ao todo são 117

perguntas, tais como: “Qual o número e a data da Lei Complementar que desmembrou Mato Grosso do Sul?”; “Como se chama o Estado em que você vive?”; “Quais os vegetais que constituem riquezas em Mato Grosso do Sul?”; “Qual é a pecuária mais adiantada no Estado? [...] Em quantas cabeças está estimado o rebanho bovino de Mato Grosso do Sul?”. Há também questões subjetivas e que exploram as vivências dos alunos, tais como “Qual o rio ou córrego que banha a cidade em que você mora?”; “Quais são as fábricas que você conhece?”; “A sua cidade possui jornal?”; “Quais são as atrações turísticas da cidade em que você mora?” (RODRIGUES, 1978b, p. 6-42).

Em meados do ano de 1978 iniciaram-se as divulgações dos títulos *Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau* e *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* no jornal *Correio do Estado*. Em 10 de julho, no *Suplemento Literário*, a ASL emitiu uma nota de lançamento com o título *Acadêmico publica livro didático*, em que se destacava o pioneirismo de Rodrigues e a qualidade da obra, seja pelos conteúdos, ilustrações e dados históricos e geográficos sobre MS:

O Prof. José Barbosa Rodrigues, membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, acaba de publicar “MATO GROSSO DO SUL” PARA 3.ª Série do 1.º Grau, obra de grande utilidade por ser pioneira na matéria, versando assunto de incontestável atualidade. O livro é bem pesquisado, contendo ilustrações e dados completos a respeito do novo Estado da Federação. O volume constitui uma complementação da cadeira de Estudos Sociais (ACADÊMICO PUBLICA..., 1978, p. 6).

A nota elencou as características positivas do livro didático – a utilidade, o caráter pioneiro e a relevância do conteúdo. Porém, omitiu outros aspectos que poderiam trazer determinadas controvérsias, pois o livro didático carecia de informações básicas e os dados contidos não indicam, por exemplo, as fontes ou referências bibliográficas, ou seja, não era tão completo como foi propalado.

No jornal *Correio do Estado* também foram publicados anúncios do livro didático. A propaganda, no entanto, era simples, trazia o título da obra e a finalidade escolar, os locais de venda e preço, mas não indicava a autoria. O foco principal foi anunciar a finalidade educacional da obra e a complementação para a disciplina de Estudos Sociais. Conforme esclarece Choppin (2004, p. 551), a venda de livros didáticos é de certo modo bastante rentável, pois o setor escolar, nos últimos dois séculos, tem um “peso considerável” na economia editorial²⁵.

²⁵ Para exemplificar a relevância do setor escolar no mercado editorial, Choppin (2004, p. 551) menciona o caso brasileiro: “É impossível para o historiador do livro tratar da atividade editorial da maior parte dos países sem levar isso em conta: em um país como o Brasil, por exemplo, os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional”.

Figura 5 - Propaganda do livro didático *Mato Grosso do Sul: Para a 3ª série do 1º Grau* no jornal *Correio do Estado*



Fonte: MATO GROSSO DO SUL: Para a 3ª série do 1º Grau. Jornal *Correio do Estado*, Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.561, p. 5, 31 maio 1978.

Das quatro obras de Rodrigues, *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* teve a divulgação mais intensa. A publicidade contou com anúncios maiores e mais chamativos, de diferentes estilos e com a inserção de imagens. Em outros momentos, para alavancar as vendas, os livros foram sugeridos como presente para as festas de final de ano. Pelos investimentos, foi a principal aposta do escritor para consolidá-lo como pesquisador e historiador.

Nas edições de sábado do *Correio do Estado*, por meio do *Suplemento Literário*, foram publicadas notas de lançamentos, resenhas elogiosas e notícias sobre a repercussão da obra. Nas edições regulares, de segunda à sexta-feira, e em edições comemorativas, circulavam diversas propagandas. O objetivo, como referido, era inscrever o nome de Rodrigues no processo de estruturação do novo estado e na divisão de MT como pioneiro na escrita da história de MS para diferentes públicos, principalmente para as escolas.

As obras *Histórias da Terra Mato Grossense* e *História de Mato Grosso do Sul*, por exemplo, foram propagandeadas, respectivamente, em 1984 e 1985, um ano após a data de publicação dos títulos. E *Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau* e *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* tiveram suas divulgações no mesmo ano de divulgação, isto é, em 1978. Um dos principais motivos para essa diferença foi o contexto histórico: às vésperas da oficialização do estado de MS. Era o momento mais estratégico para a comercialização desses títulos, visto que o conteúdo de ambos era voltado para explicar como aconteceu o divisionismo e quais seriam os procedimentos para a estruturação estatal e a importância dessa oficialização.

Outra estratégia para alavancar as vendas e para tornar as obras clássicas foram as resenhas e artigos escritos por intelectuais do IHGMS e da ASL que, dessa forma, consolidavam a rede de sociabilidade desse seletivo grupo. Hélio Serejo, por exemplo, publicou no *Suplemento Literário* o artigo *Os livros do Erudito J. Barbosa Rodrigues*, em que elogiava a qualidade estética da produção cultural de Rodrigues. Ele considerou a obra primorosa e preciosa, sobretudo por despertar o patriotismo, o senso de dever cívico e por tocar os corações e as mentes dos leitores:

No glorioso “DIA DA PÁTRIA”, precisamente, no instante em que a garbosa mocidade venceslauense, clubes e unidades militares, desfilavam pelas ruas da cidade, a mais hospitaleira, do Estado de São Paulo, escrevia eu, estas linhas, para falar sobre os livros primorosos de J. Barbosa Rodrigues: “ISTO É MATO GROSSO DO SUL”, “CAMPO GRANDE MEU AMOR” e “MATO GROSSO DO SUL” este, obra didática. [...]

Livros preciosos – em todos os sentidos – esses da lavra de J. Barbosa Rodrigues, meu ilustre confrade e, também, irmão de ideais literários.

Livros que não só falam, ao coração, mas alvoroçam o pensamento do leitor (SEREJO, 1978, p. 6).

Para Serejo (1978, p. 6), Rodrigues era um ilustre confrade, um irmão de ideias literárias, e ele declarou ser “seu sincero admirador” pelos seus diversos atributos profissionais e de pesquisador. Entre as razões para admirá-lo estavam o “estilo escorreito, denotador de soberba cultura”, a “maneira com que o consagrado profissional de imprensa, exterioriza aquilo que se anicha em sua mente privilegiada”, além do fato de ser um “pesquisador de fôlego e, extremamente, cuidadoso”. Em decorrência, seus livros eram relevantes e de extrema utilidade, pela harmonia dos conteúdos, somadas às virtudes do escritor e pesquisador:

Agora, os seus livros: MATO GROSSO DO SUL, para a 3.^a série do 1.^o grau, obra didática, utilíssima, para consulta de escolares. [...]

ISTO É MATO GROSSO DO SUL – Sem nenhuma dúvida, uma obra que cunha, magnificamente, um historiador consciente e responsável. É o BARBOSA – da intimidade de todos – comprovando sua privilegiada inteligência e sua conhecida capacidade de pesquisador, narrando os fatos e “fazendo história”, prudentemente, numa harmonia perfeita, entre o “sentido” histórico e os registros estatísticos, de tamanha relevância, em produções dessa natureza (SEREJO, 1978, p. 6).

Serejo (1978) considerava Rodrigues como o intelectual de maior notoriedade no meio artístico e cultural de MS. Com isso, endossou sua autoridade científica para escrever sobre a história local e as suas interpretações do acontecido. Tal autoridade advinha das suas qualidades excepcionais como pesquisador e pelos seus atributos profissionais, seja como professor, jornalista, pesquisador ou historiador. Assim, ao enaltecer Rodrigues como um homem culto, como pesquisador prudente e como historiador hábil, qualificava-o para escrever a história de MS, promovendo suas obras como relevantes e científicas.

Outros membros da ASL, por meio de artigos no *Suplemento Literário/Cultural*, também contribuíram para a divulgação das obras e para a consolidação de Rodrigues como fundador da historiografia sul-mato-grossense. No dia 5 de agosto de 1978, o *Suplemento Literário* publicou a nota de lançamento de *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, apresentada como um sucesso editorial, como o livro mais completo sobre a história de MS e que poderia ser utilizado como fonte de pesquisa nas escolas:

ISTO É MATO GROSSO DO SUL

Acaba de ser lançado, obtendo sucesso de livraria, o livro do historiador e jornalista José Barbosa Rodrigues, da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras intitulado “ISTO É MATO GROSSO DO SUL”, “o primeiro e mais completo trabalho a respeito do novo Estado, de Aleixo Garcia (1524) a Harry Amorin Costa (1978)”.

Obra de *grande atualidade*, editada no dealbar da nova unidade da Federação, de *grande utilidade* para pesquisa e trabalhos didáticos, além de fonte informativa preciosa, “*Isto é Mato Grosso do Sul*” encerra a experiência e os conhecimentos que seu autor, na longa labuta da imprensa e na participação nos acontecimentos culturais do Sul do Estado, conseguiu acumular (ISTO É..., 1978, p. 6, grifos meus).

A reportagem destacou que a principal qualidade da obra era o pioneirismo, mas havia outras: a atualidade dos conteúdos, a sua utilidade, o seu valor didático e o fato de ser fonte para futuras pesquisas. A obra deveria ser prestigiada pela sociedade por ser a primeira e a principal referência sobre a história de MS. Nela, os leitores sul-mato-grossenses encontrariam informações importantes sobre o novo estado e sua oficialização, e por ser a obra mais completa tornou-se um sucesso editorial. Rodrigues, por sua vez, foi visto com um autor que possuía credibilidade e autoridade científica (ISTO É..., 1978, p. 6).

No mês seguinte, o *Suplemento Literário* mencionou novamente o livro, pois a ASL tinha eleito a obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* como “patrimônio bibliográfico da entidade” (REUNIÃO ACADEMICA, 1978, p. 6). Em 1979, outra reportagem destacou que a publicação constava nas referências bibliográficas da obra *Forças Vivas da Nação* e que teria sido utilizada como fonte para o *Boletim de Turismo do XXX Congresso Nacional de Botânica*. Além disso, um dos seus capítulos, *O Governo de 32*, foi republicado em São Paulo, na revista *Paulistânia*. Ressaltava-se ainda que os paulistas recorriam à obra para conhecer a história de MS (FORÇAS VIVAS..., 1979, p. 6; JOSÉ BARBOSA..., 1979, p. 6).

Otávio Gonçalves Gomes, vice-presidente da ASL, no artigo *Isto é Mato Grosso do Sul: O Primeiro Livro Histórico do Novo Estado*, revelou que foi convidado por Rodrigues para prefaciar a obra e que se sentiu lisonjeado, pois o livro era “bom, bem escrito, muito bem documentado e pesquisado”, e ele previa que ia ser um grande sucesso editorial. Ao justificar

as lacunas da obra, afirmou que os atributos profissionais e a experiência de Rodrigues superavam as falhas, pois escrever era um processo longo e denso. Deste modo, qualificou-o como um escritor cuidadoso, uma vez que, como profissional da imprensa, tinha experiência e uma escrita prática, objetiva e precisa (GOMES, 1978, p. 6). Por isso, o livro era dotado de inúmeras qualidades que, inclusive, superavam os defeitos:

O livro realmente tem muito de pioneirismo, embora, resumido, nem por isso deixa de ser pesquisado e elaborado com precisão e objetividade.

É um livro de que ninguém: mestres, alunos estudiosos de geografia e história de um modo geral – intelectuais ou simples empresários – poderá prescindir. É uma síntese de tudo, objetivo e prático como seu autor. [...] É um livro que depois de sucessivas edições que virão fatalmente, depois de ampliado e ilustrado – pois conhecemos algumas amostras do arquivo do autor – *estará destinado a ser um dos clássicos da História de Mato Grosso do Sul* (GOMES, 1978, p. 6, grifos meus).

Gomes (1978, p. 6), por seu turno, destacou o pioneirismo de Rodrigues assim como as qualidades de suas pesquisas, a objetividade, a precisão da narrativa, a praticidade e a versatilidade da obra ao abarcar um público diverso. Por fim, afirmou que *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* estava “destinado a ser um dos clássicos da História de Mato Grosso do Sul”.

Figura 6 - Propaganda *Isto é Mato Grosso do Sul - o primeiro e mais completo trabalho sobre o estado de Mato Grosso do Sul: de Pedro Aleixo (1524) a Harry Amorim Costa (1978)* no jornal *Correio do Estado*.

ISTO É MATO GROSSO DO SUL

O PRIMEIRO E MAIS COMPLETO TRABALHO
SOBRE O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:
DE PEDRO ALEIXO (1524) A HARRY AMORIM
COSTA (1978).

J. Barbosa Rodrigues
**ISTO É
MATO GROSSO
DO SUL**

NASCE UM ESTADO

- O nascimento do Estado-Antigo Viveiro dos Índios
- O desbravamento - O povoamento da região
- Limites - População - Características do solo -
- Vegetação - Clima - Infra-estrutura, Comunicação e Ensino - Área territorial do Estado e Municípios
- O Governo de 32 - O Território de Ponta Porã
- Normas para a instalação do Estado
- O Primeiro Governador - Os heróis do novo Estado
- Os 55 Municípios e seus prefeitos -
- Ata N.º 9 da Liga Sul Matogrossense
- Discurso do Ministro do Interior -
- Discurso do Presidente Geisel
- Lei Complementar N.º 31 que criou o Estado.

TUDO ISSO E MAIS OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE, VOCÊ ENCONTRARÁ NAS PÁGINAS DE **ISTO É MATO GROSSO DO SUL**

À venda nas boas livrarias e no CORREIO DO ESTADO

**PREÇO:
CR\$ 120,00**

FONTE: ISTO É MATO GROSSO DO SUL - o primeiro e mais completo trabalho sobre o estado de Mato Grosso do Sul: de Pedro Aleixo (1524) a Harry Amorin Costa (1978). *Jornal Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.623, p. 3, 12 ago. 1978.

Outros anúncios foram publicados no jornal *Correio do Estado* para divulgar a obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*. O primeiro era bastante objetivo, trazia o título, a capa e um *slogan*²⁶ chamativo: “o primeiro e mais completo trabalho sobre o estado de Mato Grosso do Sul, de Pedro Aleixo (1524) a Harry Amorin (1978)”. No lado direito, eram apresentados os capítulos, o apêndice da obra e a indicação dos locais de venda, isto é, o próprio jornal e livrarias, mas apenas nas “boas livrarias”. Reforçava-se ainda a ideia de que era uma obra completa: “tudo isso e mais assuntos de interesse você encontrará nas páginas de Isto é Mato Grosso do Sul” (ISTO É MATO..., 1978, p. 3).

Figura 7 - Propaganda *Veja se o seu nome já entrou na história do Mato Grosso Do Sul* no jornal *Correio do Estado*

Veja se o seu nome já entrou na história do MATO GROSSO DO SUL

Relacionamos abaixo vários nomes que já estão estampados no primeiro livro editado sobre o Estado de Mato Grosso do Sul:

Alcides Franco Machado	Edilberto C. de Oliveira	Joná Nogueira Azevedo	Omar de Melo
Amâncio C. da Silva	Elias Carneiro de Amorim	Júlia Botelho de Almeida	Oscar Salazar Moura da Cruz
Áudio Heráclito Neves	Elisabete Guimaraes Lemos de Figueiredo	João Benedito Varala	Orcílio Pereira Queiroz
Adriano Barbosa	Eloy Pereira	João Carneiro Neto	Paulo Coelho Machado
Albino Silveira	Eudário de Amália Figueiredo	Luiz Nogueira Lopes	Pedro Ubirajara de Oliveira
André Tadeu de Campos	Eunice Machado de Costa Manso	Leonardo Correa Oliveira	Pedro Martins
Aurêlio Soffle	Eduardo Machado Metello	Lia G. L. de Figueiredo	Pedro Gil Amaral
Artêmio Carneiro	Francisco Assis Moura	Lúcia R. A. Ferreira	Paulo R. dos Santos
Artur Rastten	Francisco R. Marçal	Luizvaldir Siqueira Silva	Paulo Jorge Simões Correa
Augusto T. da Silva	Fernando de Freitas	Luiz Gonzaga Prata Braga	Pio Lopes
Augusto Cavalcanti Neto	Francisco C. Oliveira	Maria de Melo Nemo	Paulo Pedrasan
Augusto Ferreira de Costa	Fábio Benjamin Correa de Costa	Mário Peron	Raimundo Romão Rocha Neiva
Aurêlio Q. Cruz	Francisco Pedro Godoy	Mário A. Almeida	Roberto Albert de Castro Pinna
Alvaro Soares Alencar	Fábio Durrant (General)	Marcos Antonio Rondon	Rochel Alves Filho
Anderson R. Migliorini	Faustil R. Kull	Maria Sereno Ferrari	Rosário Almeida Gonçalo
Alvo Marques	Gilberto Neto	Marcos Correa Machado	Rosa Carvalho Ribeiro
Assis Pereira de Rosa	Gilberto Pereira do Vale	Marcos Miranda Soares	Rui Martins
Antônio Augusto Santos Sobrinho (Pa.)	Heliodora Ferreira de Almeida	Marcos Eduardo Arruda Lacerda	Ruinaldo Ney Magalhães
Augusto Azeiteiro Almeida	Hija Nabukates	Maurício Brum Buckler	Sérvio Cheffik Garli
Artêmio Francisco Corassa	Hugo Pereira do Vale	Michael Nassar	Sebastião Odete Maia
Agilmar Carneiro de Oliveira	Haroldo Sampaio Ribeiro	Nelson Evangelista de Souza	Sebastião de Oliveira Barboza
Alcides Landolfi de Silva	Hector Ciampi	Nilo Coelho	Silvio Martins
Alfrêdo Fialho de Figueiredo	Hélio de Souza	Nelly e Iza Becha	Sônia Maria de Souza Pinto
Agner de Figueiredo	Harry Amorim Costa	Nelson Vilga	Silvio Muller Pascho de Azevedo
Antônio Lopes Lima	Idelfonso Soares da Silva	Narciso Maculino	Tatiana Barbosa Moraes
Antônio Penteas (Pa.)	Iza F. Nassar	Nelson Borges de Barros	Victor C. Engelin
Alfons Simões Correa	Ivan Pires Barbosa	Nelson Benedito Barros	Valério Silva Mattio
Antônio Terezi	Joel Couto Vieira Pontes	Nelson Pereira Silva	Vladimir Muller de Amaral
Alexandrina Marques	Jorge Elias Zartan	Nepomênio Pereira Lima	Zilá Correa Machado
Aluizio Pimental	Joel Oliveira Santos	Nelson Antônio de Souza	Zelmira Mene Gonçalves
Aurelio Campos Junior	João Carlos Nave Amada	Nelson Lima	Waldemar Grande
Araújo Estelão de Figueiredo	Jorge Joel Almeida de Almeida	Orléans Amarel Martins	Walter Pina
Alfredo Perez Almeida	João M. F. Fragelli	Osório Gonçalves Gomes	Wilson Dias de Pinho
Antonio Coelho Neto	João Augusto Lopes	Osvaldo Pass Barbosa	Wilmor Rocha Soares
Albino R. Azeiteiro Penteas	João Barbosa Sousa Coelho	Osvaldo Vital de Andrade	Wladecir F. de Castro Maia
Araújo Tibério	José Martins de Azeiteiro Filho		
Albino Leite de Barros	João Carneiro Dias		
Carlos Inácio Coelho Neto	Júlio Pereira de Rosa		
Cleber Douglas Guimarães	Joel Oliveira Santos		
Cleáudio de Costa Brandão	Joel Elias Moreira		
Caroline Maria Freire de Barros	José Elias Marques		
Cleáudio Azeiteiro	José Carlos Marques		
Danteo Cunha Ramos	José Carlos Marques		
Daltro Fiala	José Carlos Marques		

Se você encontrou assim o seu nome, procure nas listagens do livro "ISTO É MATO GROSSO DO SUL". Os seus amigos e os seus parentes gostarão de conhecer um exemplar. Preço: Cr\$ 120,00.

FONTE: VEJA SE o seu nome já entrou na história do Mato Grosso do Sul. *Jornal Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.618, p. 7, 7 ago. 1978.

A segunda propaganda, com o título *Veja se o seu nome já entrou na história do Mato Grosso do Sul*, explorava a curiosidade do leitor. Para saber quais os nomes que estavam no

²⁶ Houve um ruído de comunicação em relação ao *slogan*, observa-se que a propaganda confundiu os nomes de Pedro Aleixo - político que foi impedido de tomar posse da presidência do Brasil pela Junta Militar, em 1969, durante a ditadura civil-militar - com o de Aleixo Garcia, navegador europeu que explorou a região do Rio da Prata, no começo do século XVI. Na *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, Rodrigues (1978a, p. 23) descreveu Aleixo Garcia como “o primeiro homem branco a palmilhar o [atual] território [de MS]”.

livro a população teria que adquiri-lo e, depois, ler a obra. Na imagem já havia alguns nomes, de políticos, intelectuais, militares, padres, advogados, pecuaristas e empresários, personalidades que já tinham um reconhecimento regional. Outra finalidade da publicação era invocar lembranças pessoais e familiares, ao sugerir o livro como forma de recordação: “os seus amigos e os seus parentes gostarão de conservar um exemplar” (VEJA SE..., 1978, p. 7).

Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado também foi propagandeado como sugestão de presente de natal e de ano novo. Com o título *O melhor presente*, o anúncio circulou nos últimos meses do ano de 1978 e aconselhava os sul-matogrossenses a presentear amigos e os parentes de outros estados com um exemplar a fim de divulgar a grandiosidade de MS. Tratava-se, pois, de uma obra pouco conhecida: “para um parente ou amigo distante, a sua mensagem de natal e Ano Novo deve ir com algo que fale deste nosso grande Estado, ainda pouco conhecido” (O MELHOR PRESENTE, 1978, p. 3).

Outra motivação para a compra era sua utilidade, tratava-se de um presente duradouro, perpetuando o gesto de quem presenteou: “esse algo que irá perdurar por muito tempo junto desse parente ou desse amigo”. Por fim, chama atenção o alerta de que a edição “está por esgotar-se”, e poderia ser encontrada na livraria Correio do Estado pelo preço de Cr\$ 120,00 (O MELHOR PRESENTE, 1978, p. 3).

Figura 8 - Propaganda *O melhor presente* e as reportagens *Matogrossense do Sul, um nome e um símbolo divisionista* e *Mato Grosso do Sul: antes, um viveiro de índios* no jornal *Correio Estado*, 30 de dezembro de 1978



Fonte: O MELHOR PRESENTE. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.733, p. 3, 30 dez. 1978; MATOGROSSENSE DO SUL, um nome e um símbolo divisionista.

Correio do Estado. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.733, p. 3, 30 dez. 1978; MATO GROSSO DO SUL: antes, um viveiro de índios. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.733, p. 8, 30 dez. 1978.

No dia 30 de dezembro de 1978 foi publicada a última edição do *Correio do Estado* daquele ano, na véspera da oficialização de MS. O anúncio da obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* foi colocada ao lado da reportagem *Matogrossense do Sul, um nome e um símbolo divisionista*, que abordava o sentimento separatista no Sul de MT. Os leitores poderiam aperfeiçoar seu conhecimento adquirindo um exemplar da obra, pois a temática era abordada já nas suas primeiras páginas (MATOGROSSENSE DO SUL..., 1978, p. 3). Cabe destacar que essa edição do jornal, em especial, enfocou a oficialização do estado. Também constava a reportagem *Mato Grosso do Sul: antes, um viveiro de índios*, que resumia os conteúdos de um dos capítulos da obra (MATO GROSSO DO..., 1978, p. 8).

As campanhas de publicidades de *Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau* e *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* procuravam persuadir o público sobre a necessidade e a importância de adquirir as obras e de conhecer a história e geografia de MS. As imagens construídas enfatizavam a extrema relevância e atualidade dos títulos para os sul-matogrossenses conhecerem a história, a criação e a oficialização do novo estado. Outro aspecto foi o caráter pioneiro de Rodrigues, responsável pela primeira grande síntese da história de MS, além da produção de um livro didático. A estratégia era alavancar as vendas e torná-las referências obrigatórias para os estudantes e professores, para se conhecer a história de MS e para pesquisas futuras, ou seja, tornar as obras reconhecidas como modelo que permaneceria através do tempo. Assim, elevavam Rodrigues à condição de um autor clássico da história regional.

No final dos anos 1970 e início da década de 1980, Rodrigues continuou a pesquisar, a escrever e a divulgar suas obras no *Correio do Estado*, a exemplo dos livros sobre a história da capital de MS. Em 1978, lançou *Campo Grande, meu amor*, em que *Suplemento Literário* auxiliou na divulgação (CAMPO GRANDE,... 1978, p. 6). Em 1980, publicou *História de Campo Grande*, que repetindo o padrão das obras anteriores ganhou espaço para divulgação no *Suplemento Literário*, com nota de lançamento (HISTÓRIA DE CAMPO..., 1980, p. 6). Os membros da ASL, José Couto Vieira Pontes e Otávio Gonçalves Gomes, para auxiliar na divulgação, publicaram artigos a respeito dessas obras (VIEIRA PONTES, 1980, p. 6; GOMES, 1980, p. 6).

Com o amadurecimento das pesquisas, Rodrigues lançou a obra *Histórias da Terra Mato Grossense*, em 1983, e *História de Mato Grosso do Sul*, em 1984, que teve uma segunda

edição em 1993. Nessas obras, ele manteve a mesma matriz metodológica das anteriores, porém aprofundou os conteúdos, estando então acompanhado por uma equipe editorial. As obras foram publicadas pela *Editora do Escritor*, empresa paulista dirigida pelo romancista e crítico Benedicto Luz e Silva, e o texto foi revisado por Nito Zulli. As capas foram produzidas por Luz e Silva, editor-chefe. A obra *História de Mato Grosso do Sul* contou ainda com a participação de Elisabete Soares como assessora editorial, sendo financiada pela *Fundação Barbosa Rodrigues*. O aprimoramento técnico reflete a preocupação do autor em aperfeiçoar suas publicações.

Em *Histórias da Terra Mato Grossense* (1983) Rodrigues abordou a história de MT. Neste sentido, o autor procurava demonstrar que os dois estados permaneciam irmanados, não havia ressentimentos e que a história de MS sempre se entrecruzaria com a de MT. Também enfocou os heróis²⁷ do sertão, isto é, os indivíduos que se destacaram na formação histórica por superarem os obstáculos e contribuírem para o progresso e o desenvolvimento da região. Na obra, constituída de 115 páginas e dezenove capítulos, o autor procurou ainda relatar fatos históricos considerados heroicos, repletos de coragem e bravura e que, segundo ele, necessitavam ser lembrados para que as novas gerações e as cidades os conhecessem:

São fatos verídicos que precisam ser lembrados de época em época para que sejam conhecidos pelas novas gerações.

Os seus personagens são heróis do sertão, por isso nem sempre são lembrados nas cidades.

Mas foram eles que abriram caminhos para que as cidades existam.

Nasceram, viveram e morreram anonimamente (RODRIGUES, 1983, p. 7).

Apesar de Rodrigues (1983, p. 7) afirmar que a obra se baseava em fatos verídicos, deixou de listar as fontes documentais e as referências bibliográficas. Contudo, a veracidade dos fatos abordados era alicerçada pela condição que ocupava: ser jornalista, “historiador”, pesquisador, proprietário do jornal *Correio do Estado* e por ser membro da ASL e do IHGMS.

A obra agrupou artigos que foram, anteriormente, publicados em seu jornal, e agora estavam organizados em formato de livro, “na esperança de que [fossem] úteis às novas gerações” (RODRIGUES, 1983, p. 9). Nela, embora considerasse todos os pioneiros como

²⁷ A ideia inicial de construir uma galeria de heróis regionais iniciou-se na obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, quando o autor listou dez soldados da Força Expedicionária Brasileira de naturalidade “da região sul matogrossense” que participaram da Segunda Guerra Mundial. Os jovens soldados residiam nos municípios de Campo Grande, Porto Murtinho, Aquidauana, Rio Brillhante, Ponta Porã, Bela Vista e Corumbá e foram considerados “verdadeiros heróis”, sendo um exemplo para os demais cidadãos por estarem dispostos a doar a sua vida ao Brasil. Por isso, eram merecedores de “ter os seus nomes gravados na história do novo Estado de Mato Grosso do Sul”. Os nomes dos “heróis do novo estado” eram: Bernardino da Silva; Alceviades Bobadilha da Cunha, Gregório Vialva; Hugo Gonçalves; João Maria Silveira Marques; Sebastião Ribeiro; Simeão Fernandes; Teodoro Sativa; Tomás Antônio Machado; e Wademar Marcelino dos Santos (RODRIGUES, 1978a, p. 65-68).

heróis, elencou aqueles dignos de serem registrados, selecionou os principais fatos históricos e os heróis mato-grossenses, todos, na realidade, apropriados como sendo sul-mato-grossenses:

Para mim todos foram heróis, dignos de admiração, pois as épocas em que viveram exigiram homens de fibra, valentes, destemidos, capazes de lutarem pela sua sobrevivência ou pela conquista dos fins que os levaram ao interior das selvas. [...]

Cada qual a seu modo fez o nosso passado, abrindo clareiras na selva inóspita para que hoje tivéssemos a terra maravilhosa que temos.

Para que isso acontecesse, muito sangue correu nos quatro últimos séculos.

Esse sangue, porém não foi em vão: alicerçou as civilizações que ora vicejam no coração da Pátria. (RODRIGUES, 1983 p. 9).

Para Rodrigues (1983, p. 7), a população deveria se espelhar nesses heróis, pois todos os sul-mato-grossenses seriam herdeiros de um passado glorioso, épico, repleto de lutas e personalidades, e que fizeram de MS uma terra maravilhosa. Foram esses os heróis que abriram as portas para o progresso e a civilização. Listar e rememorar seus nomes era, assim, uma forma de reconhecer a “heroicidade” desses indivíduos e uma “questão de justiça” para a história e a memória regional (RODRIGUES, 1983, p. 7).

Figura 9 - Capa do livro *Histórias da Terra Mato Grossense*



FONTE: RODRIGUES, 1983.

A capa da obra foi produzida por Luz e Silva, sendo composta por diversas imagens em contraste denso, sendo as cores predominantes o marrom e o azul, em tons escuros. No plano central há um escrito datado em 27 de dezembro de 1864 e no lado direito inferior o rosto de uma mulher indígena. Já no plano secundário constam paisagens relacionadas ao sertão, com carroças e indígenas, desenhos da fauna e da flora em traços sombreados e um solo avermelhado. São imagens difíceis de detalhar, pois retratam cenários inóspitos e ásperos, com figuras enigmáticas. A capa, assim, adota uma tônica mística, e os eventos históricos são, a partir disso, abordados de maneira contemplativa e alegórica.

Entre os heróis elencados estavam bandeirantes, monçoeiros, povoadores e pioneiros, homens anônimos, alguns negros e mulheres, imagens religiosas, soldados portugueses e militares e civis que lutaram na Guerra do Paraguai, tais como: Pedro Leme da Silva, Aleixo Garcia, Dominga Ruiz, Brigadeiro Lara, Pai Pirá, a líder quilombola Tereza, tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero e sua esposa Ludovina Alves Portocarrero, os tenentes Antônio João e João de Oliveira Mello, o barão de Vila Maria e o seu capataz de apelido Nanico, Visconde de Taunay, Dona Senhorinha, as imagens de Senhor Bom Jesus de Cuiabá e da Virgem do Carmo entre outros. O autor salientou ainda que “estes são os meus heróis e devem ser tidos como heróis por todos os filhos de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul”, devendo ser conhecidos e reconhecidos pela população, pois “este reconhecimento de heroicidade é simplesmente uma questão de justiça” (RODRIGUES, 1983, p. 7).

Rodrigues valorizou a história dos grandes homens, isto é, dos indivíduos considerados admiráveis, dos seres com aptidões para serem admirados, daqueles que serviriam de modelo para a sociedade. De acordo com Carlyle (1963, p. 112), instituir heróis e cultuá-los foi ou continua sendo importante, sobretudo em tempos de descrenças e crises, para consolar o presente, direcionar o mundo e para manter a ordem social:

[...] a sociedade é fundada no culto dos heróis [...] a que podemos chamar uma Heroarquia (governo de heróis). [...] em todos os tempos e lugares, o herói tem sido adorado. E sempre assim será. Nós todos amamos os grandes homens; amamos, veneramos e curvamo-nos submissamente perante os grandes homens. [...] Em épocas de descrença, que em breve se tornam épocas de revolução, toda a gente vê que há muito desabamento, muita decadência e ruína. Para mim, nestes dias, parece-me que vejo nesta indestrutibilidade do culto dos heróis a eterna rocha dura e resistente que o naufrágio confuso dos abalos revolucionários não pode destruir. [...] "Culto dos Heróis" torna-se um fato extraordinariamente precioso; o fato mais consolador que vemos ao presente no mundo. Há uma eterna esperança nele para a direção do mundo. (CARLYLE, 1963, p. 18-22,192).

Rodrigues, na obra *Histórias da Terra Mato Grossense*, afirma que o “livro relata feitos heroicos de homens e mulheres durante o período de devassamento e povoação de vasta região

do Centro Oeste Brasileiro” (RODRIGUES, 1983, p. 7). Alguns desses heróis foram, como referido anteriormente, apropriados como sul-mato-grossenses.

Em *Histórias da Terra Mato Grossense* Rodrigues retratou “o [descobrimento] de Mato Grosso”, a tradição cristã de Cuiabá ao destacar a catedral metropolitana da cidade e a “veneração do povo cuiabano” sobre a “gloriosa” imagem do Senhor Bom Jesus. Em diversos capítulos encontram-se episódios históricos sobre MT, demonstrando que, apesar da divisão e da criação de MS, os sul-mato-grossenses não deixariam de se interessar e de conhecer a história de MT. A obra assenta-se essencialmente em elementos culturais sul-mato-grossense e estabelece aproximações com o discurso regionalista do IHGMT.

A divulgação de *Histórias da Terra Mato Grossense* no jornal *Correio do Estado* foi realizada em 1984, ano seguinte de sua publicação. As resenhas elogiosas sobre a obra e os anúncios no jornal continuaram como principais estratégias para alavancar as vendas. Os intelectuais Hélio Serejo e José Couto Vieira Pontes, ex-presidente da ASL, manifestaram-se destacando as qualidades da nova publicação do seu confrade.

De acordo Serejo (1984, p. 8), Rodrigues era um grande escritor devido à sua linguagem “vigorosa” e ao seu estilo, muito parecido com o de Peregrino Júnior e de Alfredo Ladislau, autores de *Terra Imatura*, considerada uma “obra prima”. A principal qualidade de sua obra seria “se [distanciar] das expressões empoladas, levando sempre a narrativa com suavidade e deleite absorvente”. Por esta razão, “não [cansaria] o leitor” e “[conduzi-lo-ia a] um irrefreável desejo de chegar à última página”. Serejo ainda destacou seis capítulos, dos 19 que compõem a obra, considerados primordiais e de leitura prazerosa. Ao comentar a sua experiência como leitor, destacou as impressões, os sentimentos, os sons e as paisagens que vieram à sua mente durante a leitura, em virtude do seu realismo, objetividade e da qualidade estética do texto:

Histórias da Terra Matogrossense, tem cheiro de mato, fragor das cataratas enfurecidas, tropel de cavahada em pânico, brandir lanças esfuziantes, ribombar de canhões, olor de queimada de agosto, mistérios da vivência íncola, chamas históricas nas narrativas que lembram coisas do passado, do passado que sacode o íntimo e bota pensamento de saudade na mente do leitor, (SEREJO, 1984, p. 8).

Rodrigues foi qualificado como “um pesquisador de belo porte”, possuidor de um “conhecimento bem aprofundado” e sua narrativa, por extensão, “oriunda de fatos verídicos” (SEREJO, 1984, p. 8). Ao enaltecer esses aspectos, Serejo (1984), estava, mais uma vez, consolidando a autoridade de Rodrigues para escrever a história de MS. Seu texto foi incluído na quarta capa (contracapa) da obra *Histórias de Mato Grosso do Sul*, e ao finalizá-lo,

parabeniza o autor pelo seu novo trabalho e agradece a oportunidade de ter escrito sua dedicatória.

No dia 3 de março de 1984, o *Suplemento Cultural* publicou uma resenha, escrita pelo ex-presidente da ASL, José Couto Vieira Pontes, que considerava a obra *Histórias da Terra Mato Grossense* como marco literário do ano 1984, e devido aos seus atributos o título “[merecia] ser lido e relido”. (VIEIRA PONTES, 1984, p. 8) Rodrigues foi, mais uma vez, apontado como um renomado autor sul-mato-grossense, que com sua escrita enriquecia a historiografia de MS, do Oeste brasileiro e do Brasil. Destacou também as qualidades do texto, sobretudo sua clareza, a objetividade, a concisão e o fato de ser despido de adjetivação. Assim, reforçava o caráter científico e as qualidades estéticas da obra:

J. Barbosa Rodrigues, jornalista e historiador de renome no panorama literário de nosso Estado, acaba de lançar um livro que enriquece o acervo bibliográfico do Oeste brasileiro: "HISTÓRIAS DA TERRA MATO GROSSENSE". [...] J. Barbosa Rodrigues, já legou às nossas letras obras importantes, como “Isto é Mato Grosso do Sul”, 1978, e "História de Campo Grande", 1980, ambas tecidas com clareza, objetividade, concisão, em estilo pitoresco, despido de adjetivação inútil e pernicioso, forjado na têmpera da imprensa diária (VIEIRA PONTES, 1984, p. 8).

Vieira Pontes (1984, p. 8) exaltou a qualidade da publicação que “constitui já por si só uma consagração do livro”, bem como a capacidade de “[conseguir] alinhar dezenove narrativas curtas, em que a tônica dos temas repousa em eventos pitorescos e insólitos colhidos no dealbar do desbravamento e povoamento da nossa região”. Ao incentivar a compra do livro, arguiu que era uma forma de prestigiar e apoiar o trabalho do colega da ASL e de compensar os custos financeiros da publicação. Rodrigues, portanto, por desenvolver um trabalho de elevada proeminência sociocultural, além de sua competência como pesquisador, de sua dedicação e de seu patriotismo, era merecedor do incentivo da sociedade sul-mato-grossense. Por fim, ressaltou as contribuições da obra à esfera cultural:

[...] prestigiando, assim, o autor sul-mato-grossense, que merece apoio e incentivo, eis que realiza um trabalho de alto significado social e cultural, sem visar a qualquer recompensa material. Um trabalho paciente, de monge beneditino, pesquisando aqui e ali, catalogando as nossas tradições, costumes e fatos históricos, preservando um patrimônio cultural que fatalmente seria tragado pela voragem do tempo e do esquecimento, não fosse a dedicação de homens intensamente apaixonados pelo nosso passado, como J. Barbosa Rodrigues. Homens realmente apaixonados, patriotas sem alarde e propaganda piegas, que vão tecendo, a pouco e pouco, a historiografia do Oeste brasileiro (VIEIRA PONTES, 1984, p. 8).

Considerando todos esses atributos, Vieira Pontes (1984, p. 8) recomendava a leitura e releitura da obra pelo público em geral, especialmente os jovens e as pessoas oriundas de outros

estados. A obra representava uma lição de bravura para nova geração e uma oportunidade de os imigrantes conhecerem a grandiosidade da região por meios de “histórias emocionantes e dignas de destaque”.

O jornal *Correio do Estado* também publicou dois anúncios para divulgar a obra e alavancar suas vendas. Ambos enfatizavam o heroísmo dos antepassados e a veracidade dos fatos retratados na obra *Histórias da Terra Mato Grossense*. A intenção era que o leitor se entusiasmasse e adquirisse o título, uma vez que ninguém poderia deixar de lê-lo. O primeiro anúncio, assim, ressaltou que o objetivo do autor era registrar “histórias verídicas” e “lances de heroísmo no sertão” reunidos em “dezenoves histórias inesquecíveis de nossa história” (HISTÓRIAS DA TERRA..., 1984, p. 9). Destacava-se que a obra trazia “[relatos] de fatos verídicos” do heroísmo de “homens e mulheres destemidos” que viveram a conquista e o desbravamento do antigo MT, região atual em que o público nascera ou residia. O valor da obra era de Cr\$1.800,00 (mil e oitocentos Cruzeiros), encontrava-se disponível em livrarias ou poderia ser encomendada pelo correio (VOCÊ NÃO PODE..., 1984, p. 8).

Figura 10 – Propagandas *Histórias da Terra Mato Grossense: lances de heroísmo no sertão e Você não pode deixar de ler este livro!* no jornal *Correio do Estado*

Histórias da Terra Mato Grossense

O autor conta, neste livro, histórias verídicas ocorridas nos dois Mato Grosso, desde 1524.

Lances de heroísmo no sertão

A descoberta de Aleixo Garcia, a traição dos guaicurus, o milagre de Forte Coimbra, a epopéia de Antônio João, a Rainha do Piolho, o Menino Diabo, o Nanico do Barão de Vila Maria, o Heroísmo de Dona Senhorinha e a desventura de Maria Domingas, o Grande Amor do Visconde de Taunay, as Pragas do Gatemi. São dezenoves histórias inesquecíveis de nossa terra.

EM TODAS AS BOAS LIVRARIAS

Pedidos pelo reembolso postal: Cx. Postal, 451, Campo Grande-MS.

VOCÊ NÃO PODE DEIXAR DE LER ESTE LIVRO!

Relato de fatos verídicos colhidos na história da conquista e desbravamento dos dois Estados Matogrossenses.

No passado, homens e mulheres destemidos disputaram palmo a palmo a terra em que você nasceu ou vive.

À venda nas livrarias Ruy Barbosa, Trouy, Ática, Livrosul, Livrócenter, Dom Bosco e Capricho. Preço Cr\$ 1.800,00. Pedidos pelo Correio para Vilma Gutierrez, Caixa Postal, 451, Campo Grande - MS.

FONTE: HISTÓRIAS DA TERRA MATO GROSSENSE. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXXI, n. 9.234, p. 9, 8 mar. 1984; VOCÊ NÃO PODE deixar de ler este livro!. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXI, n. 9.300, p. 8, 26 maio 1984.

Simultânea às divulgações de *Histórias da Terra Mato Grossense* houve a publicação de *História de Mato Grosso do Sul*, em 1984, obra composta por 185 páginas, distribuídas em vinte e um capítulos. Ao aperfeiçoar suas pesquisas, Rodrigues apresentou um amplo apanhado histórico, cumprindo a promessa de aprofundar a pesquisa sobre a história de MS, realizada em 1978, na introdução de *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, quando afirmou “futuramente, se me for possível, voltarei ao assunto com mais vagar” (RODRIGUES, 1978a, p. 15).

Nos protocolos de edição, o editor destacou que o autor fez “um apanhado geral do muito que foi escrito por centenas de historiadores, praticamente desde a descoberta do Brasil”, uma vez que “Mato Grosso do Sul, apesar de oficialmente criado neste final do século XX, teve sua origem logo depois da descoberta do Brasil”. No título, Rodrigues é apresentado como um “profundo conhecedor da história do Estado”, por ter publicado vários livros sobre MS que “sempre tiveram grande aceitação nos meios culturais do Centro-Oeste” (RODRIGUES, 1984, orelha do livro).

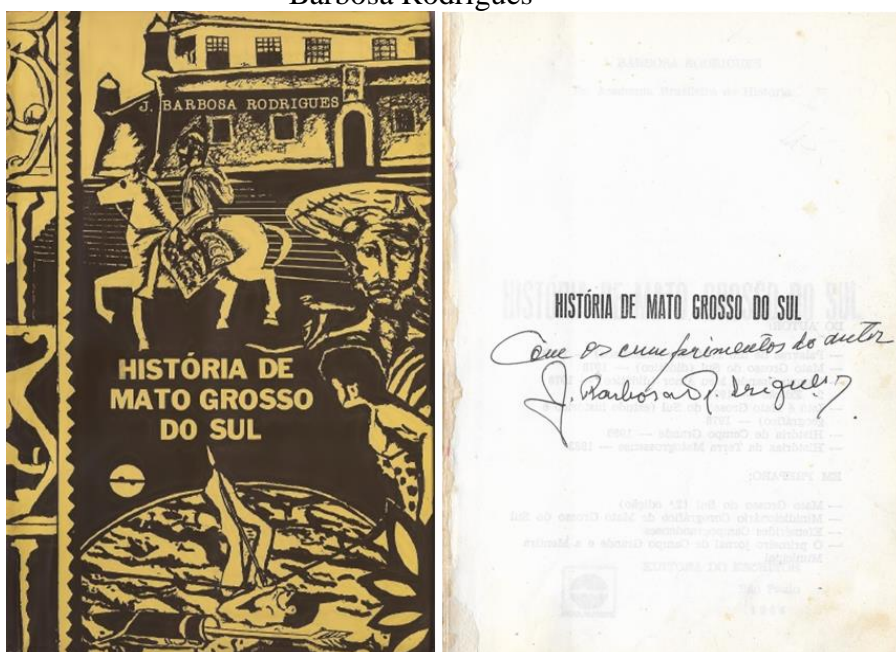
A obra traz uma diversidade de temas, tais como: os povos indígenas, a presença espanhola com os governos dos *Adelantados* e os missionários jesuítas, a descoberta do ouro em Cuiabá, as monções, as bandeiras, os pioneiros do povoamento não-indígena, o espírito militar, patriótico e defensor das fronteiras durante a Guerra do Paraguai, as disputas territoriais do final do século XIX e do decorrer do século XX, a indústria de extração da erva-mate como símbolo da pujança econômica, a estrada de ferro como símbolo da modernização, as imigrações gaúchas, o movimento divisionista como uma luta secular, a criação de MS como uma conquista dos divisionistas, o auxílio da ditadura civil-militar na criação do estado, a instalação e oficialização de MS e sua projeção como Estado-Modelo.

Cada evento histórico assume um peso diferente no livro, a exemplo dos povos indígenas, que foram extintos no processo de ocupação e povoamento, e o papel dos pioneiros, exaltados como civilizadores do sertão. A escravidão negra e a presença dos afrodescendentes, entretanto, foi ignorada, salvo pouquíssimos indícios das suas existências. Neste sentido, “falar de região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e fora: implica em jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 58). Isto é, indígenas, escravizados, africanos, afrodescendentes, assim como as mulheres e outros atores sociais, foram silenciados por Rodrigues.

A capa da obra é composta por uma mescla de imagens em que estão representadas pessoas, animais, o Forte Coimbra, indígenas, os monçoeiros e um bandeirante paulista. As

ilustrações são de traços simples e rústicos, remetendo a uma xilogravura. A cor tem tonalidades de preto, amarelo e sépia. De forma ampla, retrata vários momentos da história de MS, que foram apresentados com a perspectiva do evolucionismo social. Na evolução social, de baixo para cima, constam a presença indígena, o bandeirantismo e as estratégias de defesa da região, o Forte Coimbra, que consolidou a presença lusa e foi símbolo do processo de ocupação, povoamento e defesa.

Figura 11 - Capa da obra *História de Mato Grosso do Sul* e contracapa autografada por José Barbosa Rodrigues



FONTE: RODRIGUES, 1984.

Nas epígrafes de cada capítulo selecionou personalidades (escritores ou políticos) que foram referência na escrita²⁸ da história. A dedicatória é direcionada a todos os defensores do solo sul-mato-grossense, isto é, os que morreram pela defesa das fronteiras, os desbravadores, os divisionistas e àqueles que continuavam a engrandecer o MS com seu trabalho e seu patriotismo:

²⁸ Entre os nomes descritos estão: Pero Vaz de Caminha, Roberto Southey, General Souza Júnior, Afonso Várzea, Virgílio Corrêa Filho, Pandiá Calógeras, Paulo Setúbal, Affonso de E. Taunay, Lécio Gomes de Souza, J. J. Chiavenato, D. Antônio Rolim, Hélio Serejo, Fernando de Azevedo, Pedro Ângelo da Rosa, Oclécio Barbosa Martins, Elpídio Reis e Ernesto Geisel. Nas referências bibliográficas foram citados Emílio Garcia Barbosa, Mário Lima Beck, Fausto Vieira Campos, Euclides da Cunha, Hernani Donato, Sérgio Buarque de Holanda, Demosthenes Martins, Rubens Mendonça, Mário Monteiro, Darcy Ribeiro, Pedro Ângelo da Rosa, Nelson Werneck Sodré, João Batista de Souza, Lécio Gomes de Souza entre outros.

todos aqueles que, calçando botas de sete léguas, tombaram anônima e heroicamente para que o território de Mato Grosso do Sul fosse Brasil...
a todos aqueles que, durante quase um século, se sucederam alimentando o sonho da divisão da terra mato-grossense...
a todos aqueles que, nos dias de hoje, procuram com o suor do rosto o engrandecimento do chão em que nasceram ou vivem (RODRIGUES, 1984, p. 7).

O título foi dedicado aos pioneiros, aos mártires que lutaram na Guerra do Paraguai e aos indivíduos que batalharam e sonharam com a divisão de MT. Também à população que ama o solo em que vive e que, movida pelo patriotismo, estava empenhada em tornar MS um estado ainda mais próspero. Ou seja, no olhar de Rodrigues, a atual região de MS foi um sertão inóspito que, por meio da coragem de seus bravos povoadores, dos heróis de guerra e, posteriormente, dos divisionistas, foi transformada em uma grande potência econômica, palco de desenvolvimento econômico e social.

A perspectiva da obra é a mesma das anteriores, ou seja, factual e ufanista. A diferença é que neste exemplar Rodrigues aperfeiçoou sua narrativa e organizou a exposição dos conteúdos dividindo-o em três partes. O texto é mais elaborado, se comparado às produções anteriores, pois apresenta notas de rodapés e referências bibliográficas, porém não inclui apresentação, introdução e nem prefácio. A obra contou com o patrocínio da *Fundação Barbosa Rodrigues*, responsável por viabilizar a publicação que alcançou sua segunda edição no ano de 1993.

No primeiro trimestre de 1985, o jornal *Correio do Estado* iniciou as propagandas do novo livro. O *Suplemento Cultural* publicou a resenha de José Couto Vieira Pontes, intitulada *J. Barbosa Rodrigues escreve a história de Mato Grosso do Sul*, em 23 de março de 1985, republicada uma semana depois, em que Pontes tecia elogios ao colega. A publicação foi considerada de grande relevância, pois registrava a história de MS:

Os sul-mato-grossenses podem já orgulhar-se de possuir a sua gloriosa História impressa em livro. J Barbosa Rodrigues escritor, jornalista e historiador de incontestáveis méritos, acaba de editar a primeira obra a respeito de nossos fatos históricos, abordando-os desde os primórdios da colonização até aos governos de nossos dias. E o faz com sua reconhecida capacidade de estudioso responsável e pesquisador arguto, numa linguagem clara, colorida, repleta de afeição para com a nossa terra e os homens que forjaram (VIEIRA PONTES, 1985, p. 8).

Além de considerar Rodrigues um primoroso pesquisador e escritor, o lançamento de *História de Mato Grosso do Sul* foi colocado como motivação para despertar o orgulho estadual, uma vez que os sul-mato-grossenses teriam à sua disposição uma obra de referência para conhecer sua própria história. Vieira Pontes (1985) mencionou Carl Jung para afirmar que

a felicidade de um povo está em lembrar o seu passado e as suas raízes. Desta forma, ele considerava importante que a população apreciasse as glórias de sua história, reunidas em forma de livro por Rodrigues. Mais do que exprimir elogios à organização e aos conteúdos, definiu a obra como o livro do ano:

Feliz o povo que tem a sua História, que revive com orgulho e que dela retira a própria seiva para viver, criar e reconfortar-se nas lutas do cotidiano. KARL JUNG acentuou que o homem desligado de suas origens, de suas raízes, de seu grupo, perde a razão da vida, a quintessência da existência, tornando-se um autômato, uma peça de engrenagem. ‘História de Mato Grosso do Sul’, numa edição de Benedicto Luz Silva (Editora do Escritor, São Paulo) pode ser considerado o livro do ano, em nosso Estado. Nenhum outro se lhe pode aventajar em importância, tanto para os sul-mato-grossenses, quanto para os interessados pelos nossos assuntos, desejosos de conhecerem a nossa realidade histórica, embora oriundos de outras unidades da Federação (VIEIRA PONTES, 1985, p. 8, grifos meus).

A obra *História de Mato Grosso do Sul*, para Vieira Pontes (1985, p. 8), era “a leitura do momento”, e os livros de Rodrigues “um acontecimento literário digno de destaque”, uma vez que ele era “um bom historiador” e um escritor preocupado com a memória regional. Sobre o estilo de escrita, Pontes comentou que o autor “[abandonou] o estilo meramente descritivo e linear” e dotou sua narrativa de “episódios empolgantes”.

Figura 12 - Propaganda *O livro que faltava* no jornal *Correio do Estado*

O LIVRO QUE FALTAVA

Já se encontra nas principais livrarias da cidade, com a chancela de J. Barbosa Rodrigues, o livro **HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL**, um pioneiro apanhado da evolução histórica da região que constitui um dos mais novos Estados do Brasil.

Fruto de cuidadosa pesquisa, o livro compreende três partes distintas: dos indígenas à Guerra do Paraguai, da Guerra à luta pela criação do Estado, e dessa luta até os dias atuais.

São vinte capítulos que relatam as diversas fases da evolução histórica da terra sul-matogrossense, muitas delas desconhecidas das gerações atuais. Os povos indígenas, os primeiros habitantes e as suas lutas na conquista de uma região selvagem, as disputas entre portugueses e espanhóis, entre paraguaios e brasileiros, o olho grande da Madame Linch, do Barão de Antonina e dos goianos, além dos ciclos da erva-mate, da ferrovia e a luta pela chamada Divisão. Muito mais do que isso você poderá encontrar nesse livro escrito com muito amor e dedicação a Mato Grosso do Sul.

HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL

Preço do exemplar: Cr\$ 10.000.
Pedidos de outras cidades serão atendidos por Vilma Leite, Caixa Postal 451, Campo Grande-MS.

FONTE: O LIVRO QUE FALTAVA. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXXII, n. 9.551, p. 3, 30 mar. 1985.

O preço de venda do título era de Cr\$ 10.000 (dez mil Cruzeiros), e as propagandas da obra *História de Mato Grosso do Sul* exploravam a importância de os sul-mato-grossenses conhecerem a história do seu estado. Anunciado como *O livro que faltava*, a questão do pioneirismo ganha novamente especial destaque, como as propagandas de 1978. Rodrigues teria feito “um pioneiro apanhado da evolução histórica da região que constitui um dos mais novos Estados do Brasil” e sua obra tinha “chancela”, pois tinha sido “fruto de cuidadosa pesquisa”. Conforme consta no anúncio, “são vinte capítulos que relatam as diversas fases da evolução histórica da terra sul-mato-grossense, muitas delas desconhecidas das gerações atuais”. Por fim, destacou-se a devoção do autor, pois o livro foi “escrito com muito amor e dedicação a Mato Grosso do Sul” (O LIVRO QUE FALTAVA, 1985, p. 3).

No decorrer ano de 1985 circularam no *Correio do Estado* propagandas das duas últimas produções de Rodrigues, *Histórias da Terra Mato Grossense* e *História de Mato Grosso do Sul*. Com o título *Livros Sul-Matogrossenses*, o anúncio apresentava apenas os nomes das obras, seus respectivos preços e os locais de venda (LIVROS SUL-MATOGROSSEENSES, 1985a, p. 6; 1985b, p. 8). Em 1993, por ocasião da segunda edição da obra *História de Mato Grosso do Sul*, Vieira Pontes publicou, no *Suplemento Cultural*, o artigo denominado *Para Lembrar: Personalidade – a história nua e crua*, em 10 de julho de 1993, e nele sublinhou que MS, apesar de ter uma jovem historiografia, já possuía alguns autores célebres, como Rodrigues. O livro *História de Mato Grosso do Sul* foi considerado “a primeira obra acerca da nossa história estadual”, isto é, “marco zero na matéria, obra sem antecessora, seu mérito reside justamente no desafio lançado ao seu autor”. Além disso, foi tomado como uma produção em que “podemos sentir o pulso [de] historiador” do referido autor (VIEIRA PONTES, 1993, p. 5). As obras de Rodrigues constavam na lista de obras recomendadas e vendidas pela ASL.

Desta forma, por meio das suas produções culturais, Rodrigues se tornou um autor respeitado no meio intelectual e político sul-mato-grossense. As estratégias utilizadas na divulgação dos títulos foram fundamentais para legitimar sua importância e pioneirismo. As resenhas e os artigos escritos por seus pares possuíam tons laudativos e enaltecidos, instituindo um culto a Rodrigues e fazendo dele referência obrigatória para historiografia sul-mato-grossense. Os intelectuais que escreveram artigos sobre Rodrigues – Hélio Serejo, Otávio Gonçalves Gomes e José Couto Vieira Pontes – não constituem figuras aleatórias. São, ao contrário, nomes que tinham notoriedade no meio intelectual e social regional. Gomes e Vieira Pontes, por exemplo, foram presidentes da Academia Sul-Mato-Grossense e Serejo era

conhecido e reconhecido em nível nacional. Os textos foram publicados no *Suplemento Literário/Cultural*, espaço da ASL, isto é, dentro da rede de sociabilidade em que o autor estava inserido e onde havia o compartilhamento de ideias e de ideologias.

As obras *Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau*, *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, *Histórias da Terra Mato Grossense* e *História de Mato Grosso do Sul* foram projetadas para tornarem-se clássicas sobre a história regional. O viés comercial buscou demonstrar ao público que eram obras de rigor científico, produzidas por um autor dotado de atributos, seja como professor, pesquisador ou escritor. Neste contexto, o discurso memorialístico de Rodrigues objetiva resgatar e preservar o passado, além de difundir valores cívicos. A narrativa era pomposa, adjetivada, subjetiva, desprovida de preocupações teóricas e metodológicas.

Para Porto e Aguiar, a “escrita memorialística é uma escrita que passeia entre os fatos e os devaneios, entre as imagens da imaginação e da memória” e seu “maior problema foi sempre medir os graus entre verdade e verossimilhança” (PORTO, 2011, p. 202; AGUIAR, 1998, p. 23). Já Antoine Prost apontou que a base essencial do ofício do historiador, ao contrário, é que “toda afirmação deverá ser comprovada”, tendo o compromisso de “[fornecer] ao leitor a possibilidade de verificar suas afirmações”. Étienne François, por sua vez, elencou que um dos requisitos fundamentais do pesquisador “é [a] exigência ética, requerendo do pesquisador que seja particularmente escrupuloso e prudente, e que seja guiado por uma concepção rigorosa da verdade histórica” (PROST, 2008, p. 55-56; FRANÇOIS, 1998, p. 159).

Seguindo tais preceitos, as obras de Rodrigues não apresentam nenhum rigor científico: as referências bibliográficas e as fontes, salvo em pouquíssimas exceções, não são citadas ou são mencionadas de forma vaga ou incompleta. Algumas informações estatísticas, geográficas ou demográficas são apresentadas sem indicar a procedência de tais dados. Em geral, as obras carecem de informações básicas, ora não tem introdução, ora não tem sumário; a narrativa contém erros nos nomes, nas datas, nas localizações geográficas e nas contextualizações. Desta forma, como escritor e pesquisador, Rodrigues não exibiu responsabilidades teóricas ou metodológicas, condições básicas para um historiador ou qualquer tipo de pesquisador. Apesar disso, suas obras foram divulgadas como exemplares, atuais, que ultrapassam a época em que foram escritas e o autor como um pesquisador e historiador dotado de atributos excepcionais e necessários, que o habilitavam a escrever sobre a história de MS.

1.3 José Barbosa Rodrigues: sócio de instituições culturais e o papel de intelectual mediador

José Barbosa Rodrigues foi um típico intelectual mediador ou mediador cultural, pois além de escrever para uma diversidade de leitores, teve a preocupação de divulgar sua produção cultural em veículo de imprensa, o jornal *Correio do Estado*. Ao produzir e ao divulgar suas obras, ele buscava comunicar-se com toda a população sul-mato-grossense e brasileira: com um público amplo e não especializado e com intelectuais da ASL e do IHGMS, e por isso alcançou grande representatividade junto à sociedade.

Conforme Gomes e Hansen (2016, p. 21-22) os intelectuais mediadores não apenas falam para vários tipos de públicos, sobretudo para os não especializados, formado pela maioria da sociedade, como também investem empenho na escrita, na fala e na publicação de seus livros. Além disso, buscam inserir-se em instituições culturais e nos meios de comunicação: “em muitos casos o intelectual mediador necessita de um grande empenho para se especializar em escrever/falar/fazer/gerir/organizar livros e revistas, instituições culturais”, entre outras atividades.

O intelectual mediador constitui-se, assim, um especialista em comunicação e pode fazer uso de diferentes recursos e meios – a escrita, a fala, os livros, as revistas, a imprensa e as instituições culturais. Ele pode acumular funções, ter diferentes posições em sua vida profissional, ser apenas mediador ou ser, ao mesmo tempo, um criador e atuar em mais de um tipo de mediação cultural. São, pois, diversas as variáveis para determinar se o indivíduo está atuando como um intelectual mediador, assim como são inesgotáveis as formas e as atividades de mediação cultural. No caso de Rodrigues, duas características ganham especial relevo: a comunicação com um amplo público e a posse de cargos estratégicos em instituições públicas ou privadas. Desta forma, o mediador cultural:

Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo. Ou seja, ele se torna um profissional especializado em atingir um público não especializado. [...] esse intelectual muitas vezes ocupa um cargo estratégico numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18-19, grifos meus).

Rodrigues, como escritor, proprietário de jornal, jornalista e membro da ASL e do IHGMS e contando com o apoio das redes de sociabilidades, tinha todos os atributos para desempenhar a função de mediador cultural. Atentando-se para as complexidades, implicações

e os desafios de utilizar a denominação intelectual mediador/mediador cultural, é de suma importância explicitar os critérios utilizados para defini-lo como tal, pois os caracteres que abrangem um intelectual mediador exigem a análise de elementos sociais, econômicos, institucionais e profissionais. Rodrigues, como proprietário e diretor de um dos principais jornais de MT e, posteriormente, de MS, tinha acesso a um valioso instrumento de comunicação e soube usá-lo estrategicamente para promover a atividade de mediação cultural. Além disso, ele estabeleceu vínculos com políticos, com as elites locais, com intelectuais e com o governo estadual; também ocupou importantes cargos em instituições culturais (AHL-CG, ASL e IHGMS), chegando a criar a própria fundação. Ele ainda desfrutava de um *status* econômico, político, social e profissional e tinha experiência no campo do jornalismo, da literatura e da escrita sobre a história.

Os intelectuais mediadores sul-mato-grossense são aqueles que Amarilha (2006, p. 9) denominou de *homens de letras de MS*. Eram, em sua maioria, brancos, do sexo masculino e membros da ASL e do IHGMS²⁹, que se engajaram na difusão da identidade e da memória sul-mato-grossense e, ao mesmo tempo, se articularam com o poder de mando local:

É no bojo do processo de consolidação de uma nova unidade da federação (MS) que se viabiliza um projeto de divulgar uma história própria sul-mato-grossense. Os homens de letras da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG, fundada em 1972) ampliam os seus poderes simbólicos e fundam, em 1978, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), entidades essas considerados pelos sócios como coirmãos.

Assim sendo, os homens de letras de MS articulam-se em tentativas de construir uma história que contemple e contenha o estado de Mato Grosso do Sul como um todo (AMARILHA, 2006, p. 177).

O engajamento de Rodrigues na construção da memória e da identidade coletiva sul-mato-grossense estava atrelado às redes de sociabilidades, ou seja, a espaços onde havia laços de companheirismo, de compartilhamento de ideias, de troca de experiências, e onde o jornalista foi influenciador e foi influenciado. Assim, além de ter sido presidente da ASL e do IHGMS, foi considerado sócio e fundador de ambas instituições. Segundo Certeau (2002, p. 66-67), a

²⁹ Amarilha (2006, p. 14) esclareceu que para a realização de sua pesquisa foram selecionados alguns intelectuais regionais, em sua maioria membros da ASL e do IGHMS: “As obras aqui pesquisadas (todas publicadas) em parte, dos sócios do IHG-MS e da ASL (ou homens de letras), foram objeto, evidentemente, de um recorte; foram consultados: Lenine de Campos Póvoas, Francisco de Aquino Corrêa, José de Mesquita, Paulo Coelho Machado, Demósthene Martins, Hildebrando Campestrini, Acyr Vaz Guimarães, Pedro Ângelo da Rosa, Athamaril Saldanha, Elpídio Reis, Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro, José Barbosa Rodrigues, José Couto Vieira Pontes, Otávio Gonçalves Gomes, Olivia Enciso, Enilda Mongenot Pires”. No último capítulo foi realizada uma análise dos discursos sobre a divulgação da história regional pelos sócios do IHG-MS e ASL após a criação do novo Estado, em que se destacou a “importância em ponderar esses discursos” no processo de “compreender a missão desses intelectuais em construir uma literatura e uma história do estado de Mato Grosso do Sul” (AMARILHA, 2006, p. 181).

produção historiográfica de determinado indivíduo também é fruto do seu “lugar social”, uma vez que suas obras estão vinculadas a um lugar de produção político, socioeconômico e cultural, ao contexto histórico e às motivações que o levaram a escrever.

Na ASL, Rodrigues ocupou a cadeira de número 13, que tem como patrono Estevão de Mendonça, memorialista e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Em 1981, ele foi eleito para a Academia Brasileira de História, conforme o *Suplemento Literário*, de 14 de fevereiro de 1981: “acaba de ser eleito para a cadeira n.º 94 da Academia Brasileira de História o Prof. J. Barbosa Rodrigues” (J. BARBOSA RODRIGUES..., 1981, p. 6). No ano de 1984, com a criação da TV Educativa, Rodrigues foi convidado a auxiliar a criação de conteúdo para o canal (INAUGURADA TV..., 1984, p. 8).

Também em 1984, ano em que Rodrigues publicou *História de Mato Grosso do Sul*, e o jornal *Correio do Estado* estava divulgando a obra *Histórias da Terra Mato Grossense*, ocorreu eleição para nova diretoria da ASL e Rodrigues foi eleito presidente para o triênio 1985-1987. O *Suplemento Cultural*, de 22 de dezembro de 1984, noticiou a eleição da nova diretoria realizada em 18 de dezembro do referido ano:

ACADEMIA DE LETRAS: NOVA DIRETORIA

Com mandato de três anos, a iniciar-se no dia 02 de janeiro próximo, foi eleita dia 18 do corrente, nova Diretoria para a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e que ficou constituída dos seguintes acadêmicos:

Presidente - J. Barbosa Rodrigues; 1.º Vice-Presidente - Antônio Lopes Lins; 2.º Vice-Presidente - Demóstenes Martins; Secretário Geral - Elpídio Reis; 1.º Secretário - Hildebrando Campestrini; 2.º Secretário - Aldo de Queiroz; 1.º Tesoureiro - Abel Freire Aragão; 2.º Tesoureiro- Licurgo Oliveira Bastos; Bibliotecário - Júlio Guimarães; Oradores - Rui Garcia Dias, José Couto Vieira Pontes e Jorge Antônio Siufi; Diretores Sociais - Henedina Hugo Rodrigues, Maria da Glória Sá Rosa e Jorge Antônio Siufi; Diretores de Divulgação: Elpídio Reis, Otávio Gonçalves Gomes e José Couto Vieira Pontes.

A nova Diretoria – considerando que a Academia já está com sua estrutura interna consolidada – terá como missão prioritária a construção da sede própria (ACADEMIA DE LETRAS, 1984, p. 8).

Na edição do *Suplemento Cultural* de 5 de janeiro de 1985, o acadêmico Otávio Gonçalves Gomes parabenizou a nova diretoria e teceu elogios a Rodrigues ao considerá-lo um homem experiente, culto e empreendedor: “Parabéns à nova diretoria, aliás, eleita por unanimidade, cuja Presidência é ocupada pelo experimentado homem de cultura e de empresa que é o Professor Barbosa Rodrigues” (GOMES, 1985, p. 8). A posse do novo presidente, em 2 de janeiro de 1985, também foi noticiada:

Em reunião realizada dia 2 último, na sede provisória da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, à av. Calógeras, 356, 3.º andar, a nova Diretoria da

entidade, eleita para o triênio 85/87, tomou posse, ficando assim constituída: Presidente: J. Barbosa Rodrigues; (POSSE DA NOVA..., 1985, p. 8).

Neste contexto, a instituição estava consolidada internamente e os esforços eram para adquirir uma sede própria. Os dois presidentes anteriores, Otávio Gonçalves Gomes e José Couto Vieira Pontes, ocupavam, respectivamente, os cargos de diretor de divulgação e de imprensa, anteriormente de Rodrigues. Em 1985, no primeiro ano do seu mandato, foi realizada a divulgação da obra *História de Mato Grosso do Sul no Correio do Estado*. Em 1988, Rodrigues ocupava o cargo de vice-presidente³⁰ do Conselho Estadual de Cultura de MS. Ele também foi o segundo presidente do IHGMS, entre 1989 e 1991, após o mandato de Paulo Coelho Machado, que durou de 1978, quando a instituição foi criada, até 1989:

Dentre os autores, Paulo Coelho Machado, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães participaram ativamente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, ocupando cargos em sua diretoria. Ao lado de Demosthenes Martins (vice-presidente) e Otávio Gonçalves Gomes (secretário), Paulo Coelho Machado ocupou a presidência do Instituto de 1978 até 1989. A partir daquele ano, juntamente com J. Barbosa Rodrigues na presidência e Acyr Vaz Guimarães na vice-presidência, Hidelbrando Campestrini tornou-se secretário do Instituto, cargo que deixou em 2000 para tornar-se presidente da entidade (SILVA, 2006, p. 56).

Enquanto estava em evidência no cenário intelectual sul-mato-grossense, como membro de instituições culturais e, principalmente, durante seus mandatos de presidência na ASL e IHGMS, Rodrigues, estrategicamente, aproveitou esses espaços para publicar e divulgar suas obras. Em 1984, quando se elegeu para diretoria da ASL, fez circular propagandas da obra *Histórias da Terra Mato Grossense*. No mesmo ano publicou o título *História de Mato Grosso do Sul*, divulgado já no ano seguinte, no primeiro ano do seu mandato. Quando se tornou presidente do IHGMS, em 1989, publicou o livro *Primeiro jornal de Campo Grande*, e passou a divulgar outras produções, como *Glossário Mato Grossense* e *Meus Haicais*. De acordo com Gomes e Hansen (2016, p. 26), para o intelectual mediador a “atenção primordial se volta para práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, práticas que fazem ‘circular’ os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados”

Os intelectuais mediadores têm importante papel nas mediações culturais estabelecidas com a sociedade e na construção das memórias de grupos sociais e de comunidades nacionais e regionais, contribuindo, desta forma, para a “formação de culturas políticas que defendam

³⁰ Nas fontes consultadas não foram encontradas maiores informações sobre a atuação de José Barbosa Rodrigues no Conselho Estadual de Cultura, ou quando ele assumiu o cargo. A única referência encontrada foi o artigo *Procedentes preocupações do Conselho Estadual de Cultura* de José Couto Vieira Pontes, publicado em 21 de maio de 1988, no *Suplemento Cultural* (VIEIRA PONTES, 1988, p. 8).

valores por eles acreditados” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 28). A produção cultural de Rodrigues estava inserida em um projeto intelectual que objetivava a transmissão cultural, a difusão de valores e pensamentos na sociedade sul-mato-grossense. As historiadoras Gomes e Hansen (2006), ao relembrar as reflexões de Pollak, assinalam que o exercício de mediação cultural também pode estar relacionado às construções de memórias e identidades coletivas:

[...] essa “transmissão cultural” envolve, por excelência, intenções e projetos políticos de intelectuais que objetivam o espraiamento das ideias e valores que defendem, pela sociedade mais ampla. Dessa forma, suas propostas podem ser compartilhadas, consolidadas e “enquadradas” em memórias coletivas, no sentido que os “processos de enquadramento da memória” ganham nas reflexões de Michael Pollak (1989). Esse ponto é valioso por relacionar claramente práticas de mediação cultural e construção de memórias de grupos sociais e comunidades, inclusive nacionais, incidindo fortemente em processos de construção de identidades (GOMES; HANSEN, 2006, p. 28).

Rodrigues periodizou a história regional em três momentos distintos, que foram elaborados de forma mais consistente obra *História de Mato Grosso do Sul*, de 1984. O primeiro deles, considerado como o marco divisor, foi a ocupação e o povoamento de MS e as repercussões da Guerra do Paraguai:

A HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, praticamente divide-se em dois importantes períodos: o primeiro, anterior à Guerra do Paraguai; o segundo, posterior a esse acontecimento sangrento.

O primeiro período, o mais longo, foi praticamente obra da iniciativa particular, escrito pela epopeia dos bandeirantes e mamelucos de São Paulo, pelo arrojo desbravador de José Garcia Leal, dos irmãos Lopes e de centenas de outros portugueses e brasileiros dos quais muitos constam de capítulos. Anteriores (RODRIGUES, 1984, p. 83).

O segundo período inicia-se em 1870, com o desfecho da Guerra do Paraguai. De acordo com Rodrigues (1984, p. 88-89), MS passou a viver um novo momento histórico com o fim da guerra, pois a região foi reconstruída e se transformou em uma grandeza brasileira, mesmo com os prejuízos decorrentes do conflito bélico e da expulsão dos paraguaios. A respeito, observa-se:

Cessada a guerra, em 1870, a Província de Mato Grossa passou a viver uma nova fase histórica. O governo imperial e mais tarde o republicano passaram a preocupar-se com a até então esquecida região. Para Mato Grosso, e especialmente para Mato Grosso do Sul, a invasão guarani, apesar dos estragos que causara, foi um benefício [...]

A região sul do Mato Grosso renascia das próprias cinzas e haveria de, no século seguinte, transformar-se em uma estrela de primeira grandeza no firmamento brasileiro: Mato Grosso do Sul! (RODRIGUES, 1984, p. 88-89).

Após a Guerra do Paraguai, as fronteiras internacionais foram consolidadas, os indígenas controlados, dando início a uma nova fase, isto é, o avanço da ocupação, do povoamento e para o desenvolvimento econômico:

Cessara de há muito a era dos adelantados espanhóis, silenciara a inúbia do guerreiro Guaicuru com os seus velozes corcéis, as igaras do Paiaguá já não mais singravam as águas da torrente paraguaia, o bandeirante de Piratininga guardara as suas escopetas e os seus arcabuzes, o invasor guarani, derrotado, expirara com a morte de Solano López junto ao riacho do Aquidabã-nigui. A terra descoberta por Aleixo Garcia no início do século XVI, tornara-se livre de todo um passado de lutas e sofrimentos. Só restou um caminho: iniciar vida nova. Ressurgir das cinzas. E foi o que aconteceu! (RODRIGUES, 1984, p. 89).

O terceiro período é o que autor chamou de “movimento divisionista: um século de lutas” e que, em 1977, resultou no “nascimento do Estado” de MS (RODRIGUES, 1984, p. 141, 159). Rodrigues (1984, p. 121, 165), neste sentido, construiu a narrativa de um movimento secular linear: “o surgimento do Movimento Divisionista, que teve por berço Nioaque”, nos anos finais do século XIX, foi palco de diversos acontecimentos e alcançou seu desfecho quando a “Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977, [criou] o Estado de Mato Grosso do Sul”.

Para escrever a história regional, Rodrigues forjou uma comunidade imaginada ao conceber um único povo, que comungava do mesmo passado, que habitava o mesmo território e que partilhava de valores comuns, um lugar onde todos estavam conectados por um elo emocional e por um sentimento de companheirismo horizontal. A nação/região³¹, como apontou Anderson (2008, p. 32-34, grifos do autor), “é imaginada como comunidade porque, independentemente da desigualdade [...] é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” e também “é imaginada porque os membros até das menores nações nunca chegam a se conhecer mutuamente [...], mas em suas mentes está a imagem de sua comunhão”.

³¹ Para Benedict Anderson (2008, p. 28-34, grifos do autor), a nação e o nacionalismo são “*de difícilíssima definição, que dirá de análise*”, pois eles são *produtos culturais específicos*, que para entendê-los é preciso considerar suas origens históricas, suas significações, suas transformações e os motivos de terem uma legitimidade emocional profunda. Desse modo, o autor apontou: “assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana [...] qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada [...] [É] *limitada* porque até a maior delas tem limites bem definidos, ainda que elásticos, para além dos quais estão outras nações. [...] [É] *soberana* porque o conceito nasceu numa nação na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, de ordem divina”.

Assim, em pontos específicos, a escrita da história sul-mato-grossense de Rodrigues aproxima-se da escola metódica³², que influenciou a educação brasileira no final do século XIX e no início do século XX. Seus princípios fundamentais, ainda que de maneira superficial e simplificada, são: a abordagem mítica da coletividade na forma de galeria de heróis, a tentativa de privilegiar a história do Estado-Nação e os fatos políticos e militares, e a produção de manuais escolares que valorizassem a educação cívica e o nacionalismo (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 97, 107-108, 115). Reis (1996, p. 25-26) também sublinhou que o historiador da escola metódica, na maioria das vezes, assume o papel de educador do povo, e o valor da história passa a ser pedagógico, isto é, o passado é usado como instrumento para disseminar valores cívicos, políticos, morais e ideológicos com o fim de apagar as diferenças étnicas, de classe social, de região, de nacionalidade, entre outras. De acordo com Hall (2004, p. 62), as culturas nacionais e regionais devem ser pensadas como dispositivos discursivos que “[representam] a diferença como unidade ou identidade”, uma vez que “são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural”. Com isso, Rodrigues procurava construir a coesão social por meio do sentimento subjetivo de comunidade, conquistando sua adesão.

Em sua formação escolar, dos 14 anos aos 29 anos, ele viveu as ideologias nacionalistas da Era Vargas (1930-1945), e na sua fase adulta, dos 48 anos aos 69 anos, conjuntura em que escreveu suas obras, apoiou e legitimou a ditadura civil-militar (1964-1985) e defendeu os ideários neoliberais e da Doutrina de Segurança Nacional. Deste modo, suas abordagens privilegiaram acontecimentos políticos e militares, que serviram tanto para construção de uma galeria de heróis regionais quanto para estimular o senso cívico e patriótico de seus leitores.

Rodrigues também selecionou os eventos que, segundo ele, marcaram a história regional: a instalação da administração espanhola e os seus governantes, no século XVI; o

³² Reis (1996, p. 11-15) apontou o contexto histórico que surgiu a escola metódica e os principais expoentes e princípios da historiografia metódica na Alemanha e na França no decorrer do século XIX: “Foi na Alemanha, a partir do início do século XIX, que se desenvolveu a crítica histórica, utilizando o método erudito, que os franceses tinham criado nos séculos XVI e XVII. Os representantes mais eminentes dessa mudança na produção histórica alemã foram L. Von Ranke e B. Niebuhr [...] [Ranke] baseava-se principalmente nos documentos diplomáticos para fazer a história do Estado e de suas relações exteriores, pois acreditava que as relações diplomáticas determinavam as iniciativas internas do Estado. Isto pode ser explicado pelas circunstâncias vividas pela Alemanha na época: o povo alemão lutava pela unidade nacional [...] A função do historiador, seria a de recuperar os eventos [...] a história se limitaria a documentos escritos e oficiais de eventos políticos. Aqui, nesta ênfase ao Estado [...] A França é o segundo país onde esta história erudita se instalou. [...] Foi após 1870, e mais ainda a partir de 1876, com a fundação da *Revue Historique*, por Gabriel Monod, que o desenvolvimento da erudição se deu na França. [...] muitos mestres da época — Monod, Lavissee, Seignobos — haviam estudado na Alemanha e ensinavam na França a história científica alemã. [...] [esses] franceses praticarão os mesmos princípios defendidos por Ranke, mas traduzidos para o espírito francês [...] na historiografia metódica francesa será a iluminista. Não é o Espírito que produz a história, mas o povo-nação e os seus líderes instalados no Estado”.

desbravamento da região pelos bandeirantes, no século XVII; a Guerra do Paraguai, no século XIX; o contexto de 1932; a criação de MS e a instalação do estado de MS (RODRIGUES, 1978a, p. 17-20, 24-25, 55-57, 61-64; 1984, p. 36-41, 54-58, 61-66, 83-89, 119-123, 169-175). A galeria de heróis era, assim, extensa, e serviu como modelo de conduta e forma de instrução para as “novas gerações”; elegê-los, por extensão, tinha um objetivo político e pedagógico (RODRIGUES, 1978a, p. 65-68; 1983, p. 7-9).

De acordo com Hobsbawm (1998), determinados usos do passado adquirem função legitimadora. As ideologias nacionalistas ou étnicas, por exemplo, usam a história como matéria prima para sua sustentação. Isso porque, o passado torna-se um elemento essencial, senão “o elemento essencial”, cuja manipulação e forjamento são ferramentas que estão à mercê de interesses, projetos políticos ou econômicos, e “se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo” (HOBBSAWM, 1998, p. 17, grifos do autor). Devido à impossibilidade de ter um passado completamente satisfatório essas ideologias elaboram justificativas, buscam a antiguidade para fenômenos historicamente novos e, com isso, uma forma de autolegitimação.

A narrativa de Rodrigues é linear, e o passado é apresentado como um conjunto de grandes aventuras sequenciadas. Como não apresenta as fontes e os referenciais bibliográficos não é possível estabelecer as fronteiras nítidas entre história e ficção. Para Hobsbawm (1998, p. 18), entretanto, diferenciar fato histórico e ficção é absolutamente fundamental para o historiador. Chartier (2009, p. 30-31), no mesmo sentido, afirma que “nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias” e, diante disso, “é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico [...] essa reflexão participa do longo processo de emancipação da história com respeito à memória”.

Rodrigues, assim, faz uso do anacronismo para dar antiguidade a MS, afirmando que “a história de Mato Grosso do Sul tem o seu início nos primeiros anos após a descoberta do Brasil” e que o estado criado em 1977 foi, em verdade, “descoberto” em 1524 (RODRIGUES, 1984, p. 29-30). Conforme Hobsbawm (1998, p. 19, 225), “o abuso ideológico mais comum da história baseia-se [no] anacronismo”, além de ser o maior perigo para o historiador. Ao que complementa:

A atual fabricação histórica não é o que era antigamente, talvez não seja a mais importante. Ler os desejos do presente no passado ou, em termos técnicos, anacronismo, é a técnica mais comum e conveniente de criar uma história que satisfaça as necessidades do que o Benedict Anderson chamou ‘comunidade imaginadas’ ou coletivos (HOBBSAWM, 1998, p. 288).

Ademais, a narrativa de Rodrigues, em maior ou menor grau, apresenta características presentistas. As motivações para a publicação de *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, em 1978, por exemplo, foram os acontecimentos recentes, ou seja, a criação de MS. Hartog (2019, p. 11), assim, denomina o presentismo como a “busca do ganho imediato”, a “tirania do instante”, em que a categoria temporal predominante é o presente, e a partir dele são decifradas as outras categorias temporais, o passado é idealizado e o futuro é projetado. A história escrita por Rodrigues atendia às demandas do presente, principalmente quando evoca o passado tendo em mente solicitações e interesses contemporâneos.

A exemplo, ao abordar o processo de povoamento, Rodrigues legitimou a economia pecuária regional dos anos de 1970 e 1980. Segundo o autor, o povoador, o homem pastoril, iniciou “aos fundamentos de uma economia que no século XX seria uma das maiores do Brasil: milhões e milhões de bovinos”. Outro caso é a justificativa de que a criação de MS serviu para “coroar uma luta de mais de sete décadas” (RODRIGUES, 1978a, p. 17-18; 1984, p. 56). Desta forma, ao escrever sobre a existência do movimento divisionista, ele criou um precedente histórico engrandecedor para os acontecimentos de 11 de outubro de 1977, isto é, foi o instante da criação de MS que culminou na construção da narrativa de tal movimento.

Por fim, é possível afirmar que a produção cultural de Rodrigues se insere na construção do regionalismo sul-mato-grossense e se dirige a todos os públicos, principalmente as gerações mais jovens. Por ter objetivos pedagógicos e cívicos, suas obras apresentam capítulos curtos, são escritas com uma linguagem acessível, de fácil entendimento, e buscam promover a difusão da memória e da identidade regional coletiva na sociedade.

II. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MATO GROSSO DO SUL NO OLHAR DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES (1524-1870)

José Barbosa Rodrigues criou a primeira versão da história de MS, processo que teve início em 1978 com a publicação da obra *Isto é Mato Grosso do Sul*. Com isso, ele pretendia dar existência à região, além de criar sua identidade coletiva; seus esforços, portanto, tinham objetivos sociais, culturais, políticos e ideológicos.

A região MS é de invenção recente, porém, para Rodrigues, sua história foi imaginada não como uma entidade historicamente nova, mas como se tivesse “existido durante muito tempo”, desde os tempos imemoriais. Para realizar essa invenção, as versões nacionalistas e regionalistas de seu passado apresentam-se, muitas vezes, anacrônicas, omissas, descontextualizadas e, “em casos extremos, [mentirosas]” (HOBSBAWM, 1998, p. 284-285).

Segundo Connerton (1999, p. 7), o interesse em recordar “acontece principalmente quando um grupo social faz um esforço concertado para começar de um ponto de partida inteiramente novo”. Tal processo, contudo, é construído de forma arbitrária, pois o “início não tem absolutamente nada a agarrar-se, é como se saísse do nada”. As narrativas regionais e nacionais, assim, são representadas como primordiais, como se estivessem “lá, na verdadeira natureza das coisas”, adormecidas, mas prontas para serem “acordadas” da sua “persistente e misteriosa sonolência” (GELLNER, 1983, p. 48). Suas origens e essências permanecem contínuas, imutáveis e eternas, sobrevivendo às transformações e às mudanças da sociedade.

Assim, segundo Rodrigues (1984), MS já existia mesmo antes de ser criado por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. A sua narrativa sobre a região parte do atual recorte do território do estado, projetado, por sua vez, a partir das fronteiras, ainda indefinidas, entre a América Portuguesa e a América Espanhola. Neste contexto, o avanço do processo de ocupação e do povoamento, a partir do encontro das minas de Cuiabá, em 1718, gerou litígios internacionais pela apropriação das terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha. Isto é, naquele momento, as terras não podiam ser definidas como terras brasileiras ou mato-grossenses, nem sul-mato-grossenses.

Os erros cronológicos, como referido, têm propósitos e são recorrentes na construção da história tanto da nação quanto da região. De acordo com Syrjamaki (2011, p. 20), a inadequação anacrônica seria uma estratégia narrativa que constrói o passado “de hoje para ontem” e, nessa operação, é enquadrado e selecionado o recorte geográfico atual a fim de encerrar cenas, acontecimentos e fatos históricos que aconteceram nesse território e que passaram a fazer parte

da história nacional/regional. Para Rodrigues (1980), por exemplo, a cidade de Campo Grande já estava definida e destinada a ser a capital desde o século XVI, assim como MS ser um grande estado, formado por um povo prioritariamente branco.

Neste sentido, Rodrigues instituiu mitos fundacionais e histórias que se localizam na “origem da nação [da região], do povo e do seu caráter nacional [e regional], num passado tão distante que se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’” (HALL, 2004, p. 54-55). Segundo Chauí (2000, p. 5) mito, no sentido ontológico, são feitos lendários de uma determinada comunidade; já o mito fundador impõe um “vínculo interno com o passado como origem, isto é, um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal”.

Os mitos referem-se a um momento passado, imaginário, tido como originário, mas que se mantém vivo e presente no curso do tempo. É, pois, tido como eterno, perene, “que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido”, pois pretende se situar além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca. Além disso, os mitos também impõem sua transcendência e sua imanência ao aparecerem como emanados da sociedade e engendrando a própria sociedade da qual emanam (CHAUI, 2000, p. 9-10). Os mitos fundadores, portanto, oferecem repertórios de representação da realidade que, em cada momento da formação histórica, vão sendo reorganizados, reapropriados e ressignificados, ganhando, dessa forma, novos sentidos e significados. Em decorrência, podem repetir-se indefinidamente (CHAUI, 2000, p. 10).

No capítulo *Aleixo Garcia: o descobridor de Mato Grosso*, da obra *História da Terra Mato Grossense*, consta que aventureiros percorreram o atual território de MS, antes mesmo do início da colonização portuguesa, em 1530. De acordo com Rodrigues (1983, p. 19), o explorador europeu Aleixo Garcia, em 1524, após empreender expedições na nova colônia, transpôs a bacia do rio Paraná, cruzou a serra de Maracaju e, após percorrer o rio Miranda, chegou à foz do rio Paraguai, e descobriu MT:

Nem bem repercutira na Europa a notícia da descoberta da Terra de Santa Cruz e já se iniciavam as primeiras tentativas de devassamento da nova colônia, encabeçadas por espíritos aventureiros, cujos nomes principais a história conservou. [...] Assim é que, no vigésimo quarto ano da descoberta do Brasil, uma entrada já se registrava pelos então sertões do sul de Mato Grosso, chefiada pelo aventureiro português Aleixo Garcia, sobrevivente do naufrágio de uma das naus da expedição chefiada por Juan Diaz de Solis em 1515, que assim se sagrou como o primeiro a transpor uma das mais importantes regiões do interior brasileiro e merece ser tido como o descobridor de Mato Grosso (RODRIGUES, 1983, p. 19, grifos meus).

A façanha de Aleixo Garcia deveria constar na memória sul-mato-grossense, a fim de valorizar o ato fundador e inaugural de MS. O momento inaugural daria origem a um estado progressista e, por isso, seria “justo” que os sul-mato-grossenses “[relembassem] o feito espetacular” deste aventureiro (RODRIGUES, 1983, p. 20). As realizações do “pioneiro Aleixo Garcia” foram destacadas quando Rodrigues (1978a, p. 23) analisou a criação de MS, pois “por coincidência foi justamente no governo de um outro Garcia – José Garcia Neto também vindo do lado do oceano atlântico – que o novo Estado foi criado”.

No capítulo *Descoberta do território de Mato Grosso do Sul*, na obra *História de Mato Grosso do Sul*, Aleixo Garcia seria o responsável por escrever “a primeira página da história” de MS e por ser “o primeiro homem branco a cruzar” o território sul-mato-grossense. Por isso, era “merecedor da glória de ser o descobridor [desse] território” (RODRIGUES, 1984, p. 30). Desta forma, MS existiu desde século XVI, mais de quatro séculos antes de sua criação, antes mesmo da criação da capitania de MT e dos litígios fronteiriços entre América Portuguesa e América Espanhola, uma vez que “a história de Mato Grosso do Sul teve o seu início nos primeiros anos após a descoberta do Brasil” (RODRIGUES, 1984, p. 29).

Além disso, a presença do homem branco europeu, no início do século XVI, deu início à história local e ao processo civilizatório, superando a barbárie e a selvageria das populações indígenas. O processo de ocupação pelos brancos geraria, no futuro, a sociedade sul-mato-grossense, constituída apenas por pessoas de sangue puro, sem miscigenação. Conforme descreve Rodrigues (1978b, p. 11), a população sul-mato-grossense, na década de 1970, constituía-se “na sua grande maioria, de descendentes de raça branca: portugueses, espanhóis, italianos [...] enquanto que a preta é inexpressiva”. A narrativa de Rodrigues, assim, faz-se essencialmente eurocêntrica, ao centralizar as nações europeias como descobridoras e provedoras de MS, enquanto outros povos e culturas, como os indígenas, os africanos e afrodescendentes, foram negligenciados.

2.1 A presença espanhola na história de Mato Grosso do Sul

De acordo com Brazil (2014, p. 109), o rio Paraguai e suas regiões circunvizinhas, da qual destaca-se o Sul do antigo Mato Grosso (SMT), foi objeto de interesses coloniais entre as nações ibéricas, durante dois séculos, sendo “cenário [era] de disputas intermináveis” entre Portugal e Espanha. O avanço da ocupação e do povoamento dos portugueses a Oeste gerou “litígios memoráveis entre castelhanos e portugueses” e o *front* entre esses dois expansionistas

acabou por converter a Capitania de MT “numa entidade eminentemente geopolítica” (BRAZIL, 2014, p. 109-129). Nas produções de Rodrigues (1978a, 1983, 1984), entretanto, a colonização e a presença espanhola foram abordadas de forma ambígua, ora como meros adversários dos portugueses, ora como uma herança histórica e cultural de MS.

Nas obras *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* e *Histórias da Terra Mato Grossense*, os séculos XVI e XVII, para a história do estado, foram considerados períodos de grandes disputas territoriais, isto é, de “duros entreveros entre os colonizadores espanhóis e portugueses” (RODRIGUES, 1983, p. 13). As posses espanholas não foram valorizadas por Rodrigues (1978a, p. 22-24), que, ao contrário, sintetizou os feitos de Domingos Martins de Irala, apesar de ter empreendido “diversas entradas pelo território sul mato-grossense”, e de Rui Diaz de Melgarejo, em 1579, ter fundado o povoado de Santiago de Xerez. Os aventureiros e missionários jesuítas, que “salpicavam a região sul mato-grossense” até o século XVI, foram exterminados sem deixar quaisquer “vestígios de posse castelhana” (RODRIGUES, 1978a, p. 24). Ao destacar a coragem de Pedro Leme da Silva, o autor afirmou que ele teria “uma alma de ferro, de herói”, pois quando estava na região de Vacaria, defendeu as posses lusitanas e enfrentou a “ousadia dos castelhanos”, obrigando-os a “[se retirarem] às pressas” (RODRIGUES, 1983, p. 13-15).

No capítulo *Antes de ser português, Mato Grosso do Sul foi espanhol*, da obra *História de Mato Grosso do Sul*, Rodrigues reformulou sua abordagem e aprofundou a narrativa sobre as possessões espanholas. A principal mudança observada foi a valorização da herança histórica espanhola-paraguaia, não somente em função dos conflitos por domínio e posse, mas também por ser uma parte integrante e exclusiva da história de MS, uma vez que a “história regional está profundamente ligada à história da Espanha e, em consequência, à história da República do Paraguai” (RODRIGUES, 1984, p. 35). Nessa obra, os vestígios da presença espanhola, a exemplo da província de Itatim e dos Jesuítas, foram considerados “uma das páginas marcantes da história regional” (RODRIGUES, 1984, p. 45).

O autor considerou como “grande verdade” o fato de que “antes de ser possessão portuguesa, o interior brasileiro, principalmente Mato Grosso do Sul, foi possessão espanhola”. Neste sentido, considerou que era uma questão de justiça estudar a ocupação espanhola, “ainda que [de forma] sucinta, do Adelantazgo do rio da Plata, ao qual estivemos sujeitos” (RODRIGUES, 1984, p. 35-36). Diante dessa preocupação, Rodrigues (1984, p. 36-40) elencou os principais responsáveis pela administração dos *adelantados*, no século XVI: Pedro de Mendoza, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Juan Ortiz de Zárate, Juan Torres de Vera Y Aragón

e as suas iniciativas. Entre os principais investimentos da colonização espanhola estavam a organização de expedições exploradoras e de ocupação, a recepção de alimentos e animais, a construção de fortificações (Forte de Corpus Christi, em 1536; Forte de Buena Esperanza e Forte de Nuestra Señora Santa Maria de Asunción, em 1537), a instalação de portos (Puerto de Nuestra Señora de la Candelaria) e os estabelecimentos de missões jesuíticas. Entretanto, é sob o governo de Domingo Martinez de Irala, um “homem de visão” e “conhecedor de grande parte da região”, que seriam investidas “as bases para o povoamento definitivo do Rio da Prata” (RODRIGUES, 1984, p. 38):

Entre as suas iniciativas destacam-se o estabelecimento da capital em Assunção, com o definitivo abandono de Buenos Aires; a fundação do forte de Ontiveros [...] a incentivação da união de espanhóis com donzelas indígenas; a fundação de reduções ou doutrinas, entregues aos frades franciscanos, as quais aos poucos se transformaram em povoações; o incentivo ao desenvolvimento da agricultura; a criação de escolas para os filhos de espanhóis e índios; a fundação de estaleiro para fabricação de bergantins e outros barcos; a fundação de ferraria, para o fabrico de armas e instrumentos de trabalhos; o estabelecimento de encomiendas, sistema pelo qual os índios prestavam serviços aos espanhóis; a edificação de igrejas, inclusive a Catedral de Assunção, etc (RODRIGUES, 1984, p. 38-39).

Para Rodrigues (1978a, p. 23-24), as iniciativas de ocupação e de defesa espanholas no decorrer do tempo foram reformuladas à medida de suas necessidades e, principalmente, por representarem obstáculos à expansão dos portugueses. Depois de Aleixo Garcia, por exemplo, outros aventureiros atravessaram o atual território de MS e entraram para a história, eram os “arrojados conquistadores espanhóis”, que, partindo do atual Paraguai, seguiram o caminho de Garcia, dos quais os “principais foram”: José Ayolas, Domingos Martins de Irala, Alvaro Nunes Cabeza de Vaca, Ulrico Schmidel, Nuflo Chaves, João Garai, Rui Diaz de Melgarejo e Rui Dias Gusman. Entretanto, ao destacar a atuação dos espanhóis e portugueses, Rodrigues omitiu as violências e atrocidades por eles cometidas.

Mais tarde, quando “[cessou] o período dos adelantazgos, MS continuou integrando o território por Assunção” sob a atuação das “famosas missões” dos jesuítas assuncenhos que já s³³e encontravam “profundamente radicados na região”, enquanto “começaram a aparecer as primeiras bandeiras” dos portugueses (RODRIGUES, 1984, p. 40). A possessão espanhola, com isso, permaneceu com os governantes assuncenhos e, principalmente, com a presença dos

³³ O termo ‘matogrossês’ foi inventado por Rodrigues e amplamente utilizado em suas obras como sinônimo para o termo que posteriormente foi designado como ‘sul-mato-grossense’, o gentílico de MS. Os seus livros foram produzidos em um contexto intelectual de discussão sobre a escolha do gentílico e epônimo do estado. Segundo Amarilha (2006, p. 169-171), em 1983, os intelectuais Licurgo de Oliveira Bastos, padre Ângelo Jayme Venturelli, José Couto Vieira Pontes e Hildebrando Campestrini formaram uma comissão, nomeada pela ASL, para indicação do gentílico e epônimo de MS, que ficou decidido, respectivamente, sul-mato-grossense e guaicurú.

jesuítas espanhóis, eternizada pela fundação das missões de Itatim, a “famosa república teocrática de Mato Grosso do Sul” e do povoado de Santiago de Xerez (RODRIGUES, 1984, p. 48). De acordo com Rodrigues (1984, p. 46), as “crônicas jesuíticas do Paraguai” registraram a presença dos jesuítas espanhóis no território “matogrossês”, região do atual MS:

Foram, pois os missionários jesuítas espanhóis que mais tarde se inscreveram na história de Mato Grosso do Sul com a sua atuação, primeiramente em Guairá e depois na famosa Província de Itatim, no território matogrossês, delimitada pelos rios Taquari e Apa [...] A Província (teocrática) de Itatim, que perdurou por quase 30 anos, achava-se estrategicamente localizada como ponto de apoio para os espanhóis na conquista das regiões amazônicas e das minas de prata do Peru, além do Brasil. (RODRIGUES, 1984, p. 46-47)

Os jesuítas espanhóis, “durante a sua permanência em Mato Grosso do Sul”, fizeram tentativas de aproximação com os povos indígenas para catequizá-los e lutaram contra os bandeirantes (RODRIGUES, 1984, p. 47-48). Por fim, o domínio espanhol em MS teve seu desfecho com o “amiudamento das entradas arrasadoras dos mamelucos de Piratininga”, isto é, com a presença dos bandeirantes paulistas (RODRIGUES, 1984, p. 41).

Desta forma, segundo Rodrigues (1984), a história sul-mato-grossense possui uma estreita relação com a história espanhola e paraguaia. Os estudiosos, inclusive, deveriam valorizar esse contexto histórico, uma vez que antes de ser português o território de MS foi espanhol, e porque a região estava unida umbilicalmente ao Paraguai e menos ligada à Cuiabá ou ao norte-mato-grossense:

Assim é que, para os estudiosos da nossa história regional, torna-se impossível separar política e administrativamente as duas regiões. Conseqüentemente, a história do Adelantazgo ou da Província do Rio de La Plata é a mesma de Mato Grosso do Sul. Os primeiros povoadores do Paraguai são os primeiros devassadores do nosso Estado. As terras sul mato-grossenses e a dos guaranis devem ser consideradas como irmãs gêmeas, umbilicalmente unidas, união essa de liames muito mais fortes que aqueles que nos ligaram à gente cuiabana ou norte-mato-grossense [...] A verdade, a grande verdade é que antes de ser possessão português, o interior brasileiro, principalmente Mato Grosso do Sul, foi possessão espanhola (RODRIGUES, 1984, p. 35).

Rodrigues (1984, p. 35), por fim, concluiu sua narrativa alertando os estudiosos da história regional sobre a necessidade de “sempre que possível, reconhecer e proclamar a existência dessa ligação histórica”, com o Paraguai, tornando conhecido do grande público o traço espanhol-paraguaio na memória local.

Em seu livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*, o autor também reconheceu essa ligação ao afirmar que parte da população branca tem antepassados espanhóis e que o município de Ponta Porã é uma “cidade gêmea” de Pedro Juan Caballero, capital do departamento de Amambay, no Paraguai (RODRIGUES, 1978b, p. 11, 19). Assim, a

colonização espanhola não apenas se fez presente nas obras de Rodrigues, como também foi apropriada pelos demais memorialistas do IHGMS, a exemplo de Hildebrando Campestrini e Acyr Guimarães, na obra *História de Mato Grosso do Sul*.

Para Rodrigues (1984), a ligação histórica com os espanhóis e os paraguaios constituiu marca singular na identidade sul-mato-grossense. Além disso, justificava a existência de outras diferenciações culturais, como a ocupação no Norte de MT, por exemplo, mais ligada à economia mineradora. Desta forma, as diferenças existentes nos atuais estados de MT e de MS começaram a existir desde a formação histórica, no século XVI, e entre os fatos históricos que as determinam estavam os governos provinciais espanhóis, os missionários jesuítas e a Guerra do Paraguai, considerados eventos integrantes da formação de MS, e que o tornaram distinto de MT e do restante do Brasil.

A valorização da colonização espanhola, contudo, não significou o desprestígio da colonização lusitana. Rodrigues (1983, p. 13, 1978a, p. 25-26), destacou que a “conquista oestina” envolveu diversas “escaramuças entre os dois povos conquistadores”, ou seja, entre espanhóis e portugueses. No entanto, a partir do século XVII, teve início a entrada das bandeiras portuguesas na região, as quais o autor fez questão de registrar, descrevendo o nome dos bandeirantes e suas realizações. Diz Rodrigues:

A partir de 1602 tem início a fase de entradas dos portugueses que, em ousadas marchas pelos sertões, vindos de Piratininga, afastaram os espanhóis. O primeiro desses arrojados sertanistas foi Nicolau Barreto [e posteriormente Antônio Caetano da Silva, Ascenço Ribeiro, Jerônimo Bueno, Manoel Correa, Antônio Raposo Tavares, Antônio Domingos, André Fernandes, Manoel Dias da Silva e Luís Pedro de Barros]. [...]

A todos esses denodados bandeirantes, seguem-se outros que vão atravessando o Mato Grosso do Sul e devassando o Estado do Norte, ora buscando ouro, ora preando índios para as lavouras de Piratininga. São eles: Manoel de Campos Bicudo, Bartolomeu Bueno da Silva, Francisco Pedroso Xavier, Francisco Dias Mainardo, João Mongel Garcez, André de Faria Taveira, Jerônimo Ferraz, os irmãos Braz e Pedro Domingos Paes, Pedro Leme, Antônio Ferraz de Araújo, Manoel Frias, Gabriel Antunes Maciel, Gaspar de Godoy Colaço, Antônio Antunes Maciel, André de Zúñiga Y Leon, Pascoal Moreira Cabral (fundador de Cuiabá), etc. (RODRIGUES, 1978a, p. 24-25).

Entre os principais feitos dos bandeirantes estavam a destruição das posses espanholas, as missões de Itatim, a dilatação do domínio português e a escravização e extermínio dos povos indígenas. Deste modo, Rodrigues destacou que as “incursões destruidoras de Antônio Raposo Tavares e seus seguidores”, que expulsaram os jesuítas espanhóis da região, geraram o “[desaparecimento] em definitivo [de] qualquer sinal de posse espanhola”, extinguindo “em

definitivo os sonhos dos jesuítas de se estabelecerem em terras do Mato Grosso do Sul” (RODRIGUES, 1978a, p. 25, 1984, p. 61, 64-65).

2.2 A estigmatização dos povos indígenas e o enaltecimento da colonização portuguesa

Em sua narrativa, Rodrigues (1978a, p. 21; 1983, p. 33-35, 39; 52, 76, 77; 1984, p. 18) estigmatizou os povos indígenas, pois os viu como um obstáculo ao progresso e à civilização dos portugueses e paulistas. Ao retratá-los, construiu imagens negativas e adjetivadas, descrevendo-os como ferozes, terríveis, agressivos, hostis, traiçoeiros, maus, primitivos, violentos, cruéis e perseguidores. Além disso, minimizou a presença dos povos indígenas na região, que foram reduzidos a “uma pequena concentração demográfica”, ou seja, a região era um grande vazio à espera do colonizador português:

Ferozes ao extremo, esses indígenas [Caiapós] constituíam um povo temível que punha em pânico as monções e as bandeiras que se destinavam a Goiás e a Mato Grosso.

Além de os famosos cavaleiros (Guaicurus) do planalto de Maracaju e os canoieiros (Paiaguá) do rio Paraguai, os devassadores, do então chamado “sertão dos bilreiros”, eram constantemente perseguidos por aqueles primitivos habitantes da área (RODRIGUES, 1983, p. 39).

Quantos aos colonizadores, Rodrigues (1984, p. 13-18) não estabeleceu nenhum juízo de valor, ao contrário, considerou-os homens bons, pacíficos, agentes da civilização e do progresso. Homens que foram “assenhoreando, com muito suor e sangue” e, muitas vezes, assaltados pelos indígenas Guaicurus e Paiaguá, que, por sua vez, constituíam “forças que se antepunham à penetração pacífica dos conquistadores”. Deste modo, enquanto os portugueses, bandeirantes e monçoeiros foram considerados destemidos, um modelo de civilização, as populações indígenas eram vistas como primitivas e selvagens, estando mais próximas da natureza do que da humanidade:

QUANDO AS CARAVELAS de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500, aportaram às terras do Brasil, estas eram incultas mas habitadas por *povos selvagens, bastante primitivos* nos seus usos e costumes. Para as *nações civilizadas da Europa* a nova terra nada mais era que uma grande extensão territorial da qual o seu primeiro cronista escrevera que em nela se plantando tudo dá (RODRIGUES, 1984, p. 13, grifos meus).

Em *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* os grupos indígenas foram apresentados como tribos e “nações de silvícolas”, sendo classificadas em três povos principais: Guaicurus, Paiaguás e Caiuás. Haveria também outras tribos “menores” que viviam em “permeio com [as] maiores” (RODRIGUES, 1978a, p. 35). Na obra *História de Mato Grosso do Sul* houve a

preocupação em aperfeiçoar e ampliar o sistema de classificação. Além dos Guarani, Guaicuru-Caduveo e Paiaguá, consideradas as “nações maiores” que “deixaram os seus nomes nas páginas de nossa história”, haveria outras onze, e juntas agrupavam “dezenas de povos indígenas”. Havia também outras que “quase nada sabemos”, por seres “tribos menos conhecidas”, e pelo fato de terem desaparecido “[vitimadas] pelo aparecimento do homem branco” (RODRIGUES, 1984, p. 13, 22, 26).

Rodrigues (1984, p. 21-26), assim, classificou os povos indígenas em três grupos:

Dentre as tribos menos conhecidas destacaram-se as seguintes: [Chané, Terena, Quinquinao, Guaná, Guató, Beaqueo, Chamacoco, Xavante, Ofaié, Caiapó, Caiuá]. [...] Muitas outras dezenas de povos indígenas habitaram Mato Grosso do Sul, como os Guaxi, Abaxi, Araés, Caivaba, Coroa, Chiquito, Laiana (do grupo Aruaque), Chiquiai, Humigai, Chorono, etc., dos quais quase nada conhecemos e que desapareceram vitimados pelo aparecimento do homem branco. (RODRIGUES, 1984, p. 21,22,26).

A resistência dos indígenas à escravização foi retratada como obstáculo ao avanço do processo civilizatório, visto que os indígenas agiam na maioria das vezes com violência. Em decorrência, eles foram hierarquizados em bons e maus, de acordo com as relações que estabeleciam com os brancos. Aqueles que aceitavam o contato, a catequese ou auxiliavam os portugueses na conquista do território eram vistos como amigos, enquanto os que recusavam eram tidos como hostis, maus e inimigos.

Entre os bons estavam os Guaranis, de “índole pacífica”, que aceitaram com facilidade “a convivência com os conquistadores”, e os Terenas, que receberam “pacificamente” os europeus e se deixaram “domesticar facilmente”, adaptando-se aos costumes dos brancos. Outras etnias consideradas pacíficas foram os Quinquinaos, por aceitarem a catequização e o aldeamento na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, assim como os Chamacocos, que se refugiaram na missão jesuítica e nas proximidades do Forte Coimbra, onde conviviam com os soldados, além dos Guatós, considerados também por serem “facilmente dominados pelos colonizadores, em virtude de seu espírito dócil” (RODRIGUES, 1984, p. 14, 22-24). Em suma, os indígenas dóceis foram aqueles que se “deixaram dominar e catequizar pelos jesuítas” e também que “[aceitaram] o aldeamento em reduções [e] [receberam] os ensinamentos da fé cristã” (RODRIGUES, 1984, p. 46-47, 61).

Já entre os indígenas maus, destacaram-se as seguintes etnias: os Beaqueos, descritos como “orgulhosos e inclinados para a bebedice e roubo”, e os Xavantes, acusados de “ladrões de gado” por fazendeiros da região. Outras três etnias, entretanto, ganharam especial destaque: os Caiapós, Paiaguás e Guaicurus (RODRIGUES, 1984, p. 24-25). Neste contexto, as

descrições, ao transitarem entre o bem e o mal, procuram comover e sensibilizar o leitor, reforçando as imagens depreciativas e os preconceitos em relação às populações indígenas.

Em *Histórias da Terra Mato Grossense*, os indígenas das etnias Caiapós, Paiaguás e Guaicurus foram detratados. Rodrigues (1983), para ilustrar que eram selvagens e que colocavam obstáculos à ocupação, retratou os ataques às monções³⁴. Segundo ele, em 1730, os “temíveis Paiaguás” atacaram a monção onde se encontrava João Antônio Cabral Camelo e além de roubarem o ouro, mataram e sequestraram alguns tripulantes. Entre os cativos encontrava-se uma moça, Dominga Ruiz, que ao vivenciar “esse drama”, tornou-se “uma dentre as muitas mulheres que deixaram o seu nome [ligado] à história da conquista de Mato Grosso”. Os monçoeiros, por serem vítimas dessa luta “encarniçada”, foram tomados como símbolos de resiliência à hostilidade dos Paiaguá (RODRIGUES, 1983, p. 33-35).

De acordo com Rodrigues (1983, p. 40-41), o sertanista Antônio Pires de Campos, o Pai Pirá, tornou-se “lendário” por ser “o maior predador de índios em todos os tempos” e um “chefe indômito, valente e gigante”. Seu heroísmo devia-se às suas “qualidades sertanistas” ao exterminar da etnia Caiapó³⁵. Os enfrentamentos seriam uma guerra entre feras, uma vez que “o caiapó era temido pelas suas atrocidades”, mas o “Pai Pirá não lhe ficava atrás”, isto é, “era uma fera contra outra”. O sertanista vasculhou o sertão mato-grossense para matar os indígenas e destruir as aldeias Caiapós. Em três meses destruiu e degolou homens, mulheres e crianças, restando poucos sobreviventes.³⁶

³⁴ Um dos enfrentamentos entre indígenas e paulistas ocorreu quando os monçoeiros navegavam pela região pantaneira, em 1730. O ataque, segundo Rodrigues, iniciou-se com “gritaria selvagem” dos Paiaguás, e o conflito geraria uma luta “encarniçada” deixando as águas do Rio Paraguai na cor “escarlate com o sangue humano” dos monçoeiros. O prejuízo, “segundo estimativa”, foi de cerca de 107 homens mortos, mercadorias roubadas e indivíduos feitos prisioneiros pelos indígenas. Os cativos foram levados para Assunção para serem comercializados como escravos. Segundo “dizem as crônicas”, os prisioneiros, ao chegarem, geraram um sentimento de “geral compaixão de todo o povo”, pois estavam “no miserável estado em que se encontravam”. Entre os cativos encontrava-se uma moça, Dominga Ruiz que, posteriormente, ao ser vendida como escrava dos indígenas, em Assunção, causou “espanto e horror em toda a população” local, devido ao seu estado físico: o pranto foi geral, “as suas lágrimas fizeram chorar a todos os que viam”, ao ser uma vítima entregue a “sorte de sofrimento” das crueldades dos Paiaguás. (RODRIGUES, 1983, p. 33-34).

³⁵ Conforme Rodrigues, os grupos de indígenas promoviam “correrias” do rio Paranaíba até o povoado paulista de Jundiá. Esses indígenas realizavam “investidas destruidoras” e faziam uso de armamentos (arco, flecha e bilro) que “ao menor descuido, esfacelava o crânio da vítima”. A “temível arma” foi descrita pelo cronista Aires de Casal: “maça com um côvado de comprimento, de pau escolhido, roliça na parte por onde se maneja e espalmada com forma de remo na outra, toda bem vestida com cascas de arbustos de várias cores e tecidas à imitação de esteira; e cujo golpe é fatal” (RODRIGUES, 1983, p. 39-40).

³⁶ A coroa portuguesa, “impressionada com a ousadia da gente caiapônia” e “vendo baldados os seus esforços na conquista pacífica”, optou pelo extermínio dos índios com a intenção de pôr um fim aos ataques. Tendo autorização para exterminá-los, foi estipulada uma premiação para o responsável de tal feito. Pai Pirá foi contratado devido às suas experiências e “qualidades sertanistas”, além de possuir o cargo de coronel. O “temido gigante do sertão”, tendo os armamentos em mãos, reuniu os indígenas Borôros e iniciou o extermínio: “Oitocentas léguas de sertão teriam que ser vasculhadas pelo exército de Pires Campos. Ziguezagueando por uma região desconhecida[...] onde

Ao justificar o extermínio dos povos indígenas, Rodrigues (1984, p. 25; 1983, p. 40-42) culpabilizou os próprios índios e não os portugueses e os bandeirantes. O massacre da etnia Ofaié, “barbaramente exterminados pelos fazendeiros-criadores”, foi descrito como uma “vergonhosa mancha a enodoar a ação da colonização brasileira”, mas a responsabilidade foi dos indígenas por atacarem as fazendas. A autorização da Coroa Portuguesa para aniquilar a etnia Caiapó foi vista como uma “esperança”, pois representou um “alívio geral da gente sertanista”, e o responsável por tal ato, Pai Pirá, foi retratado como um herói. Ao naturalizar o extermínio dos indígenas, Rodrigues justifica as violências e o extermínio a que foram submetidos, por colocarem obstáculos à suposta conquista pacífica dos portugueses.

Os principais adversários do povoamento e da ocupação, no entanto, eram os índios cavaleiros, da etnia Guaicuru. Eles representavam um “sério adversário para os portugueses e paulistas, os primeiros povoadores de Mato Grosso” por atacarem as fortificações e os monçoeiros, protagonizando um dos capítulos mais tristes da história de MT e MS (RODRIGUES, 1983, p. 61). Neste sentido, foram descritos como terríveis, traiçoeiros e selvagens, indivíduos que adotavam estratégias de guerra variadas, como a “prática abortiva” e as “sortidas destruidoras”, utilizadas nas incursões para assaltar as plantações e para trucidar os “descuidados povoadores” (RODRIGUES, 1983, p. 48, 61; 1984, p. 52, 76-77):

[...] tribo selvagem que deixou triste memória na história do desbravamento das terras matogrossenses, e que várias derrotas infligiu às monções que se destinavam a Cuiabá, os Guaicurus viviam em permanente luta contra os portugueses, principalmente com os soldados do presídio de Nova Coimbra, hoje Forte Coimbra, aliados que eram dos espanhóis. [...] Pela rápida exposição de Almeida Serra, podemos aquilatar o quanto sofriam os "brancos" com os ataques da indiada guaicuru antes do longínquo ano de 1791 (RODRIGUES, 1983, p. 61).

Os Guaicurus foram, assim, estigmatizados por atacarem o Forte Coimbra. Na tentativa de amenizar o clima de hostilidade entres indígenas e colonizadores, o sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês, como estratégia de aproximação, ofereceu presentes³⁷. A tática era

existiam aldeias do Caiapó, Pai Pirá e seus borôros foram a tudo arrasando. [...] Muitas centenas de guerreiros Caiapós foram mortos pelas armas dos aguerridos homens de Pires de Campos. Como um raio destruidor, verdadeiro Átila do sertão, Pai Pirá e seus valentes borôros arcabuzavam e degolavam com suas espadas homens, mulheres e crianças em cujas veias corresse o sangue caiapó. No fim daqueles pavorosos meses, apenas remanescentes da gente caiapônia escapara à sanha de Pai Pirá”. Os Caiapos remanescentes, como vingança, atacaram a Vila Boa, mas Pai Pirá conseguiu sufocá-los novamente, mas saiu ferido e morreu em 1756. Antônio Pires de Campos foi considerado um símbolo do heroísmo e da coragem, por exterminar o povo caiapó e “[conquistar] as oitocentas léguas do então chamado ‘sertão dos bilreiros’” (RODRIGUES, p. 40-42).

³⁷ O governo do capitão general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, criou medidas para amenizar o “clima de hostilidade existente entre os índios Guaicurus e os colonizadores portugueses” devido às “escaramuças e injustiças” que promoviam contra as penetrações bandeirantes (RODRIGUES, 1983, p. 57). O comandante do Forte Coimbra, sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês, ciente dessas recomendações, procurou aproximar-

promover “amigáveis conversações” e transações comerciais e, para isso, foi montada uma feira próxima ao forte a fim de que soldados e indígenas interagissem. Inicialmente, houve um “verdadeiro espírito de camaradagem” entre as partes, porém, as relações de amizade duraram pouco, e os Guaicurus aplicaram uma emboscada, vista como traiçoeira (RODRIGUES, 1983, p. 57-58).

De acordo com Rodrigues (1983, p. 58), “os selvagens, muito espertamente”, distraíram os soldados e aproveitaram para atacá-los: “mais de quarenta homens ficaram estendidos por terra, sacrificados à sanha dos terríveis índios cavaleiros”, enquanto os indígenas “fugiram velozmente nos seus cavalos, abandonando o local da traição”. O episódio foi denominado “a traição dos Guaicurus” (RODRIGUES, 1983, p. 55). Os militares, entretanto, foram considerados heróis por serem vítimas da deslealdade e da sanha dos indígenas. Outra heroína foi a escrava de nome Vitória, que ao fugir de Cuiabá, passou a viver como cativa entre os indígenas Guaicurus, e aprendeu a língua e os costumes indígenas. Posteriormente, foi recapturada e passou a auxiliar os portugueses na função de intérprete, colaborando, dessa forma, para a “pacificação dos terríveis índios cavaleiros”, em 1791 (RODRIGUES, 1983, p. 61, 63).

Em *Histórias da Terra Mato Grossense* foram elencados como heróis os monçoeiros, os soldados do Forte Coimbra, os militares, os sertanistas, os representantes da coroa portuguesa e apenas duas mulheres. Neste caso, os inimigos eram as etnias Paiaguá, Guaicuru e Caiapó, retratados como seres perversos e bárbaros, e todos que os combateram, morreram ou atuaram na pacificação dos indígenas ganharam o *status* de herói. Rodrigues (1984, p. 14, 18), ao considerar a colonização europeia como pacífica e como um ato de sacrifício, omitiu a violência dos espanhóis e dos portugueses contra os povos indígenas. A violência, a escravização e o extermínio foram, pelo contrário, justificados pelo avanço do processo civilizatório e do progresso, algo necessário e inevitável. Já as reações e a resistência dos povos indígenas foram vistas como atrocidades cometidas contra os portugueses e os paulistas.

Os indígenas que sobreviveram aos ataques dos bandeirantes ou do governo foram considerados ‘aculturados’, uma vez que estavam integrados à sociedade, habitando os municípios de Miranda, Aquidauana e Dourados. De modo geral, entretanto, Rodrigues (1978a,

se deles. A estratégia foi aproximar-se com “agrados e [presentes]” e expressar falas de “paz e [de] comércio”. Após a primeira aproximação combinaram um novo encontro, o qual “ocorreu com o aparecimento de grande bando selvagem”. Embasando-se no relato de um “antigo historiador” descreveu que a segunda tentativa de aproximação com os Guaicurus, aconteceu em uma feira “numa área distante trezentos passos do Forte”, e a pedido dos indígenas “os soldados se apresentassem desarmados” (RODRIGUES, 1983, p. 57-58).

1984) atribuiu pouca importância aos povos nativos, e sua perspectiva apenas reforçou o estereótipo e o preconceito contra esses grupos. Na obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um Estado*, o autor ressaltou que: “as primeiras nações e tribos ameríndias tiveram os seus nomes conservados pela crônica histórica e, de algumas delas, ainda são encontrados remanescentes mais ou menos aldeados [...] considerados aculturados pelos estudiosos” (RODRIGUES, 1978a, p. 21-22).

As palavras “nação” e “tribo”, segundo Chaui (2000, p. 65, grifo da autora), exprimem os agrupamentos de gente com ascendência comum e que não possuem estatuto civil e legal. Nessas condições, estão “*naturalmente* subordinados e sob o poder do conquistador”. Aos olhos de Rodrigues, o índio é naturalmente inferior e incivilizado. Por isso, na perspectiva interpretativa do autor, os indígenas tiveram uma participação inexpressiva, foram meros coadjuvantes, viviam em função dos interesses alheios e agiam ou reagiam a estímulos externos impostos pelos bandeirantes paulistas ou pelos missionários. As relações são, portanto, de dominação, impostas aos indígenas que se submeteram passivamente; os demais foram, em sua maioria, extintos. De qualquer forma, derrotados pela escravização ou pelo extermínio, os indígenas desaparecem para sempre da história de MS, dando lugar ao povoamento constituído exclusivamente por brancos.

Moreira (2001, p. 87-88), neste contexto, alertou que os silêncios das narrativas nacionais e regionais têm motivações políticas. A intenção é torná-los invisíveis, apesar de não saírem da história e nem deixarem de ser indígenas. A estratégia de invisibilidade retira dos mesmos sua virtualidade política, suas lutas, seus potenciais, suas alteridades e seu poder étnico, favorecendo, em contrapartida, as práticas etnocidas da sociedade englobante, que, por sua vez, tem como objetivo o incremento do controle, a desumanização, a deslegitimação de suas lutas, o extermínio e a aceleração da ocupação das terras pelo agronegócio.

Deste modo, se por um lado Rodrigues (1978a, 1983 e 1984) negligenciou a história indígena sul-mato-grossense, por outro, preconizou a colonização europeia. Primeiramente a espanhola, com as instalações dos *adelantados*, das missões jesuíticas, da fundação do povoado de Santiago de Xerez e da Província de Itatim e, depois, a ocupação portuguesa, exaltando as realizações das entradas, das bandeiras e das monções, especialmente por enfrentarem as populações nativas.

De acordo com Rodrigues (1978a, p. 25; 1984, p. 61), no século XVI, as “terras do sul mato-grossense” foram sucessivamente percorridas pelos “bravos bandeirantes”, responsáveis por inaugurar um novo momento histórico, a caçar indígenas, pela dilatação do território

lusitano no continente americano e, conseqüentemente, pela atual formação geográfica brasileira:

[...] iniciou-se a repressão aos assaltantes [indígenas], os quais sempre que vencidos, eram levados, sob cativo, para o amanho das terras e lidas agrícolas, iniciando-se assim *as famosas entradas dos brancos, mais tarde transformadas em bandeiras, às quais o Brasil de hoje deve a dilatação de seu território.*

Com a repressão à provocação indígena iniciou-se um *ciclo histórico*, qual seja, ao da *caça ao índio* (RODRIGUES, 1984, p. 61).

Assim, um dos pontos essenciais da colonização de MT foi explicada a partir dos feitos dos bandeirantes, descritos como sujeitos extraordinários, que vivenciaram grandes aventuras, além de serem desbravadores, e introduziram um ciclo histórico à região. Segundo Abud (2021, p. 120-121), a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo porque anunciava o arrojo, o progresso e a riqueza paulista, e “[essa] imagem representava o processo de integração territorial que dera sentido à unidade nacional”. Qualificados como sujeitos que promoveram a expansão territorial e conquistaram o sertão, geraram imagens monumentalizadas do bandeirante e, como consequência, a mistificação do processo de colonização da atual região do Centro-Oeste brasileiro.

De acordo com Volpato (1987, p. 16), “dessa forma é que se recupera o mito da ‘raça de gigantes’ desdobrada para explicar o desempenho dos primeiros colonos no processo de ocupação da região”. Neste sentido, Rodrigues (1978a, 1984) explicou o processo de colonização de MT à luz da monumentalização dos bandeirantes e dos seus feitos. Eles foram considerados homens valentes que desbravaram o sertão desconhecido e vivenciaram aventuras homéricas. Eles enfrentaram as adversidades da natureza e os ataques dos índios, e para proteger o domínio lusitano, precisaram combater também os espanhóis.

A caça e a escravização dos indígenas foram justificadas diante da necessidade de mão de obra para lavouras. As expedições pelos sertões buscavam suprir as demandas das lavouras, que precisavam de mais braços, e os bandeirantes, por serem abnegados e destemidos, sacrificaram-se pelas matas, enfrentando as “duras as leis [da] selva” e a “aspereza dos sertões em busca dos indígenas (RODRIGUES, 1984, p. 62).

Com Raposo Tavares e Manoel Preto começaram, em 1628, “como querem alguns cronistas”, as “primeiras bandeiras”. Esse foi o “primeiro passo” para a destruição da Província de Guairá, porém, em seguida, foram “sucessivamente destruídas [outras] reduções” jesuíticas de origem espanhola. Com a destruição da Província de Itatim, a presença dos bandeirantes tornou-se mais frequente na região de Vacaria, surgindo, então, “inúmeras outras bandeiras de

maior ou menor vulto”, enquanto “os indígenas se tornavam cada vez mais raros”. (RODRIGUES, 1984, p. 63-65).

Além disso, as bandeiras também alargaram os domínios territoriais dos portugueses. Ao percorrerem a região de Vacaria, os “paulistas passaram a firmar [posses]” que posteriormente “serviram de argumentos para comprovar o direito luso sobre a região”, seguindo o direito *uti possidetis* (RODRIGUES, 1984, p. 65-66). Ao enaltecer os bandeirantes, Rodrigues (1984, p. 65), destacou a atuação de Raposo Tavares, Antônio Domingues, André Fernandes e Ascenso Ribeiro, por serem os “responsáveis por este feito marcante de nossa história”. Raposo Tavares³⁸, inclusive, foi enaltecido por ser o chefe da “façanha homérica que até os dias de hoje é considerada como a maior aventura de todos os tempos”.

Segundo Rodrigues (1984), o século XVIII teria iniciado já com a escassez de povos indígenas. Devido à presença dos bandeirantes, a população dos nativos simplesmente desapareceu, assim como a existência de jesuítas espanhóis:

Ao iniciar-se o século XVIII já se mostrava escassa de povos indígenas a região que atualmente constitui o Estado de Mato Grosso do Sul. Os bandeirantes que a tinham perlustrado no século anterior haviam arrebanhado tribos inteiras [...] integrantes da República Teocrática dos Jesuítas já não existiam, destruídos pelas marchas arrasadoras e sangrentas dos mamelucos comandados pelos portugueses de São Paulo. Os chamados ‘viveiros de índios’, que haviam sido fartos no fornecimento de braços indígenas, haviam sido entaperados (RODRIGUES, 1984, p. 69).

Em 1718, Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros estavam acampados na região dos “longínquos pantanais do Xaraés”, caçando indígenas. No entanto, durante as andanças pela região do Coxipó, na aldeia Motuca, foram derrotados pelos indígenas, e quando estavam retrocedendo do local “[viram] brilhar ao sol granetes de ouro” (RODRIGUES, 1984, p. 69). De acordo com Rodrigues (1978a, p. 26; 1984, p. 69), a partir desse momento, os caçadores de indígenas transformaram-se em caçadores de ouro e iniciaram um “novo ciclo histórico” para MT. Apesar disso, a região continuou praticamente despovoada e “entregue aos [indígenas] selvagens”:

[...] abril de 171[9] oficializa a descoberta do minério precioso no local que passa a ser conhecido por Forquilha. De caçadores de índios, Pascoal e seus companheiros transmudam-se em caçadores de ouro. Inicia-se, assim, por acaso, *um novo ciclo na história do sertão mato-grossense*. É o famoso ouro

³⁸ “*Raposo Tavares* prossegue na sua marcha e devassa o vale do Alto Paraguai, até então somente conhecido dos indígenas, atravessa os caudais do Guaporé, do Mamoré e do Madeira, depois de explorar as encostas andinas, e ruma para a região amazônica, navegando em águas do Amazonas aporta no Pará, onde chegou apenas com 58 homens brancos e alguns índios. Saíra de São Paulo com 200 brancos e mamelucos e mais de mil índios. Volveu a São Paulo depois dessa *façanha homérica que até os dias de hoje é considerada como a maior aventura de todos os tempos*” (RODRIGUES, 1984, p. 65, grifos meus).

do Cuiabá, que iria mais tarde abarrotar as arcas do tesouro português, sustentando uma das cortes européias mais perdulárias da época (RODRIGUES, 1984, p. 69, grifos meus).

Para chegar até essa localidade, os “piratininganos subiam pelos rios sul mato-grossenses” e enfrentaram uma “guerra sem tréguas” com os indígenas. As penetrações via fluvial deram origem às “célebres” monções. (RODRIGUES, 1978a, p. 26-28). Desta forma, o ouro de Cuiabá e as monções deram vida à região:

A notícia da *descoberta pascoalina* chega a Piratininga. São Paulo esvazia-se com o seu povo marchando rumo ao Oeste. *Surgem então, as monções que dão vida a uma imensa região*. Rumo às minas do Cuiabá, as monções passam a cortar frequentemente os rios do atual Mato Grosso do Sul (RODRIGUES, 1984, p. 69-70, grifos meus).

Para Holanda (1989, p. 43-52), “a história das monções do Cuiabá é, de certa forma, um prolongamento da história das bandeiras paulistas”. Nesse contexto, houve um afluxo de aventureiros que utilizavam as rotas fluviais para chegarem às regiões mineradoras, porém o ouro cuiabano perdeu rapidamente o seu prestígio, assim como foi conquistado. Conforme descreve Rodrigues (1978a, p. 27; 1983, p. 15, 29-30; 1984, p. 70-71), a “fama alcançada” pelas minas de ouro de Cuiabá atraiu diversos aventureiros e “gente de todos os naipes”. Entre os nomes de destaques estão: os irmãos João e Lourenço Leme, “dois destemidos aventureiros”, responsáveis por fundar a fazenda Camapuã, localizada no território de MS, que no passado serviu como entreposto para os monçoeiros; e o paulistano Antônio de Almeida Lara, o Brigadeiro Lara, por construir fortuna em solo mato-grossense com a cultura de cana e, após falir, refez seu patrimônio ao encontrar pepitas de ouro em forma de batatas, episódio que “ficou conhecido como o ‘Batatal do Brigadeiro Lara’” (RODRIGUES, 1983, p. 29-30).

Em 1748 foi, então, criada a capitania de MT, por meio de Carta Régia de Dom João V, rei de Portugal. Desmembrada do território de São Paulo, seu primeiro capitão-geral foi Antônio Rolim de Moura Tavares, e em 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade tornou-se sede do governo. Nas obras de Rodrigues (1978a, p. 34; 1984, p. 107) a criação da capitania foi mencionada apenas duas vezes, quando afirmou: “Dom João, então Rei de Portugal [...] [realizou a criação] da capitania de Mato Grosso [a partir do desmembramento] de São Paulo”, e ao comparar os atuais limites territoriais de MS, delimitados em 1977, com o território anterior, estabelecido no século XVII. A respeito, escreveu:

DOM JOÃO V, Rei de Portugal e dos Algarves, ao criar as Capitânicas de Mato Grosso e Goiás, por ato do dia 9 de maio de 1748, estipulou: “Os confins do governo de Mato Grosso e Cuiabá hão de ser para a parte de São Paulo pelo dito Rio Grande (Paraná) e pelo que respeita à sua confrontação com os

governos de Goiás e Maranhão, informem por onde poderá determinar-se mais cômoda e naturalmente a divisão” (RODRIGUES, 1984, p. 107).

Enquanto havia, em Cuiabá, a produção aurífera, a fazenda Camapuã era “o único povoado de certa expressão geográfica no coração do atual Mato Grosso do Sul”. Existia, naturalmente, outras localidades de “menor destaque”, como o arraial de Beliago e o Sítio do Rio Pardo. Contudo, com a escassez do ouro, por volta de 1777, Camapuã entrou em decadência, mas posteriormente, “quase dois séculos depois” e “ressurgiu das próprias cinzas” (RODRIGUES, 1983, p. 15; 1984, p. 70).

No olhar de Rodrigues, as bandeiras e as monções, juntamente com o ouro de Cuiabá, foram descritas como eventos que inauguram uma nova fase histórica, respectivamente nos séculos XVII e XVIII. Elas foram destacadas como grandes símbolos da presença portuguesa e do desbravamento, uma vez que “foi graças a esses denodados exploradores – bandeirantes e monçoeiros – que o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul foi sendo desbravado” (RODRIGUES, 1978a, p. 25-26). Os povos indígenas, contudo, permaneceram invisibilizados e estigmatizados, sendo retratados como pertencentes ao passado, sem qualquer relevância para a compreensão da história contemporânea de MS.

Seguindo a mesma lógica da colonização espanhola, a preocupação maior de Rodrigues foi registrar nomes e feitos considerados de suma importância para a história local. Deste modo, a colonização de MT foi compreendida, sobretudo, por meio da mitologia do bandeirante herói.³⁹ Conforme Abud (2021, p. 180), a imagem monumentalizada dos bandeirantes segue no imaginário social brasileiro. A história e memória mato-grossense, assim, é marcada pela sua grande influência: os bandeirantes são tomados como símbolo e “permanecem ainda hoje, permitindo que seja uma figura de retórica constante nos discursos políticos e que, sobretudo, integre o cotidiano de São Paulo, mediante a utilização de sua imagem nos monumentos” e também “como um espectro, [faz] morada nas páginas das histórias e memórias de Cuiabá e Mato Grosso”.

Rodrigues (1978a, 1983, 1984), portanto, apropriou-se da simbologia dos bandeirantes para construir a identidade sul-mato-grossense, da mesma forma que o IHGMT havia realizado na construção da identidade mato-grossense⁴⁰. A população de MS teria uma origem nobre por

³⁹ Pacheco Neto (2011, p. 11-13) critica as representações idealizadas dos bandeirantes, em geral dotados de vestimentas imponentes, pois o sujeito atrás do mito era um homem andrajoso, ordinário, rústico e precisou do auxílio dos indígenas para sobreviver.

⁴⁰ De acordo com Souza (2007, p. 151-168), a mitologia bandeirante é um “conjunto de narrativas e tradições referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e enquanto símbolo do paulista [...]”. A

descender dos portugueses e paulistas, dos seus heroísmos e das suas conquistas, sobretudo a expansão das fronteiras à Oeste e da construção da unidade nacional. O bandeirante era, pois, símbolo da lealdade ao Estado e à Nação. Ao valorizá-los como heróis desconsiderou as mortes, as violências, a escravização, o extermínio e os sofrimentos a que foram submetidos os povos indígenas.

2.3 O povoamento do sertão (sul) mato-grossense: a imagem do pioneiro civilizador e o silenciamento da escravidão negra

Mato Grosso era visto pelos viajantes nacionais e estrangeiros e pelos próprios mato-grossenses de forma estigmatizada e negativa, isto é, como uma *fronteira-sertão*. O sertão seria a terra de barbárie, da incivilidade, distante do progresso e da civilização. Como o *outro geográfico*, histórico e cultural, seria um lugar distante, afastado dos centros de poder, de grande extensão territorial, povoado por indígenas, atrasado economicamente, isolado e rústico, etc. Como apontou Galetti (2012, p. 28-31, 89), “a caracterização de Mato Grosso como um grande e incógnito sertão e a sua condição de fronteira permaneceriam como elementos-chave dos discursos sobre esta região”.

Em suas obras, Rodrigues (1978a, 1983, 1984) reforçou a imagem do sertão como o *outro geográfico* do Brasil, um lugar inóspito, selvagem, violento e que fundamentalmente deveria ser civilizado, cabendo tal tarefa aos ditos povoadores pioneiros. Ao elencar seus heróis, em *Histórias da Terra Mato Grossense*, argumentou que eles tiveram que enfrentar a violência e superar a hostilidade do sertão, pois “para os fracos, os covardes e os pusilânimes não havia lugar no seio dos sertões”. Através de sua coragem foram abertas “clareiras na selva inóspita” para que, atualmente, “tivéssemos a terra maravilhosa que temos” e “alicerçou as civilizações” do Centro-Oeste (RODRIGUES, 1983, p. 9). Essa narrativa é reproduzida constantemente em todas as suas obras. Os atuais estados de MT e MS, até metade do século XIX, foram caracterizados como “terra selvagem que os mapas de outrora registravam simplesmente como “deserto” demográfico e “sertão de região inóspita” ou “sertão desconhecido” (RODRIGUES, 1983, p. 29, 46, 111).

Em *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* o autor destacou que antes da presença dos bandeirantes a região era um “antigo viveiro de índios”. Outro exemplo foi a região de Iguatemi, considerada *fronteira-sertão*: um local bruto, adjetivado como o “matadouro

construção de uma mitologia implica na invenção de tradições, e a mitologia bandeirante foi utilizada neste sentido pelas elites paulistas; para enobrecer suas origens”.

iguatimiense” ou um “verdadeiro inferno”. Contudo, passou por tentativas de povoamentos e, hoje, ao fazer parte de MS, está em “franco progresso” (RODRIGUES, 1983, p. 45-46; 1984, p. 77-78).

Conforme afirma Rodrigues (1978a, p. 28; 1984, p. 71), embora a região tenha sido “devassada” no decorrer de dois séculos, “Mato Grosso do Sul permanecia despovoada”. Neste contexto, considerou que o povoamento efetivo foi iniciado em 1775, e que anteriormente haviam apenas dois pequenos polos populacionais, a fazenda Camapuã e o Sítio do Rio Pardo. Em Iguatemi, as tentativas de povoamento fracassaram.⁴¹

O povoamento, contudo, não foi tarefa fácil, pois havia muitas pragas e enfermidades, com as quais os conquistadores tiveram que lidar e superar. As “diversas imundícies” causavam “doenças e amiudavam as mortes”, e as pestes relembavam as famosas pragas “do Egito”, dificultando o povoamento da Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula. Entre as enfermidades estavam o “máculo ou corrução”, que se alastrou em Cuiabá e chegou a adoecer até capitães-generais. Com o desaparecimento do Sítio do Rio Pardo, a decadência da Fazenda Camapuã e o fracasso de Iguatemi, MS voltou a ser habitada pelos indígenas, em número já reduzido em decorrência do extermínio promovido pelos bandeirantes e pelas monçoeiros. O povoamento, assim, começou a se consolidar a partir de 1775, com as fundações de fortificações e de povoados. Serve de exemplo a criação do presídio de Nova Coimbra, que, segundo Rodrigues, “iniciou o povoamento do estado sul mato-grossense” (RODRIGUES, 1983, p. 45, 67-68).

Por motivos estratégicos, devido à expansão da colonização espanhola, os capitães-generais preocuparam-se em expandir a ocupação ao Sul. Entre as medidas tomadas para proteção do território, sob a administração do capitão-general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, estava a construção de fortificações situadas em localidades estratégicas, nas

⁴¹ A Fazenda Camapuã e o Sítio do Rio Pardo surgiram da necessidade de abastecer os monçoeiros no caminho entre São Paulo e Cuiabá. As localidades eram um dos poucos pontos demográficos não habitados por indígenas na região, e mesmo com o sítio tendo uma duração efêmera e a fazenda uma sobrevivência um pouco mais prolongada, “dessa exigência surgiram [essas] povoações”. (RODRIGUES, 1978a, p. 27-28). Na década 1760, o governador da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, teve a incumbência de enviar expedições e criar uma fortificação na região de Iguatemi, para refirmar o domínio luso. A fortificação deveria ser “uma atalaia sempre alerta na defesa do solo conquistado pelos portugueses”, e quando a expedição paulista chegou na região “foi instalado o presídio que passou à história com a denominação pomposa de Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi” (RODRIGUES, 1984, p. 75-76). Conforme prega o Diário de Navegação escrito pelo Sargento-Mor Teotônio José Juzarte, referido por Rodrigues (1984, p. 76-78), é possível encontrar “os mais cruéis sofrimentos” enfrentados pelos povoadores, como a fome, as pestes e as enfermidades, ou seja, era um “estado de penúria inconcebível”. Devido a tal situação o projeto de povoamento foi abandonado. Atualmente, a região “integra o território de Mato Grosso do Sul” e aqueles que se esforçaram para povoar no passado são dignos de serem “lembrados e homenageados pelas novas gerações” (RODRIGUES, 1984, p. 76-78).

imediações do rio Paraguai. E, a partir do presídio de Nova Coimbra, surgiram povoações. Em 1797, por meio das ordens do Capitão Francisco Rodrigues do Prado houve a construção de mais uma fortificação, o presídio militar de Miranda, que “passou a constituir o terceiro núcleo habitado no atual Estado de Mato Grosso do Sul”. As localidades de Coimbra e Miranda favoreceram o surgimento de propriedades ao seu redor, uma vez que os sitiantes se “abrigavam a sombra das duas estacas” (RODRIGUES, 1984, p. 51; 1978a, p. 28).

No fim do século XVIII, o povoamento radiou-se a partir dos redutos militares de Nova Coimbra, Albuquerque e Miranda, além da fazenda Camapuã. Apesar disso, o referido século “não foi aquilo que poderia ter sido para o povoamento de Mato Grosso do Sul” em virtude dos conflitos com os paraguaios (RODRIGUES, 1984, p. 52). No século XIX, com as migrações da região aurífera para o Sul e a vinda das famílias pioneiras de Minas Gerais, houve a consolidação do povoamento.

A escassez do ouro em Cuiabá e no Vale Guaporeano fez com que essas regiões deixassem de prosperar e entrassem em decadência. Deste modo, os mineradores tiveram que redirecionar seus caminhos, migrando para o Sul da capitania, onde constituíram propriedades próximas às fortificações militares. Também vieram levas migratórias de outras localidades e traziam consigo cabeças de gado. Os migrantes foram, assim, descritos como indivíduos corajosos, sendo eternizados como pioneiros e fundadores da civilização pastoril. A partir de 1829, com a vinda das famílias paulistas e, principalmente, mineiras, intensificou-se o povoamento de MS (RODRIGUES, 1983, p. 11; 1984, p. 54).

A consolidação do povoamento, para Rodrigues (1978a, p. 29), foi obra dos “homens do pastoreio”, considerados “os principais responsáveis pelo povoamento”, tendo o gado como elemento essencial de penetração nas terras sulinas. A atividade pecuarista representou um agente para o desenvolvimento econômico e para a formação de novos núcleos urbanos, isto é, os futuros municípios sul-mato-grossenses: Aquidauana, Rio Brilhante, Nioaque, Maracaju, Paranaíba e Campo Grande.

Entre os pioneiros, Rodrigues (1978a, p. 29) destacou o mineiro José Garcia Leal, por ter iniciado o povoamento do planalto de Amambaí, em 1829. O povoamento de Santana de Paranaíba, ou “sertão dos Garcias” e os seus arredores, teve origem no “encorajamento” desse pioneiro e de seus parentes. Por isso, ao se estabelecer com seus parentes e escravizados na região e fundar as primeiras fazendas de gado, Garcia Leal foi considerado o “pioneiro no povoamento de vasta região de MS”. Segundo Rodrigues, tratava-se de homens “valentes,

destemidos, corajosos” e possuidores da “fibra de bandeirantes” (RODRIGUES, 1984, p. 55-56).

Rodrigues (1978a, p. 29-30; 1984, p. 55-58) destacou a presença de outras famílias pioneiras, tais como os Barbosas, que se estabeleceram na região de Vacaria, fundando a fazenda de Boa Vista. O patriarca, Antônio Gonçalves Barbosa, deixou herdeiros, os quais constituem “nos dias atuais uma grande família de Mato Grosso do Sul, quase toda ela dedicada à criação de gado”. Os Lopes também ganharam destaque, pois “desbravaram diversas localidades” e foram firmando propriedades, distinguindo-se José Francisco Lopes, Gabriel Lopes e Joaquim Francisco Lopes. Após o ano de 1834, novas levadas migratórias foram mencionadas, sendo destacadas 23 famílias que fundaram suas propriedades na região. Segundo Rodrigues (1978a), em 1838, havia cerca de 130 fazendeiros radicados na região. Em 1850, a povoação de Albuquerque foi elevada à Vila e, em 1857, Paranaíba e Miranda. Na perspectiva de Rodrigues, a ocupação foi favorecida pela expansão da pecuária, quando surgiram inúmeras fazendas dedicadas à criação de bovinos e equinos.⁴²

Para Rodrigues (1978a, 1983, 1984), os sul-mato-grossenses têm o dever de manter a memória desses pioneiros, por serem eles os precursores do povoamento e do processo civilizatório, e por introduzirem a economia bovina em MS. O discurso do pioneirismo tem como objetivo produzir um consenso sócio-histórico, a partir do qual a elite agrária adquire o papel central na formação histórica de MS e, por extensão, era legítimo que assumissem o domínio político, econômico e cultural. Logo, como promotores do progresso e da civilização, cabe a eles o controle do poder local.

A escravidão africana foi raramente abordada por Rodrigues (1978a, 1983, 1984), assim como a presença de afrodescendentes em MS. Segundo o autor, a “raça negra” seria “inexpressiva” no estado de MS em razão da “colonização da região sul mato-grossense ter sido praticamente contemporânea à abolição da escravatura” (RODRIGUES, 1978a, p. 35). A escravidão africana encontrava-se restrita ao Norte de MT: na obra *Histórias da Terra Mato Grossense*, a existência de negros escravizados e quilombos é registrada nas “crônicas da

⁴² Cancian (2017, p. 69-87) estudou o universo rural oitocentista do SMT através de processos de inventários, os quais apontaram não somente para a presença de gado vacum e cavalariço, mas também a existência de lavouras de subsistência nas propriedades. Apesar de ser propagado que na região havia fazendas com grandes quantidades de gado, a análise documental contraria tais afirmações. Havia uma quantidade inexpressiva de gado, salvo em poucos casos excepcionais, como o dos fazendeiros Simplício Xavier Tavares da Silva e Francisco Alves Ribeiro. Os fazendeiros retratados tradicionalmente como pioneiros, na verdade, foram homens que tiveram dificuldades para se adaptarem: “em resumo, os chefes de famílias migrantes [...] caracterizados pelas produções memorialistas como pioneiros destemidos e desbravadores de terras brutas, na verdade, adaptaram-se gradativamente aos diversos ambientes do território” (CANCIAN, 2017, p. 87-88).

primitiva capital matogrossense” (RODRIGUES, 1983 p. 51). Assim, as raras referências à escravidão são justificadas pela necessidade de complementação da mão de obra indígena e pela demanda de homens para acompanhar os bandeirantes e os pioneiros (RODRIGUES, 1984, p. 51, 69).

A historiografia acadêmica, contudo, demonstrou a existência da escravidão indígena e africana nas expedições dos bandeirantes, nas monções, na mineração, no extrativismo vegetal, na pecuária, nas plantações de cana de açúcar e nas atividades domésticas, etc. (MOURA, 2008; ASSIS, 1986; BRAZIL, 2002, 2009). Segundo Assis, entre 1770 e 1879, tinham sido identificados dez quilombos em MT (ASSIS, 1986). Rodrigues (1983) registrou apenas a existência do quilombo do Piolho, localizado no município de Vila Bela. Fundado por José do Piolho, o quilombo passou a ser administrado pela sua viúva, a rainha Tereza, após sua morte. O quilombo, no entanto, foi destruído em 1779, após os ataques de uma expedição formada com esse fim, isto é, extingui-lo. A resistência dos quilombolas foi vista como digna de admiração e como símbolo da resistência negra no Brasil e em MT (RODRIGUES, 1983, p. 51, 53).

Aos olhos de Rodrigues (1978a, 1983, 1984), o povoamento de MS coube, quase que exclusivamente, aos brancos, tendo como agente principal o homem pastoril, que instalou fazendas e criou gado na região, civilizando o sertão. Os povos indígenas e os afro-descendentes não tiveram nenhuma contribuição ou influência cultural. Os sul-mato-grossenses, como herdeiros dos portugueses, dos bandeirantes e dos mineiros, paulistas e gaúchos, teriam um espírito empreendedor, eram laboriosos, arrojados e progressistas. Posteriormente, vieram os nordestinos e os imigrantes europeus, árabes e asiáticos, que também contribuíram para o desenvolvimento econômico:

A sua população, de mentalidade arejada e avançada, descende de surtos migratórios de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e estados nordestinos, além de fortes contingentes dos países árabes, asiáticos e europeus. As raças vermelha e preta quase nenhuma influência tiveram na formação de sua gente. Essa mentalidade faz do matogrossês um povo empreendedor, dedicado ao trabalho e de iniciativas arrojadas (RODRIGUES, 1978a, p. 45, grifos meus).

A premissa que MS tem uma população branca foi reafirmada na obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, em que Rodrigues (1978a, p. 35) apresentou, de maneira superficial, dados demográficos onde afirmou que a população “na sua grande maioria, constituída pela raça branca, vindo em segundo lugar a raça amarela, representada por japoneses e seus descendentes”, enquanto “a raça negra é inexpressiva, devido ao fato de a colonização

da região sul mato-grossense ter sido praticamente contemporânea à abolição da escravatura” e a “raça vermelha [estar] praticamente extinta, existindo apenas alguns aldeamentos”.

A perspectiva de que a escravidão africana inexistiu, os indígenas foram exterminados e a população de MS era constituída exclusivamente de brancos, elaborada por Rodrigues, conquistou seguidores, a exemplo de Hildebrando Campestrini e Acyr Guimarães. A obra *História de Mato Grosso do Sul*, publicada em 1991, da mesma forma, nega a existência da escravidão africana.⁴³

2.4 A Guerra do Paraguai: heróis e episódios memoráveis

A Guerra do Paraguai foi também um tema recorrente nas obras de Rodrigues. Em *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, o autor mencionou o episódio da Retirada da Laguna e reforçou o papel da repovoação e das migrações no contexto pós-guerra como parte do desenvolvimento da região. Já em *História de Mato Grosso do Sul*, a segunda parte do livro, contendo oito capítulos, foi dedicada à Guerra do Paraguai. No livro didático, *Mato Grosso do Sul: 3º série do 1º grau*, apontou como pontos turísticos do estado o monumento histórico aos heróis da Retirada da Laguna, na cidade de Nioaque, e o Forte Coimbra, em Corumbá. Na obra *Histórias da Terra Mato Grossense* dedicou oito, dos dezenove capítulos, à narração do conflito.

Segundo Squinelo (2000), a Guerra do Paraguai, para os memorialistas sul-mato-grossenses, foi um elemento privilegiado na construção de um passado glorioso, além de fundamental para eleger a galeria de heróis. Nesse sentido, a ocupação paraguaia proporcionou acontecimentos singulares para a memória regional. A respeito, destaca-se:

Este evento justificou grande parte da história do estado, sendo que esteve e permanece presente na memória da população sul-mato-grossense.

A Guerra do Paraguai foi privilegiada como elemento que teria contribuído para a construção de um passado histórico repleto de glórias, heróis, epopéias, batalhas e acontecimentos singulares. Essa escolha pode ser explicada pelos

⁴³ Segundo Santos (2016), em setembro 2008, a Federação de Agricultura e Pecuária de MS (FAMASUL) pediu o posicionamento do IHGMS diante da questão da presença de remanescentes quilombolas em MS, e em resposta, o instituto emitiu um parecer, denominado “Parecer Quilombolas”, em que “afirma não reconhecer a presença das comunidades remanescentes de quilombos em terras sul-mato-grossense (CAMPESTRINI, 2009 *apud* SANTOS, 2016, p. 54). Esse parecer foi utilizado pela FAMASUL com a intenção de “deslegitimar as reivindicações das comunidades quilombolas pela regularização fundiária de suas terras” e, assim, gerou inquietações sociais e acadêmicas sobre a existência da escravidão no SMT, atual MS (SANTOS, 2016, p. 54). A negação histórica das comunidades negras em MS, como em tantos outros, esteve a serviço de interesses classistas e econômicos, privilegiando os grupos fundiários. E não foi apenas um ato isolado, pois as obras de Rodrigues (1978a, 1984) escritas no mínimo trinta anos antes da publicação desse parecer já demonstravam a negligência e a omissão, ora total ora parcial, em relação à comunidade negra regional. Essa omissão histórica não foi feita de maneira aleatória ou neutra, mas, ao contrário, está em consonância com outros grupos sociais e contextos em que o negro, igualmente, não está incluso.

acontecimentos que tomaram o antigo Mato Grosso, ou seja, o episódio que ficou nacionalmente conhecido e imortalizado na obra de Alfredo d'Escragno Taunay como *A Retirada da Laguna* (SQUINELO, 2000, p. 79).

Os memorialistas sul-mato-grossense, por sua vez, assenhoraram-se da visão gestada a partir da obra de Visconde de Taunay, *A Retirada da Laguna*. Nesse caso, “legaram à posteridade uma visão do conflito repleta de episódios monumentais e guerreiros destemidos” e também “inauguraram a prática ufânica em torno dos eventos e personagens ligados à Guerra do Paraguai” (SQUINELO, 2000, p. 81).

Rodrigues (1984, p. 83-84, 86) contextualizou em seus textos as dificuldades que a Província de MT enfrentava, a exemplo da distância geográfica com a corte imperial, da precariedade nas comunicações, da vastidão territorial, das dificuldades nas locomoções, das cidades afastadas umas das outras e do fato de ser uma região litigiosa. Segundo Rodrigues (1984, p. 83-84, 86), a região era “[paupérrima], [esquecida] dos governos da Província e da Corte”, além de herdar séculos de uma “velha rixa” entre portugueses e espanhóis. Apesar de ter algumas fortificações, como a de Coimbra, Miranda, Albuquerque e Dourados, “sua defesa era precaríssima”, pois contava com uma população esparsa e poucos soldados. O Paraguai, em contrapartida, estava em franco desenvolvimento e era uma “potência militar no seio da América do Sul”. Tinha diversas fortificações, San Carlos, San José, Confluência, Potrero, Estrela, Bela Vista, Olivia, Olimpo, entre outras, e Carlos Antônio Lopez havia investido na compra de navios e de armamentos para o Exército, com o objetivo de impor o seu imperialismo:

[...] apesar das dificuldades que enfrentava, um país em que o progresso atingira um grau de adiantamento não alcançado pelos demais em que a América do Sul se dividira. Isto fez com que a gente guarani se preparasse para impor a sua soberana vontade tanto à Argentina, como ao Brasil e até mesmo ao Uruguai, fomentando lutas intestinas dentro destes dois últimos, enquanto que o governo imperial brasileiro procurava apoiá-los contra as insurreições (RODRIGUES, 1984, p. 85).

As intenções imperialistas intensificaram-se com a morte de Carlos Antônio López e a ascensão de seu filho ao poder. Francisco Solano López sonhava em “construir uma grande nação” e conquistar os territórios litigiosos e, em função disso, mandou as “tropas aguerridas invadirem o solo brasileiro” (RODRIGUES, 1983, p. 113; 1984, p. 85). A motivação para o início da guerra teria sido, assim, o “insaciável desejo de expansão do ditador [paraguaio]”, de alargar as fronteiras, obter acesso ao mar e estabelecer uma possível aliança com a Bolívia. A responsabilidade da Guerra foi atribuída a Solano Lopez, que seria um “ditador

megalomaniaco” (RODRIGUES, 1984, p. 85, 87). Os paraguaios foram retratados como assaltantes, destruidores, saqueadores, possuíam uma cavalaria “sedenta de sangue” e uma índole nociva: a “sanha guarani” (RODRIGUES, 1983, p. 84, 107).

Após o sequestro do vapor brasileiro Marques de Olinda, o Brasil declarou guerra ao Paraguai. Rodrigues (1984, p. 85) ressaltou as diferenças entre os exércitos: o paraguaio foi considerado “adestrado” com numerosa infantaria, artilharia, cavalaria e barcos. MS, entretanto, era defendido por 600 soldados, e o Forte Coimbra, por exemplo, contava com “apenas 155 homens” (RODRIGUES, 1983, p. 71; 1984, p. 83, 85-86). Durante a ocupação o Exército paraguaio deixou um rastro de destruição, submeteu a população local a sofrimentos “indizíveis”, as fazendas foram saqueadas e o gado roubado. A população e os militares, no entanto, teriam resistido no Forte Coimbra e em Corumbá, Nioaque e Miranda (RODRIGUES, 1978a, p. 22; 1983, p. 101). Neste sentido, Rodrigues (1983, 1984) superestimou o exército paraguaios e subestimou o potencial numérico e bélico do Exército brasileiro, tornou os paraguaios mais perigosos e ameaçadores e supervalorizou a vitória brasileira sobre o Paraguai. Assim, tornava a vitória brasileira ainda mais gloriosa.

A ocupação do Forte Coimbra, em 26 de dezembro de 1864, foi considerada um dos episódios mais heroicos por causa justamente da diferença de potencial bélico entre as partes. Entre os heróis estavam o tenente-coronel Portocarrero, sua esposa⁴⁴ e os soldados, que não só resistiram ao ataque, mas conseguiram sair em segurança do local (RODRIGUES, 1983, p. 71-73). A fuga foi transformada por Rodrigues (1983) em uma vitória, um evento glorioso da história de MS e eternizado como “o milagre de Forte Coimbra”, isto é, um episódio que ilustra o patriotismo e a religiosidade⁴⁵ dos mato-grossenses (RODRIGUES, 1983, p. 69).

As tropas paraguaias, sob o comando de Vicente Barrios, chegaram em Corumbá e dispersaram seus “heroicos” habitantes, apossaram-se de propriedades rurais e do gado. Corumbá, naquele contexto, era uma cidade estratégica por ser “o maior empório comercial de

⁴⁴ Dourado (2005, p. 13) explicou que a relevância dada a Dona Ludovina estava articulada ao *status* do seu esposo: “a esposa do ten. cel. Hermenegildo de A. Portocarrero, ganhou o direito ao nome, sobrenome e título. D. Ludovina, nascida em Montevideu, celebrizou-se ao lado de seu marido, quando da resistência da guarnição desse Forte à invasão paraguaia [...] Isto [é], porque seu marido era um oficial graduado e exercia um posto de comando”.

⁴⁵ Assim, ao abordar a ocupação do Forte Coimbra, deu destaque a uma mulher, Ludovina, e uma imagem religiosa, Nossa Senhora do Carmo. Ambas representaram o patriotismo e a religiosidade dos brasileiros e dos mato-grossenses. Por isso, seus feitos deveriam ser lembrados e celebrados: “o nome de Ludovina, em os nossos dias, está gravado no frontispício da escola existente no Forte. Anualmente, no dia 16 de julho, a festa religiosa de Nossa Senhora do Carmo é ali realizada, sendo a imagem da Santa levada em procissão pelo rio, ovacionada por centenas de militares e civis que ali acorrem nessa época, alguns vindos de pontos distantes do país. Tornou-se tradição, por longos anos, os oficiais que serviam em Coimbra mandarem à Santa, cada vez que eram promovidos, uma estrela. Quando a promoção era a de general, a estrela era de ouro” (RODRIGUES, 1983, p. 73).

todo o Centro Oeste”. Uma das propriedades invadidas foi a fazenda Firme, e os seus moradores fugiram por temerem a “sanha [dos] [guaranis]”. O seu proprietário, Joaquim José Gomes da Silva, o Barão de Vila Maria, “vendo o solo pátrio invadido”, realizou uma viagem relâmpago⁴⁶ para notificar o governo imperial sobre a ocupação paraguaia na região (RODRIGUES, 1983, p. 101-103; 1984, p. 86, 107).

A materialização da memória da Guerra do Paraguai em MS deu-se em dois aspectos: a partir dos heróis e das batalhas (SQUINELO, 2000, p. 84). Rodrigues, como fundador da história regional, valorizou as batalhas e elegeu seus heróis, indivíduos que se destacaram pelos atos de bravura, coragem, perseverança e sacrifício e chegou a mencionar duas mulheres⁴⁷. Para Rodrigues (1978a, p. 17; 1984, p. 86, 88), o conflito bélico produziu inúmeros eventos gloriosos, porém os mais heroicos foram a evacuação de Corumbá, a Retirada da Laguna e, posteriormente, a Retomada de Corumbá.

Com a invasão de Corumbá, a cidade foi evacuada às pressas. Esse episódio foi considerado “uma das maiores epopeias de nossa história” e o êxito foi atribuído ao tenente João de Oliveira Mello, “cujo nome ocupa lugar destacado na história de Mato Grosso, como um dos muitos heróis da Guerra do Paraguai”, pois sua bravura foi uma “epopeia guerreira”.⁴⁸

⁴⁶ Segundo Rodrigues (1983, p. 101-103; 1984, p. 86), quando a Fazenda Firme foi invadida o seu proprietário, Joaquim José Gomes da Silva, o Barão de Vila Maria, ciente da “situação reinante” de assaltos e saques, planejou rapidamente a fuga de sua família para o Rio de Janeiro. O objetivo era “colocar o governo imperial brasileiro [a] par da invasão do território pátrio”. A viagem durou 47 dias, período em que eles vivenciaram várias adversidades até chegarem à corte imperial, em 22 de fevereiro de 1865. Ao avisar as autoridades sobre os ataques paraguaios, ele “[antecipou] em 23 dias o aviso oficial [de] Cuiabá” na esperança de que o governo imperial “revidasse a ofensa”.

⁴⁷ De acordo com Dourado (2005, p. 7-14), a Guerra do Paraguai, como tantos outros conflitos bélicos, é uma narrativa essencialmente masculina que acaba silenciando outros agentes sociais. A presença feminina, por exemplos, raramente foram vistas ou mencionadas por memorialistas mato-grossenses e sul-mato-grossense, foram poucas as mulheres que “tiveram direito a nomes e sobrenomes, destacavam-se individualmente por serem casadas com homens que pertenciam à elite imperial”. E mesmo quando citadas elas ficaram subordinada a figura do marido ou do lar, pois, “vez por outra surgia alguma respeitável senhora, como é o caso de Dona Ludovina, e Dona Senhorinha. Prova-se, mais uma vez, a condição subalterna da mulher. É possível pensar que, se não tivessem esposos vistos como heróis, jamais seriam conhecidas”. Na obra *Histórias da Terra Mato Grossense*, Rodrigues destacou Dona Ludovina e Dona Senhorinha como mulheres heroínas da Guerra do Paraguai, porém vinculadas a questão da religiosidade, da família e dos seus maridos.

⁴⁸ “A sua epopeia guerreira começara no ano de 1864, quando invadida a terra matogrossense pelas forças guaranis, estas, num total de 3.000 homens, resolvem, sob o comando do Coronel Vicente Barrios, apossar-se do Forte Coimbra [...] Com 80 homens, o então 2º tenente João de Oliveira Melo, aparara com grande vantagem os ataques dos invasores contra as seteiras da segunda bateria, fazendo com que aqueles recuassem com muitas perdas.[...] Mais tarde, em janeiro de 1865, inconformado com a decisão do coronel Carlos Augusto de Oliveira, comandante das armas da província, que ordenara o abandono da praça de Corumbá, sem nenhuma resistência, às forças paraguaias, o tenente Melo, mais uma vez demonstra a sua ousadia quando ordena o desembarque de 400 pessoas, entre homens; mulheres, crianças e anciãos, no local denominado Sará, que fugiam a bordo de embarcações de diversos tipos, sujeitas ao ataque de seus perseguidores.[...] O calendário marcava o dia 4 de janeiro de 1865. Começava a grande retirada de fugitivos de Corumbá” (RODRIGUES, 1983, p. 90).

Naquele contexto, Melo conduziu civis e militares durante 115 dias pelo pantanal e conseguiu alcançar, com êxito, a cidade de Cuiabá. Tal feito foi considerado como milagroso e, por isso, deveria ser imortalizado pela história de MS. Para Rodrigues (1983, p. 89-91), a marcha desses retirantes, liderados pelo tenente Mello, foi considerada um evento extraordinário e heroico que se igualava ao da Retirada da Laguna.

Outro episódio glorioso foi o ataque paraguaio à Colônia Militar de Dourados. De acordo com Rodrigues (1983, p. 77-78; 1984, p. 86), quando as tropas paraguaias alcançaram a Colônia Militar, o tenente Antônio João e os seus companheiros “[tentaram] uma resistência impossível, [mas] [foram] sacrificados”. Para informar o avanço das tropas inimigas, o tenente notificou os colegas da Colônia Militar de Miranda com a seguinte mensagem “Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria”.

Em combate com o pelotão paraguaio, Antônio João e os seus companheiros foram mortos, inclusive o mensageiro que estava a caminho de Miranda. Os paraguaios tomam conhecimento da mensagem e ao lê-lo, Isidoro Resquin exclamou “se todos os brasileiros forem como este comandante, a nossa marcha em Mato Grosso não será um simples passeio como acreditamos”, pois “o heroísmo de Antônio João [tinha impressionado] os atacantes” (RODRIGUES, 1983, p. 78, 1984, p. 86). Rodrigues procurou eternizar esse episódio denominando-o “a epopeia de Antônio João”, que deveria ser imortalizado pela memória sul-mato-grossense (RODRIGUES, 1983, p. 75). O nome de Antônio João já estaria “perpetuado na lembrança do povo de Mato Grosso do Sul”, por denominar um município de MS e pelos poemas de Dom Aquino (RODRIGUES, 1983, p. 78-79).

De acordo com Cremonese (2010, p. 70-73), o referido bilhete foi inventado por Taunay, na obra *Histórias Brasileiras*, e consagrado por José da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco, no prefácio da publicação brasileira da obra de Luis Schneider, *A Guerra da Tríplice Aliança*, de 1871. Neste sentido, Rodrigues (1983) contribuiu para consolidar a existência de um bilhete que, na verdade, fazia parte da ficção, mas que foi ganhando foros de verdade ao ser legitimado pelos discursos memorialistas.

Segundo Squinelo e Marin (2015, p. 385-386, 393), a Retirada da Laguna foi um evento histórico meticulosamente preservado na história nacional e regional, considerado um dos mais gloriosos para a história militar brasileira, uma epopeia patriótica marcada pela resignação, pelo heroísmo e pela disciplina dos combatentes. As versões épica e romanceada de Alfredo

d'Escragnole Taunay presentes na obra *A retirada da Laguna* foram apropriadas pelos memorialistas sul-mato-grossenses, como Rodrigues.

Apesar desse episódio configurar a vitória paraguaia e um grande desastre para o exército brasileiro, nas obras de Rodrigues o conflito foi engradecida porque demonstrou a resiliência e o patriotismo dos brasileiros, mesmo em situações dificuldades. Os soldados que “[viveram] a epopeia da Retirada da Laguna” passaram por situações deploráveis e, em meio a sacrifícios, foram obrigados a efetuar a retirada (RODRIGUES, 1983, p. 97; 1984, p. 88). José Francisco Lopes, por ser uma “figura lendária daqueles horríveis dias”, que na função de guia auxiliou os militares, ficou “imortalizado” como o Guia Lopes.

Da mesma forma, Alfredo d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, que deixou a esposa para acompanhar as tropas brasileiras, ganhou status de herói, e os dois foram considerados as principais personalidades desse episódio (RODRIGUES, 1978a, p. 29; 1983, p. 96-97, 113). Para o autor, os retirantes inconscientemente estavam construindo uma nova fase histórica para MS:

Além de movimentar o grosso de suas tropas de primeira linha para o sul, o Brasil enviou por terra, desde Uberaba até Coxim, uma Força Expedicionária rumo à região do atual Mato Grosso do Sul. [...] Doentes, maltrapilhos, esfomeados, acossados pelo inimigo que ateava fogo às macegas, *os retirantes de Laguna, sem que o pressentissem, estavam lançando as bases de um novo período histórico* para uma região onde, em futuro não muito distante, brilharia uma nova estrela no firmamento brasileiro: o Estado de Mato Grosso do Sul (RODRIGUES, 1984, p. 88, grifos meus).

Durante a ocupação paraguaia, os brasileiros demonstraram sua coragem, seu patriotismo, sua resiliência em prol da defesa do solo pátrio:

Quando as tropas de Solano López, o ditador paraguaio, invadiram as terras de Mato Grosso na tentativa de se apoderarem de um pedaço do solo pátrio, a sua marcha não foi tão fácil como julgavam, apesar de ser diminuta a força, quase simbólica, que o Brasil mantinha na região. Resistências por parte de brasileiros, militares ou civis, impediram que os soldados guaranis, devidamente treinados, tivessem marcha simplesmente triunfal pelas terras mato-grossenses (RODRIGUES, 1983, p. 83).

Ademais, Rodrigues (1983) considerou como destemidos todos os anônimos que, de algum modo, participaram da guerra e contribuíram para a defesa de seu solo. Apesar das suas histórias e de seus nomes não ficarem registrados, eles não deixavam de ser símbolos de patriotismo e de coragem. Deste modo, na simplicidade do anonimato, consagraram-se como heróis e deveriam ser recordados pela memória sul-mato-grossense:

Aqui e ali, quando menos se esperava, um brasileiro desconhecido se transformava em verdadeiro herói, escrevendo anonimamente páginas

consagradoras de nossa história, quase sempre tingindo o chão em que vivia com o seu sangue quente de bravo e destemido de patriota. As crônicas de então, quase desconhecidas nos nossos dias, conservam vivas essas cenas repletas de brasilidade e de coragem, que merecem serem recordadas de quando em vez (RODRIGUES, 1983, p. 83).

No entanto, entre os civis, Rodrigues destacou a atuação do voluntário Manoel Gonçalves Barbosa Marques, que “atendeu ao chamado da Pátria” e passou a integrar a tropa do coronel Dias da Silva para defender o “solo que amava na sua simplicidade de caboclo”. Mesmo tendo o seu cavalo ferido durante o combate sentiu “correr em suas veias o sangue bravo de sertanejo mato-grossense, [e] decidiu lutar até o último instante”, simbolizando o espírito corajoso dos brasileiros e dos sul-mato-grossenses (RODRIGUES, 1983, p. 84). Outro civil que mereceu destaque foi o capataz da Fazenda Firme, de apelido Nanico, que ao notar que os paraguaios estavam usando a sede da propriedade como dormitório, entrou na casa, durante a madrugada e gritando palavras em guarani. No susto, os paraguaios acordaram lutando entre si. E ao registrar a vingança do capataz, o autor ressaltou que o seu apelido “ficou [para] história da terra mato grossense” (RODRIGUES, 1983, p. 107-108).

Rodrigues também instituiu na história de MS o culto a Dona Senhorinha⁴⁹, esposa de José Francisco Lopes, o Guia Lopes, cuja atuação já era celebrada nos meios militares. O IHGMT, por exemplo, não mencionava nem valorizava a sua participação na Guerra do Paraguai, uma vez que elevou a heróis apenas os homens. Senhorinha, por sua vez, pertencia à elite, era branca e casada com o Guia Lopes, que já tinha sido eleito como um dos heróis sul-mato-grossenses. De acordo com Rodrigues (1983, p. 113), o nome de Dona Senhorinha deveria perpetuar-se na memória sul-mato-grossense, por ser um exemplo de resistência e de patriotismo, pois apesar de todo o sofrimento e sequestros⁵⁰ a que foi submetida, não desistiu do sonho de construir lar e família na região:

⁴⁹ Para Dourado (2005, p. 14-15), o destaque dado por memorialistas à Dona Senhorinha deu-se por ela ter sido esposa do Guia Lopes e pela influência da obra de Taunay na literatura regional e nacional: “no caso específico de Dona Senhorinha, é interessante ressaltar os atributos que lhe foram concedidos pelos memorialistas. Para alguns, provavelmente inspirados em Taunay, tratava-se de uma mulher de ‘alma forte’, uma ‘verdadeira matrona’”.

⁵⁰ O motivo das lágrimas de Dona Senhorinha era porque “por duas vezes [foi] levada cativa para além da fronteira”, segundo o que “as crônicas do passado [relataram]” (RODRIGUES, 1983, p. 111). Casada com Gabriel Francisco Lopes, migrou de São Paulo para o SMT, onde se instalou “em morada própria, nas proximidades da nascente do Apa, a cuja posse deu o nome de ‘Monjolinho’” (RODRIGUES, 1983, p. 112). Com a morte de seu marido ficou viúva, ainda muito jovem, e pouco tempo depois foi sequestrada pelos paraguaios. O ditador paraguaio Carlos Antônio Lopez, inconformado com a “audácia dos brasileiros” em ocupar terras “que considerava como pertencentes ao seu país”, ordenou que as patrulhas destruíssem as propriedades e prendessem os brasileiros. Em 1849, uma das patrulhas adentrou a região do Apa, “na esperança de fazer prisioneiro a Gabriel Francisco Lopes”, e como ele havia morrido prenderam a viúva, seus filhos e outros brasileiros, os quais “só foram libertados mais tarde por interferência diplomática” (RODRIGUES, 1983, p. 112-113).

Hoje, em Mato Grosso do Sul, quando se pronunciam os nomes de Campos de Erê, Monjolinho, Retiro e Jardim, o nome de D. Senhorinha — Rafaela Senhorinha da Conceição Barbosa — se alteia sobre as campinas verdejantes do rincão matogrossês, que foram banhadas com o suor e as lágrimas dessa mulher que se tornou heroína ao procurar construir, por mais de uma vez, o seu lar em terras que sempre conheceu e amou como sua grande Pátria — o Brasil (RODRIGUES, 1983, p. 113).

Depois de sequestrada por paraguaios, em 1849, Dona Senhorinha retornou para o “solo da pátria” [...] “ainda traumatizada pelos horrores que sofrera”. Depois, casou-se com o cunhado, José Francisco Lopes, o Guia Lopes, com o sonho e a esperança de “reconstruir o perdido lar”, agora em outra localidade, denominada Estância Jardim. Porém, Dona Senhorinha foi novamente sequestrada e feita prisioneira de guerra e, por cerca de cinco anos, ficou “sofrendo as consequências” do conflito bélico. Com o término da guerra e com a derrota paraguaia, retornou ao Brasil, quando tomou conhecimento de que estava viúva novamente, pois seu esposo havia morrido durante a Retirada da Laguna (RODRIGUES, 1983, p. 113). Diante de uma trajetória cercada de momentos difíceis e de sofrimento, ela “se transformaria em heroína”, por ser uma “mulher de alma forte, verdadeira matrona” (RODRIGUES, 1983, p. 112).

Após o apresamento do vapor Marquês de Olinda e a ocupação da província de MT, a diplomacia brasileira, juntamente com a do Uruguai e da Argentina, formou a Tríplice Aliança, ação que “reuniu os três países, com os quais o Paraguai tinha contas a acertar”. Os paraguaios, assim, para manterem a ocupação, enfrentaram as forças aliadas (RODRIGUES, 1984, p. 87-88). O governo provincial, no entanto, logo deliberou retomar a região invadida, evento celebrado como a Retomada de Corumbá:

Não se conformando com a perda da região sulina, o governo provincial deliberou reagir, descendo pelo rio Cuiabá, retomar a região invadida, a começar de Corumbá. Esse feito é até hoje comemorado como a Retomada de Corumbá. Infelizmente, após a reconquista da cidade, as tropas cuiabanas foram obrigadas a retroceder devido a peste da bexiga que lavrava então na região corumbaense, que já vinha dizimando os invasores paraguaios. De volta, os vencedores da Retomada transportaram a moléstia para Cuiabá, onde grande número da população cuiabana foi vitimada (RODRIGUES, 1984, p. 87).

Nesse contexto, MS “deixou de ser o campo de luta que esperava o ditador guarani”. Em 1868, a maioria dos paraguaios já tinha evacuado e, em 1870, a Guerra foi encerrada com a vitória da Tríplice Aliança. (RODRIGUES, 1984, p. 87-88). De acordo com Rodrigues (1978a, p. 30; 1984, p. 88-89), apesar da destruição causada, o conflito trouxe “consequências benéficas para o sul mato-grossense”, pois gerou uma “nova fase histórica” para os estados de

MT e MS, quando ex-combatentes, principalmente os gaúchos, radicaram-se na região e, em consequência, contribuíram para o seu repovoamento. Outros benefícios foram as delimitações das fronteiras, o surgimento da indústria da erva mate, a expansão da pecuária, a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil e o surgimento de novos municípios.

Enfim, na visão de Rodrigues, a Guerra do Paraguai foi considerada um marco divisor na história de MS, sobretudo pelo seu desenvolvimento econômico, tecnológico e demográfico. O abandono anterior do governo imperial cedeu espaço à prosperidade, ao progresso e ao avanço do processo civilizatório, assim como as ideias divisionistas. Nessa conjuntura, os sul-mato-grossenses, além de atuarem como defensores das fronteiras, tornaram-se os reconstrutores da região. Enquanto coletividade, todos eram herdeiros desse passado glorioso e heroico, que deveria ser celebrado e rememorado pela sociedade.

III. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS E A CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL NO OLHAR DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES (1870-1982)

A identidade, segundo Woodward (2009, p. 11-13), é relacional e marcada pela diferença em relação a outro grupo social. Ao afirmar o que somos se institui o que não somos. As reivindicações em torno da identidade, frequentemente, “estão baseadas em alguma versão essencialista da história ou do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável”. Assim, para que seja reafirmada, os usos do passado tornam-se um mecanismo de justificação e validação. Logo, “essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade”.

Para criar a identidade sul-mato-grossense era preciso diferenciá-la, sobretudo da identidade mato-grossense. Rodrigues, em *História da Terra Mato Grossense*, demonstrava respeito e admiração às tradições cuiabana e do Norte de MT, todavia, na obra seguinte, *História de Mato Grosso do Sul*, tratou de distanciá-la e diferenciá-la criando, a partir de aspectos históricos e culturais, distinções entre as porções Norte e Sul. Essas diferenças remetiam às heranças espanholas dos adelantados, no século XVI, e às transformações econômicas e sociais ocorridas no final do século XIX e no decorrer do XX, e que se acentuaram após a Guerra do Paraguai:

Para Mato Grosso, e especialmente para Mato Grosso do Sul, a invasão guarani, apesar dos estragos que causara, foi um benefício, pois despertou nos governantes e na mentalidade de todos os brasileiros a necessidade inadiável de sua definitiva integração [...] A região sul do Mato Grosso renascia das próprias cinzas e haveria de, no século seguinte, transformar-se em uma estrela de primeira grandeza no firmamento brasileiro: Mato Grosso do Sul! (RODRIGUES, 1984, p. 88-89).

O contexto da guerra foi marcado por mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais e demográficas. Em 1870, com o fim do conflito bélico, houve o renascimento da região, sobretudo com os investimentos na defesa e na integração de MS com o restante do Brasil. Entre as transformações destacaram-se as delimitações das fronteiras, o surgimento da economia ervateira, a construção da estrada de ferro, a expansão econômica e os fluxos migratórios. Ou seja, como descreve Rodrigues, MS ressurgiu das cinzas (RODRIGUES, 1984, p. 88-89).

As delimitações das fronteiras colocaram um fim nos litígios territoriais, configurando o atual território de MS. De acordo com Rodrigues (1984, p. 99), “por três vezes o desenrolar

da história de Mato Grosso do Sul registra rumorosos casos de pretensas posses territoriais”, ou seja, os litígios fizeram parte do processo histórico de MS e, em função disso, a população deveria conhecê-los:

Depois da [irlandesa] *Madame Lynch*, que se dizia senhora de trinta e três mil quilômetros quadrados, o vizinho *Estado de Goiás* lutou anos seguidos pela posse de quase um terço do Estado, enquanto que o *Barão de Antonina e seus herdeiros* pretendiam o domínio sobre inúmeras "posses", a maioria fictícia. O governo matogrossense, por três vezes, recorreu à Justiça em defesa de seus direitos. Cada um desses casos são objetos de relatos sucintos nas páginas deste trabalho (RODRIGUES, 1984, p. 99, grifos meus).

Em *História de Mato Grosso do Sul*, o autor dedicou dois capítulos ao tema e descreveu com detalhes os litígios judiciais da Madame Lynch⁵¹, dos herdeiros do Barão de Antonina⁵², além das disputas territoriais entre os estados de MT e Goiás⁵³. Na visão de Rodrigues, os

⁵¹ Segundo Rodrigues (1984, p. 93-95), MS foi marcado por disputas de “terras [pretensa]”, como o caso de Elisa Alícia Lynch, conhecida como Madame Lynch. Durante a guerra, Solano Lopez anexou parte de MT como território do seu país e autorizou a venda dessas terras para Madame Lynch, porém com desfecho do conflito, a região foi contestada e reconhecida como território brasileiro. Na tentativa de recuperá-las, seu filho, Henrique Venâncio López, iniciou um processo para questionar judicialmente o governo brasileiro sobre a origem das terras. O processo judicial teve “grande repercussão em todo o Brasil”, contou com a participação de Rui Barbosa, e encerrou-se, em 1902, quando a ação foi julgada como improcedente. Rodrigues (1984, p. 93, 99) descreveu Madame Lynch como a francesa que era amante de Solano Lopez, porém o autor cometeu dois erros factuais. A nacionalidade de Elisa Lynch era irlandesa, e ela não era amante de Lopez, era esposa que exercia uma grande influência na comunidade paraguaia, apesar das críticas. Lynch exercia também uma papel político e diplomático, assim como apontou Dourado (2007, p. 2-3), “chamada simplesmente La Madama pelos paraguaios da época, foi a mulher mais famosa da história paraguaia [...] não se pode negar sua influência na história tanto social como política do Paraguai. Nasceu segundo sua autobiografia, na ilha irlandesa de Corck, de uma família de classe média [...] sua beleza extraordinária, formação e inteligência, não somente aumentava sua influência sobre Solano Lopez, como também a transformava numa anfitriã de todos os estrangeiros residentes em Assunção [...] esta circunstância tinha uma importância política, especialmente depois que Francisco Solano Lopez sucedeu a seu pai” (DOURADO, 2007, p. 2-3).

⁵² Os herdeiros do Barão de Antonina, João da Silva Machado, travaram disputas territoriais com o governo de MT. Entre os anos de 1845 a 1853, o Barão adquiriu terras na região conhecida como Baixo Paraguai, no sul da província, porém não se preocupou em regulamentar suas propriedades, como previsto na Lei de Terra de 1850, e por isso “tais ‘aquisições’ ilegais sob todos os aspectos foram motivo de longa disputa judicial [com] o Estado de Mato Grosso” (RODRIGUES, 1984, p. 100). Conhecida como “Questão Antonina” teve seu desfecho em 1931, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu em favor do governo de MT. No dizer de Rodrigues (1984, p. 102), “mais uma vez a tentativa de posse de vasta área do território do atual MS deixava de existir”.

⁵³ Outro litígio foi entre Goiás e MT, que “ensejou por mais de dois séculos rumorosa questão sobre o domínio territorial de extensa área, hoje definitivamente integrada no território de Mato Grosso do Sul”. Esse episódio foi considerado “uma página de nossa história” e, como tal, era preciso deixá-la “registrada” (RODRIGUES, 1984, p. 107). Em 1838, o governo de MT criou a Freguesia de Santana do Paranaíba e, dez anos depois, foi também criada a Freguesia de Nossa Senhora das Dores das Aboboras, pelo governo de Goiás, que incluía tal região. Rodrigues (1984, p. 115) classificou a existência dessas freguesias como “uma página da história matogrossense”, motivo “pelo qual não podem ser olvidadas ao se pesquisar o passado do jovem estado”, principalmente porque quatro delas compreendiam parcialmente ou totalmente o atual território de MS: Freguesia do Albuquerque, Freguesia de Miranda, Freguesia do rio Piquiri e a Freguesia do Paranaíba, a pivô do litígio. A “pretensão goiana”, como o autor denominou, foi resolvida apenas no século XX, quando os dois estados apelaram para um Juízo Arbitral. Em 1920, no entanto, foi dada sentença favorável a MT. Na década de 1970, com o andamento da divisão de MT, o assunto do litígio foi novamente debatido quando a bancada goiana no Congresso tentou “agitar a velha questão de limites”,

litígios e conflitos territoriais foram importantes para a memória local, ganhando, dada a sua relevância, repercussão nacional ou internacional. As disputas aconteceram em localidades pertencentes ao território de MS e, portanto, fizeram parte de sua história.

Rodrigues considerou que o SMT era um estado independente antes mesmo da criação de MS, uma vez que “quando se deu o desmembramento, de MT, a nova unidade já constituía um estado dentro de outro”, isto é, antes de 1977, já havia dois estados, dois povos, duas histórias e duas identidades (RODRIGUES, 1978a, p. 45). No entanto, as distinções políticas, econômicas e culturais entre o Norte e o Sul, instituídas por Rodrigues, passaram a serem difundidas mais tarde pelo governo estadual, pelo IHGMS, pelos memorialistas e até pela historiografia acadêmica. Bittar (1999a, p. 94), por exemplo, afirmou que “os dois estados já existiam antes mesmo de 1977: sul e norte, desde os tempos coloniais, viveram apartados [...] portanto, a divisão foi um ato de reconhecimento dessa realidade”.

Neste sentido, a preocupação de Rodrigues era demonstrar aos seus leitores que, sobretudo a partir de 1870, os atuais estados de MT e MS tiveram formações históricas e configurações políticas, econômicas, populacionais e culturais distintas. Sob sua lógica, MS era progressista, civilizado e povoado por brancos, enquanto MT era atrasado e povoado por mestiços. No campo econômico, o distanciamento foi propiciado pelo Porto de Corumbá, pelo surgimento da Companhia Mate Laranjeira, pela construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), pelas políticas varguistas e pelo divisionismo.

3.1 A Companhia Mate Laranjeira e a Ferrovia Noroeste do Brasil: símbolos da pujança econômica e da modernidade regional

Rodrigues (1984, p. 120-121) destacou as transformações trazidas pela empresa Mate Laranjeira e pela ferrovia NOB, sobretudo pelo desenvolvimento tecnológico, pela entrada de investimentos, pelo incremento urbano e demográfico e pelo progresso que trouxeram. Na primeira metade do século XX, a extração da erva mate era uma “fonte estupenda de riqueza” que proporcionou o impulso econômico, urbano e demográfico de MS, contribuindo para o seu desenvolvimento. A pujança econômica acelerou as distinções entre o Norte e o Sul de MT e, por isso, a região não poderia continuar unida a MT.

porém sem sucesso. Com a criação de MS, as definições do seu território encerraram-se os debates, e foi colocada uma “pá de cal sobre o litígio” (RODRIGUES, 1984, p. 109-112).

A história da Mate Laranjeira, assim, nasceu com os trabalhos da Comissão de Limites, cuja finalidade era demarcar as linhas divisórias entre o Brasil e o Paraguai, após o término do conflito bélico. Um dos seus integrantes, Tomaz Laranjeira, fornecedor de alimentos, observou a abundância de ervais nativos e, sendo também “possuidor” de um “espírito prático e empreendedor” e conhecer a “arte da industrialização da erva”, interessou-se em instalar na região uma empresa extrativista. Deste modo, Laranjeira tornou-se um grande empreendedor, dito como “pioneiro” e “bandeirante” do século XX, por promover o desenvolvimento econômico e desbravar a região do MS (RODRIGUES, 1978a, p. 31; 1984, p. 119-121).

Após obter a concessão para explorar os ervais nativos foi criada a Empresa Matte-Laranjeira. Em seguida, a partir de vínculos políticos com o governo estadual, as concessões de exploração foram aumentando e permitiram que a indústria conquistasse diversas façanhas: “expandiu-se do dia para noite” e tornando-se “fonte estupenda riqueza até a década de quarenta do século [XX]”, quando Laranjeira constituiu um “verdadeiro império de trabalho”, e sua área de ocupação “atingiu a mais de 1.600 léguas quadradas!” (RODRIGUES, 1984, p. 120-121).

A Companhia Matte-Laranjeira surgiu a partir da parceria entre Tomaz Laranjeira e o Banco Rio e Mato Grosso, da família Murtinho, que se tornou o maior acionista da empresa. Neste período, a convivência entre as esferas privadas e públicas fez-se ainda mais exorbitante: “assumindo o governo de Mato Grosso o Dr. Manuel Murtinho, mano do responsável pelo Banco Rio e Mato Grosso, o Estado arrendou [inúmeras] terras devolutas” para empresa. Essa ligação favoreceu a Companhia, que cresceu e, com a autonomia conquistada frente ao governo estadual, tornou-se um “estado dentro do Estado”.

Rodrigues (1984, p. 120-123), contudo, apontou alguns aspectos negativos presentes na trajetória da empresa, como sua influência entre os políticos, a corrupção e as interferências políticas no governo estadual, já “sem forças para interferir efetivamente” nas questões. O autor também enfatizou os conflitos entre a empresa e os gaúchos⁵⁴, que, em função disso, se revoltaram contra o monopólio de extração da erva mate. Desse conflito teria, inclusive, surgido as reivindicações para dividir o estado de MT⁵⁵.

⁵⁴ A imigração gaúcha, bem como sua importância na divisão de MS, foi abordada na obra *História de Mato Grosso do Sul*, em um capítulo à parte.

⁵⁵ De acordo com Rodrigues (1984, p. 135-138), entre 1891 e 1985, o Rio Grande do Sul vivenciou lutas políticas violentas, durante a chamada Revolução Federalista (1893-1895), quando centenas de refugiados migraram para o sul de MT e, assim, “muitos rio-grandenses que fizeram história no Rio Grande, deixaram os seus nomes inscritos na historiografia de Mato Grosso do Sul”. Neste contexto, 12 nomes, entre eles João Barros Cassal e Bento Xavier, personagens relacionadas às ideias divisionistas, ganharam destaque. Rodrigues (1984, p. 138) destacou ainda outras personalidades gaúchas, a exemplo de Antonino Menna Gonçalves, interventor de MT durante o governo Vargas, e Harry Amorin Costa, primeiro governador de MS. A presença dos rio-grandenses auxiliou no

Por outro lado, Rodrigues (1984) superestimou os aspectos positivos, tais como a empregabilidade, o impulso urbano, a contribuição para o avanço do processo civilizatório e do progresso (RODRIGUES, 1978a, p. 31; 1984, p. 121). Por fim, ao fazer um balanço sobre o desempenho da Matte-Laranjeira, teceu elogios ao desenvolvimento por ela proporcionado:

É inegável a existência de alguns saldos positivos deixados pela Matte-Laranjeira, como a abertura de estradas, a criação de localidades como Porto Murtinho. [...] as povoações de Ponta Porã Bela Vista e Colônia Penzo (atual município de Antônio João) e Dourados foram localidades que se formaram durante este período marcante de após guerra, na região ervateira [...] A fim de facilitar a exportação do produto o Banco de Murtinho adquiriu à margem esquerda do rio Paraguai a fazenda Três Barras, abaixo do Fecho dos Morros e fundou Porto Murtinho [...] Além de estradas carreteiras abertas pela Matte-Laranjeira, esta construiu uma estrada de ferro no Estado do Paraná ligando Guaíra a Porto Mendes, com a estação intermediária, Dr. Oliveira Castro, vencendo a região não navegável de Sete Quedas (RODRIGUES, 1984, p. 121-122, grifos meus).

O desfecho da Companhia Matte-Laranjeira ocorreu com a liquidação do banco Rio e Mato Grosso e com a venda das ações para outra empresa, a Mendes e Cia, controlada pelo argentino Francisco Mendes Gonçalves. Posteriormente, com a política varguista de nacionalizações das fronteiras, efetuou-se o fim do domínio da empresa, uma vez que ela não apenas estava localizada em área fronteira, mas também pertencia a um estrangeiro. Como consequência, Francisco Mendes Gonçalves foi obrigado a, “paulatinamente, liquidar as suas propriedades”. O “tiro de misericórdia na Matte-Laranjeira, acabando com o agonizante império iniciado por Tomaz Laranjeira”, foi dado pela política de terras do governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, de 1947 a 1950 (RODRIGUES, 1984, p. 122-123)⁵⁶.

Outro fator de destaque foi a ferrovia NOB (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil). Conforme esclarece Queiroz (2004, p. 327-328), a NOB é considerada, pela historiografia memorialista mato-grossense e sul-mato-grossense, como a responsável pelo incremento

desenvolvimento econômico, sobretudo na expansão da agricultura. Com a criação de MS, em 1977, “essa migração atingiu o clímax, dada a justa euforia”, e em um clima de união “irmanados [gaúchos e sul-mato-grossenses], estão construindo um grande Estado, do qual, em futuro não muito distante, todo o Brasil se orgulhará”.

⁵⁶ As produções acadêmicas sobre a Companhia Matte-Laranjeira abordam a questão do vínculo estabelecido entre o governo e a empresa, além da exploração de trabalhadores, da política de repressão e da violência. Contudo, para Queiroz, a “trajetória desse mundo ervateiro não pode ser reduzida à CML” (QUEIROZ, 2015, p. 212). Ademais, o crescimento e a influência da Matte Laranjeira, gerou-se o esvaziamento da administração governamental e, com isso, outras estratégias de controle e repressão à população local passaram a vigorar. A empresa, assim, assumiu o poder policial e de vigilância, e “a defesa da propriedade através de ‘violência legítima’ deixou de ser exclusivamente do Estado. Isto é, ela também tinha a política de expulsar posseiros, de usurpar das terras indígenas e de explorar os trabalhadores por meio do endividamento, promovendo a “violência contra indivíduos e coletividades” (ARRUDA, 1997, p. 35; OLIVEIRA, ESSELIN, 2015, p. 302, 309).

econômico e demográfico do SMT. No entanto, ao tecer críticas a essa vertente explicativa, Queiroz pontua que o papel da NOB no incremento econômico e demográfico foi saudada e sobrestimado por escritores como Virgílio Corrêa Filho e José Barbosa Rodrigues. Com relação à empresa Matte-Laranjeira, o estudioso questiona os estudos que ressaltam “o protagonismo da empresa no mundo ervateiro sul-mato-grossense”, retratando-a de forma atemporal ou a-histórica, sem considerar, por exemplo, as discontinuidades e as transformações pelas quais passou e a memória dos demais atores envolvidos (QUEIROZ, 2015, p. 212, 227-228).

Para Rodrigues (1978a, p. 31; 1984, p. 128), entretanto, a NOB configura-se como motor do desenvolvimento, do progresso e da modernidade de MS, isto é, contribuiu de forma significativa para o avanço do processo civilizatório. A ferrovia, assim, tinha promovido várias mudanças, como a agilidade nos meios de comunicação e de transporte e o crescimento econômico e populacional. Ao engrandecer sua construção, afirmou ainda que a NOB representou um “empreendimento gigantesco, uma grande aventura” (RODRIGUES, 1984, p. 127). Com isso, a região, já “privilegiada” pela sua posição geográfica, foi mais beneficiada com o traçado da ferrovia.

A princípio, a ferrovia foi denominada de Itapura-Corumbá, mas depois, em 1918, passou a ser Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a NOB (RODRIGUES, 1984, p. 127-128). O seu planejamento deu-se após a ocupação paraguaia, quando o governo imperial cogitou a necessidade de facilitar as comunicações de MT com o restante do Brasil. Entre o período imperial e republicano, contudo, foram vários os projetos sugeridos; após dezesseis projetos e trinta pareceres, além dos debates sobre a rota da ferrovia, teve início sua construção. Inicialmente, o trajeto previa a passagem por Cuiabá, mas foi alterada para Porto Esperança, considerado estratégico e pragmático.

Segundo Rodrigues (1984, p. 129), a NOB contribui para o “[povoamento] de território de Mato Grosso do Sul”, região “praticamente [desabitada]”, pois com o “avanço da ferrovia”, MS vivenciou o “milagre” do grande crescimento urbano e demográfico. Além dos operários da ferrovia que fixaram residência após o término dos serviços, chegaram diversos estrangeiros. O autor também destacou as principais cidades sul-mato-grossenses beneficiadas pela NOB:

Três Lagoas, Água Clara, Aquidauana, Miranda, Terenos, Sidrolândia, Maracaju, Ponta Porã e até mesmo Dourados surgiram ou cresceram graças à implantação da ferrovia.

Dessas cidades avultou Campo Grande [...] como ‘um oásis plantado no meio do intérmino deserto matogrossense, como que afirmado a força miraculosa da civilização, fecundada nas distâncias perdidas’ (RODRIGUES, 1984, p. 129).

Campo Grande, nesse cenário, recebeu um grande número de corumbaenses e imigrantes europeus e asiáticos, todos “[atraídos] pelo progresso que a ferrovia”. A cidade, devido à sua “privilegiada posição [geográfica]” tornou-se “ponto de convergência de todos os caminhos”. Por isso, em decorrência do seu crescimento urbano, demográfico e econômico, tornou-se progressista, “transmudado de pequena vila em próspera cidade, hoje capital do novo estado” (RODRIGUES, 1978a, p. 31; 1984, p. 128, 130).

A ferrovia também provocou transformações no comércio regional, suplantando o porto de Corumbá e a via platina. Ela ligou MS ao Sudeste brasileiro e o comércio passou a ser realizado “por São Paulo, por meio de modestas e demoradas composições ferroviárias da Noroeste do Brasil”⁵⁷ (RODRIGUES, 1984, p. 129). Assim, através do desenvolvimento econômico, atraiu novos investimentos e capitais a MS, tanto nacionais como estrangeiros: “antevendo a possibilidade de rápido progresso para a região, firmas organizadas com capitais estrangeiros, além de cidadãos brasileiros, passaram a fazer vultosos investimentos” voltados para instalação de fazendas para a criação de “raças famosas” de animais. (RODRIGUES, 1984, p. 130-131). Para exemplificar, Rodrigues (1984, p. 131) elencou nove “empreendimentos pecuários estrangeiros que mais se destacaram”, tais como a Brazil Land Cattle & Packing, a Brazilian Meat CO, a Fazenda Francesa, a Água Limpa Syndicate, a Société Anonime Rio Branco, a Sudamericana Belga S.A, a Sociedade Anônima Fomento Argentino, a Miranda Estancia, e a Marquesa de La Rochefocauld. Entre os investimentos brasileiros estavam as aquisições do Senador Vitorino, Conde Modesto, e da Família Rocha Real, além dos “demais brasileiros que efetuaram investimentos em áreas de menor expressão para a época”. Neste contexto, consolidou-se a expansão da pecuária e da agricultura, que geravam “intenso surto de progresso”. MS, em alguns séculos, de região “praticamente desconhecida, foi povoada e passou a se constituir rapidamente em um dos [estados] mais prósperos celeiros do Brasil” (RODRIGUES, 1978a, p. 31). Em suma, no olhar de Rodrigues, ao longo do século XX, as porções Norte e Sul seguiram caminhos diferentes, com distinções econômicas, políticas, sociais, culturais e demográficas. A cidade de Campo Grande crescia e se preparava para ser a futura capital e MS evoluía para ser mais um estado da federação brasileira.

Outros características históricas do século XX foram retratados de forma superficial. O Porto de Corumbá foi citado apenas quando o eixo econômico foi transferido para Campo

⁵⁷ Brazil (2014, p. 240-242) apontou que o enfraquecimento do comércio fluvial à época da ferrovia não representou sua decadência, e levantou a premissa de que o “o rio sobreviveu ao trem” para combater a afirmativa “trem matou o rio”, de Augusto Cesar Proença.

Grande; não houve nenhuma menção à presença da Coluna Prestes em MT ou à Marcha para Oeste. A criação da CAND e a nacionalização das fronteiras foram apenas citadas e o autor ignorou outras políticas varguistas. Já entre os anos de 1930 até 1977 foram elencados outros acontecimentos, como a chamada Revolução de 1932, a criação do Território Federal de Ponta Porã, o governo de Jânio Quadros e a ditadura civil-militar, vinculados às questões do divisionismo.

3.2 A mistificação do divisionismo: uma luta secular?

Em relação ao contexto de divisão do estado, Rodrigues colaborou com a vertente interpretativa que afirma ser a criação de MS uma coroação do movimento divisionista. Essa versão foi reproduzida e aprofundada pelo próprio autor e por outros memorialistas. Assim, de acordo com Rodrigues (1978a, p. 19), a causa separatista começou em Nioaque e Ponta Porã, no final do século XIX, mas teve maior organização em Campo Grande, uma vez que a cidade esteve “sempre na vanguarda nos movimentos divisionistas” e, por isso, conquistou as “maiores honrarias” de se tornar a capital.

Na obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, o autor não detalhou o movimento divisionista, mas buscou demonstrar a legitimidade do novo estado e de todo o processo para a sua oficialização:

A criação desse mais novo Estado brasileiro veio coroar uma luta de mais de sete décadas, durante as quais a gente sulista, primeiramente de Nioaque e Ponta Porã, e posteriormente de Campo Grande na liderança, se movimentou periodicamente em campanhas que por motivos vários nem sempre tiveram a repercussão que esperava junto aos poderes públicos federais (RODRIGUES, 1978a, p. 17-18).

Na obra *História de Mato Grosso do Sul*, Rodrigues aperfeiçoou sua abordagem, e o que antes era uma luta de aproximadamente setenta anos se transformou em uma luta secular. Desta forma, afirmou que as lutas divisionistas se constituíram como um movimento contínuo, linear, desencadeado ao longo de um século⁵⁸. O autor (1978a, p. 17-18, 55-57; 1984, p. 137,

⁵⁸ Rodrigues abre o capítulo *Movimento Divisionista: um século de lutas* com uma epígrafe de Oclécio Barbosa Martins, em que se lê: “essa bandeira não era propriamente nossa; vinha desde a conquista da terra, conduzida por Antônio Raposo Tavares e outros “gigantes de botas de 7 léguas” quando cruzaram o SMT, aos gritos contra os espanhóis: “viemos expulsá-los de toda esta região que é nossa e não do rei de Espanha”. Veio empunhada pelos nossos avoengos, os primeiros habitantes dos vales do Ivinhema e do rio Pardo, e foi fincada na altiplanura da Serra de Maracaju, drapejando aos ventos da extensa campanha da Vacaria. Hasteou-se em Camapuã, pelos heróicos braços dos irmãos Leme e tremulou vitoriosa, nas milhares de canoas que singraram as águas do Coxim e do Taquari, nos varadouros do Pantanal e nas corredeiras do São Lourenço”. No mesmo capítulo Oclécio Barbosa

143-152, 156, 161-165) periodizou o movimento em seis momentos diferentes envolvendo vários protagonistas e contextos históricos. São eles: a luta dos gaúchos contra a Matte-Laranjeira e o governo estadual, entre 1880 a 1907; as lutas de Bento Xavier, entre 1907 a 1911; a Revolução Constitucionalista de 1932 e a fundação da Liga Sul Mato-Grossense; a criação, em 1943, do Território Federal de Ponta Porã e a publicação da obra *Pela Defesa Nacional*, de Oclécio Barbosa Martins, em 1944; as pressões exercidas durante as décadas de 1950 e 1960 por deputados estaduais e pela sociedade que se mobilizaram e publicaram reportagens no jornal *Correio do Estado* e, por fim, a divisão de MT realizada pelo presidente Ernesto Geisel.

O “berço” do movimento divisionista foi a cidade de Nioaque, no final do século XIX, quando os gaúchos lutaram pela divisão de MT diante do monopólio de extração dos ervais pela Matte-Laranjeira (RODRIGUES, 1984, p. 121). Entre anos de 1880 e 1907 ocorreu, portanto, a primeira fase do movimento, quando “[surgiu] um Muzzi, um Mascarenhas, um Barros Cassal” e “[pregaram] e [fomentaram] [o] movimento separatista visando libertar-se da politicalha então dominante em Cuiabá” (RODRIGUES, 1984, p. 143).

Um dos principais protagonistas foi Caetano Teixeira Muzzi, retratado como o “primeiro cidadão a levantar-se contra esse estado de coisas” e “declaradamente” reivindicava a divisão de MT. Por defender seus ideais, tinha muitos adversários políticos, entre eles o coronel João Ferreira Mascarenhas, o qual, em 1896, derrotou Muzzi, que, depois disso, foi obrigado a se exilar no Paraguai, onde faleceu. Após o seu desaparecimento, o “movimento separatista [arrefeceu], mas não [morreu]”, ressurgindo em Nioaque (RODRIGUES, 1984, p. 143-144).

Já nas primeiras décadas do século XX, o movimento divisionista adquiriu continuidade nas “lutas políticas que da capital do Estado irradiam-se para todo o sul”. O coronel João Ferreira Mascarenhas revoltou-se com a indicação de Antônio Alves de Barros, por Totó Paes, para o governo estadual. Ele tinha “em mente a deposição de Alves de Barros ou a divisão do Estado”. No entanto, durante os conflitos com o coronel Felipe de Brum, Mascarenhas foi ferido e retirou-se para Nioaque, aliando-se a João de Barros Cassal “na suposição de que a ideia separatista encontrara um caudilho capaz de leva-la à vitória”. Com isso, reorganizou as suas forças militares “a fim de prosseguir na luta”, porém foi novamente derrotado e sucumbiu lutando (RODRIGUES, 1984, p. 144-145).

Martins é descrito como “um dos mais ardorosos divisionistas das décadas de 30 e 40” (RODRIGUES, 1984, p. 141,150).

O segundo momento ocorreu entre os anos de 1907 e 1911, sob a liderança de Bento Xavier. Segundo Rodrigues (1984, p. 145-146), “em 1907, o movimento divisionista explode novamente” na chamada “Revolução da Paz”, que reivindicava “clara e abertamente” o fim da concessão de terra para a Mate Laranjeira e a divisão de MT, para sair da influência dos irmãos Murtinhos. O “sonho de Muzzi renascia” pois “todo o sul de Mato Grosso” estava “intranquilo com o desenrolar do movimento encetado por Bento Xavier”, havendo combates “entre as forças revolucionárias e governistas” em diversas localidades, como na Colônia de Dourados, em Bela Vista, e entre outros locais. Porém, em 1911, Bento Xavier foi derrotado e refugiou-se com os seus aliados no Paraguai. Após esse episódio, o movimento teria ressurgido, nos anos de 1930, pois era um anseio de toda a população.

A década de 1930 marcou a terceira e mais densa fase do movimento divisionista. Neste contexto, ocorreu a Revolução Constitucionalista e a criação da Liga Sul Mato-Grossense, e “o movimento em prol da divisão de Mato Grosso viveu talvez a mais intensa e exaltada fase de sua história”, quando “quase ocorreu a realização [...] do seu desideratum”. Durante a insurreição de 1932, o governo mato-grossense permaneceu fiel a Getúlio Vargas, enquanto o MS aderiu às lutas dos paulistas, porque “veladamente os sulistas [aspiravam] e [lutavam] pela vitória da Revolução, certos de que havia chegado a hora de concretizar o sonho de Muzzi, de Mascarenhas, de Bento Xavier, e de tantos outros que no passado haviam lutado pela separação” (RODRIGUES, 1984, p. 146).

Um dos principais momentos foi a instalação, em Campo Grande, de um “governo independente do de Cuiabá” chefiado por Vespasiano Martins, prefeito de Campo Grande (RODRIGUES, 1984, p. 146). Na obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* o autor dedicou um capítulo, *O governo de 32*, para explicar esse contexto histórico. Rodrigues destacou que houve “uma colaboração efetiva de quase toda a região [sul de Mato Grosso]”, a qual foi “concretizada com a organização de batalhões regionais”, porém “essa colaboração, quase sempre olvidada pelos historiadores apressados ou mal informados” (RODRIGUES, 1978a, p. 55-56).

Havia, nesse contexto, entre os sul-mato-grossenses a expectativa de que a vitória dos paulistas levaria à “separação definitiva da região Sul, concretizando-se assim o velho sonho divisionista que vinha desde os últimos anos do século anterior”. Contudo, as forças governistas venceram os paulistas e as lideranças do sul de MT refugiam-se no Paraguai (RODRIGUES, 1978a, p. 57). Novamente, as esperanças divisionistas foram frustradas, “mais uma vez os sulistas viram malogradas as suas esperanças separatistas”. Vespasiano Martins, contudo, foi

considerado como um “baluarte do movimento pela criação do Estado”, um ícone do divisionismo, uma personalidade que os sul-mato-grossenses deveriam exaltar e cultuar (RODRIGUES, 1984, p. 146, 171)⁵⁹.

Em 1933, surgiu a Liga Sul-Mato-Grossense, organização que passou a lutar pela divisão de MT. Neste momento, foram publicados diversos folhetos e manifestos pró-divisão: o *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso* e, três meses depois, o *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte*, e neles a liga pedia a “criação do Território de Maracaju”. Em março de 1934, a Liga enviou a Getúlio Vargas a *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, juntamente com um abaixo-assinado que “recebeu, por incrível que pareça, adesão, mediante assinaturas, de mais de VINTE MIL pessoas”. Porém, mais uma vez, “infelizmente, para a então região sul, ainda não havia chegado a hora almejada desde o século anterior”, isto é, a divisão de MT (RODRIGUES, 1984, p. 148-149, grifo do autor).

Outro documento, o folheto *A Divisão de Mato Grosso – Resposta ao general Rondon* (1934), configurava uma resposta à entrevista dada pelo general Cândido de Mariano da Silva Rondon ao jornal *Diário de São Paulo*, criticando as ideias separatistas. O folheto tinha 35 páginas e contava com a assinatura de quatorze pessoas⁶⁰. De acordo com Rodrigues (1984, p.

⁵⁹ Conforme Bittar (1999b, p. 50-53, 58-59), até o início década de 1930, não havia um movimento divisionista, e que apesar do ex-prefeito de Campo Grande ser considerado um símbolo da causa, há contradições em torno do seu suposto engajamento, Paulo Coelho Machado afirmou que o divisionismo de Vespasiano era mais mito do que fato, e além que em seus discursos evitou as pautas regionalista e separatista. Bittar (1999b, p. 50-51) frisou que “até 1932 não havia propriamente um movimento divisionista no sul de Mato Grosso uno. Ideias, desejos, manifestações esporádicas, sim; luta organizada para dividir, não. Ocorre que a “revolução” de 1932, na verdade, pela sua própria lógica interna, propiciou a formação de um governo efêmero no sul de Mato Grosso, mas isso deveu-se muito mais, ou exclusivamente, à necessidade estratégica da insurreição. Não foi um ato resultante da vontade e da organização de grupos sul-mato-grossenses para efetivar a divisão do estado. Não fosse a insurreição de 1932, muito provavelmente não teria havido governo no sul de Mato Grosso”. E sobre a figura de Vespasiano Martins como divisionista apontou: “note-se que, até então, não havia relação explícita entre Vespasiano e a causa divisionista, ou seja, de forma pública. A propósito, Paulo Coelho Machado considera que sobre o ‘divisionismo de Vespasiano’ há mais ‘mito do que fato’. [...] Para reforçar a tese de que não houve estado autônomo no sul de MT em 1932, é oportuno mencionar outro documento de Vespasiano concitando “às armas” publicado no Diário Oficial de seu curto governo. Intitulado *Matogrossenses!* [...] As transcrições comprovam, pois, que a ‘causa constitucionalista’ era mais forte que a intenção de dividir o estado (BITTAR, 1999b, p. 53, 58, 59).

⁶⁰ Conforme Rodrigues (1984, p. 146-147): “No dia 8 de fevereiro de 1934, continuando vivo o ideal de separação, o jornal *Diário de São Paulo* publicou uma entrevista do general Cândido Mariano da Silva Rondon em que ele faz as seguintes afirmações sobre o chamado movimento divisionista: “A) o movimento secessionista só é amparado pelos filhos de outros Estados, que não votam verdadeiro amor a Mato Grosso; b) o Norte do Estado é o mais próspero e não tem interesse em retardar o progresso do Sul; c) O Sul não tem elementos para se constituir em Estado da Federação, não possui recursos econômicos suficientes, estando ainda em fase pastoril; d) os divisionistas não estão apoiados em razões de ordem moral nem matéria. As declarações de Rondon acirram os ânimos dos sulistas, os quais revidam as afirmações do entrevistado publicando um folheto de 35 páginas datado de Maracaju, março de 1934, com o título ‘A Divisão de Mato Grosso – Resposta ao general Rondon’”. Esse documento foi assinado por Antônio Rondon, Aniceto Rondon, Sebastião Lima, Cândido Lima, Israel Pereira

147), apesar de Rondon ter o “respeito e da admiração [de] todos os mato-grossenses”, os autores foram “duros e até mesmo irônicos na contestação”. Outro acontecimento importante foi a publicação no Diário Oficial da União, de 2 abril de 1934, de uma parte dos estatutos da Liga Sul Mato-Grossense, em que era pleiteada a divisão de Mato Grosso.

Ainda sobre os anos de 1930, Rodrigues (1984, p. 149-150) frisou que o governo de Cuiabá atuava com “mão de ferro” e, por meio das autoridades policiais, procurava reprimir a campanha divisionista. Telegramas, por exemplo, foram enviados às delegacias de vários municípios para que reprimissem as manifestações separatistas, consideradas subversivas e um ataque à ordem pública.

O quarto período do movimento divisionista foi marcado por dois acontecimentos. O primeiro foi a publicação de *Pela Defesa Nacional*, em 1944, de Oclécio Barbosa Martins, tido como “um dos mais ardorosos divisionistas das décadas de 30 e 40”. A obra trazia um “repositório de documentos históricos sobre fase da luta divisionista e tornou-se “o livro de cabeceira dos sulistas”. O segundo acontecimento foi a criação, em 1943, do Território Federal de Ponta Porã⁶¹, quando “o sulista vê realizado, em parte, o seu sonho” (RODRIGUES, 1984, p. 150).

O Território Federal de Ponta Porã foi visto como o “primeiro passo para a almejada divisão do Estado”. Apesar de ter uma existência efêmera foi importante para manter a “esperança” e para “o sonho separatista” voltar a “a ser uma constante no seio de toda a população” (RODRIGUES, 1984, p. 156-157). Porém, pouco depois, em 1946, o território foi extinto e a região voltou a integrar o estado de Mato Grosso. Assim, segundo Rodrigues (1984, p. 156), o Território Federal de Ponta Porã representou uma vitória e, para outros, uma decepção. A população fronteiriça, entretanto, comemorou a criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)⁶², responsável pelo desenvolvimento dos “prósperos municípios”, isto é, aqueles que atualmente fazem parte da região chamada Grande Dourados.

Martins, Juvenal Corrêa Filho, Augusto Mascarenhas, Nestor Muzzi, Estevão Alves Corrêa, Altino Martins, major Leonel Velasco, Levino Garcia Leal, Braulino Garcia e Emílio Barbosa.

⁶¹ Rodrigues mencionou rapidamente a criação do Território Federal de Ponta Porã no capítulo *Movimento Divisionista: um século de lutas*, mas foi no capítulo seguinte, *A criação do Território Ponta Porã* que abordou de maneira mais ampla. Neste caso, o autor chamou atenção para a localização do Território Federal, que abrangia uma região que tinha sido “desbravada e povoada por famílias vindas do Rio Grande do Sul”. Esses foram, inclusive, os primeiros a levantarem o “brado separatista”. Sua criação foi considerada uma “vitória para uns”, contudo, foi também “decepcionante para ponderável parcela da região Sul-matogrossense” que desejava a separação da região Norte, da qual só “restava a esperança” (RODRIGUES, 1984, p. 155-156).

⁶² Rodrigues mencionou rapidamente a criação da CAND, destacando as imigrações, o estabelecimento de famílias agrícolas e, sobretudo, a necessidade de atender os sulistas: “A fim de facilitar o aproveitamento das férteis terras da nascente povoação de Dourados, o governo federal, pelo Decreto n.º 5.941, de 28.10.43, implantou a Colônia

O quinto período correspondeu às décadas de 1950 e 1960, quando o campo-grandense Jânio Quadros concorreu à presidência, fato que reacendeu as esperanças dos divisionistas, pois ele era considerado o “maior filho do Sul [de Mato Grosso], na época”. Porém, para a decepção dos separatistas, Jânio posicionou-se contrário à divisão e, em decorrência, arrefeceu o sonho dos seus conterrâneos (RODRIGUES, 1984, p. 151). Nesse contexto, o jornal *Correio do Estado* e alguns deputados estaduais procuraram mobilizar a sociedade e pressionar o governo federal para que o divisionismo acontecesse:

Durante as décadas de 50 e 60 o movimento ressurgiu por vezes, procurando reavivar ao seio das novas gerações, através de artigos no jornal campograndense “*Correio do Estado*” assinados por Oclécio Barbosa, Paulo Jorge Simões Corrêa, Demosthenes Martins e outros. Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, jovens deputados do Sul chegam a redigir, de acordo com o Artigo 2.º da Constituição Federal, *projeto de Resolução que visava desmembrar o território meridional do Estado*. Injunções políticas impediram que o projeto se tornasse realidade (RODRIGUES, 1984, p. 150, grifos meus).

O sexto e último período do movimento divisionista correspondeu exclusivamente ao contexto da ditadura civil-militar brasileira. Para Rodrigues (1984, p. 151), “em 1964 aconteceu a chamada Revolução Democrática”, pois neste período o “governo revolucionário” teve a preocupação de “[voltar] as suas vistas para Mato Grosso”. Ganharam, assim, destaque Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, que estudaram a viabilidade da criação de um estado na região sul de Mato Grosso, embora o “sigilo em torno do assunto [tenha sido] mantido, como um segredo do Estado”.

Para abordar o contexto do golpe de 1964 até o momento da assinatura da lei de criação de MS, em 1977, o autor teve a preocupação de dedicar um capítulo⁶³ ao tema. O objetivo era

Federal de Dourados, no *município de Ponta Porã*, numa área de trezentos: mil hectares, dividida em dez mil lotes de 30 hectares cada, que foram cedidos a colonos, o que deu grande impulso à região com a colocação de inúmeras famílias de agricultores, principalmente nordestinos o que ensejou alguns anos depois o surgimento de povoados e a criação de prósperos municípios que constituem a hoje denominada Grande Dourados. Esta Colônia deveria ter sido criada um ano antes, em 1942, em decorrência de sugestão do Ministério da Agricultura, não fora atitude adotada pelo interventor federal em MT Bacharel Júlio Muller, que negou a cessão da área pretendida, sob a alegação de que a mesma deveria ser localizada na região Norte do Estado. Foi essa atitude do então interventor recebida pelos sulistas como mais uma demonstração de que o que fosse bom para o Sul não o era para o Norte. Getúlio Vargas, que na sua visão de estadista sempre esperava o momento oportuno para efetivar o que planejara” (RODRIGUES, 1984, p. 156-157, grifos meus). Referente a localização da CAND, o autor cometeu um erro geográfico, pois ela foi implementada na região que atualmente abrange os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Deodápolis, Glória de Dourados, Jateí e Douradina.

⁶³ Conforme Rodrigues (1984, p. 152), “em 1977, em Nota Oficial da Presidência da República o presidente Ernesto Geisel anunciou a criação da nova unidade federativa no Brasil. O acontecimento vai relatado em outro capítulo deste trabalho”. No Capítulo denominado *O Nascimento do Estado*, o autor seguiu abordando a luta divisionista.

exaltar os feitos do regime ditatorial, a relevância de seu jornal e o engajamento de outros agentes regionais na criação do novo estado. Com isso, Rodrigues (1984) teceu vários elogios e agradecimentos aos militares, responsáveis pela “Revolução Democrática de 1964”. Entre os seus principais feitos estariam as “iniciativas de vulto”, tais como a criação de unidades militares nos municípios de Coxim e Dourados; a pavimentação de rodovias e a realização de obras na rua Maracaju, na cidade de Campo Grande; as visitas dos “presidentes revolucionários” e seu “interesse inusitado na solução de problemas regionais”, além da criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Todos esses investimentos geraram entusiasmo entre a população local e marcaram uma “nova era”, principalmente para a cidade de Campo Grande. Por isso, os militares eram “[merecedores] da gratidão da gente matogrossense” (RODRIGUES, 1984, p. 161-162). Contudo, o feito maior ainda estava por vir, a criação de MS:

Entusiasmada com a série de melhoramentos surgidos, a população soube compreender, principalmente em Campo Grande, que uma nova era havia sido iniciada e atirou-se a empreendimentos de vulto que transformaram a cidade em um grande pólo de irradiação de progresso, de cultura. Longe estava, porém, de pensar que o mais importante estava por vir, qual seria a criação de um novo Estado, acontecimento pelo qual aspirara durante quase um século (RODRIGUES, 1984, p. 162).

A divisão de MT foi possível devido a estudos realizados pelo Ministério do Interior, que demonstrara ser “viável, realizável e necessária tal criação”. Esses estudos, no entanto, foram divulgados apenas em 1974, que alcançou uma “ampla repercussão em todo o Estado, pois, pela primeira vez, [houve] referências oficiais sobre o assunto”, criando grandes expectativas (RODRIGUES, 1984, p. 151). No ano seguinte, em 1975, “representantes destacados da comunidade mato grossense” apresentaram o documento *Divisão Político-Administrativa de Mato Grosso*⁶⁴ durante o ciclo de estudo da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), realizado em Campo Grande, em que reafirmavam as reivindicações separatistas (RODRIGUES, 1984, p. 151).

⁶⁴ “No ano seguinte, 1975, nos meses de agosto, setembro e outubro, realiza-se em Campo Grande um Ciclo de Estudos promovido pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra — ADESG, tendo como coordenador o cel. aviador Octavio Luiz Tude de Souza, comandante da Base Aérea de Campo Grande, do qual participaram representantes destacados da comunidade matogrossense, divididos em grupos. O grupo B prepara e defende a tese “Divisão Político-Administrativa de Mato Grosso”, trabalho enfeitado em 82 páginas mimeografadas e ilustradas com mapas e dados estatísticos de real valor [...]Esse Grupo foi constituído por Hirose Adania (médico), João Carlos Marinho Lutz (administrador), Francisco Giordano Neto (advogado), Bráulio Secco Thomé (industrial), Ássima Abedo (pedagogo), Terezinha Silvana Arruda Castro (advogada), Antônio de Pádua Vasconcelos (engenheiro-agrônomo), Rogério Fernandes Neto (médico), Eduardo Contar Filho (advogado), Cândido de Castro Rondon (engenheiro), Luiz Carlos Iglésias (economista, relator) e Afonso Simões Corrêa (engenheiro e dirigente)” (RODRIGUES, 1984, p. 151-152).

Contudo, de acordo com Rodrigues (1984, p. 162), a maior contribuição para o divisionismo foi dada pelo *Correio do Estado*. O jornal mobilizou a sociedade, sobretudo, os intelectuais e políticos para recriarem a Liga Sul Mato-Grossense, pressionando o governo, e contribuiu com os estudos realizados pelo Ministério do Interior. Neste contexto, Paulo Coelho Machado, presidente da Liga, colaborou com o governo de modo a influir na divisão e na escolha de Campo Grande como capital do novo estado:

[...] por influência de sultos e notícias do jornal campograndense *CORREIO DO ESTADO*, alguns elementos da cidade e da região de Campo Grande procuraram reavivar a esquecida e extinta Liga Sul Matogrossense, a fim de colaborar e, se possível, influir de maneira decisiva nos estudos que estavam em andamento no Ministério do Interior, através da SUDECO. A coordenação dos trabalhos da entidade foi confiada ao advogado Paulo Coelho Machado, assessorado por vários elementos da comunidade campograndense. Essa colaboração foi importante e decisiva no estabelecimento da linha divisória entre o antigo e o novo Estado e na fixação do nome de Campo Grande para capital da unidade a ser desmembrada (RODRIGUES, 1984, p. 162).

Para Rodrigues (1984, p. 161,164), a criação de MS seria “indiscutivelmente [uma] obra da chamada Revolução Democrática de 1964” e da militância das elites locais, do jornal *Correio do Estado*, da atuação do advogado Paulo Coelho Machado e da recriação da Liga Sul Mato-Grossense. Essa última “vinha há meses colaborando com os trabalhos de desmembramento”. Por fim, em setembro de 1977, o presidente Ernesto Geisel encaminhou o projeto de lei sobre a criação de MS para o Congresso Nacional, um documento de “grande valor histórico”, “publicado no final deste trabalho [a obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*]” para o conhecimento de toda população. Assim, em 11 de outubro de 1977, a Lei Complementar n. 31 foi assinada por Geisel, criando o estado de MS e encerrando o movimento divisionista, germinado desde o último quartel do século XIX, quando alguns cidadãos estavam “inconformados com a tutela de Cuiabá” (RODRIGUES, 1978a, p. 17-19; 1984, p. 143-144).

Sobre o papel do jornal *Correio do Estado*, Paulo Coelho Machado, em entrevista a Bittar (1999a, p. 106), afirmou que o jornal sustentou a bandeira separatista desde a sua fundação em 1954, “constituindo-se numa espécie de ‘partido’ da divisão durante as décadas de 50, 60 e 70” (MACHADO *apud* BITTAR, 1999a, p. 106). De acordo com Silva (2006, p. 96), os memorialistas procuraram “mil maneiras” de incluírem-se como protagonistas da divisão. No entanto, considerou que “não é lícito atribuir ao jornal *Correio do Estado*, nem a outros atores, qualquer papel de destaque no processo de criação do Estado de Mato Grosso do Sul”. Ao contrário, julgou mais adequado “conferir a todos uma função adjacente, em geral exercida na esfera da colaboração”.

A historiografia acadêmica, entretanto, ao confrontar as versões memorialistas, demonstrou que “o regionalismo, sozinho, jamais teve força para promover a divisão”. A lógica do regime militar e do governo Geisel “preponderou sobre o aspecto regional”, ou seja, foram as condições da ditadura civil-militar que proporcionaram a criação do estado (BITTAR, 2009a, p. 340). A criação de MS, assim, configura-se resultado das nuances do seu contexto histórico, o plano político nacional e sua vinculação com quadro político-econômico da região sul de Mato Grosso⁶⁵. Sancionada pelo presidente Ernesto Geisel, a Lei Complementar n.º 31 de outubro de 1977, segundo Bittar (2009a), representou uma das estratégias geopolíticas que simultaneamente satisfazia os interesses agrários da elite sul-mato-grossense:

De fato, o regime militar operou com essa lógica ao dividir Mato Grosso, isto é, além da questão estratégica da geopolítica, ao satisfazer os interesses da elite agrária sul-mato-grossense, visava a aumentar a sua base de sustentação. O objetivo político imediato foi exatamente esse. Basta considerarmos que quando o presidente Geisel assinou a lei que criou Mato Grosso do Sul, justificou que o ato era ‘decorrente também de uma necessidade política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação do dia de amanhã’ (BITTAR, 2009a, p. 339).

Neste sentido, o então presidente Ernesto Geisel garantiu a eleição de seu sucessor, João Batista Figueiredo, e a elite campo-grandense adquiriu a hegemonia política almejada, mesmo com algumas reações desfavoráveis dos cuiabanos. Realizada nos meandros do poder, ou seja, no subterrâneo, nos conchavos dos gabinetes da ditadura militar, a divisão de Mato Grosso esteve a serviço da lógica do regime, sendo, portanto, um ato autoritário e sigiloso. Tal imposição ilustra um caráter classista ao privilegiar grupos econômicos específicos, enquanto a população apenas assistia às mudanças.

Segundo Bittar (2009a, p. 125, 128-129), “não se encontram evidências históricas de que no começo do século XX tenha existido uma organização, coordenada por alguém ou por algum grupo, que tivesse desencadeado ações continuadas com o objetivo de dividir Mato

⁶⁵ Conforme Bittar (2009a, 2009b), o crescimento do partido de oposição, o MDB, nas eleições de 1974, e o receio de que vencessem as eleições de 1978, levou o governo a articular uma série de estratégias para favorecer o ARENA, tais como a Lei Falcão, o Pacote de Abril, a fusão do Estado de Guanabara e Rio de Janeiro e a criação de MS. Desta forma, pretendia garantir que a ARENA tivesse a maioria da bancada no Congresso e no Senado. Houve também os estudos geopolíticos, associados a Doutrina de Segurança Nacional, sobre a possível divisão de MT. No plano regional, o governo federal contou com o apoio dos políticos da porção Sul e, principalmente, da classe ruralista campo-grandense. Essa elite, formada por latifundiários e pecuaristas, detinha a superioridade econômica e dominava a política em MT, mas permanecia dependente de Cuiabá, e, por isso, reivindicava um estado autônomo para si. Desta forma, a elite campo-grandense viu na criação do novo estado a oportunidade de, além de ser a classe dominante, tornar-se também a classe dirigente. Alguns de seus representantes participaram, inclusive, dos estudos sigilosos do presidente Ernesto Geisel. As motivações geopolíticas do governo federal aliada à reivindicação de autonomia política pelas elites locais representaram, assim, pontos-chave para a criação da Lei Complementar n.º 31 de outubro de 1977.

Grosso”. A referida autora afirmou ainda que mesmo “nos livros dos defensores do ‘movimento divisionista’ pairam dúvidas sobre o engajamento dos chefes políticos citados nessa causa”. Neste sentido, os memorialistas sul-mato-grossenses criaram um “ponto de partida, o evento fundador da história de Mato Grosso do Sul”, cujo objetivo serviu “mais ao futuro do que ao seu presente”.

O discurso regionalista de Rodrigues (1984, 1978a), contudo, criou mitos de fundação ao abordar o divisionismo, fundamentando-o na existência de uma luta divisionista, ou seja, um movimento organizado e contínuo, que teve início no final do século XIX. Ao construir uma perspectiva histórica linear o autor utilizou, muitas vezes, acontecimentos dispersos para integrar sua narrativa secular e, por extensão, engrandecer a causa divisionista e a participação do jornal *Correio do Estado*. Os ditos divisionistas, por sua vez, foram valorizados como homens persistentes que semearam um ideal e lutaram por ele, tornando-se ícones para a história regional. Portanto, em torno do divisionismo foi escrita uma história de vencedores, a quem se deve a criação de MS. Foram também enaltecidos diversos eventos e personagens. Houve, assim, a preocupação de criar uma memória acerca da importância do papel de agentes locais, sobretudo a elite campo-grandense, então capacitada para comandar MS.

3.3 A instalação de Mato Grosso do Sul e as expectativas em torno do Estado-Modelo

A sanção da Lei Complementar n.º 31 de outubro de 1977 foi considerada, por Rodrigues (1978a, p. 18-20, 61), um “ato [de] grande significação, não só para os sul mato-grossense, mas para todo o Brasil” e deu “vida própria” a MS, para a satisfação de todos os seus habitantes. A notícia da criação de estado e a designação de Campo Grande como capital, por meio do *Correio do Estado*, foi recebida com grande entusiasmo pelas autoridades e pela população local, que saiu às ruas para comemorar:

Foi somente nos meados da década de 70 que, por *iniciativa do governo do Presidente Ernesto Geisel*, o assunto foi estudado com profundidade e equacionado em definitivo para *satisfação de todos os habitantes do sul do então Estado de Mato Grosso*. [...]

A primeira notícia oficial a respeito do grande evento foi dada, em Nota Oficial pela presidência da República, no dia 3 de maio de 1977, cujos termos foram conhecidos por volta das 17 horas em Campo Grande, através de telex recebido pelo jornal ‘*Correio do Estado*’ e levados imediatamente ao ar pela Rádio Cultura, o que movimentou grande parte da população local, que saiu às ruas em passeata comemorativa, com [espocar] de fogos, enquanto que centenas de carros buzinavam por todos os recantos da cidade (RODRIGUES, 1978a, p. 18, grifos meus).

O autor elogiou a escolha do nome *Mato Grosso do Sul* por valorizar “a sua origem histórica”, apesar de considerá-lo impróprio. Contudo, reconheceu que o nome era muito amado pelos habitantes, pois remetia ao patriotismo e ao heroísmo da gente mato-grossense. Anteriormente, haviam cogitado o nome de *Campo Grande*, mas a ideia foi abandonada. Apesar disso, os campo-grandense ficaram “eufóricos com a escolha de sua cidade para capital” (RODRIGUES, 1978a, p. 17-19).

A data de oficialização de MS, 11 de outubro de 1977, foi então considerada de suma importância para a história de MS, devendo, inclusive, ser eternizada na memória de todos os sul-mato-grossenses. Em função disso, o dia foi declarado feriado estadual.

Em *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* o autor registrou o “desejo da população matogrossense de prestigiar o ato de sanção da Lei Complementar que dava existência ao novo Estado”, afirmando que a cerimônia gerou grande comoção na população de Campo Grande⁶⁶, quando “perto de cinquenta mil pessoas saíram em desfile-monstro pelas ruas da cidade” patrocinado pelo *Correio do Estado* e pela emissora *Rádio Cultura*, “em comemoração ao grande e histórico acontecimento” (RODRIGUES, 1978a, p. 20). Conforme Furlanetto (2018, p. 166), as comemorações pela divisão foi uma “manifestação teatralizada” com intenções políticas específicas e o principal agente que promoveu esse teatro foi o jornal *Correio do Estado*.⁶⁷

No livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* o autor incluiu uma imagem da cerimônia, tendo como legenda a seguinte descrição: “No dia 11 de outubro de 1977, o Presidente Ernesto Geisel transformou em realidade o sonho da gente sul-mato-

⁶⁶ Furlanetto (2018, p. 162-171) ao analisar fotografias dessa comemoração dos campo-grandenses apontaram para uma encenação. A presença que um único fotógrafo – Roberto Higa, que foi contratado pelo *Correio do Estado* – o ângulo e a escolha da foto para publicar no jornal, ausência de pessoas comemorando individualmente ou sendo entrevistadas e a comparação com o acervo pessoal do fotógrafo revelam uma “montagem de cena para a comemoração e delineou a tentativa de forjar uma festa amplamente popular por toda Campo Grande”. Em entrevista, Higa destacou que era fundamental “saber a história dos bastidores” desse evento, pois, informou que a organização do evento contratou pessoas, geralmente de bairros periféricos, para participação dessa aglomeração com locomoção grátis e a promessa de ganhar lanches e até mesmo cachaça. O fotógrafo ainda ressaltou “o povo é massa de manobra, [eles] nem sabiam o que estavam fazendo ali” (HIGA *apud* FURLANETTO, 2018, p. 169-170). Isto é, o que houve foi uma construção de um “discurso imagético” pelo *Correio do Estado*, na tentativa de engrandecer a situação, ratificar as decisões do governo federal e forjar um desejo generalizado da população local pela divisão de Mato Grosso (FURLANETTO, 2018, p. 170-171). Rodrigues também incorporou essa narrativa em outros tipos de comunicações, ou seja, tanto no seu jornal como em suas obras eles tentou difundir um certa grandiosidade sobre essas comemorações atentando-se para interesses políticos e ideológicos.

⁶⁷ Para Furlanetto (2018, p. 172-173), o *Correio do Estado* tentou a monumentalização do dia da divisão, para isso o jornal criou representações condizentes aos seus interesses, isto é, estabelecer uma memória que engrandecesse a situação, uma coesão social, legitimar Campo Grande como principal candidata a capital, e incluir o nome do jornal na história da criação do estado: “as imagens ambicionaram transmitir uma ideia de que houve desejos e aspirações coletivas desses atos individualizados [...] no entanto, essa imagens foram elaboradas para uma situação de consumo e mostraram-se impregnadas de tensões sociais”.

grossense ao criar o Estado de Mato Grosso do Sul” (RODRIGUES, 1978b, p. 7). Na obra *História de Mato Grosso do Sul*, por sua vez, apresentou mais detalhes sobre a cerimônia e os indivíduos que estavam presentes, prestigiando “o importante e significativo acontecimento” (RODRIGUES, 1984, p. 165).

Para prestigiar tal cerimônia foi também organizada uma comitiva de “autoridades e pessoas gradas de municípios do novo Estado”, que incluía o próprio Rodrigues. Para isso, um avião Boeing da VASP foi fretado “pelos próprios ‘divisionistas’” saindo de Campo Grande com destino à Brasília (RODRIGUES, 1978a, p. 20). Os detalhes do “Vôo da Divisão” foram registrados na Ata n. 9, da Liga Sul Matogrossense⁶⁸, incluída como um apêndice na obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* (LIGA SUL MATOGROSSENSE *apud* RODRIGUES, 1978a, p. 109-113).

Em *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, Rodrigues buscou explicar aos seus leitores quais seriam os procedimentos para instalar o governo estadual após a oficialização da criação de MS, ocorrida em 1º de janeiro de 1979. No capítulo *Normas para instalação do Estado* destacou a formação da Assembleia Legislativa, a posse do primeiro governador, a escolha de Campo Grande como capital, a formação do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral, a federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, a aprovação do orçamento anual para 1979, a criação de programas especiais de desenvolvimento pelo governo federal e, principalmente, a criação de uma Comissão Especial, ligada ao Ministério do Interior e Justiça, para auxiliar o governo federal no orçamento, patrimônio, encargos financeiros, entre outros⁶⁹ (RODRIGUES, 1978a, p. 61-62). Já no capítulo *O primeiro Governador*, o autor

⁶⁸ Conforme a Ata n. 9 da Liga Sul Matogrossense, os divisionistas realizaram uma reunião “cívica comemorativa do maravilhoso evento do nascimento de um novo Estado”, pois a criação de MS foi considerada um “corolário justo de uma grande luta”. Segundo o documento, tratava-se de um momento de “alegria dos divisionistas” que puderam participar da cerimônia e, depois, comemorar a conquista em uma churrascaria de Brasília. Entre os participantes que discursaram na comemoração estavam José Barbosa Rodrigues, Paulo Coelho Machado, Hugo Pereira do Vale, Paulo Jorge Simões Corrêa, entre outros. A ata reforçou ainda o ideal do movimento divisionista ao afirmar que “finalmente, nosso objetivo de tantos anos foi atingido, nosso movimento logrou alcançar o seu êxito” (LIGA SUL MATOGROSSENSE *apud* RODRIGUES, 1978a, p. 109-111).

⁶⁹ De acordo com Rodrigues (1978a, p. 61-62), “[naquela] data [primeiro de janeiro de 1979] será instalada a Assembléia Legislativa e empossado o seu primeiro governador, de nomeação do Governo Federal. A capital do Estado, por força da referida Lei, é a cidade de Campo Grande, com uma população estimada, em 1978, de 250 mil habitantes, onde está sediada a 9a. Região Militar, integrante do II Exército, e uma das Bases Aéreas, da Aeronáutica. O Tribunal da Justiça do Estado será composto inicialmente de sete Desembargadores nomeados pelo Governador e será instalado após a posse de quatro de seus membros. O Tribunal Regional Eleitoral será constituído por dois Desembargadores, dois Juízes de Direito e dois cidadãos escolhidos de uma lista de seis, pelo Presidente da República. Os quadros e tabelas definitivas do pessoal civil e da Polícia Militar deverão estar aprovados pelo Governador nomeado, até o mês de julho de 79. O orçamento anual do Estado, para 1979, será aprovado pelo Governador do Estado, mediante Decreto-Lei, no dia 1º de janeiro de 1979. Para ocorrer às despesas preliminares com a instalação do Governo do Estado, será aberto pelo Governo Federal, um crédito de 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros). A partir de 1979, programas especiais de

descreveu a nomeação de Harry Amorin Costa para governador de MS: apesar da “preferência do próprio Presidente” para a indicação de Pedro Pedrossian, optou-se por uma “alternativa pacificadora” que surpreendeu a todos, principalmente as lideranças políticas locais (RODRIGUES, 1978a, p. 63-64).

No livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*, Rodrigues (1978b) procurou demonstrar aos estudantes a legitimidade da divisão e os seus desdobramentos. Rodrigues, apesar de errar a data, considerou de suma importância que os sul-mato-grossenses conhecessem a Lei Complementar n. 31 de outubro de 1977:

O Estado de Mato Grosso do Sul foi formado com o desmembramento de área territorial do Estado de Mato Grosso. Esse desmembramento ou divisão foi feito pelo Presidente Ernesto Geisel, mediante Lei aprovada pelo Congresso Nacional. Foi, portanto, *no dia 11 de outubro de 1978* que começou a existir o Estado de Mato Grosso do Sul. Apesar de o novo Estado já existir oficialmente, somente no dia 1.º de janeiro de 1979 é que tomará posse o seu primeiro Governador e será instalada a Assembleia Constituinte (RODRIGUES, 1978b, p. 5, grifos meus).

Na obra *História de Mato Grosso do Sul* o autor retornou o tema da instalação estatal, mas com uma perspectiva diferente. Segundo Rodrigues (1984, p. 169), a população acreditou “ingenuamente” que os divisionistas, isto é, o “cidadão que mais havia se havia destacado no movimento prol da divisão” iria ser convocado para auxiliar os trabalhos de instalação de MS, porém isso não ocorreu. O Estado-Modelo, que era “tão decantado”, já demonstrava falhas, pois “ao invés de começar pequeno, com os pés no chão, dava os seus primeiros passos de forma nababesca”. Apesar da Comissão Especial ser de alto nível e da projeção do estado se tornar um modelo para futuras divisões territoriais, o que se sucedeu foram decepções:

Indiscutivelmente era uma Comissão de alto nível, à qual cabia a responsabilidade de "construir dois futuros grandes Estados do Brasil," [...] *Esperava-se que Mato Grosso do Sul se tornasse em "Estado Modelo"* [...] O que a população viu foram, *porém, medidas decepcionantes*. O "modelo" esperado foi apenas um "parto da montanha". Todos os erros do passado foram transportados para Mato Grosso do Sul.[...] Enquanto os membros da Comissão Especial tomavam as suas decisões, nem sempre calcadas nas necessidades da região, o povo se contentava apenas em esperar o dia 1.º de janeiro de 1979, quando seria instalado o Estado recém-criado (RODRIGUES, 1984, p. 169).

De acordo com Rodrigues (1984, p. 169-170), a comissão realizou reuniões em Brasília e em Campo Grande, diversos assuntos foram debatidos e estudados, contudo, adotou medidas “nem sempre atentas à realidade da região”. O aparelhamento estatal seguiu os processos

desenvolvimento dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, serão criados pelo governo Federal com a duração de dez anos. No Mato Grosso do Sul serão aplicados 60 milhões de cruzeiros, aproximadamente. A Universidade Estadual, localizada em Campo Grande, será oportunamente federalizada”.

administrativos, jurídicos e técnicos, juntamente com “milhões de cruzeiros [que] haviam sido colocados à disposição dos encarregados desse trabalho”, promovendo “gastos astronômicos” na parte material da instalação do governo⁷⁰. Enquanto isso, os políticos regionais disputavam a nomeação do primeiro governador: de um lado Pedro Pedrossian e aliados e, de outro, senadores e deputados, como Antônio Mendes Canale, Rachid Saldanha Derzi, Levy Dias. Nesse cenário, “tudo indicava como certa” a nomeação de Pedrossian, mas o governo federal decidiu por Harry Amorim Costa, um nome “estranho à luta”, uma vez que “não [encontrava] consenso entre as facções políticas em luta” e os políticos “não se entendiam”.

Organizado o aparelhamento estatal e escolhido o primeiro governador, a instalação oficial do governo de MS ocorreu no Teatro Glauce Rocha, em Campo Grande, em 1º de janeiro de 1979. Rodrigues (1984, p. 171) destacou as autoridades presentes, como o ministro Rangel, e os deputados estaduais que foram empossados⁷¹. No mesmo dia, na parte da manhã, a população campo-grandense reuniu-se na Praça do Rádio para a inauguração de uma estátua do “saudoso” senador, ex-prefeito e governador do Sul do Estado durante a Revolução Constitucionalista, Vespasiano Martins.

Entre a publicação de *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* e *História de Mato Grosso do Sul*, o autor apresentou mudanças nas concepções em torno da instalação do novo estado. Na primeira obra, em 1978, com os fatos ainda acontecendo, Rodrigues mostrava-se otimista e defendia que MS seria um Estado-Modelo. Em 1984, entretanto, revelou certa decepção, principalmente pela ausência dos chamados divisionistas no aparelhamento estatal e pela não indicação de Pedro Pedrossian para governador.

⁷⁰ Sobre os aparatos para instalação do novo estado, Rodrigues (1984, p. 169-170) escreveu: “Para Campo Grande foram enviados os representantes de uma firma encarregada da parte material da instalação do governo. Como milhões de cruzeiros haviam sido colocados à disposição dos encarregados desse trabalho, diversas casas e vários prédios foram alugados em toda a cidade, mediante contratos considerados absurdos diante dos preços então vigentes na região. Dezenas de veículos de luxo foram adquiridos para serviço dos membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário, deputados, repartições públicas, etc. Centenas de funcionários foram contratados, além de inúmeros serventuários, dezenas de motoristas, todos com salários muito acima do que se pagava na região”.

⁷¹ Segundo Rodrigues (1984, p. 171), a cerimônia foi “[...] presidida pelo ministro Armando Falcão, da Justiça, estando presente o ministro Rangel Reis, do Interior. Coube ao Desembargador Athayde Monteiro da Silva, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, dar posse aos deputados eleitos para a Assembléia Legislativa (Constituinte)”. Os dezoito deputados foram: da Arena, Ramez Tebet, Oswaldo Dutra, Valdomiro Gonçalves, Alberto Cubel Brull, Walter Carneiro, Londres Machado, Rudel Trindade, Ary Rigo, Horácio Cerzósimo e Paulo Saldanha; do MDB, Cecílio Jesus Gaeta, Getúlio Gideão Bauermeister, Sérgio Manuel da Cruz, Odilon Nakazato, Sultan Raslan e Onevan José de Mattos. Ainda, o autor deixou de incluir dois deputados estaduais: Zenóbio dos Santos (ARENA) e Roberto Orro (MDB). Na mesma ocasião foram empossados como integrantes do Tribunal de Justiça os desembargadores Leão Neto do Carmo (presidente), Jesus de Oliveira Sobrinho (vice-presidente), Sérgio Martins Sobrinho e Rui Garcia Dias.

Segundo Barcellos (2015), a ampla documentação a respeito da organização administrativa de MS contribuiu para difundir o mito de que o presidente Geisel pretendia criar um Estado-Modelo, mas na realidade não houve essa intenção, sendo tal expressão cunhada pela mídia da época. Furlanetto (2018, p. 113), neste sentido, apontou que a linha editorial do *Correio do Estado* endossava o discurso do Estado-Modelo. Bittar (2009a, p. 362-366), ao explicar as origens dessa ideia, afirmou que se baseou nas “formulações do primeiro governo, escudado na concepção de Estado ‘técnico’, ‘exclusivamente administrativo’” e no “rol de ideias difusas que, historicamente, havia composto o ideário da causa divisionista”. Diante disso, o “mito permeou a história de Mato Grosso do Sul até, pelo menos, vinte anos após a divisão, quando, então, começou a ser questionado”, mas nunca foi totalmente abandonado (BITTAR, 2009a, p. 362-366). Rodrigues (1984), por exemplo, foi um dos adeptos da ideia do Estado-Modelo, incorporada às edições do seu jornal, como também em suas obras. Em *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, de maneira implícita, e em *História de Mato Grosso do Sul* de forma clara e aberta.

O cenário político de MS, da gestão de Amorim Costa até a eleição de Wilson Barbosa Martins para governador, foi descrito por Rodrigues (1984, p. 172) como uma “forte tempestade” que “estava sendo preparada nos bastidores e logo desabaria [arrasadoramente]” devido às instabilidades políticas e à rotatividade de governadores. Após a exoneração de Amorim Costa, o prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda, assumiu o governo do estado, que indicava uma fase de tranquilidade, porém, novamente, o governador foi afastado devido a ambições de outros políticos regionais, em especial de Pedro Pedrossian:

Passada a tempestade que derrubara Amorim Costa, Marcelo Miranda, de há muito radicado no Estado começa a governar. [...] Tudo indicava que, serenados os ânimos, uma fase de tranquilidade política iria dar ao novo governante a oportunidade de consolidar a implantação do Estado. [...] acreditava cessados os motivos para que o nascente Estado não mais fosse prejudicado com as desavenças políticas.

Estava escrito, porém, que essa tranquilidade aparente estava prestes a sofrer novo golpe que redundaria no afastamento do segundo governador nomeado. O senador Pedro Pedrossian não desistira de assumir a chefia do executivo estadual, velha aspiração que vinha desde a criação do Mato Grosso do Sul. Em Brasília, contando com o apoio de várias amizades dentro do palácio do Planalto, conseguiu o senador o afastamento de Marcelo Miranda, com a conseqüente indicação do seu nome para o cargo. (RODRIGUES, 1984, p. 173-174).

Rodrigues e, por extensão, o jornal do qual era proprietário apoiaram o governo de Pedro Pedrossian. Porém, segundo Rodrigues (1984, p. 174-175), desde que assumiu o governo de MS, em 1980, ele havia transformado o estado em um “canteiro de obras”. Em função disso, o

tesouro estadual não suportou os empréstimos e os investimentos e, ao término de seu mandato, deixou inúmeras obras inacabadas e uma grave crise financeira.

Em 1982, quando a política brasileira estava encaminhando para o seu processo de redemocratização, ocorreu a primeira eleição a governador, sendo eleito Wilson Barbosa Martins. O autor demonstrou grandes expectativas sobre o novo governador, esperando que Martins “[colocasse] a ‘casa em ordem’”. Descrente com a redemocratização, afirmou “[...] só o tempo dirá se, com a eleição direta do governo, o Estado passou a desfrutar da tranquilidade tão necessária ao seu desenvolvimento”. Assim, apesar de criticar as disputas partidárias e a corrupção que ilustravam os conflitos, os interesses políticos e as instabilidades do governo estadual, Rodrigues manteve a esperança de consolidar o tão sonhado Estado-Modelo.

3.4 O ufanismo de Rodrigues: Mato Grosso do Sul como celeiros de farturas

Em *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado e Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*, Rodrigues, numa perspectiva ufanista, construiu e difundiu imagens de um estado repleto de grandiosidade, uma fonte de farturas devido às paisagens, os recursos naturais e as potencialidades econômicas. Essas são, na realidade, autoimagens produzidas pela elite local a partir das representações que criavam acerca de si, para si e para os outros. O objetivo era impor a visão de mundo das elites à sociedade, a fim de estabelecer sua divisão do mundo social, de atestar a sua existência enquanto grupo social e de legitimar sua dominação na sociedade (CHARTIER, 2009, p. 7, 49, 51; 1991, p. 185-186).

Segundo Rodrigues (1978a, p. 45), MS possuía aspectos geográficos e físicos privilegiados e “condições invejáveis”, pois, antes mesmo de ocorrer o desmembramento de MT, era “um estado dentro de outro”. A “beleza panorâmica é esplêndida” por causa das maravilhas naturais, dos horizontes alongados, das paisagens com raros acidentes geográficos e que proporciona um lindo pôr do sol: “quando isso vai acontecendo, o astro rei se transforma em uma bola de fogo e tudo, sobre a terra, se apresenta como se de ouro fosse” (RODRIGUES, 1978a, p. 40).

De acordo com Squinelo (2002b, p. 76), as obras de memorialistas possuem diversos aspectos em comum, como as “descrições geográficas da região, com ênfase nos seus rios, na fauna, na flora, no clima”, e também “a criação de novos municípios, indicando perspectivas de progresso e desenvolvimento”. À vista disso, Rodrigues em suas produções de 1978, *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado e Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*, priorizou justamente tais aspectos, pois sua preocupação era exaltar as riquezas naturais, minerais e

animais, os progressos já alcançados, os potenciais econômicos e sociais, isto é, representar MS como um celeiro de faturas, usando até mesmo as primeiras palavras do hino estadual.

Assim, para Rodrigues (1978a, p. 51; 1978b, p. 11), MS nasceu grandioso, começando por sua área territorial. A grandeza territorial foi demonstrada em forma de comparação com países europeus e outros estados brasileiros⁷²: com 350.549 km² de extensão, é o sétimo maior estado do país, superando o território de mais 90 países. O território sul-mato-grossense estava dividido em 55 municípios, distribuídos em sete microrregiões homogêneas: Pantanaís, Alto Taquari, Paranaíba, Bodoquena, Pastoril de Campo Grande, Três Lagoas, Campos de Vacaria e Matas de Dourados. O levantamento populacional dessas regiões consta como referência no censo de 1975 do IBGE (RODRIGUES, 1978a, p. 51-54; 1978b, p. 19-20). Além disso, o autor destacou que a Lei Complementar n. 31 definiu a delimitação geográfica de MS, distinta, porém, da capitania de MT, de 1748, criada por D. João (RODRIGUES, 1978a, p. 33-34; 1978b, p. 8).

A formação geofísica de MS foi classificada em dois aspectos, os planaltos e a planície do Pantanal⁷³, considerada umas das riquezas naturais da região. O planalto de Maracaju destacava-se por sua “variedade imensa de solo” e a diversidade de formações, “desde as mais antigas, pertencentes ao período arqueano, até terrenos recentes (helocênicos)”. O Planalto de Bodoquena, com um regime pluvial brando e solo fértil, foi valorizado por ser uma região “privilegiada para agricultura” e de “integral aproveitamento agrícola”. O Planalto do Amambai com suas terras roxas e vermelhas, onde cresciam “matas exuberantes” que, posteriormente, foram transformadas em um “rico celeiro” agrícola. O pantanal, por fim, transformava-se em um “mar interior”, além de ser um vale extenso de solo sílico-calcário. Por isso, era uma

⁷² Segundo Rodrigues (1978a, p. 51, grifos meus), “[dentro] do território sul matogrossense, se colocados separadamente, cabem: Líbano, 33 vezes; Bélgica, 11 vezes; Holanda, 8 vezes; Suíça, 6 vezes; Dinamarca, 5 vezes; Austrália, 4 vezes; Portugal, 3 vezes. Se essa mesma colocação ocorresse com relação às diversas unidades da federação brasileira, dentro do território sul matogrossense caberiam, folgadoamente, os Estados de São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Norte (322.907 km²). O mesmo aconteceria com os Estados do Paraná, Rio de Janeiro, Paraíba, Espírito Santo, cujas áreas somadas perfazem 322.977 km²”. Observa-se que na comparação com os países o autor confundiu Áustria com Austrália.

⁷³ Segundo Rodrigues (1978a, p. 38), o solo sul-mato-grossense foi “exaustivamente estudado” em diferentes épocas e por diferentes estudiosos como Glycon de Paiva, Viktor Leinz, Edgar Kuhlmann, e principalmente pelo geólogo Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, o responsável pelo levantamento do traçado da ferrovia Noroeste do Brasil, cujo trabalho foi considerado como “dos mais completos sobre tais assuntos da região”. No capítulo *Caraterísticas do Solo* da obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, Rodrigues (1978a, p. 37) seguindo os estudos do geógrafo Edgar Kuhlmann, divide o solo em três áreas distintas: “Segundo o geógrafo Edgar Kuhlmann que estudou o solo do Estado de Mato Grosso quanto à sua origem e características, este divide-se em três áreas distintas: 1 - Área do “trapp” ou terra roxa, rochas básicas, ricas. 2 - Área do Planalto Sedimentar — arenitos pobres, solos arenosos. 3 Área do Planalto — de terrenos calcários e areias quaternárias”. Ao explicar as caraterísticas de cada área faz algumas citações, provavelmente do geógrafo mencionado, mas não tem indicação de referência bibliográfica ou fonte.

“verdadeira dádiva dos céus”, um lugar “onde os rebanhos bovinos crescem e se multiplicam quase que naturalmente”. Uma “região saudável, muito quente, mas bastante fértil, com ricas pastagens”, além das suas riquezas naturais é “o maior criatório de gado vacum do mundo” (1978a, p. 38-40; 1978b, p. 13).

O solo sul-mato-grossense estava também cercado por uma rede fluvial propícia para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Pela sua qualidade e com trabalho e determinação, tinha potencial para transformar-se em um grande celeiro de riquezas:

[...] o solo do Estado se mostra, portanto, de grande fertilidade, banhado por cursos de água mais ou menos expressivos, além de contar com um regime pluvial equilibrado, com extensos campos e cerrados a cobri-lo, é um convite ao homem para as lides pastoris e aos empreendimentos agrícolas, o que o tornará, em breve, um grande celeiro da humanidade, desde que trabalhado racionalmente e controlada a sua acidez, o que se torna fácil em virtude das extensas jazidas de calcários na região (RODRIGUES, 1978a, p. 40).

Rodrigues elencou quatro tipos de vegetações. O cerrado ganhou destaque por ser “maior, abrangendo a metade do território estadual”; a mata tropical era profícua à formação de pastagens, à expansão da agricultura e à produção de madeira (peroba, aroeira, cedro e ipê). Nos campos limpos, conhecido como Campos de Vacaria, lugar onde “os primeiros povoadores apascentavam o seu gado” e, atualmente, em que “agricultura ali faz morada”, se expandem as plantações de arroz, soja, trigo, milho e café. E, por fim, ressalta-se o complexo do Pantanal, coberto por campos nativos propícios para pecuária. Essas riquezas naturais foram aproveitadas para o desenvolvimento dos municípios sul-mato-grossenses (RODRIGUES, 1978a, p. 41-42; 1978b, p. 27).

Os recursos vegetal, animal e mineral foram valorizados como as “riquezas naturais” de MS. A erva mate, o quebracho e as madeiras ganharam destaques como os principais recursos nativos. Em Porto Murtinho, por exemplo, “existem verdadeiras matas de quebracho” para a extração de tanino. Em Ponta Porã, Bela Vista e Amambai, os ervais nativos produzem a erva mate e “constituem fontes de riqueza da região”. No estado, sobretudo no pantanal, é possível também encontrar uma “rica fauna”: veados, capivaras, antas, coelhos, queixadas, porco selvagem; e os “rios são ricos” em jacaré e tartarugas, além de uma variedade de peixes e aves. Além disso, são vários os recursos minerais, que, apesar de “apreciáveis”, são “ainda pouco explorados”, ganhando “impulso nos últimos tempos”. Entre as “riquezas minerais” estão o manganês e o ferro, extraído no município de Corumbá, o mármore, com grandes jazidas localizadas nas regiões de Bonito e Miranda, e o calcário sendo explorado em escala regular (RODRIGUES, 1978b, p. 24-27).

Sobre o clima sul-mato-grossense, Rodrigues (1978a, p. 43; 1978b, p. 12) frisou tratar-se de um assunto ainda pouco estudado, porém, poderia considerá-lo semiúmido: no verão e em outono era chuvoso; no inverno e na primavera era seco. Isto é, um “dos mais salubérrimos do Brasil”, pois não havia proliferação de endemias, sendo suas noites “frescas e bastante agradáveis”, com exceção do Pantanal. A hidrografia, por sua vez, destacava-se pela suas “duas [principais] bacias fluviais”: a do rio Paraguai e da Rio Paraná. O primeiro, na planície pantaneira, “[ajudou] a construir a riqueza de Mato Grosso do Sul”, e o segundo, “outrora teatro de aventuras de bandeirantes e monçoeiros, hoje é um braço estendido a acolher os brasileiros que aportam em Mato Grosso do Sul”. Na região é possível encontrar também ilhas, cachoeiras, e rios afluentes: Ivinhema, Amambai, Iguatemi, entre outros (RODRIGUES, 1978b, p. 15-18).

Ademais, Rodrigues (1978a, p. 71-106) destacou o desenvolvimento urbano, político e econômico de todos os 55 municípios sul-mato-grossenses. Em seu livro didático, o autor elencou as “cidades principais”, consideradas exemplo de progresso e de modernidade: Campo Grande, “a maior e a mais importante”; Dourados, “cidade nova e moderna, centraliza a maior região agrícola”; Corumbá, a “capital do Pantanal e o maior centro industrial” da região; Três Lagoas, em fase “de grande progresso”; e Aquidauana, o “grande centro pecuarista” do estado (RODRIGUES, 1978b, p. 21-22).

Para Rodrigues (1978a, p. 45), o estado de MS, apesar de ser recém-criado, desfrutava de uma grande infraestrutura. Isso porque, antes de 1977, a região era praticamente independente, dotada de “características próprias”. Neste sentido, são quatro os meios de transporte mencionados: as rodovias, que “apesar de ainda deficiente” compreendem 26.000 km de estradas de rodagens, com estradas pavimentadas e vicinais; a navegação fluvial, “merecedora de maior atenção”, é realizada pelos rios Paraná, Paraguai e Cuiabá, e conta com os portos de Corumbá, Murinho, Esperança, XV de Novembro e Ladário, responsáveis por um grande fluxo de exportações; a ferrovia, sendo o estado “servido” pela NOB; e a aviação, representada por “duas importantes companhias” de aeronave de grande porte, Cruzeiro-VARIG e VASP. O principal aeroporto está localizado na cidade de Campo Grande, cidade que possui também uma Base Aérea para aviação militar (RODRIGUES, 1978a, p. 45-46; 1978b, p. 38-39).

Os meios de comunicação ganharam grande destaque por sua rapidez e modernidade: “Mato Grosso do Sul, no seu atual estágio de desenvolvimento conta com os mais modernos meios de comunicação”. A telefonia realizada pela Telecomunicações de Mato Grosso S/A (TELEMAT) oferecia o mais “moderno serviço de telefone automático e interurbano”. O

serviço da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com suas 10 agências postais, 15 postais-telegráficas, 9 postais-telefônicas, 6 postais rádiotelefônicas e 35 postos de correio, atende a “todos os municípios”, e o telex encontra-se “em expansão” com cem terminais. O rádio e a televisão contavam com “várias torres de retransmissão localizadas em pontos estratégicos”, havia 12 emissoras de rádio e 2 estações de TV, nas principais cidades do estado. E, por fim, havia 30 jornais em circulação, dos quais 8 eram diários e os demais semanais, sendo que “os maiores diários [se] localizam em Campo Grande” (RODRIGUES, 1978a, p. 47; 1978b, p. 35-36).

O estado contava também com uma grande rede de ensino, uma vez que havia um “elevado índice de escolaridade, sendo relativamente diminuto o número de analfabetos”. O ensino básico era mantido pelo governo estadual, municipal e particulares, havia dois centros de cursos superiores, a Universidade Estadual de Mato Grosso e a Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), além do ensino agrícola, oferecido pela Universidade Estadual em Campo Grande e pela CERA, Fundação Centro de Educação Rural de Aquidauana (RODRIGUES, 1978a, p. 47-49).

O turismo, por sua vez, estava “ainda engatinhando”; no entanto, oito cidades eram “motivos de atrações turísticas em nosso estado”: o município de Campo Grande, com seus museus e o estádio Morenã; o município de Bonito, com a gruta azul; o município de Nioaque, com os monumentos dos heróis da Retirada da Laguna; o município de Corumbá, com o Forte Coimbra e a gruta do Inferno; o município de Jardim, com o Buraco das Araras; o município de Ponta Porã e o forte comércio; o município de Miranda, com as excursões pantaneiras; o município de Rio Verde de Mato Grosso, com suas quedas d’água (RODRIGUES, 1978b, p. 41-42).

MS possuía usinas hidrelétricas que, igualmente, contribuíam para o seu desenvolvimento, como as usinas de Ilha Solteira e Urubupungá, localizadas no rio Paraná, e a de Mimoso, no rio Pardo (RODRIGUES, 1978a, p. 46; 1978b, p. 34). As indústrias estavam tornando-se um “grande incremento” para a economia estadual, oferecendo uma diversidade de produtos em escala variada. Neste sentido, Corumbá destaca-se pela produção de cimento, e nos municípios de Campo Grande e Dourados “estão sendo formados núcleos industriais” (RODRIGUES, 1978b, p. 33).

A agropecuária, segundo Rodrigues (1978a, p. 31, 71-106; 1978b, p. 29), era a grande potencialidade econômica e o setor que mais contribuía para desenvolvimento do estado.

Representava a fonte de renda de diversos municípios, era uma das maiores produções mundiais e destacava-se pela variedade e qualidade do seu rebanho, destinados à exportação:

A região compreendida pelo Estado de Mato Grosso do Sul ainda tem como *base econômica a pecuária*, onde se destaca a criação de bovinos.

O rebanho de gado de corte está estimado em seis milhões de cabeças, o que *classifica o Estado entre os maiores produtores do mundo*. A exportação para os centros consumidores é feita através de gado em pé, carnes frigorificadas, charques, laticínios e couros. [...] O maior rebanho bovino do Estado está localizado na região do Pantanal. As raças mais comuns são: zebu, nelore, gir, e o transporte -desse gado é feito para fora do Estado pela Estrada de Ferro Noroeste e por transportadoras rodoviárias (RODRIGUES, 1978b, p. 29, grifos meus).

Já a agricultura, antes “pouco desenvolvida”, tinha crescido com a melhoria do transporte, resultando no maior escoamento de mercadorias. Com isso, a atividade encontrava-se “em grande expansão”, e servia de base para a economia de vários municípios. Havia uma variedade de produtos agrícolas produzidos em solo regional: algodão, soja, cana de açúcar, feijão, arroz, café, milho, mandioca; e entre as frutas, as plantações de abacate, abacaxi, banana, laranja, limão (RODRIGUES, 1978a, p. 31, 71-106; 1978, p. 32).

Em suma, o MS era um estado dotado de grandes potencialidades e estava destinado a ser próspero, moderno e desenvolvido. As principais qualidades seriam a grandeza territorial, a fertilidade do solo, as belezas naturais, a abundância da vegetação e da hidrografia, a salubridade do clima, isto é, a diversidade de riquezas naturais, vegetais, animais e minerais que proporcionavam o desenvolvimento da agropecuária, da urbanização e da infraestrutura (rede de transporte e comunicação, ensino, turismo e usinas).

Rodrigues, ao elencar todos esses atributos, demonstrou a forma como desejava que MS fosse conhecido e reconhecido pelos sul-mato-grossenses e pelos brasileiros. Ou seja, suas produções culturais divulgavam e serviam de propaganda sobre o novo estado. As características geográficas foram ressaltadas para demonstrar que MS desfrutava de belezas e de recursos naturais, que, por sua vez, proporcionavam um ambiente agradável e salubre para se viver e era propício para o desenvolvimento das atividades econômicas. Assim, os esforços para difundir imagens ufanistas de MS buscavam suscitar o sentimento de ufanismo entre os sul-mato-grossenses e atrair migrantes e imigrantes. Como a ditadura civil-militar propagava a ideologia de um “Brasil Grande”, Rodrigues, esperançoso, defendia um MS igualmente grande, moderno, pujante e superior aos demais estados, criando, para isso, imagens celebrativas da potencialidade e do avanço das atividades comerciais, industriais, agropecuaristas e extrativistas da região.

As imagens construídas por Rodrigues silenciam intencionalmente sobre os conflitos de classe, as contradições sociais, a repressão e a censura da ditadura militar e, por extensão, difundem o sentimento de um Brasil pacífico, ordeiro, indiviso e desenvolvido. De acordo com Chaui (2000, p. 92, grifo da autora), “a classe dominante brasileira é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais”. Esse bloqueio, entretanto, não representa um vazio ou uma ausência, mas “um conjunto positivo de ações determinadas que traduzem uma maneira também determinada de lidar com a esfera da opinião: de um lado a *mass media* monopoliza a informação, e, de outro, o discurso de poder define o consenso como unanimidade”; a discordância, por sua vez, é vista como perigo e atraso e, por isso, deve ser combatida.

Por fim, é possível afirmar que produção cultural de Rodrigues endossava a ditadura civil-militar e era um berçário de patriotismo e de civismo. Tinha, notoriamente, a preocupação de educar, mobilizar e organizar a sociedade. O objetivo era unificar a população pelos sentimentos subjetivos de comunidade. Por isso, os principais ensinamentos eram o patriotismo, o amor e orgulho de viver em MS e de ser sul-mato-grossense. Rodrigues procurava, assim, assegurar que o estado fosse uma *região* provida de identidade e de um passado comum. A ideia de uma sociedade unida, disciplinada, moralizada e com consciência cívica foi, portanto, tomada como base para o engrandecimento de MS.

IV. JOSÉ BARBOSA RODRIGUES E A INTELLECTUALIDADE SUL-MATO-GROSSENSE: REDES DE SOCIABILIDADES E PRÁTICAS DE CELEBRAÇÕES E AUTOCULTUAÇÕES

José Barbosa Rodrigues construiu uma rede de sociabilidade com intelectuais, políticos, militares, empresários de Campo Grande e com governo estadual, por meio do jornal *Correio do Estado*, da Academia de Letras e História de Campo Grande, atual ASL, do IHGMS, da *Fundação Barbosa Rodrigues*, da *Revista da Academia Sul Mato Grossense de Letras* e do *Suplemento Literário/Cultural*.

Segundo Sirinelli (2003) e Bobbio (1997), “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum”, porém “falar dos intelectuais como se eles pertencessem a uma categoria homogênea é uma insensatez” (SIRINELLI, 2003, p. 248; BOBBIO, 1997, p. 9). Sirinelli (2003) também adverte que o historiador que se propõe a estudar a atuação de determinado intelectual deve estar atento às estruturas de sociabilidades dada a sua importância:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248).

O meio intelectual, apesar de elitista e limitado a um pequeno número de pares, constrói laços em torno de interesses e objetivos comuns e é dotado de um caráter restritivo, isto é, “um ‘pequeno mundo estreito, onde os laços se atam’”, e sua dinâmica interna está inserida num aspecto elementar para estrutura de sociabilidade: as “redes” de sociabilidade (SIRINELLI, 2003, p. 248). As redes de sociabilidades variam e adquirem características singulares, de acordo com determinado contexto e grupo estudado, e não devem ser ignoradas ou subestimadas:

[...] a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular.

Os intelectuais criam laços de amizade e companheirismo e espaços de sociabilidades a partir da disposição de conviver e de compartilhar questões ideológicas, políticas e culturais, porém isso não significa que não existam, por vezes, divergências e conflitos entre eles.

4.1 O meio intelectual em torno da ASL

José Barbosa Rodrigues teve participação ativa na ALH-CG e na ASL desde a sua fundação. Lá, ele ocupou a cadeira de número 13, tendo como patrono Estevão de Mendonça, e permaneceu até sua morte, em março de 2003. A ALH-CG foi fundada em 1971 por Ulisses Serra, José Couto Vieira Pontes e Germano de Sousa, e logo ganhou novos integrantes, entre eles José Barbosa Rodrigues.

De acordo com Demóstenes Martins (1987, p. 9 *apud* AMARILHA, 2006, p. 128), nas sucessivas reuniões para organizar e estruturar a instituição, os três intelectuais fundadores elaboraram uma lista de nomes que julgavam ser “portadores de credenciais que os capacitassem à posse do título de habilitados para ocuparem as Cadeiras da seleta Academia de Letras e de História”. Rodrigues foi indicado como um dos intelectuais credenciados, sendo seu nome o primeiro a ser apontado.

A sessão solene de instalação da ALH-CG ocorreu no dia 13 de outubro de 1972 no salão do Hotel Campo Grande – data e local escolhidos em homenagem a Ulysses Serra, que falecera meses antes. A cerimônia contou com a presença de autoridades da Academia Brasileira de Letras e da Academia Paulista de Letras.⁷⁴ Os primeiros membros da instituição,

⁷⁴ No artigo *Pequeno histórico da Academia*, publicado na *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letra*, e na obra *História da Literatura Sul-Mato-Grossense* (1981), de José Couto Vieira Pontes, é possível encontrar o registro desta cerimônia. No primeiro, de forma sintética, consta que: “No dia 13 de outubro de 1972, ocorreu, no salão nobre do Hotel Campo Grande, a sessão solene de instalação da Academia de Letras e História de Campo Grande, com a presença de inúmeras autoridades, destacando-se os escritores Ivã Lins e Hernâni Donato. Aquele, representando a Academia Brasileira de Letras; este, a Academia Paulista de Letras” (ASL, 2003, p. 13). Já José Couto Vieira Couto comentou mais detalhadamente o evento: “Dia 13 de outubro de 1971. Vinte horas. Saguão do Hotel Campo Grande. Inicia-se uma cerimônia literária jamais vista em todo o Estado de Mato Grosso, mesmo em Cuiabá, famoso centro de cultivo das letras: uma noite de autógrafos nos moldes de Rio e São Paulo. O intelectual e tabelião Ulysses Serra autografa seu livro de crônicas do passado campo-grandense, ‘Camalotes e Guavirais’. Nenhuma pessoa, de algum modo ligada à arte literária, pelo amor à leitura ou pelo cultivo das letras, conseguiu ficar em casa. [...] Em 13 de outubro de 1972 - ironia da vida - sem que ninguém, de início, desse pela coincidência, no mesmo local, justamente um ano depois do lançamento de “Camalotes e Guavirais”, instala-se solenemente a Academia de Letras e História de Campo Grande, com a honrosa presença do acadêmico Ivan Lins, da Academia Brasileira de Letras, e do ficcionista Hernâni Donato, da Academia Paulista de Letras. Noite memorável, discursos eruditos. Mas um grande vazio: Ulysses não está presente. Ele assiste a tudo das galerias da eternidade e sabemos que ele estava feliz. No convite para a solenidade, a nossa palavra honrada: ‘Não nos esqueçamos de você, Ulysses’” (VIEIRA PONTES, 1981, p. 37-38).

suas respectivas cadeiras e patronos foram divulgados no jornal *Correio do Estado*, na edição de 21 de outubro de 1972 do *Suplemento Literário*.

Entre os membros estavam Rodrigues e sua esposa, Henedina Hugo Rodrigues, juntamente com outros vinte e um nomes. Entre eles: Antonio Lopes Lins, Angelo Jayme Venturelli, Abel Freire de Aragão, Alcindo de Figueiredo, Demosthenes Martins, padre Felix Zavataro, Germano Barros de Sousa, Hugo Pereira do Vale, José M. Fontanilhas Fragelli, José Couto Vieira Pontes, Júlio Alfredo Guimarães, Jorge Antonio Siufi, Luis de Sá Carvalho, Licurgo Oliveira Bastos, Inah Machado Metelo, Mariano Cebalho, Maria da Glória Sá Rosa, Otávio Gonçalves Gomes, Paulo Coelho Machado, Olivia Enciso e Ruy Garcia Dias. Havia outras 17 vagas para serem preenchidas a partir de janeiro de 1973, totalizando quarenta cadeiras. A instituição contava também com onze sócios correspondentes: Alberto da Cruz Bonfim, general Antônio Sousa Júnior, Benedito Santana da Silva Freire, Hélio Serejo, Luís Alexandre, Estênio Congro, Severino de Toledo, Tertuliano Amarilha, Rubens de Mendonça, Francisco Leal de Queiroz e Flora Thomé.

A divulgação da produção cultural dos intelectuais era viabilizada por meio do jornal *Correio do Estado*. O jornal, a partir de 1972, passou a publicar o *Suplemento Literário*, anteriormente idealizado por Otávio Gonçalves Gomes e José Couto Vieira Pontes. A iniciativa contou com a colaboração de Rodrigues, que cedeu um espaço nas edições de sábado do jornal, sendo, por isso, constantemente celebrado e lembrado como o grande fomentador da produção histórica e literária de MT e MS:

O atual Suplemento Cultural, presente todo sábado no *Jornal Correio do Estado*, é, segundo consta, o suplemento literário mais antigo em circulação jornalística contínua no nosso país.

Sua concepção remonta à reunião da Academia de Letras e História de Campo Grande (pioneira da ASL), em 22 de janeiro de 1972, como registra a ata: “Os confrades Otávio (Gonçalves Gomes) e Couto (José Couto Vieira Pontes) comunicaram aos presentes que haviam criado um Suplemento Literário no ‘*Correio do Estado*’, que sairia aos sábados, solicitando colaborações em prosa e verso dos membros da entidade, ressaltando a simpática cooperação do diário dirigido pelo culto e dinâmico homem de letras Prof. J. Barbosa Rodrigues. Esclareceram que o referido Suplemento desempenharia a função de veículo de difusão da cultura campo-grandense” (ASL, 2011, p. 35-36).

A ata de reunião da ALH-CG, de 22 de janeiro de 1972, que precedeu a primeira publicação do *Suplemento Literário*, traz elogios às iniciativas de Rodrigues, destacando seu desprendimento, sua elevada inteligência e seu compromisso com a cultura e com a difusão da produção literária (ASL, 2011, p. 35-36). O culto à sua personalidade e o engajamento dos intelectuais memorialistas tornou-se frequente, bem como a divulgação dos seus feitos.

Nas comemorações dos 40 anos de existência da ASL, por exemplo, realizou-se uma homenagem a Rodrigues, destacando o seu pioneirismo e desprendimento em publicar o *Suplemento Literário* e, posteriormente, o *Suplemento Cultural*, sem custos financeiros à ALH-CG:

Enfrentando as dificuldades comuns a esse tipo de iniciativa, o Suplemento Cultural vem, nestes gloriosos anos de vida, registrando a trajetória da literatura sul-mato-grossense. Graças à visão pioneira de J. Barbosa Rodrigues e de seus sucessores. [...] Ao *Correio do Estado*, aos que acreditaram no projeto e aos que vêm colaborando, o agradecimento da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL, 2011, p. 37).

O *Suplemento Literário* trazia textos com ênfase na literatura, na história, na cultura, na geografia, na economia, entre outros temas, além de divulgar concursos e eventos culturais, lançamentos de obras, notícias da instituição e de prestar homenagens aos seus membros, políticos regionais ou nacionais, empresários, entre outras pessoas. Diversos intelectuais, escritores, poetas, músicos, advogados, economistas e médicos publicaram seus textos. Em 1983, houve uma mudança no nome da coluna, que passou a se denominar *Suplemento Cultural*. Desde sua criação até a atualidade, o *Suplemento Literário/Cultural* republica textos e poemas de Rodrigues.

Figura 13 - *Suplemento Literário*: publicação das primeiras cadeiras e membros da ALH-CG em 1972.

A Academia, seus membros e patronos

Cadeira	Titular	Patrono
1	Antonio Lopes Lins	Nicolau Fragelli
2	Angelo Jayme Venturini D. Aquino Correa	
3	Abel Freire de Aragão	Ulisses Serra
4	Alcindo de Figueiredo	Joaquim Murinho
5	Demosthenes Martins	José Ribeiro Sá
6	Henedina Hugo Rodrigues	Arnaldo Esteves de Figueiredo
7	Pe. Félix Zavataro	José Barnabé de Mesquita
8	Germano Barros de Sousa	Iturbides Almeida Serra
9	Hugo Pereira do Vale	Mai. João Batista Mascarenhas de Moraes
10	José M. Fontanilhas Fragelli	Argemiro de Aruda Fialho
11	José Couto V. Pontes	Gal. Couto de Magalhães
12	Júlio Alfredo Guimarães	Candido Mariano da Silva Rondon
13	José Barbosa Rodrigues	Estevão de Mendonça
14	Jorge Antonio Stufi	Severino Ramos de Queirós
15	Luiz de Sá Carvalho	Pandá Calógeras
16	Licurgo Oliveira Bastos	Rosário Congro
17	Inah Machado Metelo	Eduardo Ocampo Machado
18	Mariano Cebalho	Aguinaldo Trouy
19	Maria da Glória Sá Rosa	João Guimarães Rosa
20	Otávio Gonçalves Gomes	Visconde de Tauray
21	Paulo Coelho Machado	Ariundo Andrade Gomes
22	Oliva Enciso	Vespasiano Martins
23	Ruy Garcia Dias	Sabino José da Costa

Cadeiras vagas, para preenchimento a partir de 1º de janeiro de 1973:

24 (patrono: Lobivar Matos); 25 (Arnaldo Serra); 26 (Pedro Medeiros); 27 (Antonio J. Ribeiro); 28 (Raul Machado); 29 (Elmano Soares); 30 (Otávio Cavalcanti da Cunha); 31 (Henrique Cirilo Correa); 32 (Tertuliano Meireles); 33 (Ovidio de Paula Correa); 34 (Manoel Cavalcanti Proença); 35 (Múcio Secevola Lopes Teixeira); 36 (Franklin Cassiano da Silva); 37 (Ermo Ciampelli); 38 (Gal. Lima Figueiredo); 39 (João Tessitore Jr.) e 40 (Pe. José Luis Valentim).

Socios Correspondentes: Alberto da Cruz Bonfim, Gal. Antonio Sousa Júnior, Benedito Santana da Silva Freire, Hélio Serejo, Luís Alexandre, Estênio Congro, Severino de Toledo, Tertuliano Amarilha, Rubens de Mendonça, Francisco Leal de Queirós, Flora Thomé.

FONTE: A ACADEMIA, seus membros e patronos. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MT, ano XIX, n.6.042, p. 10, 21 out. 1972.

José Couto Vieira Pontes, cofundador da instituição, em seu artigo *Parabéns, Academia de Letras!*, publicado na *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, n.º 20, em dezembro de 2011, relembrou os grandes feitos da instituição. Apontou que desde sua fundação a instituição prosperou, a começar pela seleção de seus integrantes: “a partir de sua fundação, a nossa Academia prosperou”, com isso “passaram a integrar-lhe o quadro ilustres figuras de nossa vida literária”, como Rodrigues, “para citar aqui apenas os pioneiros” (VIEIRA PONTES, 2011, p. 15).

As eleições da AHL-CG eram anuais e a posse e a composição do conselho diretor eram divulgadas no *Suplemento Literário*. Na instituição, por três anos consecutivos, Rodrigues ocupou cargos na diretoria. Em 1973, foi diretor de imprensa e divulgação (ELEIÇÃO DA..., 1973, p. 4). Nos anos seguintes, em 1974 e 1975, ocupou novamente o mesmo cargo (ELEIÇÃO DO..., 1973, p. 4; ELEIÇÃO DO..., 1975, p. 6). Em 1976, além de diretor de imprensa e divulgação, foi nomeado também tesoureiro (ELEITO O..., 1976, p. 4). Durante esses períodos a presidência foi ocupada por José Couto Vieira Pontes.

Com a criação de MS, em 1977, a AHL-CG passou a denominar-se ASL. Vieira Pontes (2011, p. 15-16) justificou a mudança do nome:

A Academia Sul-Mato-Grossense de Letras prosperou. Este nome ela adquiriu, no final de 1978, com o advento do novo Estado (Mato Grosso do Sul), criado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ilustre Presidente da República, ERNESTO GEISEL, concretizando, assim, velha aspiração de nossa terra (VIEIRA PONTES, 2011, p. 15-16).

Além do nome, houve uma nova composição das cadeiras da instituição. Rodrigues manteve sua cadeira, de número 13, cujo patrono era Estevão de Mendonça. O mesmo ocorreu com Henedina Hugo Rodrigues, que ocupava a cadeira de número 6, cujo patrono era Arnaldo Estevão de Figueiredo. Assim, o *Suplemento Literário*, em 8 de abril de 1978, divulgou a nova composição de seus membros, intitulada *Constituição da Academia Sul-Matogrossense de Letras*. Os primeiros sócios da ASL permanecerem como representativos da formação inicial da AHL-CG, porém uma das sócias, Inah Machado Metelo, havia falecido. Entre os membros estavam José Maria Barros Vasconcelos, Adair José de Aguiar, Leila Rita Figueiredo Ribeiro e Luís Alexandre de Oliveira, esse último sócio correspondente da AHL-CG. Havia ainda doze cadeiras a serem ocupadas.

Figura 14 - *Suplemento Literário*: publicação das cadeiras e membros da Academia Sul-Matogrossense de Letras em 1978.

Constituição da Academia Sul-Matogrossense de Letras		
Atendendo a inúmeras solicitações de leitores deste suplemento, publicamos hoje os nomes dos titulares das cadeiras e respectivos patronos do mais novo sodalício estadual brasileiro.		
CADEIRAS	MEMBROS	PATRONOS
01	ANTÔNIO LOPES LINS	NICOLAU FRAGELLI
02	PE. ÂNGELO JAYME VENTURELLI	D. AQUINO CORRÉA
03	ABEL FREIRE DE ARAGÃO	ULISSES SERRA
04	ALCINDO MOREIRA FIGUEIREDO	JOAQUIM MURTIHO
05	DEMOSTHENES MARTINS	JOSÉ RIBEIRO SÁ CARVALHO
06	HENEDINA HUGO RODRIGUES	ARNALDO ESTÉVÃO DE FIGUEIREDO
07	PE. FÉLIX ZAVATTARO	JOSÉ BARNABÉ DE MESQUITA
08	GERMANO BARROS DE SOUZA	ITÚRBIDES ALMEIDA SERRA
09	HUGO PEREIRA DO VALE	MAL. MASCARENHAS DE MORAES
10	JOSÉ MANOEL F. FRAGELLI	ARGEMIRO DE ARRUDA FIALHO
11	JOSÉ COUTO VIEIRA PONTES	JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES
12	JÚLIO ALFREDO GUMARÃES	MAL. CÂNDIDO M. DA SILVA RONDON
13	JOSÉ BARBOSA RODRIGUES	ESTÉVÃO DE MENDONÇA
14	JORGE ANTÔNIO SIUFI	SEVERINO RAMOS DE QUEIROZ
15	LUIZ SÁ CARVALHO	PANDIÁ CALÓGERAS
16	LICURGO DE OLIVEIRA BASTOS	ROSÁRIO CONGRO
17	INAH MACHADO METELLO (falecida)	EDUARDO OLYMPIO MACHADO
18	MARIANO CEBALHO	AGUINALDO TROUPY
19	MARIA DA GLÓRIA SÁ ROSA	JOÃO GUMARÃES ROSA
20	OTÁVIO GONÇALVES GOMES	ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
21	PAULO COELHO MACHADO	ARLINDO ANDRADE GOMES
22	OLIVA ENCISO	VESPASIANO B. MARTINS
23	RUI GARCIA DIAS	SABINO JOSÉ DA COSTA
24	JOSÉ MARIA BARROS VASCONCELOS	LOBIVAR MATTOS
25	LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA	ARNALDO SERRA
26	ADAIR JOSÉ DE AGUIAR	PEDRO MEDEIROS
27	LÉLIA RITA FIGUEIREDO RIBEIRO	ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO

Nota - Não foram ainda preenchidas as cadeiras de 28 a 40, cujos patronos são, respectivamente, RAUL MACHADO, ELMANO SOARES, OTÁVIO CAVALCANTI CUNHA, HENRIQUE CIRILO CORREIA, TERTULIANO MEIRELES, OVIDIO DE PAULA CORREIA, MANOEL CAVALCANTI PROENÇA, MÚCIO SCOEVO LA TEIXEIRA, FRANKLIN CASSIANO DA SILVA, ENZO CIANTELLI, GAL. LIMA FIGUEIREDO, JOÃO TESSITORE JÚNIOR e PE. JOSÉ LUIZ VALENTIM.

A Academia está publicando, através de uma coleção com oito volumes, contendo cada um cinco biografias, a vida e a obra de seus patronos. Já se acha à venda, podendo ser encontrado na Livraria Correio do Estado, o primeiro volume com as biografias de Alfredo d'Escragnoille Taunay, José Ribeiro de Sá Carvalho, Vespasiano Barbosa Martins, Sabino José da Costa, e Aguinaldo Trouy, obra ilustrada, capa de Vinício de Almeida Braga e prefácio de José Couto Pontes.

FONTE: CONSTITUIÇÃO DA ACADEMIA Sul-Matogrossense de Letras. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.520, p. 6, 8 abr. 1978.

A gestão da diretoria passou a ser trienal, mas Rodrigues seguiu como membro da diretoria, ocupando os cargos de maiores destaques. Na presidência de José Couto Vieira Pontes, na gestão de 1979 a 1981, ocupou os cargos de primeiro tesoureiro e diretor de imprensa (ELEIÇÃO NA ACADEMIA, 1979, p. 6). De 1982 a 1984, ocupou novamente essas duas funções, durante a presidência de Otávio Gonçalves Gomes (ACADEMIA DE LETRAS..., 1982, p. 7). No triênio de 1985 e 1987, Rodrigues tornou-se presidente da instituição (POSSE DA NOVA..., 1985, p. 8).

Em sua gestão como presidente foram realizadas inúmeras atividades: Em maio de 1985, ocorreu a *Semana do Escritor Sul-Mato-Grossense*, organizada pela ASL, pela *Fundação de Cultura* e pelo *Departamento de Letras da Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso* (FUCMT). O objetivo era que “a literatura sul-mato-grossense seja tratada com a importância que merece” e o evento representava “apenas o começo de uma série de movimentos que irão

levar o escritor sul-mato-grossense a discutir seus direitos para novas perspectivas de criação e de comunicação” (SÁ ROSA, 1985, p. 8). Depois, em 1986, foi realizado o *V Concurso de Conto Ulisses Serra* e, em março de 1987, a *Noites de Autógrafos*, evento de lançamento do romance *A outra Mona Lisa*, do acadêmico Elpídio Reis, ambos patrocinados pela *Fundação Barbosa Rodrigues* (V.º CONCURSO DE..., 1986, p. 9; NOITES DE AUTÓGRAFOS, 1987, p. 8).

Após o término de seu mandato, em 1987, Rodrigues continuou participando ativamente da instituição, nos conselhos diretores, no patrocínio de eventos ou na publicação, no jornal, do *Suplemento Cultural*. Mais tarde, contudo, Rodrigues voltou a integrar a diretoria no cargo de conselheiro fiscal, na gestão de 1999-2002, cuja presidência era de José Pereira Lins (NOTÍCIAS DA ACADEMIA, 1999, p. 7).

4.2 A prática de autocultuação em torno de José Barbosa Rodrigues

De acordo com Quintella (1984), as homenagens configuram mecanismos de autocultuação entre os intelectuais pertencentes a uma mesma instituição e são realizadas a fim de legitimar o grupo enquanto elite diferenciada e portadora de qualidades de lideranças, de empreendedorismos e de elevadas qualidades estéticas. Os elogios mútuos, assim, adquirem fins políticos e ideológicos e são realizados por diferentes meios, seja por discursos, saudações, eventos, premiações, homenagens em vida ou póstumas:

Esta autocultuação é manipulada aparentemente através de mecanismos distintos, visto que se refere tanto a pessoas como a instituições, mas que sob uma forma ou outra tendem a legitimar o grupo enquanto elite. Por outro lado, estes elogios podem assumir uma forma indireta, quando não são dirigidos diretamente aos membros do grupo, mas sim pessoas de fora da instituição, vivas ou mortas, mas que são reconhecidamente iguais ou pares dos membros da instituição. Neste caso, a autocultuação assumiria forma de projeção, ou seja, são projetadas nestes indivíduos as qualidades ou características requisitadas pelo próprio grupo (QUINTELLA, 1984, p. 132).

As revistas, segundo Sirinelli (2003), representam uma das estruturas mais elementares para a convivência e de autocultuação entre os intelectuais, pois por meio delas é possível observar as forças de inclusão e exclusão, posicionamentos, ideias e debates. Trata-se, portanto, de um espaço de fermentação intelectual e de sociabilidade:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão- pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem - e de exclusão - pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos

intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Queiroz (2003, p. 5), presidente da ASL, afirmou que a *Revista da Academia de Letras Sul-Mato-Grossense* funcionava como um complemento do *Suplemento Cultural* e visava ampliar os espaços de divulgação da produção literária, principalmente entre os estudantes. A primeira edição publicou textos de sócios falecidos como forma de reconhecer sua contribuição à cultura local e realizar uma “justa homenagem aos que tanto trabalharam para a consolidação da Academia e o engrandecimento de nossas letras”.

Na primeira edição, de setembro de 2003, foram homenageados Ulisses Serra, Elpídio Reis, Paulo Coelho Machado, Antônio Lopes Lins, Otávio Gonçalves Gomes, Luís Alexandre de Oliveira, Argus, Cirino, Demóstenes Martins, Eduardo Machado Metelo e José Barbosa Rodrigues. No restante das edições, da mesma forma, destacaram-se diversas personalidades, principalmente os memorialistas mato-grossenses e sul-mato-grossenses⁷⁵. Vários textos de Rodrigues foram reproduzidos ao longo de suas edições, além de ser homenageado por diversos sócios, como Enilda Mongenot Pires, Reginaldo Alves Araújo, Heliophar de Almeida Serra, Geraldo Ramon Pereira. Deve-se acrescentar ainda nove artigos relacionados ao histórico da instituição que mencionam o nome de Rodrigues e ressaltam a sua importância para ASL⁷⁶. Os textos *Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e os cinquenta anos de Correio do Estado*, de José Couto Vieira Pontes, e *Fundação do jornal Correio do Estado*, de Wilson Barbosa

⁷⁵ Nas 26 edições da *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras* foram realizadas dezenas de homenageados: aos sócios falecidos (n.1, setembro de 2003); Dom Francisco de Aquino Correia (n.2, dezembro de 2003); Visconde de Taunay (n.3, março de 2004); Lobivar Matos (n.4, junho de 2004); Raul Machado (n.5, setembro de 2004); Lino Villachá (n.6, dezembro de 2004); Manoel de Barros (n.7, março de 2005); Hélio Serejo (n.8, junho de 2005); Autores do Bolsão sul-mato-grossense e ao romance Inocência de Taunay (n.9, setembro de 2005); Paulo Coelho Machado (n.10, agosto de 2006); Demóstenes Martins (n.11, outubro de 2007); Frei Gregório de Protásio Alves (n.12, agosto de 2008); Jorge Antônio Siufi (n.13, outubro de 2008); Heliophar de Almeida Serra (n.14, dezembro de 2008); Maria da Glória Sá Rosa (n.15, dezembro de 2009); Zorrilo de Almeida Sobrinho (n.16, janeiro de 2010); José Manuel Fontanillas Fragelli (n.17, setembro de 2010); Eduardo Machado Metello (n.18, dezembro de 2010); Arassuay Gomes de Castro (n.19, setembro de 2011); José Couto Vieira Pontes (n.20, dezembro de 2011); Francisco Leal Queiroz (n.21, junho de 2012); Olivia Enciso (n.22, novembro de 2012); Adair José de Aguiar (n.23, julho de 2013); Abrão Razuk (n.24, novembro de 2013); Wilson Barbosa Martins (n.25, julho de 2014); e Américo Calheiros (n.26, novembro de 2014).

⁷⁶ Os artigos foram publicados em nove edições da *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, a maioria em edições comemorativas de aniversário da instituição. Em ordem cronológica (como o número da edição e mês e ano de publicação) destacam-se: n.1, de setembro de 2003; n.2, de dezembro de 2003; n.14, de dezembro de 2008; n.15, de dezembro de 2009; n.18, de dezembro de 2010; n.20, de dezembro de 2011; n.22, de novembro de 2012; n.24, novembro de 2013; n.26, novembro de 2014.

Martins, destacaram a atuação de Rodrigues no jornalismo e no mundo das letras (VIEIRA PONTES, 2012, p. 123-126; MARTINS, 2012, p. 227).

Na edição nº. 5 de setembro de 2004, por exemplo, Enilda Mongenot Pires, professora da UFMS, titular da ASL na cadeira n. 5, escreveu o artigo *Boa história sobrevive da simplicidade*, destacando o legado de Rodrigues e o seu engajamento na literatura didática. Ele seria um dos principais expoentes da divulgação da história regional, cujo trabalho era de suma importância para o desenvolvimento de MS. Sobre o processo de produção e divulgação da história sul-mato-grossense, Pires (2004, p. 81) afirmou ter sido realizado por pessoas idealistas e abnegadas, como Rodrigues. A autora destacou também suas qualidades intelectuais e sua escrita, a fim de engrandecer as contribuições de Rodrigues e o pioneirismo de sua produção sobre a história de MS, pois apesar das dificuldades, principalmente da escassez de fontes, “Rodrigues foi o responsável por um dos ‘ossos’ da empreitada” (PIRES, 2004, p. 85). Neste contexto, junto aos elogios, a autora fez ainda menção a um artigo de José Couto Vieira Pontes, publicado no jornal *Correio do Estado* em 3 de março de 1996, no qual ganha relevo o empenho e o trabalho do jornalista em pesquisar, estudar e escrever a primeira versão da história de MS, além dos aspectos fundamentais observados na escrita de Rodrigues:

José Couto Vieira Pontes lembra que ele editou a primeira obra a respeito dos nossos fatos históricos, “abordando desde os primórdios da colonização até os governos dos nossos dias” (*Correio do Estado* - 30-3-96). Para reencontrar essa história, catalogá-la e dividi-la em capítulos, levou vários anos de pesquisa. Vieira Pontes ressalta nesse artigo duas importâncias fundamentais em Barbosa Rodrigues: a primeira foi ter mudado a forma de estudar a história – não a restringindo a aspectos políticos ou econômicos e, jogando luz sobre questões cotidianas, que nunca receberam o selo de cultura legítima. O segundo aspecto foi ter popularizado a história (PIRES, 2004, p. 85).

A obra *Mato Grosso do Sul: para 3ª série do 1º grau* foi enaltecida por Pires (2004, p. 82-84) pelo estilo didático, pelo formato atraente, pela exposição dos conteúdos e até mesmo pelas escolhas das imagens. A obra teria o formato de um “folheto”, para atrair a atenção dos estudantes, e a escrita “uma espécie de materialização técnica dos fatos sul-mato-grossenses daquele ano de 1977”. Por essas razões, considerou que era uma das principais contribuições de Rodrigues para a historiografia regional, pois simbolizava seus esforços com a formação das novas gerações sul-mato-grossenses, os estudantes:

O livro *Mato Grosso do Sul para a 3ª série do 1º grau* se apresenta como uma outra colaboração. Foi publicado em 1978, com a finalidade de oferecer subsídios à disciplina de Estudos Sociais. Percebe-se ao longo de suas páginas uma preocupação com a clareza, uma legítima aspiração à comunicação imediata com os estudantes. [...] Uma produção simples, mas é uma forma de estar junto, de informar, difundir com rapidez. [...] Naquele ano, o que mais preocupava Barbosa Rodrigues eram os danos que a falta de informação

direta, interativa, coletiva, podia causar. “Seria incompreensível”, escrevia ele em sua nota introdutória, “que os alunos dessa série continuassem estudando o que há sobre o antigo Mato Grosso, deixando de conhecer o novo Estado”. (PIRES, 2004, p. 81-82).

Pires (2004, p. 82, 85-86) destacou as qualidades de Rodrigues como pesquisador, jornalista e escritor, igualando-o a George Duby e Fernand Braudel. Como escritor, jornalista e pesquisador aproximava-se do historiador francês Duby, “um dos mais renomados historiadores franceses da nova geração”, referência obrigatória sobre a Idade Média, assim como “Barbosa Rodrigues [estava] para a história sul-mato-grossense”. Quanto ao estilo da escrita, Rodrigues assemelhava-se à de Braudel, “historiador do século 20 que mais tentou desnarrativizar a história”, o mesmo que, supostamente, Rodrigues teria feito com a história regional.

Em suma, os membros da ASL sempre homenageavam Rodrigues, valorizando sua produção cultural e sua contribuição à cultura, fortalecendo as redes de sociabilidades entre seus membros. Outras intelectuais da ASL e do IHGMS publicaram obras em diferentes espaços. Em *História da Literatura Sul-Mato-Grossense* (1981), José Couto Vieira Pontes, sócio-fundador da Academia de Letras, selecionou as personalidades que mais contribuíram para a formação cultural de MS no campo da literatura, da história, do jornalismo e da geografia. Com relação às pesquisas históricas, destacaram-se os seguintes nomes: General Raul Silveira de Mello, General Antônio de Souza Júnior, General Lima Figueiredo, Lécio Gomes de Souza e José Barbosa Rodrigues, entre outros (VIEIRA PONTES, 1981, p. 159). Ao enaltecer as competências profissionais de Rodrigues, Pontes destacou a importância da sua produção cultural, considerando-a “apreciável e digna de destaque” por ter colaborado com a “formação cultural e [o] desenvolvimento social e econômico do Sul mato-grossense”. Ele elogiou também sua atuação como jornalista, igualando-o aos grandes nomes do jornalismo e da literatura nacional: como um “homem de letras oriundo da tribuna jornalística” esteve inserido em um “viveiro de tantos talentos, como Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Euclides da Cunha” (VIEIRA PONTES, 1981, p. 175-176).

Rodrigues, para Vieira Pontes (1981, p. 176), como jornalista, colaborou com vários órgãos de imprensa, além de ser proprietário da empresa *Correio do Estado*, de duas estações de rádio e uma televisão. O jornal era “o mais antigo periódico da capital e o único sobrevivente dos órgãos de imprensa do passado”, aspecto que o levou a desfrutar de “prestígio e grande aceitação em todas as áreas do Estado e mesmo além de suas fronteiras”. Assim, no jornal, incentivava a cultura ao “manter um suplemento literário dominical, o único permanente na

história da cultura dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”. Por fim, destacou também sua atuação na carreira de docente, pois foi professor de inúmeras disciplinas. (VIEIRA PONTES, 1981, p. 176).

Quanto às virtudes estéticas de seus textos, destacou a busca do aperfeiçoamento de sua escrita, além de sua biblioteca especializada e do fato de ser um pesquisador incansável, todas essas qualidades de destaque. Uma vez que Rodrigues era um “pesquisador incansável da nossa História” e tinha uma “biblioteca especializada em obras mato-grossenses e sul-mato-grossenses das mais completas, possuindo exemplares raros”, suas obras “oferecem a segurança de um trabalho bem sedimentado na realidade histórica e bem respaldado” (VIEIRA PONTES, 1981, p. 177-178). E completou os elogios ao comentar o estilo de escrita do autor:

O estilo de J. Barbosa Rodrigues é pitoresco, conciso, temperado na forja da imprensa diária. Nota-se-lhe na linguagem a preocupação de concatenar bem os períodos, na tessitura do texto, o que torna o escoamento da narrativa bastante natural. [...] A despeito de intitular-se modestamente “eterno aprendiz de jornalista provinciano” – o que contém de verdade irrefutável constituir, em arte, inatingível a perfeição - o autor de “Isto é Mato Grosso do Sul” conseguiu criar e aperfeiçoar um modo de escrever muito pessoal, cheio de entusiasmo pela terra em que vive, descobrindo aqui e ali, em verdadeiros achados, a face pitoresca dos eventos (VIEIRA PONTES, 1981, p. 177-178, grifos meus).

Vieira Pontes (1981, p. 176-177, 189-190), ao elencar a excelência de Rodrigues como pesquisador e escritor, legitimava a importância da sua produção cultural. Assim, conferiu legitimidade e autoridade à produção cultural de Rodrigues, qualificando-o como um indivíduo competente e que tinha à sua disposição instrumentos necessários para escrever sobre a história de MS: uma ampla biblioteca e diversos documentos. Além disso, tinha o estilo pitoresco e conciso do jornalismo, característica que favoreceu a escrita da história de MS.

Destacou ainda que os editores da enciclopédia *Forças Vivas da Nação* utilizaram como referência a obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um Estado*, de Rodrigues, pois “seu trabalho realmente nos impressionou pela seriedade, segurança, amor com que foi feito”. E ao fazer um panorama geral sobre as obras publicadas e outras, no prelo, destacou o “sucesso editorial” da produção de Rodrigues e a preocupação com o ensino dos sul-mato-grossenses, dedicando-se também à literatura didática, a exemplo das obras *Campo Grande, Meu amor; Resumo Histórico e Geográfico do Município* e *Mato Grosso do Sul para a 3.ª Série do 1.º Grau*, ambas de 1978. Um fragmento do texto de Vieira Pontes, em que tece elogios a Rodrigues, foi inclusive utilizado como quarta capa (contracapa) na obra *Histórias da Terra Mato Grossense*.

No ano de centenário de Campo Grande, Maria da Glória Sá Rosa reuniu em sua obra *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história*, de 1999,

vinte entrevistas com personalidades consideradas de grande importância para a memória da cidade. Na introdução, afirmou que a publicação reuniu fragmentos de vidas “dos fundadores, dos que ergueram escolas e obras sociais, dos que abriram as vias de comunicação, dos que lutaram pela força do Direito, pela Educação e pela Saúde”, com a intenção de expor essas memórias individuais para que elas se tornassem memória coletiva do campo-grandense (SÁ ROSA, 1999, p. 17-18).

Entre as personalidades entrevistadas estava Rodrigues e a sua esposa, Henedina Hugo Rodrigues⁷⁷. A entrevista traz a história de vida do casal, sobretudo o empenho de Rodrigues para colocar em circulação o jornal, num momento de crise devido à perda dos investidores, deputados e dos partidários da UDN, responsáveis pela sua fundação e financiamento. Sá Rosa (1999, p. 102) destacou que “José Barbosa Rodrigues, na época gerente, decidiu lutar para pôr o Jornal na rua” e, para isso, reformulou a equipe, investiu em maquinários novos e modernos e, gradualmente, expandiu a rede de comunicações. Ao realçar sua carreira profissional enfatizou também sua atuação como professor e, posteriormente, faxineiro do *Jornal do Comércio*, tornando-se, em seguida, proprietário do jornal *Correio do Estado*. A autora descreveu-o como homem culto, cercado de livros e papéis, a fim de construir a imagem de profissional dedicado, de grande pesquisador e de empresário de sucesso, além de escritor de diversas obras sobre a história regional.

Ao evidenciar a importância do jornal para a sociedade sul-mato-grossense, sob a direção de Rodrigues, Sá Rosa destacou suas principais campanhas, sobretudo a de criação do estado de MS. Desta forma, auxiliou na construção da imagem de Rodrigues e do jornal como “partido da divisão”, isto é, responsável por manter, ao longo de décadas, a chama do divisionismo acesa. Tal imagem foi difundida pelo próprio Rodrigues e acabou sendo incorporada pela historiografia memorialista e acadêmica⁷⁸.

⁷⁷ Henedina Hugo Rodrigues, esposa de Rodrigues, também foi uma das entrevistadas na obra *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história*. No texto, destacam-se a sua carreira no magistério, sua atuação na preservação da cultura regional e, principalmente, seu trabalho na Fundação Barbosa Rodrigues. Américo Calheiros, na apresentação do livro, ressaltou que é “Impossível não nos emocionarmos com a saga de professores pioneiros Henedina Hugo Rodrigues e José Barbosa Rodrigues”, o casal que “na superação de tantas dificuldades e na conquista de tantas vitórias ensinaram a Campo Grande uma grande lição chamada progresso” (CALHEIROS, 1999, p.08).

⁷⁸ Segundo Bittar (1999a, p. 105-106, grifos da autora), na década de 1970, o divisionismo foi uma causa sem partido, e coube a indivíduos isolados defender tal bandeira, entre eles estão Paulo Coelho Machado, membros da Liga Sul-Mato-Grossense, e José Barbosa Rodrigues e o seu próprio jornal: “A bandeira da divisão de Mato Grosso, ao longo de sua trajetória secular, não foi empalmada por nenhum partido político. [...] Coube a Paulo Coelho Machado, [...] retomar a causa defendida por tantos outros divisionistas da geração de 30. Mas além dele e da Liga Sul-Mato-Grossense, destacou-se o jornal *Correio do Estado*, que sustentou a bandeira separatista desde a sua fundação, em 1954, constituindo-se numa espécie de ‘partido’ da divisão de Mato Grosso durante as décadas de 50, 60 e 70. Seu diretor, José Barbosa Rodrigues, ligado à UDN no pré-64, assegura que ‘a campanha pró-

[...] o jornal nunca deixou de cumprir seu papel de informador, de criador de opiniões, de modificador de mentalidades. Presença diária há 45 anos na direção do Jornal, *José Barbosa Rodrigues é o dinamismo propulsor* de uma empresa que opina, orienta, leva todos os quadrantes do Estado [...] A principal campanha em que se envolveu foi a da criação do estado de Mato Grosso do Sul, para qual contribuíram os artigos de Oclécio Barbosa e Paulo Coelho Machado. Outra foi a criação da Universidade Federal, [...] Lembra José Barbosa Rodrigues que as primeiras publicações sobre a necessidade da abertura de cursos superiores em Campo Grande saíram no Correio do Estado, [...] Outra grande campanha foi a favor da reforma da Pensão Pimentel, tão difícil de ser realizada, que causou espanto, quando chegou ao final (SÁ ROSA, 1999, p. 103, grifos meus).

Segundo Sá Rosa (1999, p. 102-103), a competência profissional de Rodrigues fez com que o jornal adquirisse grande prestígio na sociedade sul-mato-grossense. Como administrador do jornal, por mais de quatro décadas, conseguiu superar as dificuldades financeiras e expandir a empresa, além de conquistar o reconhecimento da sociedade e do governo estadual, pois promoveu o desenvolvimento econômico e político de MS. Nesse sentido, listou exemplos sobre o engajamento do *Correio do Estado*: a campanha divisionista, a reforma da Pensão Pimentel, a discussão sobre a necessidade de abrir cursos superiores em Campo Grande, bem como as vitórias eleitorais, elegendo políticos a cargos no executivo municipal, estadual e federal: “como por exemplo quando elegeu Marcílio de Oliveira Lima para prefeito de Campo Grande e Wilson Barbosa Martins para governador, em 1983”.

Os esforços de Rodrigues para publicar obras sobre história regional, em especial de Campo Grande, também foram enaltecidos. De acordo com Sá Rosa (1999, p. 105), “durante mais de 20 anos, ficava até duas, três horas da manhã [na redação do jornal], transformando os casos ouvidos em textos, que depois reuniu e publicou em livros”. Ela também elogiou seu empenho em escrever, às pressas, logo após a divisão de MT, em 1977, a obra *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, e para demonstrar a relevância das obras de Rodrigues diante da escassez de referências sobre MS, revelou que muitas pessoas procuravam a redação do seu jornal e que ao publicar essa obra ele supriu uma necessidade da sociedade.

Rodrigues, segundo Sá Rosa (1999), era um indivíduo portador de diversos atributos e virtudes. Uma pessoa de títulos e honrarias, mas que manteve a humildade; dotado de uma escrita elegante, dono de uma lucidez e senso crítico, isto é, um homem predestinado por Deus⁷⁹. Ele foi enaltecido ainda por ser “historiador e defensor da cidade”, uma vez que

divisão de Mato Grosso contou com o apoio total do jornal’ que procurou manter ‘acesa a chama da divisão’ publicando artigos e notícias sobre o assunto”.

⁷⁹ “Muito ligado ao processo cultural do Estado, Jose Barbosa Rodrigues foi sócio fundador da Academia Sul-mato-grossense de Letras de que foi presidente. Pertence ao Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, onde

batalhou pela “preservação dos espaços significativos da história de Campo Grande”; além disso, por meio da *Fundação Barbosa Rodrigues*, “[lutou] pela defesa da memória do Estado”. Era, pois, um intelectual “muito ligado ao processo cultural do Estado”, principalmente por ser sócio de instituições culturais e pela sua atuação na esfera cultural do governo estadual (SÁ ROSA, 1999, p. 107). Desta forma, Rodrigues foi considerado um grande fomentador da cultura regional e, por isso, selecionado como personalidade que muito contribuiu para o desenvolvimento de Campo Grande.

Guimarães Rocha publicou, em 2011, *Grandezas da literatura sul-mato-grossense*, obra que traz um repertório de escritores, poetas, historiadores e ensaístas, responsáveis por escrever sobre a cultura e a história regional. A publicação está dividida em duas partes: os *Homenageados em memória*, que inclui o nome de Rodrigues e mais 24 nomes de indivíduos já falecidos; e os *Homenageados ativos*, com outros 30 intelectuais, todos atuantes. Conforme afirmou José Couto Vieira Pontes (2011), no prefácio da obra, trata-se de um “roteiro seguro para o estudo e conhecimento” sobre a literatura sul-mato-grossense e suas “obras mais destacadas”, além de uma forma de divulgar que no oeste brasileiro há talentos literários aos moldes dos grandes imortais, como Camões e Machado de Assis, mas “nas pegadas dos bandeirantes”.

No capítulo *Jornalista escreveu um belo Estado que ganhou rumo*, Rocha (2011) destacou que Rodrigues foi um intelectual que não mediu esforços para preservar a memória regional, e mesmo enfrentando dificuldades por ser um trabalho praticamente isolado à época, não deixou de narrar a história. No final da década de 1970, “enfrentando opiniões e agindo para lotar o trem da história com a gente do lado Sul do Estado de Mato Grosso, o professor José Barbosa Rodrigues publicou em 1978 o livro *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*”. Obra que foi, assim, usada para exemplificar todo o engajamento do autor na historiografia sul-mato-grossense, pois, além de escrever “preciosas informações” históricas, geográficas, políticas, econômicas e geográficas também “[mexeu] um pouco em pontos polêmicos”, como a instalação, em Campo Grande, do governo paralelo à Cuiabá em 1932 (ROCHA, 2011, p. 83-84). Rocha frisou a contribuição de Rodrigues nas seguintes palavras:

também exerceu a presidência e foi vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura. Pertence ainda ao Instituto Histórico Nacional. Já escreveu 8 livros e tem um pronto para publicação. Acha que não merece as críticas elogiosas que recebe. Enfrentou com tranqüilidade as campanhas em defesa do Jornal. Ao longo dos anos, foi agraciado com inúmeros títulos e honrarias, que aceitou com a humildade do dever cumprido. Como poeta, especializou-se em haicais, que maneja com elegância e concisão. [...] Lúcido, afinado com o tempo, desfia com admirável senso crítico a história da cidade que ajudou a construir. A missão reservada por Deus, ele a cumpre de olhos no futuro, na certeza de que ainda lhe resta muito para fazer” (SÁ ROSA, 1999, p. 107).

Um dos exercícios mais complexos, tendo por natureza o infindável, é o da memória. Delicada coisa é narrar história. Preservá-la e garantir fidelidade de interpretação, no tempo, tarefa em que raramente se tem êxito. [...] A contribuição do jornalista no terreno minado das ideias, no móvel das intenções particulares, é instigante à integração de todos, com suas diferenças, aos processos vitais da terra a que dedicamos o nosso amor. A questão é mais de ação e menos de interpretação, já que a realidade experimentada hoje é o resultado do conjunto de coisas que, se assim evoluiu até aqui, não teria como “desacontecer”, mas pode sofrer transformações ao sabor da consciência, da vontade e do fazer de todos e de cada um (ROCHA, 2011, p. 83,85).

Deste modo, Rocha (2011, p. 83-84) descreveu *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* como um livro fundamental pois possibilita à população sul-mato-grossense conhecer sua realidade, e “se não é completo, tem o poder de iniciar os interessados no palpitante assunto, do qual oferece visão-síntese”. Por fim, ele também enalteceu a ascensão profissional de Rodrigues depois que migrou de Minas Gerais para MT. Mais tarde, em 14 de novembro de 2011, o jornal eletrônico *Campo Grande News* republicou o capítulo *Jornalista escreveu um belo Estado que ganhou rumo* na íntegra, em forma de reportagem, porém não identificou seu autor ou fez qualquer referência ao texto original de Rocha.

Em suma, segundo as descrições de José Couto Vieira Pontes, Maria da Glória Sá Rosa e Guimarães Rocha, Rodrigues era um homem culto, preocupado com a preservação da cultura regional, e suas obras, sobretudo *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*, são de grande relevância para a historiografia regional. O jornalista foi apresentado como um homem ilustrado, visionário, um empresário que superou as dificuldades e expandiu sua rede de comunicação em MS. Era também um homem das letras, preocupado com a cultura regional, que não mediu esforços para publicar suas obras, consideradas, hoje, como referência para outros pesquisadores e estudantes.

4.3 As homenagens a José Barbosa Rodrigues de políticos, dos militares e do governo estadual

As homenagens a Rodrigues não ficaram restritas à revista da ASL, sendo disseminadas em vários setores da sociedade sul-mato-grossense. A sua produção cultural e a história de vida foram apropriadas por intelectuais, instituições culturais, imprensa e governo estadual, que o consagraram como referência obrigatória para a história de MS, em função da relevância e do significado atribuídos às suas obras. O autor foi, assim, celebrado como professor, poeta, historiador, jornalista e empresário de grande sucesso, um homem das letras, um pesquisador de valor inestimável e incentivador cultural, qualidades atribuídas por seus pares e que serviram de motivação para as inúmeras homenagens que recebeu.

Ademais, Rodrigues recebeu, ao longo de sua vida, inúmeras homenagens, a maioria dela foi noticiada no jornal *Correio do Estado*. Em agosto de 1976, por exemplo, o jornalista ganhou o título de cidadão campo-grandense pela Câmara Municipal de Campo Grande, pelas contribuições para o desenvolvimento da cidade e, principalmente, por ser um “ilustre intelectual e homem de imprensa” (ACADÊMICO JOSÉ BARBOSA..., 1976, p. 8). Em 1980, durante o governo de Marcelo Miranda, uma escola estadual de Campo Grande recebeu o nome José Barbosa Rodrigues, e em seu Projeto Político Pedagógico, de 2018, a instituição ressaltou a trajetória de seu patrono:

A escola Estadual José Barbosa Rodrigues foi criada pelo Decreto de nº645 de 05/08/1980. Inaugurada pelo Governador Marcelo Miranda, no dia 11 de Agosto de 1980. [...] Tem como patrono o jornalista José Barbosa Rodrigues, homenageado por seu desempenho, zelo e interação com a educação e cultura. Foi membro da Academia de Letras do Mato Grosso do Sul [...] publicou diversas obras literárias entre elas: Palavra de um professor (1949), Campo Grande, Meu Amor (1978), Isto é Mato Grosso do Sul (1978), História de Campo Grande (1980), História da Terra Mato-grossense (1983), Glossário Mato-grossense (1987); editou o primeiro jornal de Campo Grande, hoje: Correio do Estado (E.E JOSÉ BARBOSA RODRIGUES, 2018, p. 5).

A Assembleia Legislativa de MS, em setembro de 1984, presenteou Rodrigues com o título de cidadão sul-mato-grossense devido aos seus méritos de jornalista, professor, escritor e historiador e pelo seu engajamento em causas regionais, auxiliando no desenvolvimento sociocultural e econômico do estado (PROF. JOSÉ BARBOSA..., 1984, p. 8). O *Suplemento Cultural*, além de justificar as qualificações de Rodrigues para receber tal título, ressaltou que ele já era reconhecido como um sul-mato-grossense, mas, agora, recebia o aval oficial do governo estadual:

Não poderia este Suplemento deixar de registrar a outorga ao Prof. José Barbosa Rodrigues do título de cidadão sul-mato-grossense pela Assembleia Legislativa do Estado. Justíssima a concessão honorária, não só pelos méritos de jornalista, escritor, historiador e educador, mas também pelo fato de o agraciado ter a sua existência intimamente ligada, desde o dealbar da década de quarenta, aos destinos de nosso Estado, como batalhador em prol das causas mais acalentadas da comunidade sul-mato-grossense, pugnando pelo seu progresso cultural, social e econômico, no ardor da tribuna da imprensa. Atuou brilhantemente no magistério estadual, como professor de várias disciplinas. Sempre incentivou a cultura e os valores autênticos da literatura estadual, nas páginas de renomado jornal *Correio do Estado*, onde muitos escritores hoje famosos começaram a publicar seus primeiros trabalhos. Já escreveu várias obras e oxalá outras venham ainda a ser publicadas. [...] Tornando-se, agora, sul-mato-grossense, oficialmente, no entanto, o Prof. J. Barbosa Rodrigues já o era, de há muito, de fato e de coração (PROF. JOSÉ BARBOSA..., 1984, p. 8).

A ASL, em 1988, entregou a Rodrigues o Diploma de Benemérito da Cultura Sul-Mato-Grossense, por atuar no ensino, na cultura, e na intelectualidade regional (DIPLOMA DE BENEMÉRITO..., 1988, p. 8). Para evidenciar a importância da premiação, ressaltou-se o fato de ela ter sido entregue pelo então presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde:

No mesmo discurso, Elpídio Reis explicou aos presentes que a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras estava entregando, pela primeira vez, o Diploma de Benemérito da Cultura Sul-Mato-Grossense ao acadêmico J. Barbosa Rodrigues, porque ele, "ao longo de quase cinquenta anos em nosso Estado, outra coisa não tem feito senão atuar direta ou indiretamente em atividades ligadas ao ensino, à erudição, à cultura enfim". O Diploma de Benemérito da Cultura Sul-Mato-Grossense foi entregue ao acadêmico J. Barbosa Rodrigues pelo presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde (DIPLOMA DE BENEMÉRITO..., 1988, p. 8).

Em 1989, Rodrigues recebeu o título de Grão-Mestre, conferido pela Sociedade de Estudos de Problemas Brasileiros. (HOMENAGENS À ACADEMIA..., 1989, p. 10). No ano de 1990, enquanto Rodrigues estava na presidência do IHGMS, recebeu o prêmio de Sócios Beneméritos pela Associação de Novos Escritores, pelos serviços prestados à instituição (SÓCIOS BENEMÉRITOS, 1991, p. 3). Outra premiação foi o Diploma Austregésilo de Athayde, em 1995, concedido pela Academia Municipalista de Letras do Brasil (NOTÍCIAS DA ACADEMIA, 1995, p. 5).

O Exército também prestou homenagens a Rodrigues. Por dois anos seguidos ele recebeu honrarias: a primeira, em 1996, do Comando Militar do Oeste, por meio do General Expedito Hermes Rego Miranda (EXÉRCITO HOMENAGEIA..., 1996, p. 7), e a segunda, com a insígnia honorífica de Oficial da Ordem do Mérito Militar, concedida pelo Ministério do Exército, no dia 19 de abril, dia do Exército, de 1997, em um evento comemorativo no Comando Militar do Oeste. A ASL, por meio do *Suplemento Cultural*, noticiou a premiação e ressaltou o orgulho e a emoção por um dos seus membros ter ganhado tal condecoração:

O Confrade e ex-Presidente desta Casa de Letras Professor J. Barbosa Rodrigues foi condecorado com a insígnia honorífica de Oficial da Ordem do Mérito Militar, concedida pelo Ministério do Exército, pelos relevantes serviços prestados à coletividade e as Forças Armadas do País. O evento aconteceu por ocasião das solenidades comemorativas do 'Dia do Exército', 19 de abril, na sede do Comando Militar do Oeste. A Academia Sul-Mato-Grossense de Letras sente-se orgulhosa dessa homenagem e parabeniza o ilustre acadêmico (NOTÍCIAS DA ACADEMIA, 1997, p. 4).

Rodrigues também recebeu prêmios pela gestão no *Correio do Estado*. Assim, em 1998, o jornal recebeu o Prêmio Mérito Lojista na categoria comunicação, concedido pela

Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e o seu presidente Carlos José Stupp (PRÊMIO DE COMUNICAÇÃO, 1999, p. 5).

4.4 As homenagens póstumas a José Barbosa Rodrigues

O falecimento de Rodrigues, em 19 de março de 2003, aos 86 anos, em Campo Grande, gerou grande comoção no meio político e intelectual do MS e muitos lamentaram sua morte. O político Delcídio Amaral, na época senador da república pelo Partido dos Trabalhadores, prestou sua homenagem na 20ª Sessão Deliberativa Ordinária, no Senado Federal, em 19 de março de 2003. Após lamentar o falecimento do diretor do *Correio do Estado*, continuou seu discurso apresentando uma breve biografia de Rodrigues, tendo referência os escritos da professora Glória Maria de Sá Rosa:

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) –Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, está sendo velado, no Parque das Primaveras, Av. Filinto Müller, em Campo Grande, o corpo do diretor-presidente do Grupo Correio do Estado, o jornalista e professor José Barbosa Rodrigues. Ele morreu nesta manhã, aos 86 anos. Uma morte que nos abalou a todos, seus amigos, companheiros de trabalho. Foi uma notícia que me tocou profundamente. Pretendia fazer deste plenário um pronunciamento a respeito da importância do planejamento nas ações governamentais. A notícia da morte do velho comandante do Grupo Correio do Estado mudou meu projeto. Infelizmente, em todos os sentidos. Tenho em minhas mãos uma história de José Barbosa Rodrigues, narrada por uma das maiores especialistas em contar histórias de vidas marcantes, a professora e historiadora Glorinha Sa Rosa (SENADO, 2003, p. 4164).

O jornal *Correio do Estado* prestou uma série de homenagens ao jornalista, em especial a edição de 23 de março de 2003 (ano 50, n. 15.120), lançada quatro dias após seu falecimento. Nela, ganhou destaque o artigo *Morre o homem, fica o exemplo*, que enaltece Rodrigues ao destacar suas contribuições para o desenvolvimento de MS, principalmente da imprensa e da cultura, sendo, por isso, um exemplo incomparável:

É provável que se não fosse a intervenção direta do professor J. Barbosa Rodrigues, a história de Mato Grosso do Sul seria outra. Sua trajetória pessoal ao longo dos seus 86 anos é um exemplo inigualável de como o arrojo e ousadia puderam influir decisivamente na mudança da realidade estadual. Seu falecimento, ocorrido na última quarta-feira, 19, representou a perda de um dos maiores nomes não só da imprensa, mas também da cultura sulmatogrossense (MORRE O HOMEM..., 2003, p. 2).

Na mesma edição, a família emitiu uma nota de agradecimento a toda a sociedade sulmato-grossense pelo acolhimento e pelas manifestações de pesar. Além disso, publicou três depoimentos para rememorar os feitos de Rodrigues. Neste sentido, o presidente da ASL, Francisco Leal de Queiroz, afirmou que a instituição estava enlutada com a morte de seu

membro, um sul-mato-grossense digno de ser reverenciado devido ao grande trabalho que fez pelo estado: “a trajetória de Barbosa Rodrigues é daquelas que todo sul-mato-grossense tem que reverenciar; porque é uma trajetória inigualável” (QUEIROZ, *apud* CONDOLÊNCIAS, 2003, p. 13). Hildebrando Campestrini, presidente do IHGMS, também destacou Rodrigues como um nome de valor para a história e literatura regional, um homem que teve uma carreira construída com muita honra, um cidadão exemplar, empenhado no regaste a memória local: “José Barbosa Rodrigues é um dos nomes de real valor para a história e para a literatura deste Estado[...]ele não precisa de medalhas ou condecorações. O nosso professor Barbosa é superior a todas estas veleidades” (CAMPESTRINI, *apud* CONDOLÊNCIAS, 2003, p. 13).

Por fim, o reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), Pedro Chaves, enalteceu o jornalista como uma figura preeminente para MS, um intelectual dedicado à educação e cultura, um pioneiro da imprensa, alguém que sempre lutou e batalhou por MS: “ele foi um trabalhador incessante, figura maiúscula na área da educação, cultura e tinha profundo conhecimento do Estado de MS. Foi pioneiro da imprensa no Estado e nunca transigiu suas convicções em defesa do Estado” (CHAVES, *apud* CONDOLÊNCIAS, 2003, p. 13). De acordo com Correa (2018, p. 298), o grupo *Correio do Estado* buscou disseminar imagens idealizadas de Rodrigues. Após o seu falecimento, procurou preservar a sua memória e o seu legado na sociedade, criando um “novo corolário da aura mítica” ao destacar seu “protagonismo histórico”.

As homenagens a Rodrigues não se restringiram apenas ao jornal de que era proprietário, outros jornais dedicaram reportagens à sua pessoa pública. No dia 19 de março de 2003, o jornal *Dourados News*, por exemplo, publicou duas reportagens sobre Rodrigues. A primeira notificava o falecimento do jornalista e a segunda, denominada *Conheça um pouco da história de José Barbosa Rodrigues*, apresentava sua trajetória de vida e sua produção cultural, destacando ainda a importância do livro de Maria da Glória Sá Rosa para quem desejasse conhecer ainda mais sobre sua persona (CONHEÇA..., 2003).

Reginaldo Alves Araújo e Heliophar de Almeida Serra, por exemplo, escreveram artigos na *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras* para homenagear o seu confrade. Eles relataram as experiências pessoais vividas junto ao jornalista, além de destacar sua trajetória profissional e sua contribuição à sociedade sul-mato-grossense. A dor da perda também foi descrita, de forma poética, por Geraldo Ramon Pereira. Reginaldo Alves Araújo, professor e presidente da Associação dos Novos Escritores de MS, foi também fundador do *Jornal Arauto* e membro da Academia Sul-Mato-Grossense, ocupando a cadeira n. 21. Além disso, no triênio

de 2005 a 2008, presidiu a instituição, e no último ano de gestão, publicou suas lembranças, na edição de n. 12, de agosto de 2008 (republicada na edição n. 18, de dezembro de 2010). Nela, mencionou uma conversa com Elpídio Reis, em 1989, quando, pela primeira vez, idealizaram a criação de uma associação de escritores de MS, e foram aconselhados a procurar Rodrigues para debater a ideia. Ao encontrá-lo, de imediato considerou-o um indivíduo “sério, porém cortês”, “prático” e “culto”, e a conversa foi ponto de partida para uma forte amizade. A partir de então, em seus encontros, falavam sobre os escritos jesuíticos e outros temas, assuntos que Rodrigues demonstrava ter amplo conhecimento e erudição. Por fim, declarou que “dentro de mim havia um frêmito de alegria e que o mirava com respeito. Ali estava um intelectual de escol” (ARAÚJO, 2008, p. 117-118). Ao finalizar o seu texto, reforçou sua admiração por Rodrigues e o orgulho de ter sido seu amigo; sua morte representou uma perda para o jornalismo e para a cultura de MS, pois se tratava de um escritor consagrado, um jornalista brilhante, um homem digno de premiações:

Senti-me orgulhoso de ter como amigo o diretor-presidente do jornal *Correio do Estado*, escritor consagrado e, quando faleceu, no dia 19 de março de 2.003, deixou um enorme vazio dentro de mim, uma perda irreparável no desenvolvimento do jornalismo e no avanço cultural de Mato Grosso do Sul. Hoje, como titular da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, entidade que ele tanto amou, recebendo da mesma o título de “BENEMÉRITO DA CULTURA SUL-MATO-GROSSENSE”, inclino-me humildemente diante da figura brilhante do jornalista J. Barbosa Rodrigues, homem de conquistas imorredouras, sobre o qual consubstanciavam-se as glórias auriluzentes do jornalismo e da literatura sul-mato-grossense (ARAÚJO, 2008, p. 119).

Da mesma forma, o desembargador aposentado e titular da cadeira de n. 3 da ASL, Heliophar de Almeida Serra, recordou a tristeza que sentiu ao receber a notícia do falecimento de Rodrigues. No artigo *O homem lenda*, publicado na edição n. 16 de janeiro de 2010, Serra (2010, p. 57-58) lembrou o legado de Rodrigues, descrevendo-o como um indivíduo lendário, que, juntamente com sua esposa, formava “um casal modelo, indivisível, um fascinante e expressivo exemplo de luta, de coragem, de competência e de honestidade!”. Falou da história de luta e de superação do casal quando chegaram em Campo Grande e se tornaram “valiosos propulsores do seu progresso” (SERRA, 2010, p. 58).

Serra (2010, p. 58) destacou também a importância de Rodrigues para a cultura sul-mato-grossense e por ser um indivíduo que independente do tempo e do governo conservou sua relevância e prestígio, sendo um benfeitor para o MS. Por isso, o luto de sua morte deveria ser sentido em vários setores da sociedade:

Decorrido mais de meio século de trabalho, de lutas, de realizações e êxito nas áreas de jornalismo, da TV, da história, da cultura sul-matogrossense, J.

Barbosa Rodrigues desmentiu, solenemente, a afirmativa do escritor francês Balzac de que “A glória é o sol dos mortos.”

Os homens passaram, os políticos, os governos, mas J. Barbosa Rodrigues, ainda vivo, continuou no ápice do seu prestígio, recebendo as maiores e as mais diversas e honrosas homenagens da agradecida comunidade sul-mato-grossense.

Com o falecimento de J. Barbosa Rodrigues, aos 86 anos de vida, não só a Imprensa da nossa terra ficou de luto fechado, mas também seus amigos, os seus admiradores, e a ACADEMIA SUL-MATO-GROSSENSE DE LETRAS, que chorou a morte física do seu fulgurante acadêmico e do seu grande benfeitor! (SERRA, 2010, p. 58).

Geraldo Ramon Pereira, ao lamentar a morte de Rodrigues, homenageou-o com uma poesia publicada na *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, n.º 13, de outubro de 2008. Nela, destacou as qualidades e a sensibilidade de Rodrigues, sobretudo suas aptidões como escritor; depois, em tom de despedida, enfatizou a gratidão e a saudade do colega:

POLICROMIA DE UM MESTRE
(Para o Prof. J. Barbosa Rodrigues)

Atrás das lentes grossas, circunspecto,
Ares dinâmicos e racionais,
Um imenso coração, sublime afeto,
Um sensível poeta em seus haicais!

Era assim J. Barbosa — homem reto,
Quer na luta, no amor, nos ideais;
Da terra e gente historiador dileto,
Para a Cultura e Arte, sem iguais!

Leva, mestre Barbosa, aonde fores,
A nossa gratidão, nossos amores,
Que aqui sufocaremos a saudade...

Deus te chamou. Pois vai — é a nossa sina! —
Revê os teus. E, com tua Henedina,
Felizes Bodas de uma eternidade! (PEREIRA, 2008b, p. 144).

Geraldo Ramon Pereira foi professor universitário de biomedicina, poeta e músico. No período que escreveu o poema atuava como secretário da ASL, na diretoria de Reginaldo Alves Araújo, e ocupa a cadeira de n. 39 da ASL. O poema em homenagem a Rodrigues continuou sendo republicado no *Suplemento Cultural*.

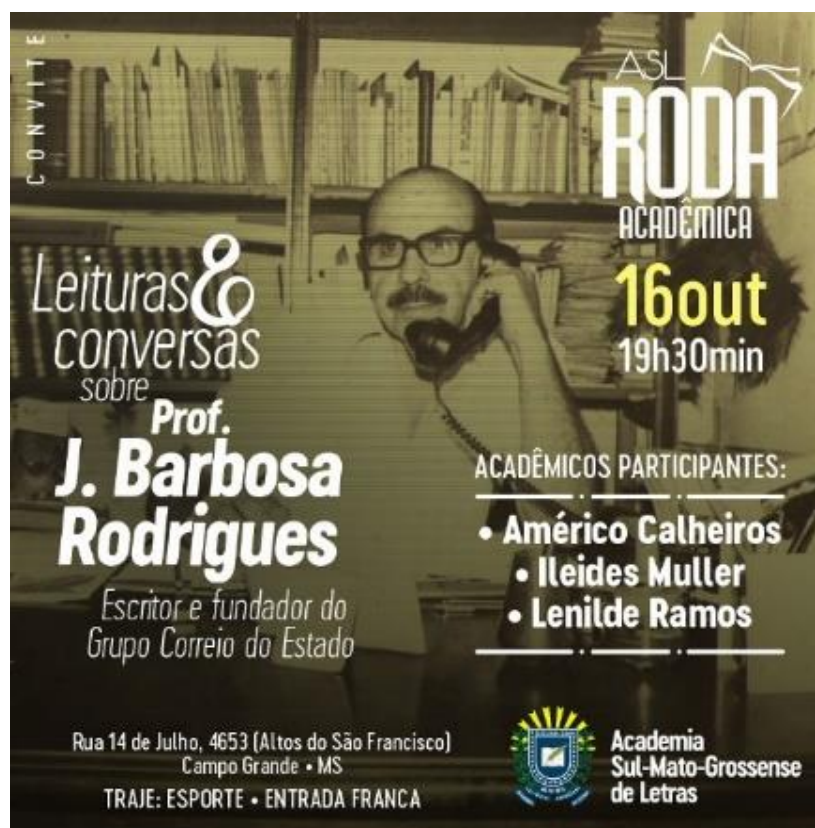
A *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras* também replicou textos de José Barbosa Rodrigues, com a finalidade de rememorar a sua produção e contribuição para a literatura regional. Quatro capítulos da obra *História de Mato Grosso do Sul – A extração da erva mate, A migração gaúcha e Criação do Território de Ponta Porã* – foram republicados da edição n. 1, de setembro de 2003. A *Criação do Território de Ponta Porã* também integrou as

edições n. 8, de junho de 2005, e n. 14, de dezembro de 2008, e o capítulo *A praça dos prazeres de Iguatemi* foi publicado na edição n. 8, que faz referência a outro capítulo da obra *Histórias da Terra Mato Grossense: As Pragas do Guatemi*.

Do livro *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* foi replicado o capítulo denominado *Antigo Viveiro de Índios*, na edição n. 21, de julho de 2012. O poema *Haicais* apareceu diversas vezes na edição n. 20, de dezembro de 2011, e em outras, como as edições de n. 14 e n.21, anteriormente mencionadas.

Para reforçar a prática de autocultuação, a ASL organizou eventos para homenagear os escritores sul-mato-grossense já falecidos, incluindo Rodrigues. Em setembro de 2019, a instituição realizou a *Roda Acadêmica*, espécie de clube do livro sobre autores regionais. O evento era “voltado à contextualização e leitura de obras e autores que figuram com destaque na literatura e cultura” (ASL LANÇA..., 2019), e nas palavras de Henrique Alberto de Medeiros Filho, presidente da instituição, o encontro foi destinado à leitura e análise de “obras emblemáticas, escritas por acadêmicos que nos antecederam” (ASL LANÇA..., 2019).

Figura 15 - Cartaz de divulgação da 2ª *Roda Acadêmica* da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras: *Leituras & conversas sobre Prof. J. Barbosa Rodrigues, escritor e fundador do Grupo Correio do Estado*.



FONTE: Academia de Letras Sul-Mato-Grossense. Disponível em: <http://acletrasms.org.br/2a-roda-academica-da-asl-resgata-obra-do-prof-j-barbosa-rodrigues/>. Acessado em: 20 abr. 2021.

A primeira *Roda Acadêmica* teve como autor homenageado Paulo Coelho Machado, e a segunda José Barbosa Rodrigues. O evento, que ocorreu no dia 16 de outubro de 2019, contou com a mediação de Américo Calheiros, Ileides Muller, e Lenilde Ramos. O convite de divulgação trazia, além de informações gerais, uma fotografia de Rodrigues como pano de fundo, e o título *Leituras & conversas sobre Prof. J. Barbosa Rodrigues, escritor e fundador do Grupo Correio do Estado*.

Américo Calheiros e Henrique Alberto de Medeiros Filho, em uma reportagem intitulada “*2ª Roda Acadêmica resgata obra do prof. J. Barbosa Rodrigues*”, destacaram a importância do ato de rememorar os “imortais da literatura” (2ª RODA ACADÊMICA..., 2019). Para Calheiros (2019), o evento tinha como objetivo “divulgar obras emblemáticas e manter vivo o legado deixado por autores locais, já que boa parte da memória deste lugar deve-se a eles” (2ª RODA ACADÊMICA..., 2019). Neste sentido, a figura de Rodrigues ganha especial destaque:

O presidente da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Henrique Alberto de Medeiros, considera a interação do público um diferencial neste projeto. ‘É um bate-papo descontraído *sobre grandes momentos da literatura sul-mato-grossense e o Prof. J. Barbosa Rodrigues não poderia estar de fora, por sua imensa contribuição à leitura e à história do nosso estado*’, ponderou, sobre o evento que já faz parte do calendário oficial da ASL, realizado sempre na segunda quarta-feira do mês. (2ª RODA ACADÊMICA..., 2019, grifos meus).

Rodrigues, assim, foi considerado um dos imortais da literatura e da história, e sua produção cultural de grande relevância para MS. Os depoimentos de Calheiros e Medeiros Filho ratificaram a postura costumeira da ASL, isto é, de exaltar seus membros falecidos e de manter sua memória e seu legado vivos na sociedade, reafirmando, com isso, o papel da instituição no meio intelectual e cultural.

Outras homenagens destacavam suas contribuições financeiras à instituição, o fato de ter cedido uma página nas edições de sábado do jornal *Correio do Estado* para a publicação do *Suplemento Cultural* e até mesmo uma sala na sede do jornal (ASL, 2003, p. 14). De fato, tanto o jornal quanto a *Fundação Barbosa Rodrigues* auxiliavam financeiramente a ASL. As doações eram mensais e somavam, segundo o Relatório de Atividade do ano 2003⁸⁰, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por ano. Era a segunda maior fonte orçamentaria da instituição, ficando atrás somente da Prefeitura Municipal de Campo Grande (ASL, 2004, p. 91-92). Além disso, Rodrigues

⁸⁰ O Relatório de Atividades de 2003 foi publicado em março de 2004 na *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, na edição n. 3. Em sua parte final, encontra-se uma lista das atividades desenvolvidas pela instituição e no item “2”, destinado ao orçamento da instituição, lê-se: “*O orçamento financeiro da Academia tem as seguintes fontes: a. Dez (10) parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) da Prefeitura Municipal de Campo Grande. b. Doação de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais da Fundação Barbosa Rodrigues*” (ASL, 2004, p. 91-92, grifos meus).

disponibilizava uma chácara, da qual era proprietário, para realizar reuniões ou comemorações festivas da instituição (REUNIÕES DA ACADEMIA..., 1972, p. 3).

Seus pares da ASL o celebraram como um homem culto e com ampla erudição, sempre preocupado com a excelência da cultura regional. Além disso, tinha uma carreira de superação: de faxineiro tornou-se empresário, obteve grande sucesso à frente do jornal *Correio do Estado*, e suas obras eram referências para a historiografia sul-mato-grossense. Observa-se, neste sentido, uma rede de autolegitimações em que cada integrante escreve sobre o outro, rememorando suas contribuições à memória regional e, por extensão, reforçando o ciclo de autocelebrações. O empenho em imortalizar a produção cultural e a contribuição à cultura de Rodrigues ficam mais evidentes na tentativa de tornar sua produção cultural em patrimônio literário e histórico de MS. Por fim, cabe mencionar que a cadeira que Rodrigues ocupava na instituição foi herdada pelo seu filho caçula, Antônio João Hugo Rodrigues.

Em 2010, uma avenida de Campo Grande foi nomeada com seu nome, a proposta foi realizada pelos vereadores Mario César (PPS), Paulo Siufi (PMDB) e Cristóvão Silveira (PSDB), e aprovada com unanimidade pela Câmara de Vereadores de Campo Grande. Durante a votação o filho caçula, Antônio João Hugo Rodrigues, esteve presente, e os vereadores prestaram homenagem à trajetória de vida do jornalista (TADA, 2010, p. 1). No mesmo ano, o Departamento de História, antiga reitoria da UFMS, campus Cidade Universitária, foi denominado como “Espaço Prof. J. Barbosa Rodrigues” através da resolução nº 93, de 20 de dezembro de 2010, do Egrégio Conselho Universitário, atualmente Faculdade de Ciências Humanas.

O espaço foi inaugurado em 21 de março de 2011 em comemoração aos 10 anos de existência do curso de História da UFMS, e o professor e coordenador do curso, Cezar Augusto Benevides, responsável pela homenagem, em entrevista ao jornalista Thiago Andrade, justificou a escolha do nome devido à relevância de Rodrigues para a historiografia regional. Também afirmou que “ele foi o autor, em 1985, do primeiro volume historiográfico sobre MS, assim como também foi o primeiro representante eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, e completou: “quando o conheci, percebi que sua sala de trabalho se assemelhava a uma espécie de academia do pensamento, quase um anexo da universidade. [...] [Rodrigues] foi um dos grandes defensores de nossa cultura” (BENEVIDES, apud ANDRADE, 2011, p. 5). O “Espaço Prof. J. Barbosa Rodrigues” foi reinaugurado em dezembro 2019, ocasião em que foi fixada uma placa comemorativa.

4.4 O centenário de nascimento de José Barbosa Rodrigues

Em 2016, ano do centenário de nascimento de José Barbosa Rodrigues, as homenagens póstumas continuaram sendo tema de inúmeras reportagens nos jornais. Uma delas, publicada em 30 de junho de 2016, no jornal *Correio do Estado*, denominada *José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo*, foi escrita pelo jornalista Thiago Andrade e recebeu uma chamada na primeira página da edição.

Figura 16 - Recorte da capa do jornal *Correio do Estado*, 30 de junho de 2016: manchete do Correio B - *José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo*.



FONTE: CAPA. *Correio do Estado*, Campo Grande – MS, ano 63, n. 19.931, 30 jun. 2016. (Adaptado).

Na reportagem, que ocupa a página inteira da seção chamada *Correio B*, Rodrigues foi celebrado como aquele que “construiu o maior grupo de comunicação de Mato Grosso do Sul, além de contribuir com a literatura e a historiografia”. Entre seus méritos estava o fato de que foi “de zelador do *Jornal do Comércio* a diretor de um dos maiores grupos de comunicação que já existiram em Mato Grosso do Sul” (ANDRADE, 2016, p. 13). A matéria é uma mescla de biografia com depoimentos de pessoas próximas a Rodrigues: o seu filho, Antônio João Hugo Rodrigues; o presidente do IHGMS, Hildebrando Campestrini; José Couto Vieira Pontes, cofundador da ASL; e o presidente da ASL, Reginaldo Alves de Araújo.

Rodrigues, neste contexto, foi celebrado como um intelectual e empresário que tinha paixão pela escrita, um desejo pelo aprendizado e muita competência profissional. Alguns momentos de sua trajetória ganharam especial destaque, como a chegada de Rodrigues e de sua família em MT, as dificuldades que passou quando chegou em Campo Grande, até a envergadura de sua carreira, quando iniciou seu trabalho como zelador do *Jornal do Comércio*

até se tornar um dos maiores empresários de MS: “professor, escritor, historiador, empresário. Em vida, suas funções foram diversas” (ANDRADE, 2016, p. 13). Quanto às suas produções culturais, destacou-se a historiografia de MS, de Campo Grande e suas obras poéticas, totalizando dez publicações.

Figura 17 - Centenário de José Barbosa Rodrigues

CORREIO DO ESTADO
 O DIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

SEM PRE PIONEIRO

CENTENÁRIO
 Nasceu em 30 de junho de 1916, José Barbosa Rodrigues construiu o maior grupo de comunicação de Mato Grosso do Sul, além de contribuir com a literatura e a historiografia

INÍCIO ANUNCIAR
 O escritor José Barbosa Rodrigues nasceu em 30 de junho de 1916, em São José do Rio Preto, São Paulo. Estudou em São Paulo e em Curitiba, onde se tornou jornalista e escritor. Em 1942, mudou-se para Campo Grande, onde fundou o Grupo de Comunicação de Mato Grosso do Sul, o maior grupo de comunicação da região. Além disso, escreveu livros de literatura e historiografia, como 'História da Literatura em Mato Grosso do Sul' e 'História da Imprensa em Mato Grosso do Sul'.

SAIBA
 Legado de edição e cultura

Parinimilva do Filho José Barbosa Rodrigues, que morreu após sofrer acidente de trânsito em São Paulo, em 1993, deixou um legado de edição e cultura, como a Fundação José Barbosa Rodrigues, o Museu de História do Paraná, 'Impulsão', 'Fênix' e 'Fênix'.

FONTE: ANDRADE, Thiago. José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo. Correio do Estado, Correio B. Campo Grande – MS, ano 63, n. 19.931, p. 13, 30 jun. 2016.

Hildebrando Campestrini, em entrevista ao jornalista Thiago Andrade, teceu elogios à conduta e prática inovadora de Rodrigues, afirmando que “ele buscava ser útil, tinha uma visão muito prática. Seus livros foram motivados por isso. Escreveu sobre aquilo que não havia conteúdo”. Também enalteceu a atuação de Rodrigues no jornalismo à frente do *Correio do*

Estado: “este é um grande mérito. Ele pensava o jornal como um espaço que merecia ser guardado. Muita gente não imagina o valor que um jornal terá daqui cem anos. J. Barbosa sabia” (CAMPESTRINI *apud* ANDRADE, 2016, p. 13).

José Couto Vieira Pontes e Reginaldo Alves de Araújo destacaram a atuação de Rodrigues na ASL. O primeiro frisou sua importância para a construção da instituição, atuando desde a sua fundação e oferecendo o suporte necessário por meio do *Correio do Estado*; enquanto o segundo enalteceu sua contribuição como membro e ex-presidente da instituição, sendo, por isso, merecedor de uma série de homenagens:

A paixão pela escrita fez com que J. Barbosa estivesse próximo dos fundadores da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras. “*Ele foi uma figura importantíssima para a ASL. Quando a fundamos, ele esteve junto e participou de tudo. Também nos cedeu espaço no jornal e assim surgiu o Suplemento Cultural, que sai aos sábados. Esse centenário é uma data importante*”, conta José Couto Vieira Pontes, um dos fundadores da academia e responsável pelo convite ao professor e jornalista. Segundo Reginaldo Alves de Araújo, presidente da ASL, as contribuições de J. Barbosa foram fundamentais. “Isso ficou evidente no reconhecimento que teve. Ele não apenas tomou posse como membro, como também foi escolhido para presidir a academia por dois mandatos”, explica Reginaldo. De acordo com o presidente, a ASL realizará uma homenagem a José Barbosa Rodrigues em 30 de outubro, data em que a academia completa 45 anos de existência. “Além disso, vamos fazer uma página especial do Suplemento Cultural, na qual todos os textos serão sobre o professor J. Barbosa”, argumenta (ANDRADE, 2016, p. 13).

Por fim, Antônio João Hugo Rodrigues apontou a luta e o amor que o pai tinha por Campo Grande, assim como o papel do jornal no desenvolvimento da capital de MS: “ele era crítico, fez do jornal sua arma para garantir melhorias para a população da cidade. Mesmo sendo mineiro, essa cidade foi tudo para ele” (RODRIGUES, A. *apud* ANDRADE, 2016, p. 13). Ao lembrar a vontade de Rodrigues de aprender inglês e datilografia, realçou que o desejo de se aperfeiçoar era mais uma de suas características:

Antônio João conta uma história singela, mas marcante sobre o pai. Segundo ele, J. Barbosa tinha dois desejos: aprender inglês e datilografia. “Ele queria escrever como os jornalistas que via em outros lugares”, explica. Para aprender inglês, comprava discos de vinil que ensinavam o idioma. Para datilografar, adquiriu uma máquina de escrever Olivetti. “Foram as poucas coisas que não conseguiu. Quando meu pai faleceu, estava organizando suas coisas e encontrei a Olivetti na caixa, nunca foi usada. Hoje, ela está na Fundação Barbosa Rodrigues”, conta (ANDRADE, 2016, p. 13).

Todos os textos e livros de Rodrigues foram manuscritos e datilografados por seus filhos e funcionários, pois, como finaliza a reportagem, Rodrigues “escreveu – sempre à mão – até

não poder mais. Só parou em função do agravamento do mal de Parkinson” (ANDRADE, 2016, p. 13).

Na ocasião de seu centenário, a vereadora Carla Stephanini (PMDB), no plenário da Câmara de Campo Grande, prestou sua homenagem denominando Rodrigues timoneiro do jornal *Correio do Estado*. Além disso, descreveu-o como um indivíduo “prático, afável, justo, além de empresário visionário, inovador e escritor reconhecido” (JORNADA, 2019, p. 8).

Em 2017, a Assembleia Legislativa de MS concedeu a *Medalha do Mérito Jornalístico José Barbosa Rodrigues* aos profissionais da comunicação. O autor da proposta, o deputado estadual Maurício Picarelli (PSDB), ao explicar as razões da escolha do nome da medalha, justificou que se tratava de uma forma de agradecer a família Barbosa Rodrigues: “É um momento de agradecer, porque foi graças ao José Barbosa Rodrigues que vim para Mato Grosso do Sul e por conta do Antônio João que entrei na política” e ainda reafirmou “Quero homenagear o ‘seu’ Barbosa porque ele me apoiou muito na minha carreira” (PICARELLI apud MOREL; JARA, 2018, p. 7). Em 6 de setembro de 2017, o Diário Oficial da Assembleia Legislativa de MS publicou a criação da medalha:

1 – Projeto de Resolução
Nº 031/17
Processo Nº 232/17
Deputado Mauricio Picarelli – Cria a Medalha de Mérito Jornalismo “José Barbosa Rodrigues” destinada a homenagear profissionais da área que tenham prestado relevantes serviços à Comunicação no Estado de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 2).

A primeira entrega da *Medalha do Mérito Jornalístico José Barbosa Rodrigues* foi realizada em 6 de abril de 2018, em alusão ao dia do jornalista, 7 de abril. Dois jornalistas do jornal *Correio do Estado* receberam a condecoração, Adilson Trindade e o filho de Rodrigues, Antônio João Hugo Rodrigues. Na ocasião, ao comentarem sobre a premiação, os dois enaltecem a atuação do José Barbosa Rodrigues para o jornalismo sul-mato-grossense. No total, dezessete profissionais foram prestigiados com a medalha (MOREL; JARA, 2018, p. 7).

Em 2019, a Câmara Municipal de Campo Grande, em comemoração de 120 anos de cidade, conferiu a José Barbosa Rodrigues a medalha legislativa. A homenagem foi destinada a setenta personalidades que contribuíram para o desenvolvimento e progresso da cidade. A reportagem, *José Barbosa Rodrigues será homenageado hoje*, publicado pela jornalista Izabela Jornada, na data de 16 de dezembro de 2019, no Jornal *Correio do Estado*, noticiou não apenas homenagem, como também trouxe um breve levantamento de homenagens anteriores, pois

“essa não é a primeira vez que José Barbosa Rodrigues será homenageado” (JORNADA, 2019, p. 8).

As produções culturais de Rodrigues foram utilizadas como referência bibliográfica em livros didáticos. O livro *História do Mato Grosso do Sul, 4º/5º ano: volume único* (2011), das autoras Lori Alice Gressler, Luiza Mello Vasconcelos e Zelia Peres de Souza Kruger, publicado pela editora FTD, fez menção, em sua bibliografia, às obras *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* e *História de Mato Grosso do Sul*. Esse livro didático foi distribuído pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) entre os anos de 2013 e 2015, nas escolas públicas de MS.

Neste sentido, observa-se que Rodrigues, mesmo após o seu falecimento, foi um dos intelectuais mais homenageados por políticos, pelo governo estadual e pelas instituições das quais foi filiado. A maior parte das homenagens partiu de colegas da ASL e do IHGMS com o objetivo de torná-lo um ícone do jornalismo, da História e da Literatura sul-mato-grossense. Recentemente, em 9 novembro de 2021, foi mais uma vez homenageado, agora pelo jornalista Marcos Pierry, que publicou no *Correio do Estado* o texto *Uma bela cinquentona: cinco décadas e muitas histórias*, reportagem em comemoração aos 50 anos da ASL, em que destacou as contribuições do “patriarca, J. Barbosa Rodrigues” (PIERRY, 2021, p. 1).

As homenagens póstumas, como se observa, celebravam a memória de Rodrigues, porém, desde a década de 1970, sua figura foi referida e cultuada pelas elites, pelo governo, pelas instituições culturais e pelos políticos, ou seja, são aproximadamente 45 anos sendo constantemente homenageado. Tais homenagens, apesar de serem amplamente divulgadas na imprensa local, partiram de um grupo seletivo e restrito: os ex-colegas da ASL, seus pares de instituição. Em geral, eram indivíduos próximos a Rodrigues, como, por exemplo, Hélio Serejo, José Couto, Delcídio Amaral e Maurício Picarelli. Dessa forma, fortaleciam os laços entre os pares, as redes de sociabilidades e as distinções enquanto grupo seletivo e restrito.

Neste ínterim, outros dois aspectos devem ser considerados: a relação de Rodrigues com a ASL e o elevado grau de parcialidade do *Correio do Estado*. Esse último, principal divulgador dessas homenagens, é o jornal da família, estando sempre empenhado em venerar a persona de Rodrigues, o patriarca da família, que esteve à frente do jornal por quase cinquenta anos.

Numa análise comparativa, a ASL homenageou mais Rodrigues do que o IHGMS. Em 2012, o IHGMS publicou a coletânea *Campo Grande: personalidades históricas*, com três volumes, organizada por Arnaldo Rodrigues Menecozi. O objetivo era homenagear as principais personas campo-grandenses, porém, o nome de Rodrigues não foi mencionado,

apenas sua esposa, Henedina Hugo Rodrigues. A exclusão da lista de homenageados do IHGMS destoa com a preocupação de manter a sua memória e o seu legado vivo à posteridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Barbosa Rodrigues, após a divisão de MT e a criação de MS, em 1977, preocupou-se em construir o regionalismo sul-mato-grossense. As obras *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* (1978), o livro didático *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* (1978), *Histórias da Terra Mato Grossense* (1983) e *História de Mato Grosso do Sul* (1984), foram as primeiras sistematizações da história de MS e contribuíram para a construção de subjetividades ao eleger aspectos comuns à nova coletividade, isto é, um passado e tradições comuns, heróis e episódios memoráveis, etc.

Desta forma, Rodrigues buscava criar laços identitários e comunitários entre seus habitantes, fazendo-os sentir parte de MS e, com isso, *formava almas e corações* sul-mato-grossenses e brasileiros. O objetivo de criar uma identidade regional era garantir a coesão social do grupo e a adesão da sociedade, além de difundir os princípios de lealdade e de patriotismo. Rodrigues preocupava-se em educar o povo e instruir sobre a história de MS.

As sínteses de Rodrigues fundaram a história oficial de MS, pensando-a como um recorte administrativo, geográfico e cultural e não dissociada da história nacional. Suas narrativas instituíram matrizes historiográficas, que foram seguidas e aperfeiçoadas por outros memorialistas, como Campestrini e Acyr Guimarães (1988). Os aspectos centrais dessas matrizes são:

- I. A história de MS iniciou-se no século XVI, isto é, em 1524;
- II. O descobridor de MS foi o aventureiro europeu Aleixo Garcia;
- III. Os povos indígenas colocaram obstáculos à ocupação e ao povoamento e, após serem exterminados, desaparecem da história de MS;
- IV. A presença do colonizador branco e europeu deu início ao processo civilizatório em MS;
- V. MS tem heranças históricas e culturais espanholas e paraguaias, mas predominam as portuguesas;
- VI. As violências cometidas pelos colonizadores europeus eram justificadas pelo mito da ocupação pacífica. Os pioneiros, ao introduzirem a pecuária na região, foram os principais agentes do processo civilizatório e do progresso;
- VII. A população sul-mato-grossense é branca, descendentes de europeus, paulistas, gaúchos, mineiros, cuiabanos, etc.;
- VIII. Não houve a escravidão africana em MS.
- IX. A população de MS é constituída por brancos. Como consequência, pretos e indígenas são invisibilizados, assim como as suas contribuições à sociedade sul-mato-grossense;
- X. A Guerra do Paraguai foi um marco divisório na história de MS, dando origem ao desenvolvimento e ao progresso que levaram à divisão de MT;

- XI. Solano Lopez foi o responsável pela deflagração da Guerra do Paraguai, sendo detratado como ditador, megalomaniaco e bárbaro. Os paraguaios também foram vistos negativamente, como selvagens, cruéis, maus, etc.;
- XII. A ocupação das fronteiras e a Guerra do Paraguai demonstraram que o passado sul-mato-grossense é repleto de episódios triunfantes e de heróis destemidos. Os sul-mato-grossenses, como defensores da soberania nacional, são herdeiros desse passado heroico e, por extensão, contribuíram para consolidar o território brasileiro;
- XIII. A Guerra do Paraguai e a Retirada da Laguna foram apropriados como os principais símbolos distintivos da identidade sul-mato-grossense, pois a ocupação e as batalhas ocorreram em território que atualmente pertence ao estado de MS.
- XIV. A galeria de heróis é constituída em sua maioria por homens brancos, enquanto os indígenas e os escravizados receberam esse *status* apenas quando colaboraram com o colonizador. As poucas mulheres mencionadas pertenciam à elite, ou seja, eram esposas de militares ou proprietários de terras;
- XV. Consolidou-se o culto a D. Senhorinha, esposa de Guia Lopes, que já era celebrada no meio militar como heroína da Guerra do Paraguai;
- XVI. A narrativa de Rodrigues privilegia os homens e exclui outros atores sociais, como crianças, pretos, mulheres, escravizados, indígenas e os pobres. A história de MS foi feita majoritariamente por homens e de cor branca. Desta forma, consolida-se o racismo estrutural, assim como a sociedade patriarcal e machista.
- XVII. O Norte e Sul de MT tem trajetórias históricas, econômicas, culturais e sociais distintas. MS, enquanto região, e os sul-mato-grossenses, enquanto identidade, já existiam antes de 1977;
- XVIII. A principal atividade econômica que favoreceu o processo de ocupação e povoamento foi a pecuária e, posteriormente, o extrativismo;
- XIX. A Companhia Mate Laranjeira e a ferrovia NOB são símbolos da pujança econômica e da modernidade de MS, características que fundamentam as diferenças entre Norte e Sul;
- XX. A NOB suplantou o porto de Corumbá, mais tarde em decadência. Em decorrência, fortaleceram-se os laços com a região Sudeste;
- XXI. O divisionismo surgiu no século XIX, foi um movimento contínuo e coroado em 1977;
- XXII. As elites campo-grandenses e o jornal *Correio do Estado* foram os protagonistas da criação de MS, em 1977;
- XXIII. A narrativa ufanista constrói um passado glorioso e um futuro próspero. Com isso, MS se torna um Estado-Modelo e uma potência econômica, o celeiro do Brasil devido ao agronegócio.

Todos esses aspectos foram incorporados pelo discurso memorialista de Paulo Coelho Machado, Hildebrando Campestrini, Acyr Vaz Guimarães, José Couto Viera Pontes e Maria da Glória Sá Rosa, etc. Contudo, a perspectiva interpretativa de Rodrigues é contestada pela historiografia acadêmica.

A narrativa de Rodrigues é factual e privilegia aspectos políticos, econômicos e militares para construção de heróis e de um passado glorioso. As obras ou não apresentam um rigor científico, pois carecem de informações básicas, referências bibliográficas e fontes (exceto na *História de Mato Grosso do Sul*), ou as mencionam vagamente. Além disso, contém erros cronológicos e de contextualização nas datações, nas localizações geográficas e nos nomes das

personagens. Como escritor e pesquisador, Rodrigues não tem preocupações teóricas ou metodológicas, condições básicas para um historiador ou qualquer tipo de pesquisador.

Rodrigues escreveu sobre o passado pensando nas demandas e interesses do presente. O viés presentista pode ser observado quando evocou a presença, no século XIX, dos ditos pioneiros do povoamento de MS para legitimar a criação de MS, o poder de mando das famílias pioneiras, vinculadas à pecuária e ao latifúndio, e da elite campo-grandense. Considerando todos esses aspectos, as obras de Rodrigues tornam-se instrumento de dominação, de legitimação e de imposição ao assegurar o domínio desses grupos.

Rodrigues foi um intelectual mediador que produziu conhecimentos, que se preocupou em difundir essas ideias na sociedade e manteve vínculos à intervenção político social. Sua produção cultural se dirigia não apenas para um restrito público de pares, mas a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade, inclusive o escolar. Por isso, foi um intelectual mediador ao se especializar e investir esforços em seus projetos de transmissão cultural utilizando diversos mecanismos. Rodrigues, por ser proprietário do jornal *Correio do Estado*, membro de instituições culturais, usou, estrategicamente, os seus recursos para estabelecer uma mediação cultural com a sociedade sul-mato-grossense. Pois além de produzir obras preocupou-se em publicá-las e divulgá-las para diferentes públicos, inclusive nas escolas.

Ainda que tenha exercido ao longo de sua carreira diversas funções e posições, ao escrever suas obras, publicá-las e divulgá-las assumiu a posição de intelectual mediador. Deve-se considerar também a amplitude da sua rede de comunicação, diante de um público amplo e heterogêneo disponível, somado aos esforços em difundir a história oficial e a identidade coletiva para a população local, o que fez de Rodrigues um criador e divulgador da história de MS.

Estrategicamente, os momentos em que ele publicou e divulgou suas obras coincidiram com o período da criação e oficialização de MS e com os anos de eleição para diretoria da ASL e do IHGMS. Ou seja, enquanto atuava como presidente dessas instituições, em períodos de evidência no meio intelectual ou quando o contexto histórico se mostrava propício para a divulgação dos seus títulos. Assim, os anos de 1978, 1984 e 1985 foram os epicentros para a coordenação de uma série de propagandas das suas obras e o jornal *Correio do Estado* o principal meio utilizado para propagandear. Somado ao auxílio do *Suplemento Literário/Cultural* para noticiar os seus lançamentos, Rodrigues contou também com o apoio dos membros da ASL para resenhar as suas obras.

O objetivo das propagandas era endossar a autoridade científica de Rodrigues para escrever a história regional. Com isso, o autor e suas obras foram adjetivados e os discursos assumiram um tom extremamente celebrativo, omitindo-se, por extensão, qualquer tipo de falhas, a fim de legitimá-lo como referência obrigatória para a historiografia sul-mato-grossense. Como decorrência, suas obras divulgadas pelo *Correio do Estado* como sucessos editoriais. Até seus livros didáticos, voltados para o público escolar, como *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* e *Campo Grande, meu amor*, alcançaram ampla aceitação entre os leitores, superando as expectativas de venda e recepção do autor.

Atuando como jornalista, empresário, proprietário do *Correio do Estado*, sócio da ASL e do IHGMS, presidente por um mandato de ambas instituições e membro de órgãos culturais, Rodrigues construiu redes de sociabilidades e afinidades com intelectuais, com a elite econômica, com políticos e com o governo estadual. A sociabilidade entre os intelectuais e o vínculo com políticos e com o governo estadual foram reforçadas por meio de homenagens que também implicam na prática de autocultuação, isto é, quando cada indivíduo escreve sobre o outro, e vice e versa, criando um ciclo de celebrações. O objetivo era eternizar a contribuição de Rodrigues na esfera cultural e política.

Os esforços para eternizar Rodrigues se aceleraram após o seu falecimento, quando sua produção cultural foi transformada em patrimônio literário e histórico de MS. As homenagens, contudo, não devem ser compreendidas como uma celebração generalizada da sociedade sul-mato-grossense, pois ainda que difundidas de várias formas na sociedade, foram produzidas a partir de um grupo seletivo e elitista, fortalecendo as redes de sociabilidades.

A dissertação, assim, pretende contribuir para os estudos e debates sobre as construções da memória, da identidade e do regionalismo de MS. As análises aqui expostas não esgotam a produção cultural de Rodrigues, mas apontam para as inúmeras possibilidades que podem e devem ser pesquisadas. Por fim, cabe destacar que os campos das memórias, das identidades, das representações e dos regionalismos são dinâmicos, complexos e multifacetários e, por isso, estão abertos a novas problemáticas e a diferentes propostas.

REFERÊNCIAS E FONTES

5.1. Referências Bibliográficas

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2021.

AGUIAR, Joaquim Alves de. Introdução. In: AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória*: um estudo sobre Pedro Nava. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 13-26, 1998.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Revista Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder*: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul. 2006. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra*: os trabalhadores da Matte-Larangeira. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

ASL, Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Pequeno histórico da Academia. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande – MS, v. 1, n. 1, p. 13-19, set. 2003.

ASSIS, Edvaldo de. Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso. Cuiabá: UFMTProed, 1988.

BARCELLOS, Jardel. *Mato Grosso Do Sul-1978/1979*: Utopia X Realidade. Simplíssimo Livros, 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2009a. v. 1.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado* poder político e elites dirigentes sul-mato-grossense. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2009b. v. 2.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. *Multitemas* – Periódico das comunidades departamentais da UCDB, Campo Grande, n. 15, p. 93-124, out. 1999a.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 1999b.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Trad. Ana Rabaça. Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2002.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: o “mar interno” brasileiro*. Campo Grande, Ed. da UFMS, 2014.

BRAZIL, Maria do Carmo. Sobre os campos de Vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão. In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo. (orgs.). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: UPF, p. 219-250, 2009.

BUNGART NETO, Paulo. O memorialismo no Mato Grosso do Sul como testemunho da formação do estado, *Raído*, Dourados-MS, v. 2, n. 3, p. 77-90, 2008.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CANCIAN, Elaine. Campos de pastagens sulinas de Mato Grosso: aportes sobre Miranda, Nioaque e Campo Grande (1830-1900). In: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine (Orgs.). *Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892)*. Campo Grande: Ed. da UFMS, p. 59-92, 2017.

CARLYLE, Thomas. Os heróis. Tradução de Antônio Ruas. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 11, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria Lourdes Menezes. 2ª ed./1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras: Revista de História*, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e pesquisa*, v. 30, p. 549-566, 2004.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Tradução de Maria Manuela Rocha. 2ª ed. Oeiras: Celta, 1999.

CORREA, Línive de Albuquerque. *Grupo Correio do Estado: de jornal a conglomerado midiático (1954-1980)*. 2018 304f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2018.

CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

DOMINGUES, Viviane Pedrosa. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. *Anais do Simpósio Nacional de História*, v. 26, 2011.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2005.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. A Construção de um Mito: Elisa Lynch E Solano Lopez. *XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007.

ESSELIN, Paulo Marcos. Vacarias da planície: ocupação e povoamento no período colonial. In: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine (Orgs.). *Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892)*. Campo Grande: Ed. da UFMS, p. 37-58, 2017.

FRANÇOIS, Étienne. Os ‘tesouros’ da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*. 2018. 188f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2018.

GELLNER, Ernest. *Nation and nationalism*. Oxford: Blackwell. 1983.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos Apresentação: intelectuais, mediação cultural e projetos políticos uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 7-40, 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSBAWM, Eric J. Introdução” In: HOBBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*; trad. Celina Cardim Cavalcante - 11ª edição - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, p. 9-23, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, p. 11-26, 2006.

MENDES, Maria Lúcia Dias. *No limiar da história e da memória: um estudo de Mes mémoires, de Alexandre Dumas*. 2007.320 f. Tese (Doutorado em Letras Modernas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. *Diálogos latinoamericanos*, v. 3, p. 87-113, 2001.

MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre - RS v. 9, n. 3, p. 278-318, jul/dez. 2015.

PACHECO NETO, Manuel. *Heróis nos livros didáticos: bandeirantes paulistas*. Dourados, MS: Editora UFGD, 2011

PEREIRA, João Pedro Ribeiro. *“Um povo sem identidade cultural definida”*: José Octávio Guizzo e a construção da identidade sul-mato-grossense (1967-1989). 2017. 123f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2017.

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. Narrativas memorialísticas: memória e literatura. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 195-211, 2011.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*, Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora, 2008.
- REIS, José Carlos. A escola metódica, dita “positivista”. In: *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, p. 11-25, 1996.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a EF Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Edusc, Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2004.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Notas sobre divisionismo e identidade em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. *Raído* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD, Dourados-MS, v. 1, n. 1, p. 137-163, 2007.
- QUEIROZ, Paulo Roberto A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Revista Territórios e Fronteiras*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 204–228, 2015.
- QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. “Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?” In: MICELI, Sérgio (org.) *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 113-134.
- SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio. A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718–1888). *ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, Cuiabá-MT, v. 3, n. 6, p. 52 a 70-52 a 70, ago/set. 2016.
- SCWHENGBER, Isabela de Fátima. Aspectos históricos do jornal Correio do Estado. *Encontro Nacional da rede Alfredo De Carvalho*, v. 6, p. 1-13, 2008.
- SILVA, Ricardo Souza da. *Mato Grosso do Sul: Labirintos da Memória*. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados - MS. 2006.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: Rémond, René (org). *Por uma história política*. 2. ed, Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.231-269, 2003.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social*, Campinas – SP, n. 13, p. 151-171, 2007.
- SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha. *Fronteiras* – Revista de História, Campo Grande – MS, v. 4, n. 7-9, p. 77-96, 2000.

SQUINELO, Ana Paula. Construções e Representações do episódio da retirada da laguna na obra de Alfredo d'Escragno de Taunay. In: *Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul*. Dourados-MS: ANPUH/MS; Ed. UCDB, p. 43-52, 2002.

SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande – MS: UCDB, 2002b.

SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jéri Roberto. 150 anos da Guerra do Paraguai: projetos, comemorações e apropriações em torno da retirada da Laguna. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 15, n. 2, p. 383-397, 2015.

SYRJAMAKI, Sami. *Sins of a Historian: perspectives to the problem of the anachronism*. Oslo: University of Tampere, 2011.

VIEIRA PONTES, José Couto. *História da Literatura sul-mato-grossense*. São Paulo, Editora do Escritor, 1981.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste no Brasil, 1719-1819*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL, 1987.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.

5.2 Fontes

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. J. Barbosa Rodrigues e o Pe. Antônio Vieira. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande -MS: Life Editora, v. 1, n. 12, p. 117-119, ago. 2008.

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Apresentação. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande- MS: Life Editora, v. 1, n. 19, p. 5-6, set. 2011.

ASL, Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Relatório de Atividades (2003). *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande – MS, v. 1, n. 3, p. 91-94, mar. 2004.

ASL, Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Criação do suplemento cultural. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande – MS: Life Editora, v. 1, n.º 20, p. 35-37, dez. 2011.

CALHEIROS, Américo. Apresentação. In: SÁ ROSA, Maria da Glória. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce*: Campo Grande, cem anos de história. Prefeitura Municipal de Campo Grande, Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, 1999.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: IHG-MS, 1. Ed. 1988.

MARTINS. Wilson Barbosa. Fundação do jornal Correio do Estado. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande- MS: Life Editora, v. 1, n.21, p. 226-227, jul. 2012.

MENECOZI, Arnaldo Rodrigues (org.). *Campo Grande: personalidades históricas – volume 1*. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2012.

PEREIRA, Geraldo Ramon. Parabéns a você, Academia Sul-Mato-Grossense de Letras!. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande- MS: Life Editora, v. 1, n.14, p. 34-37, dez. 2008a.

PEREIRA, Geraldo Ramon. Policromia de um mestre (Para o Prof. J. Barbosa Rodrigues). *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande- MS: Life Editora, v. 1, n. 13, p. 144, out. 2008b.

PIRES, Enilda Mongenot. Boa história sobrevive da simplicidade. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande, v. 1, n. 5, p. 81-94, set. 2004.

ROCHA, Guimarães. *Grandezas da literatura sul-mato-grossense*. Campo Grande – MS, Life Editora, 2010.

RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Editora do Escritor, 1984.

RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. 2ª ed. São Paulo: Editora do Escritor, 1993.

RODRIGUES, José Barbosa. *Histórias da terra mato grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1983.

RODRIGUES, José Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado*. São Paulo: Vaner Bicego, 1978a.

RODRIGUES, José Barbosa. *Mato Grosso do Sul: para a 3ª série do 1º grau*. São Paulo: Vaner Bicego, 1978b.

RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

RODRIGUES, José Barbosa. *Campo Grande, meu amor*. 2ªed. [s.l.], [s.n.], 1981.

RODRIGUES, José Barbosa. *O primeiro jornal de Campo Grande*. Campo Grande: Fundação Barbosa Rodrigues, 1989.

SÁ ROSA, Maria da Glória. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande, cem anos de história*. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande/Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, 1999.

SEREJO, Hélio. Dedicatórias amigas a um prosador fronteiriço. In: RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Editora do Escritor, 2ª Edição 1993.

SERRA, Heliophar de Almeida. O homem legenda. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande – MS: Life Editora, v. 1, n.º 16, p. 57-59, jan. 2010.

VIEIRA PONTES, José Couto. *História da Literatura sul-mato-grossense*. São Paulo, Editora do Escritor, 1981.

VIEIRA PONTES, José Couto. Prefácio: Grandezas da literatura sul-mato-grossense, uma obra que enriquece as nossas letras. In: ROCHA, Guimarães. *Grandezas da literatura sul-mato-grossense*. Campo Grande – MS, Life Editora, 2010.

VIEIRA PONTES, José Couto. Parabéns, Academia de Letras!. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande – MS: Life Editora, v. 1, n.º 20, p. 13-18, dez. 2011.

VIEIRA PONTES, José Couto. A academia Sul-Mato-Grossense de Letras e os cinquenta anos de Correio do Estado. *Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*, Campo Grande – MS: Life Editora, v. 1, n.º 21, p. 123-126, jul. 2012.

5.2.1 Jornais

A ACADEMIA, seus membros e patronos. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MT, ano XIX, n.6.042, p. 10, 21 out. 1972.

ACADEMIA DE LETRAS: Nova Diretoria. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 9.473, p. 8, 22 dez. 1984.

ACADÊMICO JOSÉ BARBOSA Rodrigues é cidadão campo-grandense. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande - MT, ano XXII, n. 7.046, p. 8, 28 ago. 1976.

ACADÊMICO PUBLICA livro didático. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.570, p. 6, 10 jul. 1978.

ANDRADE, Thiago. UFMS inaugura Espaço J. Barbosa Rodrigues. *Correio do Estado*, Correio B. Campo Grande – MS, ano 58, n. 18.013, p.13, 21 mar. 2011.

ANDRADE, Thiago. José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo. *Correio do Estado*, Correio B. Campo Grande – MS, ano 63, n. 19.931, p.13, 30 jun. 2016.

CAMPESTRINI, Hildebrando. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul: Edital N.º 01/89. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXVI, n. 10.875, p. 10, 23 set. 1989a.

CAMPESTRINI, Hildebrando. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul: Edital de Convocação. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXVI, n. 10.892, p. 10, 23 set. 1989b.

CAMPESTRINI, Hildebrando. Letras da Terra – J. Barbosa Rodrigues pesquisador. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXVI, n. 10.840, p. 5, 22 jul. 1989c.

CAMPO GRANDE, meu amor. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.640, p. 6, 2 set. 1978.

CAPA. *Correio do Estado*, Campo Grande – MS, ano 63, n. 19.931, 30 jun. 2016.

CONDOLÊNCIAS. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano 50, n. 15.120, p. 13, 23 mar. 2003.

CONSTITUIÇÃO DA ACADEMIA Sul-Mato-Grossense de Letras. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.520, p. 6, 8 abr. 1978.

DIA DO ESCRITOR. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXIV, n. 10.253, p. 8, 1 ago. 1987.

DIPLOMA DE BENEMÉRITO para J. Barbosa Rodrigues. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande - MS, ano XXXV, n. 10.543, p. 8, 23 jul. 1988.

ELEIÇÃO DA diretoria da Academia. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MT, ano XIX, n.6.102, p. 4, 6 jan. 1973.

ELEIÇÃO DO Conselho Diretor. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MT, ano XX, n.6.363, p. 4, 29 dez. 1973.

ELEIÇÃO DO Conselho Diretor da Academia. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MT, ano XXI, n.6.669, p. 6, 4 jan. 1975.

ELEITO O Conselho Diretor para 1976. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MT, ano XXI, n.6.669, p. 6, 4 jan. 1976.

EXÉRCITO HOMENAGEIA BARBOSA RODRIGUES. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande - MS, ano 43, n. 12.921, p. 7, 20 jul. 1996.

FORÇAS VIVAS da nação. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXVI, n. 7.893, p. 6, 14 jul. 1979.

FUNDAÇÃO ENTREGA discos à Assembleia. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS. Campo Grande – MS, ano XXVI, n. 7.893, p. 4, 20 out. 1984.

GOMES, Otávio Gonçalves. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXIV, n. 7.470, p. 6, 4 fev. 1978.

GOMES, Otávio Gonçalves. Isto é Mato Grosso do Sul – O Primeiro Livro Histórico do Novo Estado. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.623, p. 6, 12 ago. 1978.

GOMES, Otávio Gonçalves. Uma História com H maiúsculo: um prefácio para História de Campo Grande. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXVII, n. 8.233, p. 6, 9 set. 1980.

GOMES, Otávio Gonçalves. Academia Sul-Mato-Grossense de Letras: o triênio administrativo 1982/84. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 9.482, p. 8, 5 jan. 1985.

GOMES, Otávio Gonçalves. Reuniões mensais da Academia Letras. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXVII, n. 11.320, p. 5, 09 mar. 1991.

HISTÓRIAS DA TERRA MATO GROSSENSE. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXXI, n. 9.234, p. 9, 8 mar. 1984.

HISTÓRIA DE CAMPO Grande. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXVII, n. 8.216, p. 6, 16 ago. 1980.

HOMENAGENS À ACADEMIA de Letras. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande - MS, ano XXXVI, n. 10.810, p. 10, 17 jun. 1989.

ISTO É Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.617, p. 6, 5 ago. 1978.

ISTO É MATO Grosso do Sul - o primeiro e mais completo trabalho sobre o estado de Mato Grosso do Sul: de Pedro Aleixo (1524) a Harry Amorin Costa (1978). *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.623, p. 3, 12 ago. 1978.

J. BARBOSA RODRIGUES na Academia Brasileira de História. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXVIII, n. 8.366, p. 6, 14 fev. 1981.

JORNADA, Izabela. José Barbosa Rodrigues será homenageado hoje. *Correio do Estado*, Cidades. Campo Grande – MS, ano 66, n. 21.050, p. 8, 16 dez. 2019.

JOSÉ BARBOSA Rodrigues comparece em publicação paulista. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.749, p. 6, 20 jan. 1979.

LIVROS SUL-MATOGROSSENSE. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXII, n. 9.619, p. 6, 22 jun. 1985a.

LIVROS SUL-MATOGROSSENSE. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXXII, n. 9.748, p. 8, 23 nov. 1985b.

LIVROS MATOGROSSENSES. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXVI, n. 10.997, p. 10, 3 fev. 1990a.

LIVROS MATOGROSSENSES. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXVII, n. 11.261, p. 5, 22 dez. 1990b.

MACHADO, Paulo Coelho. Erudição: o homem no contexto histórico. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande - MS, ano XXV, n. 7.658, p. 6, 23 set. 1978.

MATO GROSSO DO SUL: antes, um viveiro de índios. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.733, p. 8, 30 dez. 1978.

MATO GROSSO DO SUL: Para a 3ª série do 1º Grau. *Correio do Estado*, Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.561, p. 5, 31 maio 1978.

MATOGROSSENSE DO SUL, um nome e um símbolo divisionista. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.733, p. 3, 30 dez. 1978;

MOREL, Lucia; JARA, Tainá. Jornalismo do Correio do Estado são homenageados. *Correio do Estado*, Cidades. Campo Grande – MS, ano 65, n. 20.522, p. 7, 7 abr. 2018.

MORRE O HOMEM, fica o exemplo. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano 50, n. 15.120, p. 2, 23 mar. 2003.

NOITES DE AUTÓGRAFOS. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXIV, n. 10.137, p. 8, 14 mar. 1987.

NOTÍCIAS DA ACADEMIA. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande - MS, ano 42, n. 12.705, p. 5, 28 out. 1995.

NOTÍCIAS DA ACADEMIA. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande - MS, ano 44, n. 13.146, p. 4, 26 abri. 1997.

NOTICIAS DA ACADEMIA. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXVII, n. 11.320, p. 5, 06 nov. 1999.

O MELHOR PRESENTE. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.733, p. 3, 30 dez. 1978.

O LIVRO QUE FALTAVA. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXXII, n. 9.551, p. 3, 30 mar. 1985

PIERRY, Marcos. Uma bela cinquentona: cinco décadas e muitas história. *Correio do Estado*, Correio B. Campo Grande – MS, ano 68, n. 21.641, p.1, 9 nov. 2021.

POSSE DA NOVA diretoria. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 9.482, p. 8, 5 jan. 1985.

PRÊMIO DE COMUNICAÇÃO. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande - MS, ano 45, n. 13.674, p. 5, 30 jan. 1999.

PROF. JOSÉ BARBOSA Rodrigues: cidadão de Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande - MS, ano XXXI, n. 9.393, p. 8, 15 set. 1984.

REUNIÃO ACADEMICA. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.645, p. 6, 9 set. 1978.

REUNIÃO DA ACADEMIA. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande - MS, ano XXV, n. 7.658, p. 6, 23 set. 1978.

REUNIÕES DA ACADEMIA de Letras e História de Campo Grande. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande - MT, ano XIX, n. 5.901, p. 3, 29 abr. 1972.

ROSSI. Michelle. Trinta anos de história. *Correio do Estado*, Caderno B. Campo Grande – MS, ano 55, n. 16.932, p. 1, 29 mar. 2008.

SÁ ROSA, Maria da Glória. A semana do escritor sul-mato-grossense. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXII, n. 9.568, p. 8, 20 abr. 1985.

SEREJO, Hélio. Os livros do Erudito J. Barbosa Rodrigues. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.651, p. 6, 16 set. 1978.

SEREJO. Hélio. Histórias da Terra Mato Grossense. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXI, n. 9.226, p. 8, 25 fev. 1984.

SÓCIOS BENEMÉRITOS. *Correio do Estado*, Caderno B, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXVII, n. 11.275, p. 3, 12 jan. 1991.

TADA, Silvia. Avenida levará o nome de José Barbosa Rodrigues. *Correio do Estado*, Cidades. Campo Grande – MS, ano 57, n. 17.766, p. 10, 15 jul. de 2010.

V.º CONCURSO DE Contos “Ulysses Serra”. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXII, n. 9.780, p. 9, 04 jan. 1986.

VEJA SE o seu nome já entrou na história do Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, n. 7.618, p. 7, 7 ago. 1978.

VIEIRA PONTES, José Couto. História de Campo Grande, o livro do momento. *Correio do Estado*, Suplemento Literário. Campo Grande – MS, ano XXVII, n. 8.222, p. 6, 23 ago. 1980.

VIEIRA PONTES, José Couto. Histórias da Terra Mato Grossense. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXI, n. 9.232, p. 8, 25 fev. 1984.

VIEIRA PONTES, José Couto. J. Barbosa Rodrigues escreve a história de Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXII, n. 9.551, p. 8, 30 mar. 1985.

VIEIRA PONTES, José Couto. J. Barbosa Rodrigues escreve a história de Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXII, n. 9.551, p. 8, 30 mar. 1985.

VOCÊ NÃO PODE deixar de ler este livro!. *Correio do Estado*, Suplemento Cultural. Campo Grande – MS, ano XXXI, n. 9.300, p. 8, 26 maio 1985.

5.2.2 Fontes eletrônicas e sites

2ª RODA ACADÊMICA resgata obra do prof. J. Barbosa Rodrigues. Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, *site da ASL*, Campo Grande – MS, 8 out. de 2019. Disponível em: <<http://acletrasms.org.br/2a-roda-academica-da-asl-resgata-obra-do-prof-j-barbosa-rodrigues/>>. Acesso em 5 de abr. de 2021.

ANDRADE, Thiago. José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo. *Jornal Correio do Estado*, Correio B, Campo Grande – MS, 30 nov. de 2011. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/correio-b/jose-barbosa-rodrigues-trajetoria-brmarcada-pelo-pioneirismo/281191>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

ASL 48 ANOS – A Academia Sul-Mato-Grossense De Letras e sua história. Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, *site da ASL*, Campo Grande – MS, s.d. Disponível em: <<http://acletrasms.org.br/historico/>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

ASL LANÇA roda acadêmica com obras emblemáticas da literatura regional. Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, *site da ASL*, Campo Grande - MS, 4 set. de 2019. Disponível em: <<http://acletrasms.org.br/asl-lanca-roda-academica-com-obras-dos-imortais-da-literatura/>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

CONHEÇA um pouco da história de José Barbosa Rodrigues. *Dourados News*, Dourados – MS, 19 mar. de 2003. Disponível em: <<https://www.douradosnews.com.br/noticias/conheca-um-pouco-da-historia-de-jose-barbosa-rodrigues-c6b4f8d16cd8fc2/147714/>>. Acesso em 21 de maio de 2021.

JORNALISTA escreveu um belo Estado que ganhou rumo. *Campo Grande News*, Grandezas da Literatura, Campo Grande – MS, 14 nov. de 2011. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/colunistas/grandezas-da-literatura/jornalista-escreveu-um-belo-estado-que-ganhou-rumo>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

5.3 Documentos

AMARAL, DELCÍDIO. Pronunciamento de Delcídio do Amaral em 19/03/2003 - Discurso durante a 20ª Sessão Deliberativa Ordinária, no Senado Federal: Homenagem póstuma pelo falecimento, nesta manhã, do jornalista e professor José Barbosa Rodrigues, Presidente do Grupo Correio do Estado, de Campo Grande. In: *Diário do Senado Federal*. Senado Federal, Brasília – DF, ano LVIII, n. 025, p. 4164, 20 mar. 2003.

ATA DE FUNDAÇÃO. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (AIHGMS) – Ata de Fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, *IHGMS*, 1978.

E.E JOSÉ BARBOSA RODRIGUES. Projeto Político Pedagógico. Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, *SED/MS*. Campo Grande – MS, 2018.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 8, de 01 de janeiro de 1979. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, MS, 01 jan. 1979. p. 19.

MATO GROSSO DO SUL. DOCUMENTO PRELIMINAR, Política Estadual de Cultura. *Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social*. Conselho Estadual de Cultura. Gestão de Pedro Pedrossian, 1981.

MATO GROSSO DO SUL. Diário Oficial Eletrônico Poder Legislativo do Mato Grosso do Sul. *Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso Do Sul*. Campo Grande – MS, ano VII, n. 1.243, p. 2, 6 set. 2017.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados - MS, 01 de dezembro de 2022.

Stélla Carolina Carvalho Franco